

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

CAROLINA GOMES PAULSE

UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO GOVERNO TEMER:
DOS DISCURSOS ÀS AÇÕES

Niterói
2021



CAROLINA GOMES PAULSE

UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO GOVERNO TEMER:
dos discursos às ações

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Cultura e Territorialidades.

Orientador:

Luiz Augusto Fernandes Rodrigues

Co-orientador:

Alexandre Almeida Barbalho

Niterói

2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P332a Paulse, Carolina Gomes
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO GOVERNO TEMER : dos discursos às ações / Carolina Gomes Paulse ; Luiz Augusto Fernandes Rodrigues, orientador ; Alexandre Almeida Barbalho, coorientador. Niterói, 2021.
189 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPCULT.2021.m.11888536780>

1. Políticas Culturais. 2. Políticas Públicas de Cultura. 3. Participação Social. 4. Diversidade Cultural. 5. Produção intelectual. I. Rodrigues, Luiz Augusto Fernandes, orientador. II. Barbalho, Alexandre Almeida, coorientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. IV. Título.

CDD -



Nº 118

Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e um às 16:00, em sessão remota (on-line), excepcionalmente, em decorrência da Portaria n.º 36 de 19 de março de 2020 da CAPES, reuniu-se a Comissão Examinadora designada na forma regimental pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação / Mestrado Acadêmico em Cultura e Territorialidades, para julgar a dissertação, orientada pelo(a) professor(a) Luiz Augusto Rodrigues, apresentada pelo(a) aluno(a): **Carolina Gomes Paulse**, sob o título: **Uma análise das políticas culturais do Governo Temer: dos discursos às ações**. Requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades, área de concentração em Cultura e Territorialidades. Aberta a sessão pública, o(a) candidato(a) teve a oportunidade de expor o trabalho. Em seguida, o(a) candidato(a) foi arguido oralmente pelos membros da Banca, que, após deliberação, decidiu pela:

- Aprovação.
 Aprovação “com restrições”; “com exigências”; “com sugestões da banca”; “condicionada” (vide verso).
 Reprovação.

Nos termos do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação desta Universidade, foi lavrada a presente ata, lida e julgada, conforme vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Augusto Rodrigues (Orientador - Presidente da Banca)
(UFF)

Prof. Dr. Alexandre Barbalho (Coorientador)
(UFF e UECE)

Prof. Dr.ª Lia Calabre
(UFF e FCRB)

Prof. Dr.ª Deborah Rebello Lima
(UFRJ)

**À Ruth, Hilda, Rose e Regina, que me permitiram estar aqui hoje.
Ao Zé, minha referência, com mais de 50 anos de dedicação à pasta da cultura.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, Luiz Augusto Rodrigues e Alexandre Barbalho, pelas leituras, conversas de orientação e debates. O apoio de vocês foi fundamental.

À minha família, meus irmãos, Mariana e Claude e à minha mãe, Regina, que sempre compartilharam a vida comigo e por sempre estarem por perto, discutindo, lendo, conversando e me ouvindo em todo esse processo, apoio que me permitiu chegar até aqui. Amo vocês. Nessa pandemia, sem vocês nada disso seria possível.

Ao João Gabriel e ao pequeno Dylan, a convivência com vocês garantiu a tranquilidade necessária para a escrita desse texto, nesse período tão conturbado de pandemia.

Aqui acrescento todos os amigos e demais familiares, que estiveram presentes em mensagens, conversas de vídeo e nas poucas conversas presenciais, que me deram forças para superar todas as perdas e agonias do tempo pandêmico que estamos vivendo.

À Juliana Carneiro, que além de incentivar o meu desejo de escrever sobre o período que trata essa dissertação, me encaminhou os primeiros artigos que deram início ao projeto de pesquisa.

À Deborah Rebello, que esteve junto desse processo desde a ajuda na elaboração do projeto até a banca de qualificação. À Lia Calabre por todas as suas sugestões nas aulas e na banca de qualificação.

Ao Thiago Portes, Dani Masil, Marta Kummer, Marcelo Velloso, Juliana Carneiro, Juliana Santana, Mariana Paulse, pelas ajudas com habilidades de informática, formatação e pelas leituras atentas em diversos momentos desse processo, que contribuíram para a elaboração e a confiança no trabalho que estava sendo desenvolvido.

Aos meus colegas do Sistema MinC, que compartilharam comigo essa trajetória, com quem desenvolvi uma luta pelas políticas culturais e que colaboraram para toda a bagagem que tenho acumulada, o que foi fundamental para as reflexões dessa dissertação. Aqui agradeço especialmente ao José Carlos Baptista de Andrade (Meu Zé, meu avô emprestado), que esteve junto a mim durante grande parte dessa trajetória e que traz consigo, pela vivência de mais de 50 anos de serviço à cultura, a memória e conhecimento de todo esse processo. Um viva aos seus 80 anos de vida, e que venham muitos mais!

Aos meus colegas de turma, a melhor turma que poderia ter, que sofre junto, briga junto, se apoia, discute junto e que se manteve junta até o último momento. Essa turma tão diversa me proporcionou uma experiência incrível nesse mestrado e, com seus projetos e

pesquisas, me permitiu refletir muito sobre as nossas trajetórias, sobre as formas de gerar conhecimentos e sobre as desigualdades. Muito orgulho dessa turma por se dispor a discutir temas tão importantes.

Aos professores do programa, em especial à Ana Enne, Janaína Damasceno, Lia Calabre, Luiz Augusto Rodrigues, Gilmar Rocha e Flavia Lages, que, por meio de suas bibliografias nas disciplinas e debates em sala de aula, me forneceram conceitos e reflexões que enriqueceram tanto essa dissertação.

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a avaliar os conceitos de cultura e políticas culturais usados nas políticas federais de cultura no governo do Michel Temer (período que se inicia com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e termina no final de 2018) e os impactos de uma possível mudança de conceito nas políticas que vinham sendo desenvolvidas, em especial, o Sistema Nacional de Cultura (Plano Nacional de Cultura, Conselho Nacional de Políticas Culturais e Conferência Nacional de Cultura) e Cultura Viva. Para isso, foram utilizados como objetos de análise os discursos de posse dos ex-ministros Marcelo Calero, Roberto Freire e Sérgio Sá Leitão, além das matérias publicadas no site do Ministério da Cultura nesse período, ambos em análise quantitativa e qualitativa. As análises tiveram como base teórica estudos de Rubim (2015, 2015, 2019) e Calabre (2007, 2013, 2014, 2019), contextualizando os conceitos de cultura e de políticas culturais, as características das políticas culturais que estavam sendo desenvolvidas pela gestão anterior e para fazer paralelos entre o que os ministros propõem nos discursos e os diversos períodos históricos das políticas culturais brasileiras. Para subsidiar a análise dos discursos, tomou-se como base Ricoeur (1994) e Fiorin (1993). Nesta pesquisa, foi-se observando uma mudança conceitual em relação ao período anterior e descontinuidades das políticas analisadas. Identificou-se também uma priorização da Lei Rouanet e da dimensão econômica das políticas culturais.

*

Palavras-chave: Políticas Culturais. Políticas Públicas de Cultura. Diversidade Cultural. Participação Social.

ABSTRACT

This research aimed to evaluate the concepts of culture and cultural policies used in the federal cultural policies during the government of Michel Temer (period that begins with the removal of President Dilma Rousseff in 2016 and finishes at the end of 2018) and the impacts of a possible conceptual shift in the ongoing policies, in particular, the National Culture System (National Culture Plan, National Council for Cultural Policies and National Culture Conference) and Live Culture. For this purpose, the official speeches held by former ministers Marcelo Calero, Roberto Freire and Sérgio Sá Leitão were used as the objects of analysis, in addition to the articles published on the Ministry of Culture's website during that period, both in quantitative and qualitative analysis. The analyzes were theoretically based on studies by Rubim (2015, 2015, 2019) and Calabre (2007, 2013, 2014, 2019), contextualizing the concepts of culture and cultural policies, the characteristics of cultural policies that were being developed by previous administrations and to draw parallels between what the ministers propose in the speeches and the different historical periods of Brazilian cultural policies. To support the discourse's analysis, Ricoeur (1994) and Fiorin (1993) were brought as the theoretical basis. In this research, a conceptual change was observed in relation to the previous period and also discontinuities at the analyzed policies. A prioritization of the Rouanet Law and the economic dimension of cultural policies was also identified.

Keywords: Cultural Policies. Public Policies on Culture. Cultural diversity. Social Participation.

Listagem de gráficos

Gráfico 1: Gráficos com dados quantitativos dos discursos de posse dos ministros Gilberto Gil, Marcelo Calero, Roberto Freire e Sérgio Sá Leitão para uma análise comparativa	56
Gráfico 2: Matérias do site do Ministério da Cultura - Governo Michel Temer	96
Gráfico 3: Matérias do site do Ministério da Cultura – Classificação: Ações do MinC	98
Gráfico 4: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Marcelo Calero	100
Gráfico 5: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Marcelo Calero – sem olimpíadas	101
Gráfico 6: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Marcelo Calero – Classificação: Ações do MinC	105
Gráfico 7: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Roberto Freire	110
Gráfico 8: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Roberto Freire – Classificação: Ações do MinC.....	112
Gráfico 9: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Sérgio Sá Leitão	121
Gráfico 10: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Sérgio Sá Leitão – Classificação: Ações do MinC	123
Gráfico 11: Matérias sobre a Política Cultura Viva 2016-2018	130
Gráfico 12: Matérias sobre o Sistema Nacional de Cultura 2016-2018	142

Listagem de tabelas

Tabela 1: Discursos de posse: Palavras relacionadas à política cultural como Transformação Social	54
Tabela 2: Discursos de posse: palavras relacionadas à política cultural formalista/estado mínimo.....	55
Tabela 3: Discursos de posse: palavras relacionadas ao nacionalismo	55
Tabela 4: Matérias sobre a Política Cultura Viva e sobre Pontos de Cultura – maio/2016 a dezembro/2018	131
Tabela 5: Situação da Meta 23 do Plano Nacional de Cultura	134
Tabela 6: Situação da Meta 1 do Plano Nacional de Cultura	143

Listagem de quadros

Quadro 1: Comparativo estrutura do Ministério da Cultura 2015 x 2016	89
Quadro 2: Comparativo estrutura do Ministério da Cultura 2016 x 2018	91
Quadro 3: Comparativo estrutura do Ministério da Cultura 2015 x 2018	92
Quadro 4: Matérias publicadas sobre Pontos de Cultura – Governo Temer	132
Quadro 5: Matérias publicadas sobre o Conselho Nacional de Políticas Culturais – Governo Temer	144
Quadro 6: Matérias publicadas sobre o Fundo Nacional de Cultura – Governo Temer	149

Listagem de figuras

Figura 1: Mapa dos Pontos de Cultura.....	48
Figura 2: Organograma da área finalística do Ministério da Cultura – Decreto 8.470/2015....	85
Figura 3: Organograma da área finalística do Ministério da Cultura – Decreto 8.837/2016....	86
Figura 4: Organograma da área finalística do Ministério da Cultura – Decreto 9.411/2018....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
1. CONTEXTUALIZANDO.....	32
1.1 Conceitos de políticas culturais	32
1.2 Principais características da gestão do PT nas políticas culturais	41
1.3 Contextualização das políticas culturais: Sistema Nacional de Cultura e Cultura Viva	54
1.4 Contextualizando o Governo de Michel Temer	62
2. DISCURSOS DE POSSE: FORMAÇÃO DISCURSIVA E IDEOLÓGICA DA GESTÃO	67
2.1 Uma análise quantitativa	67
2.2 Discursos de posse e ideologia	70
2.2.1 Crítica às gestões anteriores e defesa da gestão do Michel Temer.....	75
2.2.2 Cultura como algo essencialmente bom e integrador	79
2.2.3 Valorização do caráter econômico nas políticas culturais.....	82
2.2.4 Nacionalismo	85
2.2.5 Conceito de cultura restrito à cultura erudita.....	88
2.3 Conclusões sobre os discursos.....	92
3. (DES)CONTINUIDADES DAS POLÍTICAS	97
3.1 Reestruturações do MinC: qual espaço na estrutura para Cultura Viva e SNC?.....	97
3.2 Análise das matérias publicadas no site do Ministério da Cultura.....	107
3.2.1 Gestão Marcelo Calero: foco na gestão?	113
3.2.2 Gestão Roberto Freire: o ministro parlamentar.	123
3.2.3 Gestão Sérgio Sá Leitão: o importante é a economia.	133
3.3 Cultura Viva	139
3.4 Sistema Nacional de Cultura	148
4. CONCLUSÃO: O RETORNO DAS TRÊS TRISTES TRADIÇÕES	163
REFERÊNCIA	170
Anexo A – Discurso de posse do ministro Gilberto Gil – 2003	185
Anexo B – Discurso de posse do ministro Marcelo Calero – 2016.....	190
Anexo C – Discurso de posse do ministro Roberto Freire – 2016	195
Anexo D – Discurso de posse do ministro Sérgio Sá Leitão - 2017	197

INTRODUÇÃO

Por ser servidora do extinto Ministério da Cultura, assistir de perto tantas mudanças na estrutura do órgão me instigou a pesquisar o que aquelas mudanças representavam e os impactos que elas teriam no desenvolvimento das políticas culturais.

Essa pesquisa se propõe a fazer uma análise das políticas públicas de cultura do Governo Federal durante a gestão do Presidente Michel Temer, para verificar até que ponto houve continuidade das políticas culturais que estavam sendo desenvolvidas no período anterior ao seu governo e quais mudanças foram implementadas. O período analisado se inicia em maio de 2016 com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff e termina em dezembro de 2018 no final do mandato eletivo da chapa Dilma Rousseff/Michel Temer.

Foram selecionados como objetos de análise os discursos de posse dos ministros do período (Marcelo Calero, Roberto Freire e Sérgio Sá Leitão) e as políticas Cultura Viva (em especial a ação Pontos de Cultura¹) e o Sistema Nacional de Cultura (em especial o Conselho Nacional de Políticas Culturais, a Conferência Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura).²

Os discursos de posse foram selecionados por serem discursos emblemáticos, que foram pensados e escritos com o objetivo de dizer as diretrizes e as prioridades dos ministros ao ocupar o cargo. Desses discursos, pretende-se apreender o conceito de cultura que será adotado nas políticas culturais, os valores e a ideologia que nestes estão inseridos. Serão usados para subsidiar a análise autores que se dedicaram a estudar o discurso como Fiorin (1993) e Ricoeur (1994). Essa avaliação subsidiou a análise da continuidade/descontinuidade uma vez que foi possível avaliar se os valores e conceitos utilizados são os mesmos ou não.

Já nas políticas selecionadas, o objetivo é compreender se estas foram continuadas ou não. Essas políticas culturais foram escolhidas por serem as principais políticas culturais e por representarem duas das principais características do período anterior: a participação social e diversidade cultural. Além disso, essas políticas foram inseridas na Constituição Federal e/ou

¹ O Cultura Viva foi criado em 2004, pela portaria nº 156 como o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA. O programa tinha o objetivo de valorizar a cultura de base comunitária. O programa selecionou em todo o país grupos e instituições que realizavam atividades culturais para receber recursos e aumentar o alcance de suas atividades. O Cultura Viva virou uma política de estado definida pela lei 13.081/2014.

² Apesar das três políticas estarem hoje reunidas como elementos do Sistema Nacional de Cultura, elas foram desenvolvidas em tempos diferentes, tendo o Conselho Nacional de Políticas Culturais sido criado antes mesmo do início da gestão do Governo Lula. Essas questões serão apresentadas mais detalhadamente no primeiro capítulo deste trabalho.

estão previstas em leis e, por isso, deveriam ser continuadas. Com isso, pode-se avaliar se houve ou não continuidade das políticas culturais que estavam sendo desenvolvidas no Governo Temer.

Com essa pesquisa, pretendemos contribuir para a compreensão de como se desenvolveram as políticas públicas de cultura na gestão do governo Temer, nos somando às poucas reflexões já desenvolvidas sobre o período, como as de Alexandre Barbalho (2017; 2018) e as de João Domingues, Leandro de Paula Santos e Mariana de Oliveira Silva (2019). Esse tema ainda foi pouco desenvolvido pela literatura da área, inclusive pela proximidade temporal, uma vez que só transcorreram um pouco mais de dois anos desde o fim da gestão em questão.

Fazer esse levantamento de dados e contribuir para a compreensão de como foram desenvolvidas as políticas culturais nesse período é fundamental para que possamos entender melhor o processo que ocorreu de forma tão turbulenta. Com isso, é possível analisar as consequências das escolhas dos gestores e contribuir para o processo de pensar qual política de cultura queremos enquanto sociedade e para a qual devemos lutar coletivamente.

A hipótese que se apresentou para esse trabalho é a de que, embora, na teoria, ainda se estava na mesma gestão, uma vez que o Michel Temer era o vice-presidente da Dilma Rousseff, houve uma descontinuidade das políticas culturais que estavam sendo desenvolvidas, por uma mudança conceitual do que se entende como cultura nas políticas culturais e por objetivos divergentes das políticas culturais em relação ao período anterior.

Os objetivos dessa pesquisa foram: identificar de qual conceito de cultura/política cultural a gestão em análise se aproxima; verificar se houve alguma continuidade das políticas selecionadas e qual a dimensão da descontinuidade implementada; e identificar as prioridades da gestão.

Essa dissertação está organizada em três etapas. Num primeiro capítulo, serão contextualizados os conceitos de cultura e de políticas culturais, a gestão cultural do Governo Temer, objeto dessa pesquisa, e serão apresentadas as características da gestão imediatamente anterior, para fins de comparação. Identificou-se os conceitos de cultura e políticas culturais vigentes no Brasil através de autores e teóricos da área, como Calabre (2013), Rubim (2019), Barbalho (2015), Vich (2014) e Coelho (2011). Essas noções foram as balizadoras de todas as análises realizadas por essa pesquisa. Esses dois conceitos se encontram em disputa e, para isso, nos utilizamos do que foi desenvolvido por Michael Foucault em *A ordem do discurso* (2006) para tratar brevemente dessa questão. Ainda nesse primeiro capítulo, serão apresentadas as principais características da gestão anterior, através dos discursos do ministro

Gilberto Gil, das publicações oficiais e de teóricos da área como Lia Calabre (2019) e Albino Rubim (2015 e 2019). Além disso, fez-se uma breve reflexão do que as mudanças trazidas essa gestão representou.

Aprender os conceitos e as características das políticas culturais foi fundamental para poder fazer comparações e paralelos das características identificadas com outros períodos das políticas culturais no Brasil. A contextualização da gestão anterior se faz necessária para a compreensão dos valores e conceitos que sustentam as políticas, cuja continuidade é avaliada nesse trabalho. É importante ressaltar que, para essa dissertação, considera-se a gestão anterior o período de 2003 ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016, por entender que o conceito de política cultural utilizado e principais políticas se mantiveram durante todo esse período, apesar de apresentar algumas mudanças de prioridades entre a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff.

No segundo capítulo, é desenvolvida a análise dos discursos de posse dos ministros. Para a análise dos discursos, além dos conceitos do primeiro capítulo, buscaram-se autores que trabalham com o discurso para subsidiar a análise, como Fiorin (1993) e Ricoeur (1994).

No terceiro capítulo, desenvolve-se a análise da continuidade das políticas. Para a avaliação da continuidade ou não das políticas, foram usados três critérios: a estrutura do ministério dedicada à gestão do Cultura Viva e do Sistema Nacional de Cultura; se foram executadas as etapas previstas para o andamento dessas políticas; e a inserção de cada uma nas matérias do site do Ministério da Cultura.

Avaliar as mudanças da estrutura do Ministério (nesse período houve duas mudanças: uma em 2016 e outra em 2018) e o espaço dedicado a cada política de forma comparativa à estrutura anterior é uma forma de avaliar a importância que cada política teve nesse período. Foi realizado um levantamento das matérias publicadas no site do Ministério da Cultura no período, com o objetivo de fazer uma análise quantitativa para identificar as prioridades da gestão, observando as maiores incidências das matérias e uma análise qualitativa de como as políticas selecionadas foram trabalhadas pela gestão. Várias das políticas tinham ações que já estavam programadas e, algumas, previstas em lei, regimento interno ou no Plano Nacional de Cultura. Fazer esse levantamento permitiu avaliar quais as ações previstas foram executadas.

A proximidade com o meu objeto trouxe um grande desafio, que é conseguir me distanciar das impressões empíricas para conseguir fazer a análise científica com base em evidências. Assim, procurei produzir dados, inclusive numéricos, para embasar as análises e conclusões que apresento, com critérios claros e definidos de modo a garantir uma produção científica. Por outro lado, essa posição como servidora da Cultura me trouxe uma bagagem de

informações e conhecimentos, acumulada pelos anos de trabalho acompanhando de perto as políticas desenvolvidas pelo governo federal, sobre todo esse processo de mudança de gestão, o que me ajudou na realização da pesquisa. Portanto, essa proximidade com o objeto me permite trazer para a academia uma análise com um ponto de vista diferente, de alguém que vivenciou esse processo de dentro do Ministério da Cultura.

1. CONTEXTUALIZANDO...

Este libro es consciente de que la noción de cultura está siempre en disputa y que cualquier elección sobre cómo trabajar con ella es profundamente política (VICH, 2014, p. 18).³

Como afirma Victor Vich, em citação em epígrafe, os conceitos de cultura estão sempre em disputa e essa disputa é o pano de fundo das análises que se pretende realizar. Sendo assim, para fazer a análise do objeto dessa pesquisa, será necessário fazer uma breve contextualização histórica desses conceitos no Brasil através de uma rápida revisão bibliográfica.

Nesse capítulo também são apresentadas as características das políticas culturais da gestão Lula/Dilma (detalhando o Sistema Nacional de Cultura e o Cultura Viva) que servirão de base para avaliar a continuidade ou não das políticas culturais na gestão seguinte. E, ao final, também uma rápida contextualização da gestão objeto da análise.

1.1 Conceitos de políticas culturais

Dois dos conceitos de cultura que são empregados na formulação das políticas públicas de cultura que serão utilizadas nessa pesquisa são relatados por Lia Calabre (2013), no artigo *História das Políticas Culturais na América Latina: um estudo comparativo Brasil, Argentina, México e Colômbia*. Em um, a cultura é tida como um sinônimo civilização, de cultura erudita, relacionada às expressões artísticas de origem europeia, que teriam mais valor ou seriam mais importantes que as demais formas de manifestações culturais. No outro, valorizam-se todas as formas de saber e fazer, nas quais se inclui toda a diversidade cultural.

Já no campo das políticas setoriais, a questão que se coloca é a do próprio conceito de cultura com o qual a política opera. Uma política elaborada a partir do conceito de cultura definido como sinônimo de civilização, aos moldes de século XIX, vai priorizar o conhecimento, o letramento, as manifestações artísticas eruditas, a literatura universal, a música clássica, enfim toda uma herança europeia e que se contrapõe ao conceito mais amplo que toma a cultura como o conjunto de fazeres e saberes. No primeiro caso, a política a ser implementada pode ser a que objetiva levar cultura para o povo, destacando entre um repertório estabelecido elementos que devem ser disseminados, desconsiderando e, muitas vezes, desqualificando o que é praticado e produzido culturalmente pelas camadas populares da sociedade. Já uma prática política que toma a cultura como o conjunto de saberes e fazeres da

3 Tradução livre da autora: “Este livro é consciente de que a noção/conceito de cultura está sempre em disputa e que qualquer escolha sobre como trabalhar com ela é profundamente política”.

população deverá buscar e trabalhar com o diverso, com o plural, investir no diálogo que promova e fortaleça a diversidade cultural (CALABRE, 2013, p.325).

Tendo apresentado resumidamente o conceito de cultura, será abordado a seguir o conceito de política cultural que servirá de base a este trabalho. Ao fazer uma revisão histórica dos conceitos de políticas culturais desenvolvidos por acadêmicos da América Latina, Albino Rubim (2019), no artigo *Uma Visita Aos Conceitos De Políticas Culturais Na América Latina*, identifica duas formas principais de conceituar políticas culturais.

Um conceito prega neutralidade das políticas, reduzindo-a a estruturas formais e burocráticas, de forma a “criar ‘estruturas de oportunidades’ (entendidas como mercados, sistemas de seleção, pluralidade de ofertas, variedade) e impedir que sejam interdidas por algum fechamento ideológico ou manipulação monopolista” (RUBIM, 2019, p.269). Rubim discorre sobre esse conceito desenvolvido por Joaquín Brunner e ressalta que essa forma de compreender as políticas tiveram espaço na América Latina numa perspectiva neoliberal de estado mínimo, nos anos 1980 e 90, inclusive no Brasil, motivado principalmente pela interferência do Estado na produção (censurando, inclusive) nos governos não democráticos.

Seu principal autor, José Joaquín Brunner (1987, p. 198), preocupado com as relações entre democracia e políticas culturais, anota textualmente: “En otras palabras, las políticas culturales democráticas son – en su sentido más general – políticas formales. Persiguen arreglos institucionales más que aplicar contenidos cognitivos a la sociedad”. Conforme o autor, caberia criar “estruturas de oportunidades” (entendidas como mercados, sistemas de seleção, pluralidade de ofertas, variedade) e impedir que sejam interdidas por algum fechamento ideológico ou manipulação monopolista. (BRUNNER, 1987, p. 198) (RUBIM, 2019, p. 269)

Nessa mesma linha, no Brasil, autores – como Teixeira Coelho – pregam a neutralidade ao definir políticas culturais como ciência e criticam a possibilidade de um papel ativo e democrático do Estado na área, por considerar que pode ser ideologizada. “A proposição encontra-se estritamente associada à perspectiva do autor de que ‘[o] conceito de política cultural apresenta-se com frequência sob a forma altamente ideologizada’. (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 293)” (RUBIM, 2019, p. 271)⁴

A classificação das políticas culturais como ciência é criticada por Alexandre Barbalho (2007, p.30) no artigo “Por um conceito de políticas culturais”, argumentando que o objeto das políticas culturais não é tão singular que demande a elaboração de uma área

4 Albino Rubim ao tratar do conceito de políticas culturais desenvolvido pelo Teixeira Coelho no *Dicionário Crítico de Políticas Culturais*, cita parte da definição.

científica e não está inserido em um saber específico, uma vez que as reflexões científicas da área estão na confluência de diversas áreas.

Barbalho faz outras críticas ao conceito desenvolvido por Teixeira Coelho, avaliando que o conceito “não daria conta dos trânsitos das propostas, conceitos, representações e imaginários que cruzam o campo cultura e que muitas vezes não se concretizam em ações práticas” (BARBALHO, 2007, p. 31) e que designa ao gestor o poder de definir as necessidades culturais e as ações que serão realizadas para atendê-las, sendo assim, as políticas resultariam “de uma relação de forças culturais e políticas” (*Idem*).

Considerando que, como afirma Victor Vich na citação em epígrafe a esse capítulo, toda escolha é política e que, de acordo com Fiorin (1993), conforme é desenvolvido mais adiante, todo discurso é carregado de uma ideologia, não seria possível alguma política cultural não estar relacionada com uma ideologia.

Teixeira Coelho (2011), em artigo para *Revista do Observatório Cultural* sobre direitos culturais, edição em que assina a organização, faz uma crítica ainda ao modelo proposto por Gilberto Gil (sobre o qual será desenvolvido mais à frente), ao questionar a meta de alcançar o maior número de pessoas em detrimento do que parece ser a “qualidade”. Para ele, satisfazer minimamente os direitos de um maior número de pessoas seria pior que satisfazer efetivamente menor número de pessoas.

A cultura é um campo aberto às simplificações teóricas e paradoxalmente a política cultural torna-se mais simplificada à medida que a dinâmica cultural se apresenta mais complexa. É um mecanismo de defesa do gestor cultural, seria possível dizer; compreensível mas nem por isso justificável: a política cultural tem por meta alcançar o maior número possível de pessoas e isso ela busca fazer por meio, frequentemente, do procedimento da equiparação por baixo e pelo mínimo que satisfaça o maior número; os direitos culturais, inversamente, têm o indivíduo por sujeito e o coletivo como objeto. (TEIXEIRA COELHO, 2011, p. 13)

Ele afirma isso num contexto em que apresenta o direito cultural como algo não da coletividade e sim do indivíduo. E não relacionado somente ao atendimento às necessidades culturais do indivíduo, mas também ao desejo que se relaciona com a necessidade da arte. Segundo ele, o uso antropológico da cultura atrapalhou a distinção entre cultura e arte. Pode-se observar nesse discurso que ele se alinha mais a uma visão neoliberal, de valorização do indivíduo e de uma política cultural que valoriza a arte em detrimento do conceito antropológico da cultura.

Os direitos culturais ainda levam muito pouco em consideração os desejos das pessoas na cultura e diante da cultura, preferindo sempre falar em necessidades, que parecem (apenas ilusoriamente) ser mais definíveis porque... coletivas. Essa carência

certamente deriva de uma ainda insuficiente distinção entre cultura e arte, fruto de uma concepção antropológica da cultura, também ela do século XIX, que não termina de impor-se. Uma cultura pode ter necessidades, é possível concedê-lo. Mas a arte é essencialmente uma questão de desejo, e o desejo é pessoal, individual. O que justifica a existência de uma obra de arte é o desejo de seu criador, desejo que na sociedade moderna e contemporânea independe de qualquer necessidade do destinatário dessa obra de arte (TEIXEIRA COELHO, 2011, p. 10).

Em outro trecho do mesmo artigo, o autor ainda se aproxima do conceito formalista de políticas culturais ao entender que o Estado deve somente criar condições para que a cultura aconteça, por isso não seria responsável por prover os direitos culturais, associando essa demanda somente a regimes totalitários.

Se tenho direito a participar da vida cultural, e uma vez que a todo direito deve corresponder um dever, quem ou o que está obrigado a me fornecer essa vida cultural? O outro igual a mim certamente não, a sociedade como um todo tampouco. Regimes totalitários dizem que é o Estado que deve fornecer essa vida. Mas o espírito da Declaração dos Direitos está longe de respaldar essa interpretação: cabe ao Estado preservar a vida cultural que existe, não criar uma, produzir uma. O Estado contemporâneo não produz cultura, apenas cria as condições para que a cultura aconteça. Os direitos culturais são direitos assimétricos: o direito está claro, o dever nem tanto. Isso talvez porque a ideia dos direitos culturais se prenda demasiado à noção de necessidades culturais (TEIXEIRA COELHO, 2011, p. 9).

O direito cultural é individual quanto a seu sujeito e coletivo em seu objeto, como escreve neste número Patrice Meyer-Bisch (TEIXEIRA COELHO, 2011, p. 10).

Não, a cultura e as culturas, consideradas como totalidades homogêneas, são muitas vezes armadilhas das mais perigosas e fonte de discriminações e opressões. As culturas precisam ser desmembradas em suas unidades mínimas para adquirirem o sentido pelo qual cabem ser preservadas, e essas unidades mínimas são as pessoas, os indivíduos, novamente. E é isso que permitirá avaliar se uma cultura ou um princípio cultural é tão bom quanto outro e pode ou não ser defendido ou, pelo contrário, recusado (TEIXEIRA COELHO, 2011, p. 11).

Essa concepção formalista de política cultural é criticada por Rubim e diversos outros autores por ignorar as desigualdades próprias das sociedades capitalistas, de modo que a igualdade formal não é de fato uma igualdade de oportunidades. Além disso, menospreza a capacidade de inovação e de proposição de alternativas políticas. Pode-se relacionar essa crítica a uma citação de Boaventura de Souza Santos no livro de Lia Calabre:

[...] uma vez que todas as culturas tendem a distribuir pessoas e grupos de acordo com dois princípios concorrentes de pertença hierárquica, e, portanto, com concepções concorrentes de igualdade e diferença, as pessoas e grupos sociais tem o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza (SANTOS, *apud* CALABRE, 2019, p. 57).

A outra forma de conceituar as políticas culturais se baseia no conceito de Néstor García Canclini, citado por Rubim. Esse autor considera diversos agentes responsáveis pela

elaboração das políticas além do Estado e que estas podem reforçar consensos ou promover uma transformação social.

Entenderemos por políticas culturales el conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (CANCLINI *apud* RUBIM, 2019, p. 4)⁵.

Rubim ainda assinala que satisfazer as necessidades culturais significa garantir os direitos culturais da população. O autor ressalta que esse conceito tem uma larga adesão no Brasil, no meio acadêmico, aparecendo em diversas dissertações e teses e no trabalho dos mais diversos autores da área.

A transformação social que Canclini coloca como uma possibilidade é defendida por Victor Vich (2014), no livro *Desculturalizar la Cultura*, como uma obrigação das políticas culturais. Segundo ele, a cultura tem o poder de reinventar novas formas de vida e de questionar hegemonias e desacreditar aqueles que se apresentam como naturais, que é exatamente o proposto pelo ministro Gilberto Gil.

En ese sentido, las políticas culturales deben partir por cuestionar aquella ideología que entiende el progreso social como la pura acumulación económica o como el fortalecimiento exclusivo del individuo liberal. Se trata, por el contrario, de gestionar la cultura a fin de posicionarla como un recurso crítico para construir mayor ciudadanía (VICH, 2014, p. 20).

Por eso mismo, una buena gestión cultural debe surgir de una gran cantidad de actores sociales – en especial, de aquellos historicamente silenciados – o ser capaz de convocarlos. Las políticas culturales deben tener como uno de sus objetivos fundamentales promover a los ciudadanos como agentes más participativos en el diseño de la vida común (VICH, 2014, p. 20).

A adoção da noção “antropológica” permite que o ministério deixe de estar circunscrito à cultura erudita, à arte e ao patrimônio (material) e abra suas fronteiras para outras modalidades de cultura: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientações sexuais; das periferias; das mídias sonora e audiovisual; das redes informáticas etc. (RUBIM, 2015, p. 15).

No Brasil, no período de 1990 a 2016, cada conceito de cultura descrito por Lia Calabre (2013) esteve alinhado a uma forma de conceituar e elaborar políticas culturais exposta por Albino Rubim. Num primeiro período, de 1990 até 2002, ao se aproximar do conceito de cultura relacionado à valorização de manifestações culturais de origem europeia, o governo propôs políticas pautadas pelo formalismo e pelo estado mínimo do neoliberalismo,

5 Trecho citado do livro *Políticas Culturales en America Latina*, publicado em 1987, de Néstor García Canclini.

tendo como sua principal fonte de atuação o financiamento às leis de incentivo, nas quais se delega ao poder econômico a destinação dos recursos públicos através de incentivos fiscais.

A gestão do Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi o momento da consagração desse novo modelo que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados (CALABRE, 2007, p. 95).

Durante muito tempo a ação do Estado ficou restrita a preservação daquilo que comporia o conjunto dos símbolos formadores da nacionalidade, tais como o patrimônio edificado e as obras artísticas ligadas à cultura erudita (composições, escritos, pinturas, esculturas, etc.). O papel de guardião da memória nacional englobava atribuições de manutenção de um conjunto restrito de manifestações artísticas. As manifestações populares deveriam ser registradas e resgatadas dentro do que poderia ser classificado como o folclore nacional (CALABRE, 2007, p.96).

Essa valorização das culturas eruditas e do patrimônio pode ser observada na entrevista do ministro Francisco Weffort, que esteve à frente do Ministério de 1994 a 2002, na publicação *Produção Cultural no Brasil*. Ao falar da avaliação dos oito anos que esteve à frente do Ministério, ele cita, como principais ações, o programa de apoio a bandas de música no interior com o envio de kits de instrumentos pela Funarte, relatando a importância de se aprender a ler partitura, e o projeto *Monumenta* de recuperação do patrimônio histórico. Além disso, defendeu a Lei Rouanet como se encontrava, sendo contrário à reformulação da lei proposta pela gestão de Gilberto Gil e de Juca Ferreira (WEFFORT, 2010, p.41).

O conceito relacionado à transformação social, adotado no Brasil a partir de 2003, quando Gilberto Gil assume a gestão do Ministério da Cultura, é o conceito antropológico de cultura, evocado por ele em seu discurso de posse (GIL, 2003), no qual toda diversidade cultural brasileira seria incluída. Esse conceito se mantém nas políticas culturais durante todo o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016).

Ao propor uma nova forma de se fazer política cultural, com a utilização do conceito antropológico de cultura, optou-se por tentar mudar um quadro das políticas culturais vigente no período anterior (de 1990 a 2002), que valorizava as manifestações culturais eruditas e se baseava praticamente no mecenato da Lei de Incentivo à Cultura.

Ao tratar das características das políticas culturais no Brasil de forma mais ampla, Albino Rubim (2015), no artigo *Políticas Culturais no Brasil: desafios contemporâneos*, descreve as três tristes tradições que permeavam as políticas públicas de cultura e que passaram a ser enfrentadas na gestão do Gilberto Gil: ausências, autoritarismos e instabilidades. A ausência se apresenta como inexistência, durante muito tempo, mas também como uma política neoliberal com a substituição do poder do estado de deliberação para o

mercado. Autoritarismos, como trata o autor, não se resumem aos períodos ditatoriais, mas também de relações sociais autoritárias e desiguais, mesmo em momentos democráticos que geraram a exclusão cultural de grande parte da população.

A relação entre autoritarismo e políticas culturais não se restringe aos anos de regimes ditatoriais. Como muitos autores têm assinalado em interpretações diferenciadas, o autoritarismo impregna a sociedade brasileira, dada a sua estrutura desigual e elitista (FERNANDES, 1975; COUTINHO, 2000; CHAUI, 2000). Esse elitismo se expressa, em um plano macro, no desconhecimento, na perseguição e no aniquilamento de determinadas culturas e na exclusão cultural a que é submetida parte significativa da população. Ele está entranhado em quase todos os poros da sociedade brasileira. Como nas concepções de cultura subjacentes a muitas das políticas culturais empreendidas.

As culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e mesmo midiáticas foram desprezadas pelas políticas culturais nacionais, quando elas existiam. (RUBIM, 2015, p.13)

E a instabilidade, ainda segundo o autor, é expressada pelas descontinuidades administrativas e ausência de políticas permanentes. A constante mudança de responsáveis pela pasta durante alguns períodos e até mesmo a fragilidade da institucionalidade do Ministério da Cultura, que foi criado em 1985, e já foi extinto em 1990, retornando somente em 1992, demonstram isso.

Para Albino Rubim (2015, p.15), a gestão dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira se propôs a enfrentar as três tradições ao assumir o papel de formulador de políticas, ao propor um diálogo com a sociedade no processo de formulação das políticas, ao assumir o conceito antropológico de cultura, pela permanência de um projeto uniforme por oito anos e pela aprovação de Emendas da Constituição, entre outros.

A proposta de enfrentamento a essas tradições das políticas culturais pode ser observada já no discurso de posse de Gilberto Gil, que reconhece a ausência de grande parte da população nas políticas de cultura até aquele momento e propõe dar espaço para toda a diversidade cultural, por um processo democrático.

E é por isso mesmo que assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia-a-dia dos brasileiros.

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que - não se enquadrando, por sua antigüidade, no panorama da cultura de massa - é produzido por gente inculta, por " primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me

preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore", o que existe é cultura.

(...)

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial.

(...)

a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante.

(...)

Temos de completar a construção da nação. De incorporar os segmentos excluídos. De reduzir as desigualdades que nos atormentam (GIL, 2003).

Nos trechos do discurso citados acima, afirma-se o caráter excludente das políticas que estavam sendo desenvolvidas até então e traça-se a diferença desse modelo em relação ao que o ex-ministro está então propondo fazer. Ele cita as estruturas e instituições que possuem o poder de determinar o discurso hegemônico, colaboraram para a restrição do conceito de políticas culturais no país e hierarquizam as formas de manifestação cultural: a academia, a classe artística e intelectual.

Como afirma Michael Foucault no livro *A ordem do discurso*, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2006, p.10). E nesse discurso estão incluídos não só o espaço para falar, dar opinião e se expressar verbalmente, mas também o de se expressar cultural e artisticamente e ser reconhecido. Ao expressar o conceito a ser utilizado e a diferença com o modelo anterior, propõe-se a disputa por esse discurso, pelo conceito dominante de cultura nas políticas e pelo próprio conceito de políticas culturais. Essa disputa não é travada somente pelo ministro, mas por grupos que compõem a sociedade.

O conceito de cultura que valoriza as manifestações de origem europeia utilizado nas políticas culturais tem origem em conceitos acadêmicos que tratam a cultura como sinônimo de civilização e essa hierarquização das manifestações culturais estão presentes, muitas vezes, no conceito de arte (que antecede a discussão do conceito de políticas culturais) e são defendidas até hoje por autores como Teixeira Coelho (2011, como já citado) e Mario Vargas Llosa (2013) (como, por exemplo, no livro *A civilização do espetáculo*).

Segundo Foucault (2006), um dos sistemas de exclusão do discurso é a vontade de verdade que é apoiada nas instituições e é reforçada e reconduzida por um conjunto de práticas. Essa vontade de verdade está presente nos discursos científicos dos intelectuais e da academia, e impõe pressão aos outros discursos. Esse discurso é controlado por regras e

condições (domínio do objeto, conjunto de métodos e conjunto de proposições consideradas verdadeiras) de modo a restringir o seu acesso a um determinado grupo. E o discurso científico pode ainda ser classificado como “narrativas maiores” (FOUCAULT, 2006, p.22), que são referências e que são constantemente citadas e repetidas, por isso tiveram um papel importante na construção e manutenção desse conceito de política cultural formalista/elitista.

Essa mudança proposta por Gilberto Gil se baseia em outra linha acadêmica, como podemos observar no artigo *Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina* de Albino Rubim (2019), que vinha se desenvolvendo há décadas na América Latina. O desenvolvimento dessa linha está presente no Programa de Governo do presidente Lula para as eleições de 2002, denominado *A imaginação a serviço do Brasil*, que teve colaboração, inclusive, de Albino Rubim.

Um trecho interessante do discurso é quando o ministro afirma que cultura não é somente o que se produz nas formas canonizadas dos códigos ocidentais. Nesse momento, ele chama a atenção para o fato de que estavam sendo apoiadas pelo Ministério da Cultura somente as culturas da nossa herança europeia (que representam principalmente as elites e classe média) e que as demais manifestações culturais, como as de origem africanas e indígenas (classes subalternizadas), não estavam sendo contempladas ou reconhecidas pelas políticas culturais ou, quando apareciam, eram tratadas como folclore, de forma estereotipada, como ele relata no discurso. Desse modo, essas manifestações culturais dos grupos subalternizados não tinham o espaço nem a possibilidade de disputar o discurso.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), tanto a identidade quanto a diferença são construídas na linguagem e precisam ser nomeadas. Essa afirmação da identidade e a enunciação da diferença não é algo natural e sim o exercício do poder de um grupo sobre o(s) outro(s). E esse poder é usado para se estabelecer como a norma, em detrimento das outras culturas que passam a ser classificadas como “anormais” para garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.

Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única (SILVA,2000).

Assim, o ex-ministro identifica o que era considerado a “norma” (as formas canonizadas dos códigos ocidentais) e o que era considerado “anormal” (todas as outras manifestações culturais reduzidas ao termo folclore). Assim como a identidade e a diferença se constroem na linguagem, é também através dela que essas definições são questionadas.

Assim, ao reconhecer, já no seu discurso de posse, essa desigualdade de acesso às políticas e o que estavam sendo excluídos, questiona o que estava posto como a “norma”.

Um discurso de posse, especialmente este que marca uma mudança na gestão das políticas públicas de cultura do governo federal, também pode ser classificado, segundo Foucault (2006) como “narrativas maiores”, que sempre serão retomadas e citadas, tendo um maior alcance. Com isso, Gilberto Gil desestabiliza as relações de poder estabelecidas e faz com que esses grupos ganhem espaço nessa disputa pelo discurso e já sejam enunciados de uma forma diferente do que a determinada pela cultura hegemônica, ajudando a romper com o silenciamento e a invisibilidade imposta a esses grupos.

No período de 2003 a 2016, quando foi adotado o conceito que trata da diversidade, o Estado assumiu a função de elaboração de políticas e programas determinando, junto com a sociedade, onde investir recursos, buscando a transformação social.

Assim como observado pela Lia Calabre na citação abaixo, os conceitos que são apresentados aqui não devem ser observados como conceitos puros, mas como referências para observar de quais características cada gestão se aproxima possibilitando determinar os conceitos predominantes em um determinado período.

Tendo em vista que as realidades são dinâmicas e que nelas não costumam ocorrer modelos puros de conceituação e de administração, estamos nos referindo aqui a um conjunto de características predominantes, que determinam a maior parte das ações implementadas (CALABRE, 2013, p.325).

Assim, como critério de análise dessa pesquisa, investimentos pontuais em culturas populares, por exemplo, não caracterizam uma política voltada ao conceito de cultura relacionado ao conceito antropológico, se as prioridades da gestão estão voltadas para as manifestações culturais eruditas. O mesmo se aplica ao conceito de políticas culturais.

1.2 Principais características da gestão do PT nas políticas culturais

A gestão do Partido dos Trabalhadores na pasta da cultura se iniciou com o ministro Gilberto Gil (2003-2008), seguido pelo seu secretário-executivo, Juca Ferreira (2008-2010) nos oito anos de gestão do governo Lula. Na gestão da presidenta Dilma, as ministras Ana de Hollanda (2011-2012), Marta Suplicy (2012-2014) estiveram à frente da gestão no primeiro mandato, e o retorno do Juca Ferreira (2015-2016), no segundo mandato. Nesse período, tivemos o primeiro ministro negro e a primeira mulher a assumir a pasta, já demonstrando uma diversidade de atores que se resumiu anteriormente a homens brancos.

Para além do PT, o ministério foi composto também por pessoas de outros partidos políticos que compunham a base de sustentação do governo, como do PV, partido dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira (na gestão da Dilma, Juca Ferreira retorna ao ministério como filiado ao PT), PCdoB e PMDB e essa convivência de diversos atores nem sempre foi harmoniosa, mas também não impediu o desenvolvimento das principais políticas propostas.

Pelas pesquisas produzidas sobre a gestão da cultura no governo Dilma, foram identificadas descontinuidades e mudanças de posicionamentos em relação ao governo anterior, como tratado na publicação *Políticas culturais no governo Dilma* organizada por Albino Rubim, Alexandre Barbalho e Lia Calabre (2015). Mas essas diferenças não serão tratadas nesse trabalho, uma vez que as políticas objeto deste estudo e, conseqüentemente, os valores em que se basearam essas políticas se mantiveram no período, como afirma Albino Rubim em artigo na publicação.

Na contramão da instabilidade das gestões ministeriais de Ana de Hollanda e Marta Suplicy, algumas políticas estruturantes e de grande impacto para a estabilidade das políticas culturais se mantiveram e foram continuadas, mesmo com limitações, devido aos abalos de políticas culturais que ocorreram na passagem da gestão de Juca Ferreira para a de Ana de Hollanda e dela para Marta Suplicy (RUBIM, 2015 p.17-18).

Nos discursos do ministro Gilberto Gil no ano de 2003, no primeiro ano de gestão, desenvolveram-se conceitos que serviriam de base para o desenvolvimento das políticas que perduraram até 2016. Esses discursos foram tão emblemáticos que se transformaram na publicação, *Cadernos do do-in antropológico, nº1* (GIL, 2003). Esse interesse em registrar e construir um outro discurso parece contar com a consciência de que, de acordo com Foucault (2006, p.10), como citado anteriormente, o discurso é aquilo pelo que se luta. Tanto ao proferir os discursos como autoridade máxima da pasta da cultura no país quanto ao registrar em publicação transforma-os em “narrativas maiores”, permitindo que sejam tomados como referências e sejam reproduzidos. Este trabalho é exemplo disso, ao utilizar-se de várias citações desses discursos para apontar as características dessa gestão.

O conceito de cultura adotado pela gestão foi expresso pelo ministro no discurso na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, em março de 2003. Ele nega o uso do conceito de cultura sinônimo “do conjunto das formas canonizadas pela cultura ocidental-europeia” como uma “cultura superior” e apresenta o conceito de cultura da gestão que já tinha sido apresentado no seu discurso de posse, o conceito antropológico. Esse conceito é identificado por pesquisadores como Albino Rubim como um dos elementos que

permitiu o Ministério da Cultura não estar mais restrito à cultura erudita, à arte e ao patrimônio e a ampliar o campo de atuação e atores.

Daí que a nossa visão de cultura seja a mais ampla e realista possível, levando em conta, radicalmente, tanto a unidade quanto a multiplicidade cultural brasileira, em suas diversas regiões geográficas e camadas sociais. Como disse no meu discurso de posse, quando falamos de cultura, estamos empregando a palavra em sua acepção plena. Em seu sentido antropológico. Cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Cultura como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos de nosso povo. Como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Como aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor de nossa identidade. Como espaço de realização da cidadania. Cultura como síntese do Brasil. (GIL, 2003, p.45)

A adoção da noção “antropológica” permite que o ministério deixe de estar circunscrito à cultura erudita, à arte e ao patrimônio (material) e abra suas fronteiras para outras modalidades de cultura: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientações sexuais; das periferias; das mídias sonora e audiovisual; das redes informáticas etc. (RUBIM, 2015, p.15).

No trecho do discurso citado acima se apresenta um nacionalismo diferente de muitos momentos históricos do país que foram baseados na construção de uma cultura nacional única por um processo excludente e homogeneizador, com a seleção de elementos culturais para representar a nação. Gilberto Gil apresenta essa diferença de forma muito clara no discurso realizado no Seminário de Cultura do Ceará, em março de 2003, ao apresentar a construção de um novo Brasil através da diversidade cultural, do reconhecimento das múltiplas expressões culturais e, com isso, recuperar a dignidade nacional. Na apresentação da publicação *Diversidade Cultural Brasileira*, realizada sobre os seminários acerca do tema no ano de 2004, Gilberto Gil volta a tratar dessa nacionalidade, como transcrito abaixo:

Pois, da perspectiva do Ministério da Cultura, o desejo de "construir um novo Brasil", de recuperar a dignidade nacional brasileira, terá maior probabilidade de êxito se passar pelo mundo da cultura. Cultura não no sentido das concepções acadêmicas ou dos ritos de uma "classe artístico-intelectual". Mas em seu sentido pleno, antropológico. Vale dizer: cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Como usina e conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor de nossas identidades, construções continuadas que resultam dos encontros entre as múltiplas representações do sentir, do pensar e do fazer brasileiros e a diversidade cultural planetária (GIL, 2003, p.22).

São fundamentais o respeito, a valorização e o convívio harmonioso das diferentes identidades culturais existentes dentro dos territórios nacionais. O conceito de diversidade cultural nos permite perceber que as identidades culturais nacionais não são um conjunto monolítico e único. Ao contrário, podemos e devemos reconhecer e valorizar as nossas diferenças culturais, como fator para a coexistência harmoniosa das várias formas possíveis de brasilidade (GIL, 2005, p.7).

Para além da definição do conceito antropológico da cultura, outros conceitos e valores foram apresentados e desenvolvidos para fundamentar as políticas que viriam a ser desenvolvidas, como tridimensionalidade da cultura, direitos culturais, diversidade cultural e participação social. Importante observar que esses conceitos dialogam entre si, sendo sintetizados na tridimensionalidade da cultura.

A tridimensionalidade da cultura é apresentada para marcar que, além do aspecto econômico, que era o único tratado até então, existem outros dois aspectos a serem considerados na elaboração das políticas culturais: o cidadão e o simbólico. Essas duas dimensões já estavam presentes no programa de governo do Lula de 2002, *A imaginação a serviço do Brasil* e nas diretrizes apresentadas para as políticas culturais, tais como: a definição das políticas públicas de cultura como um direito básico dos cidadãos e um dever do estado; a compreensão da participação social como elemento fundamental para a formulação das políticas; o combate à exclusão social e cultural; no direito à criação e à difusão em todas as formas de expressão estética; e a valorização da diversidade cultural como um dos elementos fundamentais de seu projeto nacional de desenvolvimento. Essas características das políticas não estavam ainda estruturadas no termo tridimensionalidade da cultura, que viria a ser desenvolvido e consolidado durante a gestão do ministro Gilberto Gil e continuaria a ser utilizado como fundamento para as ações do ministério até 2016.

Nossa tradição partidária não tem considerado adequadamente a cultura como necessidade social básica, no mesmo nível da saúde, da educação ou da assistência social. O reflexo institucional disto é que não há uma política nacional de cultura com instrumentos adequados de controle social, democrático e transparente que possam, por exemplo, definir, acompanhar e fiscalizar os gastos do Fundo Nacional da Cultura, entre outros. Os instrumentos democráticos de controle social que o PT ajudou a construir junto aos ministérios da Saúde e da Educação não existem no Ministério da Cultura. Neste, impera ainda um certo espírito monarquista aliado aos corporativismos de várias espécies, inclusive com as oligarquias mais retrógradas do país. Pois os partidos e governos de direita reconhecem com muita acuidade a importância do campo cultural, porém desenvolvem ações autoritárias, utilitaristas e clientelistas, com muita mídia, que não reforçam uma concepção democrática e nacional articulada de cidadania cultural (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, p.10).

As dimensões simbólicas e cidadã já estavam também no discurso de posse do ex-Ministro Gil, também ainda sem ser denominado como tridimensionalidade da cultura, mas fica explícito que esses outros dois aspectos da cultura fariam parte da gestão.

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um **direito básico de cidadania**, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de conseqüências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de

hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados **ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira** (GIL, 2003, s/p – grifo nosso).

Essa concepção dessas três dimensões da cultura passou a permear todas as políticas do ministério, podendo ser encontrada em muitas publicações do ministério como o caderno de propostas da I Conferência Nacional de Cultura (2005), as publicações de orientação aos estados e municípios sobre a implementação dos sistemas de cultura (2011), nas publicações de construção do plano nacional de cultura (2009 a 2012), na publicação Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil (2007), entre outros. Mas a forma mais didática e consolidada que essas dimensões apresentam é na publicação “Cultura em três dimensões – Material informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010”. A publicação é um relatório das ações realizadas nas duas gestões do governo Lula. No texto assinado pelo ministro Juca Ferreira, que assumiu a pasta depois de Gilberto Gil pedir exoneração do cargo (era o Secretário-Executivo da pasta desde 2003), descreveram-se as três dimensões da cultura como eixo norteador de todas as políticas do período e exemplificou-se o que significou na prática cada dimensão.

Na dimensão simbólica, reconhece-se que todo brasileiro é sujeito de sua cultura e, com esse entendimento, passou-se a abarcar a multiplicidade de expressões culturais. Sendo assim, foram desenvolvidas ações que trataram da diversidade cultural brasileira. Para efetivar essa dimensão, demandou-se que o ministério alterasse, em algumas situações, alguns procedimentos administrativos para que fossem acessíveis a todos, incluindo a possibilidade de inscrição oral para alguns editais.

Todo brasileiro é sujeito de sua cultura e sua história, e as políticas do MinC buscaram reconhecer e valorizar esse capital simbólico, atendendo à multiplicidade de expressões. (...) Tal postura de realmente atender a todos impactou inclusive procedimentos administrativos. A política de editais, que adotou recortes específicos e simplificações, permitiu por exemplo a inscrição oral em certas seleções (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p.8).

A dimensão cidadã foi compreendida como a garantia “do acesso da cultura como direito”, compreendendo nessa dimensão também a participação social no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

A DIMENSÃO CIDADÃ consiste no reconhecimento de acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. A meta aqui, portanto, tem de ser o acesso universal. Pode-se também interpretar a expressão no sentido da participação: o envolvimento e a corresponsabilização da sociedade civil na formulação das políticas e na sua gestão. Se se trata de algo tão importante, as etapas de decisão, implementação e acompanhamento não podem prescindir do envolvimento dos cidadãos, que lhes

aporta mais eficácia, criatividade e legitimidade (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p.8).

Essa compreensão está associada ao dever do estado na garantia dos direitos culturais e apresenta-se em diversos discursos do ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil, no primeiro ano de gestão, como no trecho transcrito abaixo no discurso na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados.

Assim compreendida, a cultura se impõe, desde logo, no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o estado deve intervir. Não segundo a velha cartilha estatizante, mas mais distante ainda do modelo neoliberal que faliu. Vemos o Governo como um estimulador da produção cultural. Mas também, através do MinC, como formulador e executor de políticas públicas e de projetos para a cultura. Ou seja: pensamos o Ministério da Cultura no contexto em que o Estado começa a retomar o seu lugar e o seu papel na sociedade brasileira (GIL, 2003, p.49).

A dimensão econômica, segundo a publicação do ministério de 2010, traduziu-se em ações de pesquisa, capacitação e difusão das produções, com a intenção de fortalecer a cultura como vetor de desenvolvimento socialmente justo e sustentável.

A DIMENSÃO ECONÔMICA, se inscreve-se o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira. (...) Para que esse setor de inovação e criatividade seja incorporado ao novo cenário de desenvolvimento socialmente justo e sustentável, buscou-se fomentar, de forma sólida, fluxos de pesquisa, formação e difusão, e, claro, produção (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p.8).

O aspecto econômico ganhou um maior espaço na gestão da ministra Ana de Hollanda, que iniciou em 2011, com a criação da Secretaria de Economia Criativa e com a proposta do programa Brasil Criativo. Nesse contexto, foram implementados as Incubadoras Brasil Criativo e os Observatórios de Economia Criativa, em parceria com diversas universidades do país.

Nos discursos do primeiro ano de gestão, Gilberto Gil sempre apresenta as três dimensões da cultura, inclusive a necessidade de investimento observando o retorno econômico da cultura, mas a dimensão econômica sempre aparece associada às outras duas. Desse modo, as dimensões cidadã e simbólica são apresentadas de forma prioritária em relação à econômica.

Essa prioridade é reflexo do reconhecimento das desigualdades sociais que se refletia na pasta da cultura até a gestão de Gil, com a exclusão de grupos entre os atendidos pelas políticas, e na valorização, até aquele momento, da dimensão econômica que gerou uma concentração de recursos do setor numa região e em algumas manifestações culturais. Esse reconhecimento é feito no discurso de posse do ex-Ministro Gilberto Gil, nos discursos do

primeiro ano de gestão, na publicação *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil* em 2007, na publicação *Cultura em três dimensões* em 2010, entre outros. A promoção das ações relacionadas à diversidade cultural e à participação social foi apresentada para modificar esse cenário.

Essa reflexão sobre as desigualdades se apresenta, inclusive, em como seria tratada a diversidade cultural pelo ministério: reconhecendo as violências do processo de formação histórica, que têm reflexos até hoje na sociedade brasileira, e as diferenças culturais. Assim, distancia-se de uma concepção de diversidade que ignora os conflitos e desigualdades que acabam silenciando grupos oprimidos.

A adesão ao conceito de diversidade se dá de muitos modos, também de forma crítica e sem omitir os conflitos existentes em nossa formação histórica e social, o que significa um passo adiante dos multiculturalismos e dos regimes de tolerância que foram propostos a partir dos centros culturais hegemônicos. O reconhecimento das diferenças culturais que nos enriquecem não apaga as diferenças sociais que ainda marcam e empobrecem nossa sociedade (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007, p.14).

É interessante observar que os discursos e documentos produzidos pelo Ministério da Cultura nessa época identificavam que a liberdade de expressão e a democracia plena só seriam possíveis com o acesso de todos às políticas públicas. Essa compreensão favorece o combate à tradição do autoritarismo desenvolvida por Albino Rubim (2015) apresentada anteriormente.

Apoiamos a liberdade de expressão para muito além de palavras de ordem. Essa liberdade não se basta em sua inscrição na Carta Magna, exige a possibilidade real de todos terem acesso à informação e se expressarem – e nunca as pessoas no Brasil foram tão livres para isso como nos últimos oito anos. Da mesma forma, entendemos que liberdade de criação não se resume à inexistência de censura oficial: é a existência de condições para que as pessoas tenham acesso a formação e a recursos para criar e conseguir que a sua produção chegue a outras pessoas. Democracia não é só a permanência de instituições republicanas, é também sua tradução no cotidiano de cada um (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010, p. 9).

A participação social é sempre apresentada como algo fundamental na formulação de políticas públicas, como algo inerente ao processo. Com isso, a gestão criou vários momentos de diálogo com a sociedade civil, primeiro em seminários e reuniões, depois na institucionalização dos espaços de diálogo dentro da estrutura do Ministério da Cultura, nas Conferências Nacionais de Cultura, no Conselho Nacional de Políticas Culturais e nas Teias⁶.

Daí que três desafios se imponham agora ao Ministério. Primeiro, retomar nosso papel constitucional de órgão formulador e executor de uma política cultural para o

⁶ As Teias são encontros dos pontos de cultura, que podem ser encontros municipais, estaduais ou nacionais. Houve 5 Teias nacionais organizadas pelo Ministério da Cultura nos anos de 2006, 2007, 2008, 2010 e 2014.

país, o que vai exigir a deflagração de um amplo processo participativo capaz de subsidiar a construção dessa política (GIL, 2003, p. 50).

É interessante observar que esse diálogo com um público mais diverso propiciou a geração de demandas pela sociedade civil que tiveram a possibilidade de ser efetivadas, a exemplo da criação de colegiados setoriais no Conselho Nacional de Políticas Culturais como o de culturas indígenas, culturas populares, artesanato e expressões culturais afro-brasileiras, representando outros grupos que compõem a diversidade cultural do país.

O conceito de diversidade cultural utilizado nas políticas foi algo discutido e construído coletivamente tanto internamente no Brasil, com seminários que foram realizados em 2004, o que gerou a publicação *Diversidade Cultural Brasileira* editada pela Fundação Casa de Rui Barbosa em 2005, quanto internacionalmente na construção da Convenção da Diversidade Cultural da UNESCO. No artigo de Sérgio Mamberti (2005, p.13-15), na publicação *Diversidade Cultural Brasileira*, o autor trata da importância do conceito da diversidade nas políticas públicas, dando visibilidade para as minorias, como forma de “superação da violência e da intolerância entre indivíduos” e de promover uma convivência harmoniosa entre os brasileiros.

No artigo de Paulo Miguez (2015, p.17-21), na mesma publicação, há um relato de como foi construída a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO. Esse processo, que teve participação ativa do governo brasileiro, demonstrava que a diversidade não era só um valor que foi construído para as políticas culturais brasileiras, mas também uma proposta para as políticas internacionais, articulada com diversos países para que as contribuições propostas fossem absorvidas pelo documento. Entre as discussões, está a importância da cultura para o desenvolvimento, tema que foi absorvido pelo documento pela defesa do Brasil, em conjunto com outros países como a China e a África do Sul. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais foi assinada meses depois da publicação do livro e promulgada no Brasil pelo Decreto 6.177 de 2007.

Voltando à publicação anteriormente citada, no artigo final de Lia Calabre (2005, p.279-286), que teve como objetivo reunir as propostas apresentadas pelos convidados do seminário que pudessem contribuir para as políticas culturais, fica explícito que não havia um consenso de como tratar essa diversidade, observável pelas variadas posições dos convidados. Um exemplo disso foi a apresentação de propostas que demonstravam preocupações com a manutenção da identidade nacional e propostas que propunham a quebra de paradigmas que sustentavam a identidade nacional.

Essa valorização da diversidade cultural se traduziu em vários editais que passaram a ter públicos que antes não eram atendidos pelo Ministério da Cultura como Prêmio Culturas Populares, Prêmio Culturas Indígenas, Concurso Cultura GLBT, Prêmio Cultural GLBT, Prêmio Culturas Ciganas, Prêmio Loucos pela Diversidade e Prêmio Cultura Hip Hop (todos listados na publicação “Cultura em três dimensões”, 2010). Mas o programa que mais bem tenha tratado dessa diversidade foi o Cultura Viva, que chegou às instituições culturais de diversos locais do país, trabalhando com as mais diversas manifestações culturais, o que aproximou o MinC de outros agentes culturais.

Lula e Gil possibilitaram a ascensão da questão da diversidade (uma agenda que vinha sendo proposta internacionalmente) e o Programa Cultura Viva talvez tenha sido sua melhor realização. Mesmo considerando a existência da Secretaria de Identidade e Diversidade, no âmbito do MinC, a diversidade teve, nos Pontos de Cultura, um programa da Secretaria da Cidadania Cultural, seu forte canal de institucionalização do tema e de práticas diversas (RODRIGUES; SANTINI, 2014, p.90).

A diversidade cultural como tema central do Ministério não se traduziu apenas em editais e na participação social, mas se apresentou também nas publicações. Muitas publicações foram produzidas pelo ministério nesse período, tanto para divulgar esses conceitos e propostas de políticas que estavam sendo gestadas pelo MinC quanto convidando pesquisadores e artistas a refletir sobre a cultura.

Desses convidados, muitos eram aqueles excluídos das políticas desenvolvidas até então. Aconteceram em menor proporção, mas foram publicados textos e entrevistas de rappers, indígenas, mestres da cultura popular, entre outros, em obras como “Cultura e Pensamento, Produção Cultural no Brasil” e “Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares”. Essa foi uma das formas de institucionalizar a participação desses grupos nas políticas e de reconhecer esses conhecimentos.

Em outras circunstâncias, esses atores não teriam condições para ocupar esse espaço nas publicações oficiais pelas limitações impostas pelas disciplinas, como desenvolve Foucault (2006, p.30-35). O autor argumenta que o discurso, para ser considerado válido por uma disciplina, deve pertencer a um objeto e a um horizonte teórico. Esses atores, os objetos e a forma de gerar conhecimento não eram considerados válidos para as disciplinas das políticas culturais, por isso eram excluídos dos processos.

Djamila Ribeiro (2019), ao citar Lélia Gonzalez, traz também essa reflexão sobre a hierarquização dos saberes e a exclusão de outros processos de gerar conhecimento que não os de origem europeia sobre a ótica do preconceito racial no país. Ou seja, ao incluir essas

outras “vozes” nas publicações, o Ministério passa a reconhecer essas outras experiências do conhecimento que não são de origem europeia.

A pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez nos dá uma perspectiva muito interessante sobre esse tema, porque criticava a hierarquização de saberes como produto de classificação racial da população. Ou seja, reconhecendo a equação: quem possui privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica, conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento. Segundo a autora, o racismo se constitui “como a ciência da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)”. Essa reflexão da Lélia Gonzalez nos dá pista sobre quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são (RIBEIRO, 2019, p. 24-25).

Essas políticas baseadas na participação social e diversidade cultural foram ferramentas para a *transcodificação*, conceito desenvolvido por Stuart Hall no livro “Cultura e Representação” para o processo de questionamento de um regime dominante de representação, ao discorrer sobre o preconceito nas formas de representação do corpo negro (HALL, 2016, p.211). Usando esse conceito para as políticas culturais, o regime dominante de representação da cultura até os anos 2000 era composto pelas expressões culturais eruditas, de origem europeia, hierarquizando as manifestações culturais de forma a reduzir todas as demais ao termo folclore, conforme citado anteriormente no discurso de posse do ministro Gil. Naquele contexto, as manifestações das demais matrizes culturais que formam a nação (especialmente de origens indígenas e africanas) ficaram esquecidas ou subalternizadas. Nesse caso, eram classificadas como folclore inúmeras manifestações culturais, de diferentes origens e formas.

Segundo a forma proposta por Stuart Hall (2016) para a transcodificação, seria necessário desfamiliarizar o olhar, promovendo reflexões que não se baseiam no binarismo utilizado na construção desse “outro”. Apresentando a complexidade que esse “outro” possui, questionando indiretamente a forma estereotipada de representação é que seria realizada a transcodificação.

Ao reunir representantes das manifestações culturais que já tinham espaço dentro do ministério com as outras inúmeras manifestações numa Conferência, no Conselho Nacional de Políticas Culturais ou numa Teia, dão-se visibilidade e oportunidade para que essas manifestações se apresentem de formas não esperadas dentro do estereótipo, contribuindo para desconstruir e questionar esse regime dominante de representação. Além disso, contribuiu-se para que as políticas desenvolvidas não reforcem estereótipos, uma vez que estes representantes passam a participar da formulação das políticas.

Essas instâncias de participação social que foram criadas também colaboraram para interromper o silenciamento imposto a diversos grupos, excluídos até então. Djamila Ribeiro, no livro “Lugar de Fala”, ressalta a importância de grupos subalternizados poderem falar quando afirma que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos o lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização dos saberes consequentemente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p.64).

Grada Kilomba também traz essa reflexão ao tratar do silenciamento, ressaltando que que somente se pode falar quando se é ouvido, e ser ouvido é pertencer. Assim, as instâncias de participação social associadas ao conceito antropológico da cultura permitem que essas pessoas, até então excluídas dos processos, possam não só ser incluídas, como também pertencer e existir.

Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nesta dialética, aqueles(as) que são ouvidos(as) são também aqueles(as) que “pertencem”. E aqueles(as) que não são ouvidos(as), tornam-se aqueles(as) que “não pertencem” (KILOMBA, 2010, p.178).

Assim, dialogando com Tomaz Tadeu Silva (2000), citado anteriormente, ao ter direito de falar e existir, as diversas manifestações culturais que eram classificadas como a “diferença” (reduzidas a palavra “folclore”, como citado por Gilberto Gil) passam a questionar a “norma” pré-estabelecida e a disputar o acesso aos bens sociais. E como trata Djamila Ribeiro, esse processo não ocorre sem conflitos, porque existe uma dificuldade dos integrantes da cultura hegemônica em ouvir as vozes silenciadas porque elas geram confrontos e mudanças no discurso hegemônico.

A autora coloca que essa dificuldade da pessoa branca em ouvir, por conta do incômodo que as vozes silenciadas trazem, do confronto que é gerado quando se rompe a voz única. Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do *Outro* serão narrativas que visam trazer os conflitos necessários para a mudança (RIBEIRO, 2019, p.78).

Para conseguir operacionalizar essas mudanças conceituais e as propostas apresentadas pela gestão, foram realizadas duas mudanças estruturais: a criação do Sistema Federal de Cultura e uma reestruturação das secretarias do Ministério.

Através do Decreto 5.520/2005 foi criado o Sistema Federal de Cultura, integrando o MinC e suas vinculadas (Agência Nacional de Cinema - ANCINE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM⁷, Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, Fundação Cultural Palmares – FCP, Fundação Casa de Rui

7 O instituto só viria a ser criado em 2009, pela Lei nº 11.906, quando foi incluído no Sistema Federal de Cultura.

Barbosa – FCRB e Fundação da Biblioteca Nacional - FBN) em um sistema, que tinha a finalidade de promover ações articuladas para as políticas culturais, de modo a garantir os direitos culturais da população e cumprir o Plano Nacional de Cultura. A criação do Sistema não afetou a autonomia administrativa e a missão de cada instituição, mas criou a compreensão que as ações das instituições eram complementares e que deveriam ser articuladas para atingir os objetivos do Sistema Federal de Cultura.

A outra reestruturação foi realizada dentro da estrutura do próprio ministério que antes estava voltada para a lei de incentivo, depois passou a ser estruturada pela lógica do desenvolvimento das políticas culturais (CALABRE, 2019, p.62). As secretarias do Audiovisual, Livro e Leitura, do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e de Música e Artes Cênicas foram substituídas pelas secretarias de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais, de Desenvolvimento e Programas de Projetos Culturais, Desenvolvimento das Artes Audiovisuais, de Apoio à Preservação da Identidade Cultural e de Articulação Institucional e Difusão Cultural.⁸

Essa mudança também foi tratada em artigo por Luiz Augusto Rodrigues e Deborah Rebelo Lima (2020), observando que a estrutura antiga valorizava as linguagens artísticas e a nova estrutura permitiu a ampliação dos beneficiários das políticas.

Não se trata de denominações, mas sim de uma substituição de foco, de uma ruptura de práticas antes mais assentadas nas linguagens artísticas. Com a nova estrutura, o MinC se abre também a novos atores sociais, e busca tê-los mais como partícipes do que beneficiários das políticas (índios, quilombolas, griôs, sujeitos LGBT etc.), de novos territórios e territorialidades (periferias urbanas, universos digitais, territórios da cultura tradicional e também das inovações, etc.), em busca de articulações também mais amplas e diversas: agentes públicos de outras esferas, agentes comunitários organizados em conselhos e conferências, etc. (RODRIGUES, LIMA, 2020, p.15).

Assim, como propõe a definição de política cultural do Victor Vich (2014), essas políticas promovem a transformação social, contribuindo para a inclusão de grupos, ao contrário do período anterior que, ao adotar um caráter formalista, acabava por reafirmar consensos que os excluía das políticas.

Mas essas propostas enfrentaram muitos desafios para serem implementadas. A falta de recursos (humanos e financeiros) e a resistência da máquina pública para as inovações propostas criaram restrições à atuação do ministério, gerando um acúmulo de prestações de

⁸ Um ano depois, pelo Decreto nº 5.036 de abril de 2004, as secretarias foram reformuladas para: Secretaria de Políticas Culturais, Programas e Projetos Culturais, do Audiovisual, da Identidade e da Diversidade Cultural, da Articulação Institucional e Fomento e Incentivo à Cultura. Essa estrutura se manteve quase inalterada até a gestão da ministra Ana de Holanda.

contas, questionamentos dos órgãos de controle, entre outros problemas durante a execução das políticas.

Os programas também não tiveram o acompanhamento e avaliações necessários enquanto estavam sendo executados por falta de recursos humanos do ministério, o que poderia ter ajudado na correção de procedimentos, numa melhor orientação dos interlocutores e no aperfeiçoamento das políticas. Tanto o Ministério da Cultura quanto as suas instituições vinculadas possuem historicamente uma baixa taxa de ocupação das vagas disponíveis (em 2014, cerca de 40% das vagas da carreira da cultura estavam ociosas), devido a um grande número de evasão, por ser essa uma carreira desvantajosa comparada às outras carreiras do governo federal.

Outras limitações identificadas por Rubim (2015, p.15), no artigo “Políticas Culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado”, foram: a falta de uma reforma no financiamento à cultura, mantendo-se concentrado no mecenato da Lei Rouanet; o distanciamento das políticas do MinC com as do Ministério das Comunicações; a concentração de equipamentos do Ministério, mantendo a concentração de recursos humanos, materiais e financeiros no Sudeste; e a falta da implementação de um sistema de formação e qualificação em cultura (item muito demandado pela sociedade civil nas conferências), o que restringiu o alcance das políticas.

A falta de uma política de financiamento que refletisse as necessidades do setor nessa nova conceituação de cultura limitou tanto a execução do Sistema Nacional de Cultura, quanto das ações de diversidade cultural, como a Cultura Viva.

Esta composição da política de financiamento, que sintomaticamente permaneceu sem mudanças nos últimos 12 anos, coloca em perigo as políticas para a diversidade cultural, implantadas desde 2003, e inviabiliza o desenvolvimento do SNC, que não pode prescindir de recursos públicos federais, dentre outros, para a sua construção (RUBIM, 2015, p.21).

Somada a isso, a inclusão de pessoas que não estavam habituadas a lidar com a máquina pública fez com que várias delas executassem os recursos em desacordo com as leis e normativas e tivessem problemas na análise das prestações de contas, muitas respondendo processos no Tribunal de Contas da União. Ou, como afirma Rubim, a “inadequação dos procedimentos do Estado brasileiro para acolher de modo democrático e satisfatório os novos agentes culturais incluídos, em geral oriundos de camadas da população excluídas historicamente das políticas setoriais e culturais do Estado brasileiro” (RUBIM, 2015, p.16).

1.3 Contextualização das políticas culturais: Sistema Nacional de Cultura e Cultura Viva

Para a análise sobre a continuidade ou não das políticas culturais no governo do Michel Temer foram selecionadas duas políticas desenvolvidas no período anterior que foram emblemáticas: Sistema Nacional de Cultura (especificamente a Conferência Nacional de Cultura, o Conselho Nacional de Políticas Culturais e o Plano Nacional de Cultura) e a ação Pontos de Cultura da Política Nacional de Cultura Viva (desdobramento do Programa Cultura Viva⁹). Essas foram escolhidas por representar duas das principais características da gestão anterior: a participação social e a diversidade cultural.

A participação social foi mais emblematicamente representada no Sistema Nacional de Cultura, pela Conferência Nacional de Cultura (precedida pelas conferências estaduais e municipais), pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais e pelo Plano Nacional de Cultura. Através das duas primeiras estruturas, possibilitou-se que a sociedade colaborasse na construção das políticas culturais. Nas conferências e no conselho, aqueles a quem era negado o acesso às políticas culturais tiveram direito à fala e, inclusive, a serem eleitos para representarem o seu município/estado e tiveram a possibilidade de se articular para construir espaços de discussão no Conselho, na criação de setoriais. Nessas duas, a participação social está clara uma vez que promove a reunião de pessoas eleitas para discutir políticas culturais. O Plano é uma ferramenta de planejamento, mas que tem como objetivo garantir que os desejos da sociedade civil expressos no Conselho e na Conferência se transformem em metas e ações e tenham prazo para serem cumpridas pelo governo federal. Assim, o Plano garante que a contribuição da sociedade civil seja refletida nas políticas culturais.

Embora a participação social seja a característica mais marcante do SNC, a diversidade cultural está presente nas pessoas dos 27 estados da federação que se reúnem em Brasília para a Conferência Nacional de Cultura, nos membros do Conselho Nacional de Políticas Culturais e na diversidade temática dos Colegiados Setoriais do Conselho.¹⁰

Mas a política que melhor representava a diversidade cultural dentro do Ministério da Cultura era a Política Nacional Cultura Viva. Esta teve como principal ação estruturante a

⁹ Criado pela Portaria nº 156 de 06 de julho de 2004, com o nome Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA.

¹⁰ Até 2018 eram 18 Colegiados Setoriais no CNPC: (i) arquitetura e urbanismo; (ii) arquivos; (iii) arte digital; (iv) artes visuais; (v) artesanato; (vi) circo; (vii) cultura indígenas; (viii) culturas populares; (ix) dança; (x) design; (xi) expressões artísticas culturais afro-brasileiras; (xii) livro, leitura e literatura; (xiii) moda; (xiv) museu; (xv) música; (xvi) patrimônio imaterial; (xvii) patrimônio material e (xviii) teatro. E na última Conferência Nacional de Cultura foi aprovada a inclusão dos segmentos Capoeira; Cultura Alimentar; Cultura dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, Culturas Quilombolas; Cultura Hip Hop e Expressões Culturais LGBT. (Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/planos-setorias/>).

ação Pontos de Cultura pelo qual o Ministério da Cultura passou a investir recursos e dialogar com as mais diversas manifestações culturais das mais diversas regiões. Através desse programa e de outros programas e ações, as culturas indígenas, negra, *queer*, popular em suas expressões e manifestações artísticas e culturais passaram a ter espaço no Ministério da Cultura e a dialogar mais intensamente entre si por meio da rede que se criou.

A seguir, serão apresentados, de forma resumida, o histórico e a estrutura de cada uma dessas políticas.

O Sistema Nacional de Cultura-SNC é uma ferramenta de gestão participativa que tenta garantir os elementos mínimos para a construção de políticas culturais democráticas. O Sistema é composto de vários elementos, entre eles, os que garantem a estrutura administrativa (órgão gestor de cultura e sistemas de financiamento), os que garantem a participação social e o caráter democrático das políticas (conselho de política cultural e conferências de cultura) e os que garantem o planejamento a longo prazo (sistema de informações e indicadores culturais e planos de cultura). A proposta de um Sistema já constava no programa de governo do candidato Lula em 2002 como um elemento necessário a gestão democrática das políticas, mas foi sendo desenvolvido no decorrer da gestão.

Gestão Democrática - Concepção e estrutura do Ministério da Cultura/MinC; descentralização político-administrativa; regionalização das Políticas Públicas de Cultura; mecanismos de participação popular; conselhos; implantação de um "Sistema Nacional de Política Cultural"; ampliação do orçamento do MinC compatível com as suas tarefas constitucionais (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, p.7).

O SNC prevê a adesão de estados e municípios de modo a desenvolver um processo integrado e colaborativo entre os entes federativos para tentar garantir os direitos culturais previstos na Constituição Federal Brasileira. Com isso, incentiva a criação de uma estrutura mínima para desenvolvimento das políticas culturais, conhecidos como CPF da cultura: Conselho, Plano e Fundo. Até o momento que inicia a gestão do governo Michel Temer, já havia um número significativo de adesões formalizadas pelos estados e municípios e por isso já se encontrava na etapa de institucionalização dos sistemas estaduais e municipais com a criação dos elementos que compõem o sistema e as leis dos sistemas estaduais e municipais.

É importante ressaltar que vários dos elementos do Sistema Nacional da Cultura já existiam ou foram desenvolvidos em processos paralelos como: o Fundo Nacional de Cultura, criado em 1991 pela Lei Rouanet; o Conselho Nacional de Políticas Culturais que existia antes mesmo do início da gestão do Lula (mas que foi reformulado); e o Plano Nacional de Cultura, que foi desenvolvido em um processo paralelo dentro do próprio ministério, por

secretaria diferente da que acompanhava as adesões e implementação do SNC. O Sistema Nacional de Cultura agregou esses elementos em uma estrutura única.

Esse processo de construção do Sistema e seus elementos envolveu a aprovação de Emendas Constitucionais e Leis numa proposta de se criarem políticas de Estado, tentando garantir a sua continuidade mesmo após o fim da gestão e, com isso, confrontar a tradição de instabilidades das políticas públicas de cultura. Foram duas PECs: a PEC nº 48 de 2005, que incluiu o Plano Nacional de Cultura no art.215 da Constituição Federal Brasileira e a PEC nº 71 de 2012 que criou no art. 216-A o Sistema Nacional de Cultura, que ainda precisa ser regulamentado. Ou seja, o Plano foi aprovado 7 anos antes que o Sistema.

O PNC vigente foi instituído pela Lei 12.343/2010, que criou também outro elemento que viria integrar o SNC, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, o SNIIC. O CNPC foi reformulado pelo Decreto nº 5.520/2005.

O CNPC veio quebrar uma tradição de Conselhos de notáveis, como eram estruturados o Conselho Federal de Cultura, o Conselho Superior de Cinema e a primeira formulação do Conselho Nacional de Políticas Culturais. Com a reformulação do CNPC, pela primeira vez o Conselho tem membros eleitos pela sociedade civil e em quantidade expressiva e de caráter não só consultivo, mas também deliberativo “na proposição, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Nacional de Cultura”.

Com esse processo de construção participativa das políticas culturais, não eram mais os “notáveis” e os “expertos” definindo o que seria o adequado dentro das políticas culturais para toda a população, os grupos passaram a eleger seus representantes e assim participar diretamente da elaboração das políticas culturais. Nessas estruturas, vários grupos que eram sistematicamente silenciados, passaram a poder falar e ser ouvidos. Assim, ao promover a multiplicidade de vozes, colaborou-se para o questionamento do discurso único e hegemônico.

O Conselho, quando foi reestruturado, possuía também colegiados setoriais, em que membros eleitos de cada setor poderiam discutir questões específicas e elaborar os planos e políticas setoriais. O conselho foi instalado no final de 2007.

A Conferência Nacional de Cultura - CNC é a instância de participação social onde a sociedade civil, junto com o Estado (nos três níveis), pode analisar e avaliar a conjuntura do setor e propor as diretrizes para a formulação das políticas culturais.

A primeira Conferência foi realizada no ano de 2005, sendo a primeira etapa da elaboração do Plano Nacional de Cultura de 2010/2020 (posteriormente prorrogado para

2022). Essa primeira conferência teve um processo diferente das seguintes. Como consta no artigo *Políticas Culturais em tempos de democracia: a era Lula* de Lia Calabre (2019, p.67), nesta, foram realizadas duas ações: numa frente os seminários setoriais “Construindo o Plano Nacional de Cultura” realizados pelo MinC em parceria com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (e diversos outros parceiros) e, em outra frente, as conferências municipais, estaduais e intermunicipais. Os seminários foram realizados em cinco cidades e as conferências, de responsabilidade dos governos locais, foram realizadas em 19 estados e 1197 municípios, envolvendo cerca de 53 mil pessoas.

As conferências seguintes, de 2010 e 2013 foram construídas com regulamentos próprios, mas pela lógica de construção desde as conferências municipais, intermunicipais, territoriais passando pelas conferências estaduais até a conferência nacional. Algumas outras conferências foram realizadas como as 19 conferências setoriais, dos setores representados no CNPC na II CNC e as conferências livres na III CNC que foram importantes para aprofundamento das discussões setoriais.

As Conferências Livres de Cultura realizadas ou apoiadas pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural constituíram importantes espaços de mobilização de grupos, entidades e representantes de vários segmentos da diversidade cultural brasileira, levando à continuidade, aprofundamento e ampliação de suas discussões, envolvendo diversos segmentos a contribuírem com propostas para a III CNC.

Assim, segmentos como Indígenas, Quilombolas, Pessoas com Deficiência, Culturas Populares, Ciganos e LGBT, que dificilmente aprofundariam propostas específicas em Conferências Municipais ou Estaduais, tiveram suas contribuições encaminhadas à etapa nacional (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013, p.89).

Segundo os anais das conferências, a II CNC mobilizou cerca de 226 mil pessoas, envolvendo 3.126 municípios e a III CNC envolveu 450 mil pessoas, num total de 1974 conferências (entre municipais, intermunicipais, territoriais, livres e estaduais), envolvendo 2991 municípios. Observando os números divulgados, percebe-se que houve uma ampliação gradativa do número de pessoas envolvidas no processo.

A conferências seguintes, como determina a Lei do Plano Nacional de Cultura, era para ser realizada a cada 4 anos, mas nenhuma outra conferência foi realizada até o momento.

O Plano Nacional de Cultura é a ferramenta pela qual as discussões e proposições da sociedade civil são transformadas em metas com um prazo (obrigatoriamente plurianual) para serem cumpridas. O Plano vigente, aprovado em Lei em 2010, transformado em 53 metas através da portaria nº123 de 2011, tinha um prazo de 10 anos para ser cumprido, ou seja, até dezembro de 2020. Através de uma medida provisória essas metas foram prorrogadas para 2022.

O processo de elaboração do Plano que se encontra vigente iniciou com aprovação da PEC nº 48 que o incluiu na Constituição Federal em 2005. Como descrito anteriormente, o processo de construção do Plano iniciou pelos seminários de construção da I CNC. As resoluções aprovadas pela Conferência foram apresentadas como projeto de lei do Plano, por deputados federais em 2006. As resoluções foram a base para o desenvolvimento das diretrizes gerais do Plano, processo liderado pelo Ministério da Cultura a partir de 2006, usando os debates acumulados até então com gestores, sociedade civil e pesquisadores.

Nesse processo de construção do plano entre 2006 e 2009, foram realizados seminários nas 27 unidades da federação, consulta ao Conselho Nacional de Políticas Culturais e aberta para consulta na internet para aprimorar o conteúdo do Plano de forma participativa. Todo esse processo foi realizado em parceria com a Câmara dos Deputados, tanto nos debates com a sociedade civil quanto na elaboração do conteúdo.

Ao final desse processo de construção, em 2009, foi elaborado um texto substitutivo do projeto junto a relatora do projeto de lei de 2006 para incorporar as diretrizes debatidas com a sociedade. A Lei 12.343 de 2010 que institui o Plano Nacional de Cultura foi aprovada no Congresso Nacional e após a definição das 53 metas foi desenvolvido o site pnc.cultura.gov.br onde se pode acompanhar a evolução das metas.

O Plano Nacional de Cultura foi fundamentado no conceito antropológico de cultura, na concepção dos direitos culturais a todos, na tridimensionalidade da cultura e na corresponsabilidade das três esferas do poder público junto com a sociedade.

A proposta do Plano é funcionar em conjunto com os planos estaduais e municipais, seguindo a lógica federativa do Sistema Nacional de Cultura, para que o poder público e a sociedade civil possam alcançar as metas. O Plano previu também planos setoriais de cultura que foram desenvolvidos pelos Colegiados Setoriais do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Desde o início da gestão do Governo Temer, há um atraso na atualização do acompanhamento das metas no site do Plano Nacional de Cultura, com os dados de 2017 e 2018 sendo atualizados só em 2020 e não houve mais atualizações do acompanhamento das metas no site até maio de 2021. Atualmente, o plano foi prorrogado para 2022, mas não foi realizada a revisão prevista em lei nem iniciou-se a elaboração de um novo Plano Nacional de Cultura.

O Programa Cultura Viva baseou-se na proposta do *do-in* antropológico apresentado pelo Gilberto Gil em seu discurso de posse. A proposta foi de estimular as ações que estavam acontecendo por todo o país e eram desprezadas ou que estavam adormecidas.

Mas, também, no sentido de que é preciso intervir não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e ativar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta (GIL, 2003, s/p).

O programa foi criado por portaria do ministério em 2004, distribuiu recursos através de convênios para mais de 3 mil instituições culturais que já atuavam na área em todas as regiões do país, potencializando atividades das mais diversas manifestações artísticas e culturais pelo aporte financeiro, pelas redes de pontos de cultura que se criaram e pelos encontros de toda a rede nas Teias.

Num primeiro momento os pontos de cultura foram selecionados e formalizados por meio de convênios diretos com o Ministério da Cultura. Mas as limitações financeiras e de recursos humanos para dar conta de todos os procedimentos de formalização, acompanhamento e prestação de contas necessários ao formato de convênios impediria a ampliação do programa. Nesse momento, optou-se pela descentralização do programa, formalizando o convênio com estados e municípios que ficaram responsáveis pela seleção, acompanhamento e prestação de contas dos pontos de cultura. Assim, usou-se a estrutura federativa na execução do programa, dialogando com o Sistema Nacional de Cultura.

Essa política ganhou uma grande adesão e reconhecimento por parte da sociedade civil, como se pode observar no artigo de Geo Britto, gestor do Centro do Teatro do Oprimido (que é um ponto de cultura).

Entre os avanços e recuos desse governo histórico, um programa em especial é o Cultura Viva, que nasce da inspiração do então ministro Gilberto Gil. Denominado também de "do-in antropológico", por pressionar e ativar pontos nevrálgicos da vida cultural do país, o programa é implementado e criado pelo secretário Célio Turino. O Cultura Viva tem uma lógica simples de não querer inventar a roda, mas de fazer girar as que já existem. Pode-se dizer que muito antes de o programa existir, já havia "Pontos de Cultura". Eles são milhares, são milhões no Brasil.

(...)

Esse programa representa um avanço no âmbito das políticas para cultura em nosso país. O Cultura Viva é fruto do reconhecimento, por um governo democrático, das lutas e conquistas históricas do movimento cultural popular (BRITTO, 2015, p. 152).

Um outro elemento importante do programa, como é tratado por Luiz Augusto Rodrigues e Alexandre Santini no artigo *Cultura Viva: novos atores na cena política brasileira*, foi as redes e encontros que ele promoveu. Houve encontros coordenados pelo Ministério da Cultura, como as Teias Nacionais, assim como encontros e espaços de

articulação criados pela própria rede de pontos de cultura, como é o caso do Fórum dos Pontos de Cultura, conforme relata Geo Brito na citação abaixo. Foi essa articulação em rede que fortaleceu essas instituições, inclusive na apresentação de demandas ao Ministério da Cultura.

No entanto, uma das características do programa é que ele promoveu a interação entre essas diversas organizações com perfis distintos por meio de redes, sejam elas presenciais ou virtuais, encontros seminários, fóruns regionais e nacionais, como os “encontros de conhecimentos livres” (2004 e 2005), as TEIAS regionais e nacionais (2006, 2007, 2008, 2010, 2014), onde aconteceram os fóruns estaduais e quatro Fóruns Nacionais de Pontos de Cultura, além de inúmeros outros encontros, seminários, congressos e demais iniciativas públicas ou autônomas, que reúnem e articulam a rede de pontos de cultura no Brasil (RODRIGUES; SANTINI, 2014, p.91).

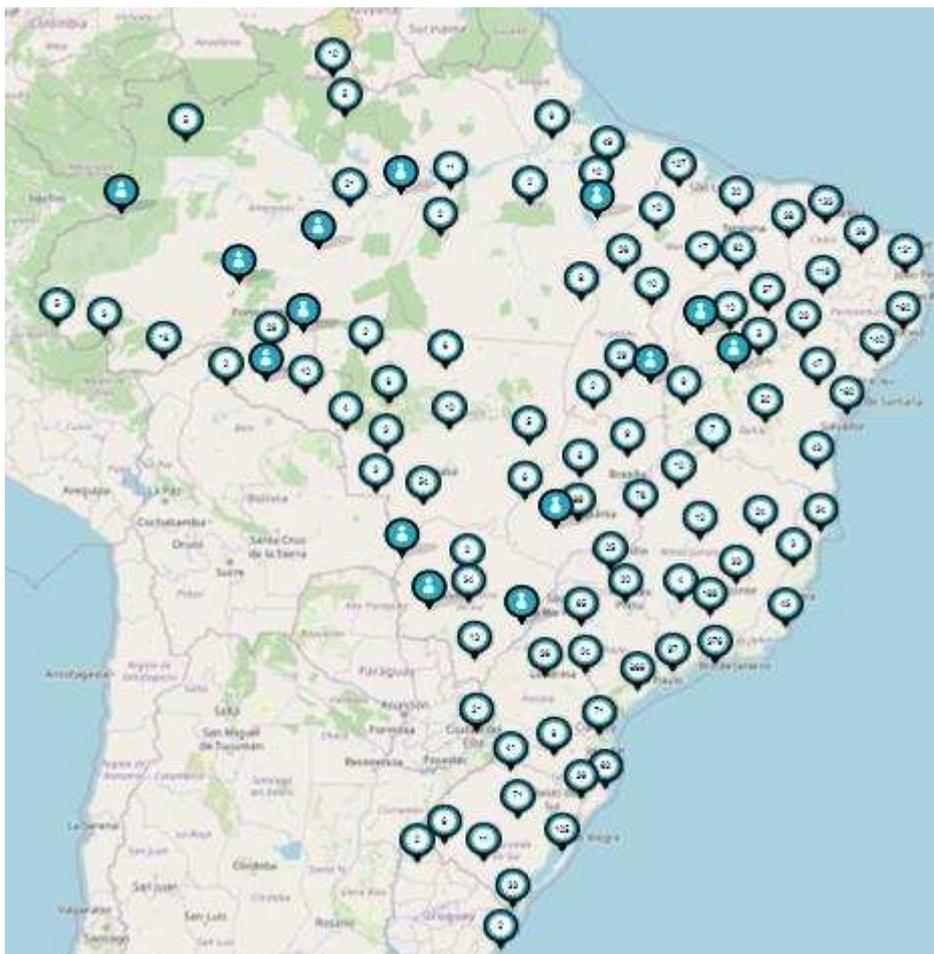
No processo de organização do Cultura Viva já foram realizados quatro encontros nacionais dos Pontos de Cultura, as chamadas Teias. A primeira Teia aconteceu em 2006, no prédio da Bienal de São Paulo. Na ocasião, foi percebida a necessidade de se criar um Fórum dos Pontos de Cultura. Então, no ano seguinte, dessa vez em Belo Horizonte, foram realizados a 2ª Teia e o 1º Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Também foi criada e eleita a 1ª Comissão Nacional de Pontos de Cultura. Já em 2008, em Brasília, a 3ª Teia e o 2º Fórum focaram os debates no marco regulatório. Em 2010, em Fortaleza, a 4ª Teia e o 3º Fórum se ocuparam dos desafios da continuidade e do enraizamento do Programa Cultura Viva como política pública (BRITTO, 2015, p. 152).

Luiz Augusto Rodrigues e Alexandre Santini (2014, p.97-98) relatam também como o processo de criação e aprovação da Lei da Política Nacional de Cultura Viva foi fruto dessa articulação entre os atores sociais da rede dos pontos de cultura. O projeto de lei foi resultado de uma articulação dos pontos de cultura no legislativo, junto ao mandato da Jandira Feghali, para a proposição da lei. Além disso, a articulação dos pontos de cultura garantiu a mobilização social e a pressão aos deputados e senadores para a sua aprovação.

O programa foi um dos que melhor enfrentou a histórica concentração de recursos e ações do Ministério, provocada principalmente pela Lei Rouanet, em algumas expressões artísticas e no Sudeste do país. O programa distribuiu recursos, mesmo que em pouca quantidade, para grande parte do território nacional, como demonstrado no mapa abaixo, que está disponível no site do Cultura Viva. O mapa, consultado em 14/05/2021¹¹, identifica onde estão os pontos de cultura, sejam eles premiados ou certificados.

11 Link: [http://culturaviva.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(agent:!t\).filterEntity:agent.map:\(center:\(lat:-15.961329081596647,lng:-53.525390625\),zoom:5\),openEntity:\(type:agent\)\)\)](http://culturaviva.gov.br/busca/##(global:(enabled:(agent:!t).filterEntity:agent.map:(center:(lat:-15.961329081596647,lng:-53.525390625),zoom:5),openEntity:(type:agent))))

Figura 1: Mapa dos Pontos de Cultura



Mas o programa encontrou diversos desafios, principalmente burocráticos, tanto pelo ministério quanto pelas instituições que foram reconhecidas como pontos de cultura. O ministério não teve recursos humanos para dar conta de analisar todas as prestações de contas dos convênios.

Além disso, ao incluir diversos atores que não estavam habituados a se relacionar com o poder público, e com as burocracias de um convênio, regido pela Lei 8.666/1993, ocorreram problemas de execução e prestação de contas. Muitos deles, mesmo gastando os recursos para executar o projeto proposto, passaram a responder no Tribunal de Contas da União por gastos feitos em desacordo com as rubricas aprovadas ou em desacordo com as normas da lei. Esse processo também foi relatado por Geo Brito, conforme citação abaixo.

A cada momento, os pontos se chocam com problemas burocráticos, financeiros e legais que retardam ou inviabilizam seu trabalho. Pode-se aqui enumerar várias dificuldades em todo o país. Segundo o último levantamento do MinC, cerca de 98% dos Pontos de Cultura enfrentam algum tipo de problema. Chega-se, então, a um fator crucial, que esbarra justamente no limite da democracia atual. O desejo de avançar e de radicalizar essa experiência plural e democrática dos Pontos de Cultura esbarra na estrutura do Estado, que não permite o aprofundamento dessa proposta. Impõe-se o seguinte dilema: democracia x Estado. Dois caminhos antagônicos se

definem: o da submissão à legislação, que estipula dentro dos seus critérios elitistas e conservadores o que é certo e errado, e o da criação de oportunidades para a viabilização do que tem de ser priorizado e mudado de acordo com os interesses coletivos. (BRITTO, 2015, p. 152).

O exposto por Geo Britto na citação acima, como sobre “os critérios elitistas e conservadores” do Estado, pode ser relacionado com os sistemas de exclusão do discurso desenvolvido por Michael Foucault (2006) no livro *A ordem do discurso*, apresentado anteriormente. Considerando que toda manifestação cultural é também um discurso, toda essa estrutura burocrática do estado pode ser entendida como um sistema de exclusão. Um sistema apoiado num suporte institucional que demanda do interlocutor o domínio de um conjunto de normas, de uma linguagem e de procedimentos burocráticos, que restringem a um grupo de pessoas o acesso aos recursos do estado. Ou seja, com a estrutura posta, mesmo que tenha o interesse da gestão em fornecer recursos para um público diferente do que o habitual, existem ainda outros obstáculos que impedem essa mudança de “público preferencial”.

Esses entraves burocráticos e outros que se apresentaram pelos órgãos de controle acabaram impedindo o desenvolvimento do programa durante os primeiros anos da gestão da presidenta Dilma Rousseff no que diz respeito a ampliação da rede. Nesse período, passou a se discutir uma reformulação do programa e outras formas administrativas de se formalizar o repasse de recursos que respeitasse a natureza do programa, evitando problemas com prestações de contas e órgãos de controle como a modalidade de premiação.

Foi nesse contexto que os pontos de cultura se articularam para a proposição do Projeto de Lei da Política Nacional de Cultura Viva que foi aprovado em 2014, que, além de transformar o programa numa política de estado, garantindo a sua continuidade, solucionava a questão dos problemas burocráticos. A lei permitiu a criação de outra forma de prestação de contas e também possibilitou o reconhecimento de instituições e coletivos como pontos de cultura, mesmo sem o repasse de recursos, através de certificação.

Em 2015, com o início da segunda gestão do governo Dilma Rousseff, o programa foi retomado, com a regulamentação da Lei, com a convocação para o cadastramento de instituições no processo de certificação e na formalização de novos convênios de redes municipais de pontos de cultura.

1.4 Contextualizando o Governo de Michel Temer

O período que será objeto desta pesquisa se inicia em 12 de maio de 2016, quando a então presidenta da república, Dilma Rousseff, é afastada do cargo após intensos protestos que tiveram como marca o nacionalismo nas camisas verde e amarela da seleção brasileira e no hino nacional, e o então vice-presidente, Michel Temer, assume interinamente o governo que se encerra em 31 de dezembro de 2018, com o fim da gestão.

Havia um clima de acirramento da disputa política desde o período eleitoral em 2014, e dois grupos se construíram nesse momento na sociedade brasileira. Um contra e outro a favor do Partido dos Trabalhadores - PT (partido dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff). O grupo contra se fundamentava principalmente nas investigações da Operação Lava Jato da Polícia Federal e na ideia de que uma grande corrupção aconteceu durante o período quando o PT esteve no poder. O outro identificava como avanços as várias políticas na área social implementadas no governo PT, que deveriam ser mantidas. Discursos foram construídos por e para cada um desses grupos. Um que identificava o impeachment como justo e necessário e outro que o identificava como um golpe de estado contra uma presidenta eleita, questionando a legalidade do impeachment e se o governo do Michel Temer não era uma ruptura com a democracia.

Para as políticas culturais, o início desse período é marcado pela extinção do Ministério da Cultura que durou um pouco mais de uma semana, entre os dias 12 e 23 de maio¹². A extinção foi revertida por meio da mobilização popular nas ocupações dos prédios do Ministério da Cultura e suas vinculadas em todos os estados da federação, por pessoas relacionadas ao setor cultural.

A principal ocupação foi no emblemático Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro, mantendo uma programação cultural intensa (inclusive com shows de artistas como Caetano Veloso) em todo o período de ocupação, que durou mais de dois meses, até 25 de julho de 2016. Essas ocupações foram, inclusive, a maior mobilização contra o governo do Michel Temer, tendo a principal palavra de ordem “Fora Temer”, frase gritada nas programações da ocupação¹³ e em manifestações contra o impeachment e contra o governo que se instalou, depois de efetivado o *impeachment*.

Essas manifestações contra o governo se estenderam a eventos culturais como a Virada de São Paulo, que aconteceu no período que o Ministério ainda estava extinto.¹⁴

12 O Ministério da Cultura foi extinto pela MP 726/2016, sendo transformado numa Secretaria Especial vinculada ao MEC, e foi recriado pela MP 728/2016.

13 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/caetano-veloso-e-erasmo-carlos-vao-ato-no-rio-contr-o-fim-do-minc.html>

14 <https://oglobo.globo.com/cultura/virada-cultural-marcada-por-protestos-contr-temer-em-sp-19356003>

Segundo Barbalho (2017, p.26), a extinção só se reverteu devido ao fortalecimento do setor após as políticas desenvolvidas a partir da gestão de Gilberto Gil, uma vez que em 1990, quando Fernando Collor extinguiu o Ministério da Cultura, mesmo com protestos da classe, o presidente não mudou a sua decisão.

Com a recriação, Marcelo Calero, então secretário municipal de cultura do Rio de Janeiro, que havia sido convidado para ser o Secretário Especial de Cultura, subordinado ao Ministério da Educação, assume a pasta (de 24 de maio a 18 de novembro de 2016), fazendo uma grande reformulação da estrutura do Ministério da Cultura. Em dois anos de Governo, mais três ministros assumiram o cargo: Roberto Freire (18 de novembro de 2016 a 22 de maio de 2017), João Batista de Andrade (22 de maio a 24 de julho de 2017) e Sérgio Sá Leitão (25 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2018). João Batista de Andrade assume interinamente quando o Roberto Freire pede exoneração do cargo.

O desgaste do governo com o setor foi tamanho que diversas notícias foram veiculadas com informações de pessoas que foram convidadas para ocuparem o cargo de Secretarias ou do Ministério da Cultura e negaram o convite (em especial mulheres, numa resposta à crítica de que o governo estava sendo formado somente por homens brancos) como Marta Suplicy, Claudia Leitão, Marília Gabriela, Adriana Rattes, Bruna Lombardi e Eliane Costa.¹⁵ Além disso, Marcelo Calero teve dificuldades de montar equipe com pessoas da área.

A gestão da cultura no governo Temer foi marcada por diversas polêmicas, principalmente atritos entre os ministros e manifestantes que criticavam o governo.

Para citar algumas ocorrências:

- em junho de 2016: manifestações contra o governo de atores do filme *Aquarius* em Cannes é criticado por Calero, que recebe resposta crítica de Sonia Braga¹⁶; cancelamento da programação cultural das Olimpíadas, mesmo o Ministério tendo assumido compromisso com diversos artistas¹⁷;

- em julho de 2016: desocupação dos prédios do Minc à força, por decisão judicial ou pela Polícia Federal, como foi o caso do Ocupa Minc no Rio de Janeiro, após Calero prometer que não faria isso¹⁸;

- em julho de 2016: demissão de cerca de 80 funcionários do Ministério, incluindo a equipe de gestão da Cinemateca (Calero alegou à época desaparecimento do Ministério¹⁹);

15 https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/16/politica/1463410215_940627.html

16 <https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/sonia-braga-rebate-criticas-de-marcelo-calero-em-carta-aberta-19455042>

17 <https://oglobo.globo.com/cultura/governo-federal-cancela-atraco-es-programacao-cultural-na-olimpiada-segUE-um-misterio-19768196>

18 <https://oglobo.globo.com/cultura/marcelo-calero-pede-demissao-do-ministerio-da-cultura-20494313>

- em agosto de 2016: Calero foi vaiado no festival de Gramado, tendo o ministro sido alvo de diversas manifestações e vaias nos eventos de que participou oficialmente;
- em setembro de 2016: Calero abandonou um festival de cinema em Petrópolis, após ser chamado de golpista pela plateia e discutir com manifestantes, ofendendo-os²⁰;
- em novembro de 2016: Calero pede demissão, denunciando o ex-Ministro Geddel e o ex-Presidente Michel Temer de tentarem liberar de forma ilegal empreendimento imobiliário em Salvador;
- em fevereiro de 2017: Roberto Freire discute com Raduan Nassar, contemplado com o prêmio Camões, quando o premiado critica o governo no discurso de recebimento da premiação²¹;
- em setembro/outubro de 2017: há a censura da Exposição Queermuseu pelo Santander, seguida por sugestão do então Ministro Sérgio Sá Leitão de criação de classificação etária para exposições e alterações no regulamento da Lei Rouanet de modo a censurar obras, o que gerou críticas do setor; no mesmo período, ao ser chamado para depor na CPI sobre o caso, o ex-Ministro sai da sessão depois de discutir por ofensas de deputado²²;
- em setembro de 2018: após incêndio do Museu Nacional, Leitão propõe retirar a gestão do museu da Universidade Federal do Rio de Janeiro e faz críticas à gestão do museu e da universidade.²³

Abaixo, segue uma pequena biografia de cada ministro do governo Temer.

Marcelo Calero

Servidor público federal da carreira da diplomacia do Itamaraty, formado em Direito pela UERJ, natural da cidade do Rio de Janeiro, da Tijuca. Ele foi candidato a deputado federal pelo PSDB em 2010, mas não foi eleito. Após isso, foi cedido para a prefeitura do Rio de Janeiro, participando da organização da Jornada Mundial da Juventude. Assumiu a presidência do Comitê Rio 450 anos e depois a Secretaria Municipal de Cultura. Na Secretaria Municipal de Cultura, sucedeu a gestão de Sérgio Sá Leitão, mantendo os programas que

19 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1833564-diplomata-marcelo-calero-enfrentou-polemica-ja-no-primeiro-mes-no-cargo.shtml>

20 <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/09/1810035-chamado-de-golpista-marcelo-calero-abandona-festival-em-petropolis.shtml>

21 <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/raduan-nassar-critica-governo-ao-receber-premio-camoes-de-literatura.html>

22 <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/artistas-protestam-contras-alteracao-na-rouanet-proposta-por-sergio-sa-leitao-21915506>

23 <https://epoca.globo.com/governo-estuda-retirar-gestao-do-museu-nacional-da-ufRJ-diz-ministro-23052097>

estavam sendo desenvolvidos como o Ações Locais, que integrava o conjunto de ações que faziam parte do Cultura Viva. Hoje é Deputado Federal do Cidadania pelo Rio de Janeiro.

Roberto Freire

Pernambucano e procurador aposentado do INCRA, com larga atuação política, diversos mandatos como Deputado Federal por Pernambuco e São Paulo, já tendo tido mandato como Senador. Foi oposição no período da ditadura militar, atuando na Lei da Anistia e participando das Diretas Já. Fez parte da Assembleia Constituinte em 1988 como líder do PCB. Apoiou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e foi aliado do governo Michel Temer. Atual presidente Nacional do Partido Cidadania e Deputado Federal por São Paulo.

Sérgio Sá Leitão

Formado em Jornalismo, exerceu a profissão em paralelo com atividades no setor do audiovisual. Em 2003, entrou na gestão pública de cultura como Chefe de Gabinete do ex-ministro Gilberto Gil. Seguiu carreira no setor público em diversos órgãos como BNDES, ANCINE, Rio Filmes, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, tendo especial atuação na área da cultura e do audiovisual. Ele assumiu, dentro do governo do Partido dos Trabalhadores, cargos de confiança e, enquanto era Secretário de Cultura do município do Rio de Janeiro, desenvolveu políticas e atividades em consonância com as políticas do governo federal, desenvolvendo uma rede municipal de pontos de cultura, programa de ações locais, elementos da adesão ao Sistema Nacional de Cultura, como a realização da Conferência Municipal de Cultura, entre outros. Atual Secretário de Cultura do Estado de São Paulo.

2. DISCURSOS DE POSSE: FORMAÇÃO DISCURSIVA E IDEOLÓGICA DA GESTÃO

A análise das políticas do Governo Temer se inicia nos discursos de posse dos três então ministros efetivos do período. Escolheu-se analisar esses discursos por entender que se trata de discursos que ficam registrados e que têm a função de informar à população as diretrizes que serão seguidas por aquele ministro em sua gestão. Através desses discursos, pretende-se apreender as formações discursivas e ideológicas da gestão.

2.1 Uma análise quantitativa

Para uma primeira avaliação dos discursos, as tabelas abaixo auxiliam para uma análise quantitativa. Foram selecionadas, nesses discursos, palavras que representam a política cultural como transformação social, tais como *diversidade*, *democrática*, *participação*, *direito*, entre outras, e palavras que representam uma política cultural mais formalista pautado na economia e no estado mínimo como *economia*, *mercado*, *crescimento*, *desenvolvimento*, entre outras. Foram quantificadas também as palavras relacionadas ao nacionalismo como *nacional* e *país*, uma vez que é uma das características dos discursos de posse dos Ministros da Cultura do Governo Temer. Foi realizada a pesquisa pelo levantamento dessas palavras e suas variações, agregando as palavras derivadas do mesmo radical.

Os discursos foram colocados no sistema Word e com o auxílio da ferramenta de busca do sistema foi possível quantificar a recorrência das palavras e elaborar as tabelas abaixo. Para se ter uma base comparativa, foi realizada a mesma busca não só no discurso dos ministros do Governo Temer, mas também no discurso do ministro Gilberto Gil, que é o discurso base das políticas que foram desenvolvidas anteriormente e de que se pretende avaliar a continuidade.

Tabela 1: Discursos de posse: Palavras relacionadas à política cultural como Transformação Social

Palavras relacionadas à política cultural como Transformação Social				
	Gilberto Gil	Marcelo Calero	Roberto Freire	Sérgio Sá Leitão
Diversidade e variações	6	5	4	3
Democrático e variações	1	4	2	1
Participação e variações	0	1	0	1
Direito e variações	2	1	0	1
Popular e variações	4	0	0	1

Simbólico e variações	4	3	0	0
Cidadania e variações	1	0	0	2
Povo e variações	8	2	2	0
Desigualdade e variações	3	0	0	0
Total	29	16	8	9

Fonte: produção da autora

Tabela 2: Discursos de posse: palavras relacionadas à política cultural formalista/Estado Mínimo

Palavras relacionadas à política cultural Formalista / Estado Mínimo				
	Gilberto Gil	Marcelo Calero	Roberto Freire	Sérgio Sá Leitão
Economia e variações	2	1	2	13
Desenvolvimento e variações	1	3	2	5
Incentivo e variações	1	0	2	6
Fiscais e variações	2	0	0	3
Crescimento e variações	0	0	0	5
Mercado e variações	4	1	0	1
Arte e variações	0	2	2	5
Total	10	7	8	38

Fonte: produção da autora

Tabela 3: Discursos de posse: palavras relacionadas ao nacionalismo

Palavras relacionados ao nacionalismo				
	Gilberto Gil	Marcelo Calero	Roberto Freire	Sérgio Sá Leitão
Nacional e variações	8	7	3	0
País e variações	10	6	5	12
Total	18	13	8	12

Fonte: produção da autora

Essas tabelas nos ajudam a identificar as prioridades de cada discurso, mas os números não nos trazem uma análise detalhada (que será realizada mais adiante numa análise qualitativa), uma vez que a palavra pode estar no discurso como defesa ou como crítica a uma forma de ver a gestão de cultura. Um exemplo disso é no discurso do Gilberto Gil aparecer quatro vezes a palavra *mercado* (o que representa 40% das recorrências de palavras do grupo denominado Estado Mínimo nesse discurso) e todas elas estão inseridas no contexto da crítica a ter uma política cultural concentrada nas leis de incentivo fiscal.

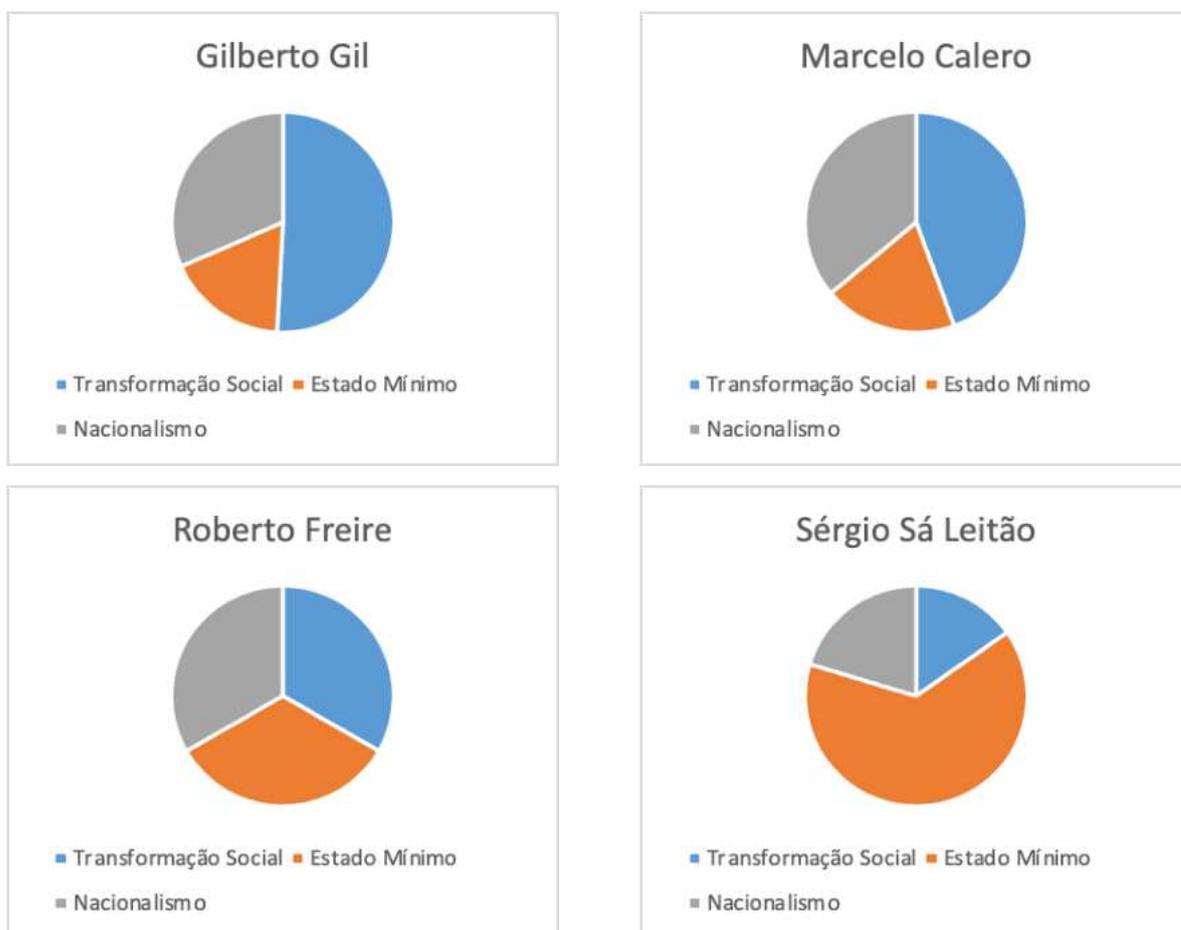
Outra palavra que apresenta mais frequência nos discursos dos ministros da gestão Michel Temer e que seria relacionada a uma gestão de Transformação Social é a palavra *democrática* e suas variações. Mas essa palavra se apresenta, como é analisado mais adiante,

mais como uma defesa do governo do que como proposta de política pública, uma vez que durante todo o período houve o questionamento sobre o fato de haver ocorrido um golpe de estado no afastamento da presidenta Dilma Rousseff e se ainda havia um estado democrático no Brasil.

Numa primeira análise, pode-se observar que o número de palavras que tratam política cultural como Transformação Social vai diminuindo e o número de palavras que tratam de uma política baseada no Estado Mínimo vai aumentando a cada discurso.

Mas, como os discursos têm tamanhos diferentes (Marcelo Calero cerca de 1800 palavras, Roberto Freire cerca de 700 palavras, Sérgio Sá Leitão cerca de 2300 palavras e Gilberto Gil cerca de 2000 palavras), é importante identificar o espaço que cada grupo de palavras tem dentro do próprio discurso e assim comparar proporcionalmente seu uso entre os discursos. Para auxiliar na visualização do espaço de cada grupo de palavras tem em cada discurso, foram elaborados os gráficos abaixo.

Gráfico 1 – Gráficos com dados quantitativos dos discursos de posse dos ministros Gilberto Gil, Marcelo Calero, Roberto Freire e Sérgio Sá Leitão para uma análise comparativa.



No discurso do Gilberto Gil, os termos relacionados à política de transformação social ocupam mais de 50% das citações das palavras selecionadas, acompanhada de cerca de 30% de termos relacionados ao nacionalismo e de 20% de termos relacionados a uma política baseada no estado mínimo. Essas proporções são semelhantes ao do discurso de Marcelo Calero, com uma redução de aproximadamente 5% de termos relacionados a transformação social e aumento de mesma quantidade nos termos relacionados ao nacionalismo.

Mas, se excluídas as ocorrências da palavra *mercado* e variantes do discurso do ex-ministro Gil, que aparecem como crítica, essa proporção vai a 55% de palavras sobre transformação social, 11% de palavras sobre a política de estado mínimo e 34% das palavras relacionadas ao nacionalismo.

No discurso do Roberto Freire, há um equilíbrio entre os três grupos, o que representa uma redução do grupo de palavras relacionadas a política de transformação social e aumento do nacionalismo. No discurso do Sérgio Sá Leitão, há um aumento significativo nos termos relacionados ao estado mínimo, representando cerca de 65% do discurso, seguido pelo nacionalismo com 20% e os termos relacionados à transformação social têm a menor porcentagem, com 15%.

Sendo assim, pode-se observar que, com o tempo, a gestão vai se distanciando no discurso dos termos relacionados às políticas da gestão anterior e intensificando o uso de palavras relacionados ao mercado e à economia, que estão associados a uma política cultural mais formalista.

É interessante observar que os termos atinentes ao nacionalismo se apresentam em todos os discursos mais ou menos com a mesma proporção. Mas, no discurso do Gilberto Gil, estão associados à diversidade social e a uma crítica social, o que é predominante no seu discurso, ao contrário do discurso dos ministros do Governo Temer, em que o nacionalismo está associado a um certo ufanismo, como é analisado de forma mais detalhada adiante.

2.2 Discursos de posse e ideologia

A linguagem, segundo Fiorin (1993, p.6), é uma instituição social, veículo de ideologias e mediação do homem com outros homens e com a natureza, por isso será utilizada aqui como instrumento de análise.

Escolheram-se esses pronunciamentos de posse como representativos de um discurso, de uma proposta de governo, para poder fazer a análise de continuidade ou não da mesma

ideologia e política cultural que estavam em vigência no governo anterior. Será usada a definição de discurso de Fiorin:

O discurso são as combinações de elementos linguísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo. A fala é a exteriorização psico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso (FIORIN, 1993, p.18).

Na análise, será levado em conta, ainda segundo Fiorin (1993, p.18), que no discurso existe a manipulação consciente e inconsciente, a primeira pela sintaxe discursiva, pela qual o falante usa estratégias argumentativas para convencer o interlocutor, ou seja, criar efeito de sentido de verdade. “O falante organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor, etc.” (FIORIN, 1993, p.18). Mas o autor observa que, embora seja o campo da manipulação consciente, o falante pode usar de modo inconsciente em virtude de hábitos adquiridos.

A manipulação inconsciente ocorre no campo da semântica discursiva, estando relacionada com a maneira de ver o mundo de uma determinada formação social, surgindo “a partir de outros discursos já constituídos, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas. (...) A semântica discursiva é o campo da determinação ideológica propriamente dita. Embora esta seja inconsciente, também pode ser consciente.” (FIORIN, 1993, p. 18-19).

Observaram-se ainda os níveis profundos do discurso, uma vez que, na superfície, os discursos dos ex-ministros apresentem, ao mesmo tempo, elementos semelhantes (como emprego de expressões como “diversidade cultural”, “democracia”, “participação social”, “direitos culturais”, “pluralidade”, etc.) e distintos (emprego dos lexemas como “integração”, “tolerância”, “PIB”, etc.) em relação ao período anterior, parecendo às vezes contraditório.

Para explicar melhor essa distinção entre os níveis de profundidade do discurso, é preciso entender como se concretizam os valores mais abstratos das estruturas mais profundas na superfície discursiva. Por exemplo, a ideia de política cultural democrática pode ser concretizada, nas estruturas de superfície, como doação de um saber cultural erudito para a população ou participação popular nas políticas culturais. Esses são temas que concretizam o valor mais geral de políticas culturais democráticas. O tema, segundo o autor, “é o elemento semântico que designa um elemento não-presente no mundo natural, mas que exerce o papel de categoria ordenadora dos fatos observáveis” (FIORIN, 1993, p. 24). Portanto, textualizam-se por meio de palavras abstratas que interpretam e organizam o mundo.

Os temas podem ser concretizados por elementos ainda mais concretos, as figuras, "conteúdos que indicam elementos do mundo natural" (FIORIN, 1993, p. 23). São figuras palavras como "quadros", "livro", "instrumento musical", entre outros.

A ideologia, então, é apreendida a partir das relações entre os conteúdos abstratos do nível profundo e os temas, do nível mais superficial, como foi exemplificado acima, quanto nas relações entre temas e as figuras (o tema da cultura pode ser concretizado como "livro de literatura" ou "canção popular", a depender do ponto de vista ideológico inscrito no texto). Para se chegar à ideologia, não basta reconhecer os temas dispersos nos textos e suas concretizações no discurso, mas é preciso perceber as relações semânticas que estabelecem entre si na superfície e as relações com os conteúdos de nível mais profundo (FIORIN, 1993, p. 23-25).

Analisando os discursos de posse num nível profundo, sempre em relação com o nível mais superficial, busca-se apreender a ideologia neles inserida. Para isso, usou-se a definição de ideologia, segundo Fiorin, que se refere:

a esse conjunto de ideais, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições da vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens. Como é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade, que ocultam a essência da ordem social, a ideologia é "falsa consciência (FIORIN, 1993, p.28).

O autor continua a discorrer ideologia como:

[...] ela é uma "visão de mundo", ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira que uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. Daí podemos deduzir que há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais (FIORIN, 1993, p.29)

Para o autor, "A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade". (FIORIN, 1993, p.30). Ele ainda ressalta que, se há inversão da realidade, a ideologia está inserida no social, não podendo ser reduzida à consciência. Ou seja, essa ideologia existe independentemente da consciência do agente social. Sendo assim, apreenderam-se as representações e ideias que compõem a formação discursiva (e, conseqüentemente, a formação ideológica) desses discursos analisados com relação às políticas culturais, buscando relacioná-los com os outros momentos da história das políticas culturais no país. Formação discursiva é definida pelo autor como "um conjunto de temas e figuras que materializam uma dada formação ideológica presente numa determinada formação social" (FIORIN, 1993, p. 81).

É com essa formação discursiva assimilada que o homem constrói os seus discursos, que ele reage linguisticamente aos seus acontecimentos. Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação. Assim como uma formação ideológica determina o pensar, uma formação discursiva determina o que dizer. (...) Não devemos esquecer-nos de que assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante (FIORIN, 1993, p.33).

Podemos afirmar então que não há um conhecimento neutro, pois ele sempre expressa um ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais (FIORIN, 1993, p.29).

Outro texto que subsidiará a análise será o capítulo 3 do livro *Tempo e Narrativa* de Paul Ricoeur (1994, p.85-132), dialogando com as discussões de Fiorin (1993) sobre o nível profundo e nível de superfície dos discursos. Nesse texto, o autor trata da relação do tempo com a narrativa, abordando a função de mediação da mimese II (tempo configurado, ou seja, o momento da elaboração da narrativa) em relação ao tempo pré-figurado (mimese I) ou ao tempo re-figurado (mimese III) no processo de construção da narrativa. Segundo ele, “O desafio é pois o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua reconfiguração pela recepção da obra” (RICOEUR, 1994, p. 87).

Esses conceitos ajudam a compreender o uso de expressões que remetiam à gestão anterior, em um discurso de superfície mesmo que, ao mesmo tempo, defendam modos de gestão e prioridades que sejam contrárias às que estavam sendo praticadas. Segundo ele, a composição da narrativa, que chama de tessitura da intriga, está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação.

Qualquer que possa ser a força de inovação da composição poética no campo da nossa experiência temporal, a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação: de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal (RICOEUR, 1994, p.88).

As referências simbólicas de políticas culturais e do papel do Ministério da Cultura estavam ancoradas nos conceitos da gestão anterior como tridimensionalidade da cultura, diversidade cultural e participação social. Sendo assim, na construção dos discursos, os Ministros da Cultura do governo Temer usam termos e conceitos para criar uma conexão com os receptores e, ao mesmo tempo, tentam reconfigurar o discurso. O ex-ministro Sérgio Sá Leitão usa esse artifício ao citar a sua experiência na gestão do ministro Gilberto Gil, que é uma figura simbólica e que usufrui de grande afeto do setor, mas na construção do discurso tenta reconfigurar o que compreende como principais valores do setor ao enaltecer o aspecto econômico da cultura. Os ex-ministros Marcelo Calero e Roberto Freire parecem valorizar a diversidade cultural em seus discursos, o que remete ao mundo pré-figurado das políticas

culturais, mas, ao mesmo tempo, constroem o discurso e a narrativa de forma a trazer uma pacificidade ao termo, buscando um mundo re-figurado de apagamento das violências e desigualdades.

O texto de Ricoeur (1994) nos ajuda a analisar também as construções temporais das narrativas, por meio das observações das contingências e peripécias. “Seguir uma história é avançar no meio de contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na conclusão” (1994, p.105). Ou seja, é a construção de uma narrativa com um objetivo de induzir o leitor a uma conclusão. “E compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser aceitável, como congruente com os episódios reunidos” (RICOUER, 1994, p.105).

Tendo apresentado brevemente as bases teóricas para a análise dos discursos, faz-se necessário tecer considerações sobre a recolha dos textos. Os discursos foram retirados de matérias publicadas na página do Ministério da Cultura, na época de cada posse, desse modo, estamos analisando o texto verbal impresso no site e não a gravação em vídeo do discurso. É importante destacar isso porque, como afirma Fiorin, “no nível da manifestação, significados novos agregam-se ao discurso e outros conteúdos deixam de ser veiculados, devido a coerções do material e aos efeitos estilísticos da expressão” (FIORIN, 1993, p.38). Sendo assim, vamos analisar o texto elaborado cuidadosamente por cada ministro e não a performance na cerimônia de posse deles.

As análises serão feitas dos textos, mas dialogando com o contexto e com os aspectos do discurso dominante naquele momento. Os discursos, segundo Fiorin (1993), são ao mesmo tempo autônomos e determinados, obrigando “a análise a voltar-se para dentro e para fora, para o texto e para o contexto, para os mecanismos internos de agenciamento de sentido e para a formação discursiva que governa o texto” (FIORIN, 1993, p.77).

Para essa análise, considerando que o objetivo aqui é compreender a formação discursiva dos ministros e da gestão nesse período, optou-se por identificar algumas características e conteúdos comuns aos discursos. Muitas vezes, esses aspectos se apresentam nos discursos de Marcelo Calero, de Roberto Freire e de Sérgio Sá Leitão, com intensidades e formas diferentes, mas, em sua maioria, estão presentes nos três discursos.

As principais características identificadas foram: (i) críticas às gestões anteriores e defesa da gestão do Michel Temer; (ii) cultura como algo essencialmente bom e integrador; (iii) valorização do caráter econômico nas políticas culturais; (iv) nacionalismo; (v) conceito de cultura restrito à cultura erudita.

2.2.1 Crítica às gestões anteriores e defesa da gestão do Michel Temer

Dois temas que aparecem nos três discursos se referem ao contexto político em que estão inseridos e ao desgaste que o Governo Temer desenvolveu com o setor cultural: a crítica ao governo do Partido dos Trabalhadores (nas gestões dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) e a defesa da gestão do Michel Temer. Esses dois temas aparecem de formas diferentes nos discursos.

A crítica ao governo anterior não está restrita às políticas desenvolvidas para o setor, como expressas no discurso de Gilberto Gil. Essas críticas estão alinhadas com o discurso (formação discursiva) desenvolvido para e pelo grupo contrário ao Partido dos Trabalhadores, referindo-se à corrupção e à crise econômica. Além disso, nos discursos, há uma defesa do governo vigente principalmente em relação à sua legitimidade.

Essa característica do discurso dessa gestão já foi analisada no artigo “Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura”, de João Domingues, Leandro de Paula Santos e Mariana de Oliveira Silva (2019). Nesse artigo, os autores classificam como ato fóbico essa crítica ao governo anterior e identificam principalmente o discurso do aparelhamento do Ministério da Cultura por interesses partidários. Associado a esse ato fóbico, identificam também um ato mágico pós-político, relacionado a uma política de austeridade, de racionalização de recursos que se apresenta como uma resposta a tensões sociais expressas inclusive no ato fóbico.

O primeiro conforma-se basicamente como uma antítese denunciatória, reservando-se a “revelar” um projeto de “aliciamento” de pulsões sociais com certos interesses de reprodução partidários. Nomeamos essa jornada de expurgação, como primeiro gesto discursivo, de *ato fóbico*. O segundo mostra-se um pouco mais refinado, fazendo, inclusive, menção às figuras-chave do período lulista, buscando dotar seu sentido de uma pretensão de cuidado com o futuro administrativo a partir de gramáticas de racionalização de recursos estatais. Sendo a noção de “austeridade” sua dimensão mais óbvia, nomeamos esse movimento discursivo de *ato mágico pós-político*, dada sua vocação à sublimação de tensões sociais em nome do registro gerencial (DOMINGUES, DE PAULA, SILVA, 2019, p.182).

Os autores apontam mais ênfase do *ato fóbico* nos discursos dos dois primeiros ministros (Marcelo Calero e Roberto Freire) e de *ato mágico* no de Sergio Sá Leitão. O *ato mágico pós-político* está relacionado também à característica econômica presente no discurso do Sá Leitão, que será desenvolvida mais adiante.

É interessante observar que os autores fazem essas duas classificações com o objetivo de identificar um “campo discursivo” com um novo vocabulário autorizado sobre a gestão da cultura nesse cenário político. Isso dialoga com o que se pretende nessa pesquisa, ao

identificar a “formação discursiva” da ideologia que é representada pelo governo nesse período.

Observando essas duas características como uma forma de construção da narrativa, ou tessitura da intriga, como apresentado por Ricouer (1994), as críticas constroem as contingências da narrativa, argumentando que a corrupção da gestão anterior provocou uma grande crise econômica, o que retira recursos das políticas. As peripécias são as políticas de austeridade e de valorização das manifestações culturais que trazem retorno econômico para o país como a solução para o problema. Assim, os ministros usam elementos do mundo pré-figurado, da mimese I, que é a construção narrativa de corrupção e crise econômica criada pelo Partido dos Trabalhadores (da formação discursiva do grupo social que apoiou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff) e tentam construir o discurso através da narrativa um mundo re-figurado, ou seja, a intenção é que a conclusão do leitor seja apoiar as reformas propostas pelo governo e aceitar a proposta apresentada de valorizar o aspecto econômico das políticas culturais, em detrimento das demais, como a solução para o “problema” criado pela gestão anterior. Essa construção argumentativa pode ser compreendida também como a manipulação consciente, através da sintaxe discursiva, conforme discorre Fiorin (1993).

No discurso de posse do Roberto Freire, observa-se essa construção com a crítica de forma muito direta ao citar “uma profunda crise econômica e ética de governos” e pela referência direta à Lava Jato. Em seguida, apresenta a solução como uma reforma e racionalidade na gestão do ministério.

Temos clareza das dificuldades que atravessamos em nosso país. Uma profunda crise econômica e ética de governos que não cuidaram dos fundamentos macroeconômicos com a necessária responsabilidade, produziram um ambiente nefasto para nossa economia e para a política, que requer temperança e ousadia, e de apoio à Lava-Jato para superá-la.

(...)

Nosso compromisso é com o contínuo processo de reforma do Ministério, de seus instrumentos e políticas para tornar mais eficiente e transparente nossas ações. Racionalidade na gestão para integrar os trabalhos da pasta, tendo com fim a satisfação da demanda de bens culturais da sociedade (FREIRE, 2016, s/p).

No discurso de Sérgio Sá Leitão, evoca-se a crítica ao governo anterior ao citar a recessão e crise, alinhando-se ao discurso que o Partido dos Trabalhadores “quebrou o Brasil”, para justificar também um discurso de austeridade, a de sua pasta e do governo no qual estava inserido como um todo. E, em seguida, defende as reformas estruturais propostas pelo governo como as reformas trabalhista e previdenciária, que foram duramente criticadas pela oposição e tiveram resistência da população.

Sei que as condições são adversas. O Brasil está começando a sair da maior recessão de sua história. O déficit público atingiu um patamar recorde, que reduziu drasticamente a capacidade de investimento do Estado. O próprio MinC passou por um período de incerteza e de instabilidade. As reformas estruturais que estão sendo feitas por este governo apontam para o novo Brasil que mencionei. Mas enfrentam uma reação descabida dos que rejeitam o bom senso e a contemporaneidade.

(...)

Precisamos sair logo da crise. Em todas as áreas. Precisamos construir um novo país. Isso se faz com trabalho, seriedade e reformas estruturais. Não com omissão (LEITÃO, 2017, s/p).

Já no discurso do Marcelo Calero, a crítica ao período anterior é apresentada na frase “O partido da cultura é a cultura, não qualquer outro”, numa referência a uma resposta às denúncias de aparelhamento da pasta da cultura no governo anterior e de direcionamento de recursos em troca de apoio político que chegou a gerar a CPI da Lei Rouanet no Congresso Nacional²⁴. E isso fica claro no parágrafo seguinte, quando o ministro afirma que não estaria sujeito a um projeto de poder e quando, em seguida, fala que o serviço público é a garantia das normas, citando a sua formação em direito, que aparece no discurso como uma “credencial de legalidade”, como se comprova na citação a seguir.

Os programas da Prefeitura do Rio são um vivo exemplo de uma gestão republicana e eficiente dos recursos aplicados na cultura, modelo que, na minha gestão à frente do Ministério, será observado com o máximo rigor. O partido da cultura é a cultura, não qualquer outro.

(...)

Estaremos sujeitos sempre, portanto, àquilo que a sociedade brasileira demanda, nunca a serviço de um projeto de poder (CALERO, 2016, s/p).

Essa argumentação de que a cultura não poderia ter partido já fazia parte da formação discursiva do grupo social de sustentação do governo, muito aliada a uma denúncia de que o governo anterior fazia o aparelhamento dos órgãos como descrito por João Domingues (2018, p. 184) na entrevista a Stepan Nercessian e Roberto Freire antes mesmo da indicação de Marcelo Calero para o cargo da Secretaria Nacional de Cultura do Ministério da Educação.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Nercessian e Roberto Freire – então presidente do PPS – são substancialmente duros: “As instituições da cultura estão partidárias, e cultura não pode ter partido. É preciso desaparelhar o Ministério” (NERCESSIAN apud MARIA; VENCESLAU, 2016); “Alguns setores da cultura são meros aparelhos partidários” (FREIRE apud VENCESLAU, 2016). Os trechos expressam a identificação imediata entre o projeto até então posto e o aparelhamento do Ministério, como se as interfaces sociais que conformaram as ações do MinC na gestão petista fossem orientadas meramente por interesses de reprodução partidária ((DOMINGUES, DE PAULA, SILVA, 2019, p.184).

A crítica à gestão anterior no discurso de posse tem a função também de identificar os ex-ministros no grupo político alinhado ao governo e reforçar as ideologias com as quais os

24 Essas denúncias não foram comprovadas na CPI.

seus discursos se alinham e a formação discursiva dominante, como observa Fiorin (1993, p.74).

Comunicar é também agir num sentido mais amplo. Quando um enunciador reproduz em seu discurso elementos da formação discursiva dominante, de certa forma contribui para reforçar as estruturas de dominação. Se se vale de outras formas discursivas, ajuda a colocar em cheque as estruturas sociais. (...)

Sem pretender que o discurso possa transformar o mundo, pode-se dizer que a linguagem pode ser instrumento de libertação ou de opressão, de mudança ou de conservação.

Mas, nos discursos, não foram utilizados somente os elementos pré-figurados da formação discursiva da base de sustentação do governo, uma vez que ainda havia uma adesão muito grande do setor aos avanços realizados pelo governo anterior nas políticas culturais, que se traduziram em movimentos de reação à gestão de Michel Temer. O discurso do Marcelo Calero acontece num momento de grande tensão política, muito próximo do afastamento da presidente Dilma Rousseff e no momento em que havia ocupações de prédios do Ministério da Cultura e vinculadas nas 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal, questionando a legitimidade do governo e se ainda havia um estado democrático. A palavra *democrático* aparece três vezes no discurso, numa delas falando da participação social, propondo o diálogo e entendimento.

Serei o Ministro, portanto, do diálogo, da ampliação da participação social, da busca de soluções que sejam fruto do debate e do entendimento, sempre respeitados os contornos do convívio democrático e, novamente, de uma gestão republicana e eficiente. Vamos construir um caminho de verdade, competência e transparência (CALERO, 2016, s/p).

Nesse trecho, observa-se o uso de termos que remetem à formação discursiva da gestão anterior, como “participação social”, “debate”, “diálogo”, indicando uma valorização de uma gestão participativa, o que, como é analisado mais adiante, não se efetiva na prática, nem na estrutura administrativa, nem na manutenção dos espaços institucionais destinados a isso.

Em entrevista²⁵, o ex-ministro informou também que não iria forçar uma desocupação, fato que não se comprova na prática, com uma desocupação feita à força pela Polícia Federal um pouco mais de um mês depois, reforçando que o uso desses termos não significa pertencer a uma mesma formação discursiva e ideológica. Sendo assim, esses termos estão aqui como parte da estrutura de superfície do discurso e se justifica para, de alguma forma, se aproximar do discurso da gestão anterior e tentar administrar uma situação crítica de ocupação de

25 Entrevista concedida aos repórteres Luiza Franco e Gustavo Uribe, da Folha de São Paulo, publicada em 27/05/2016 com o título “Não haverá reintegração de posse das ocupações, afirma Ministro da Cultura”.

espaços públicos com pessoas que acreditavam naquela ideologia. Parece ser uma manipulação consciente do texto para evitar confronto e solucionar a questão.

Já Roberto Freire cita a sua experiência como parlamentar e o “fortalecimento da democracia”, numa referência às críticas de que o governo não seria democrático. Nessa linha da alusão à democracia, assim como Marcelo Calero, chama a classe ao diálogo numa busca de afastar a ideia de gestão autoritária, de reforçar processos democráticos e evitar resistências à sua gestão.

Como parlamentar com quase 40 anos de exercício de mandatos, sei da necessidade do diálogo como forma privilegiada para enfrentarmos as divergências, elemento fundamental para o fortalecimento da democracia. Para superarmos os dissensos, sem nenhum tipo de “revanchismo”, é fundamental trabalharmos na construção de consensos, privilegiando a discussão coletiva dos órgãos colegiados que compõem a pasta (FREIRE, 2016, s/p).

Leitão também faz referência a uma gestão democrática logo no início do discurso, ao pregar uma união do setor em prol de um “Brasil do século 21, da revolução digital, da economia de transformação, da igualdade de oportunidades, do império da lei, da democracia consolidada, do Estado eficiente e eficaz, do protagonismo dos indivíduos, da mais profunda liberdade”. Ao citar império da lei, dialoga tanto com a legitimidade do processo de impeachment, quanto com as denúncias de corrupção no governo do Partido dos Trabalhadores.

A defesa da gestão como democrática é tanto uma resposta às críticas de diversos atores do setor de que o impeachment foi um golpe de estado e que havia tido um rompimento do estado democrático de direitos quanto uma defesa das suas biografias em relação à decisão de ingressar ao governo, uma vez que diversas pessoas do setor foram convidadas a fazer parte do governo e negaram o convite.

2.2.2 Cultura como algo essencialmente bom e integrador

Um outro tema que se encontra nos três discursos é a ideia da cultura como algo essencialmente bom. Essa ideia ignora a possibilidade de que as políticas culturais possam reforçar desigualdades, excluir grupos e serem utilizadas por governos autoritários para a sua sustentação. Além disso, mesmo a gestão das políticas culturais voltadas para a transformação social também gera atritos ao questionar os discursos hegemônicos.

No discurso do Marcelo Calero, esse tema aparece logo no início, ao citar a música do Silas de Oliveira, falando da diversidade cultural e relacionando-a com a natureza e tratando as nossas manifestações culturais como algo genuíno e associado a diversos adjetivos e substantivos positivos como “alegria”, “genuína”, “autêntica” e “ricas”. Calero relaciona essa “alegria” a algo inerente às manifestações, às tradições e aos costumes.

Com essa associação com a natureza, o ex-ministro trata a cultura brasileira como algo natural e, por isso, imutável. Esse é um artifício tratado por Stuart Hall no livro *Cultura e Representação* como ferramenta para estereotipar negros (HALL, 2016, p. 171). Nesse contexto, chama a atenção o uso da palavra “genuíno”, cujas definições, no verbete do dicionário, são: “sem mistura. = Puro” e “Que não sofreu nenhuma alteração ou corrupção. = autêntico, legítimo, próprio, verdadeiro, natural”²⁶. O emprego dessas palavras, então, reforça essa ideia de que a cultura é natural e inalterável e elas, ao serem associadas a adjetivos positivos, expressam algo bom e imutável.

Essa tendência ao estereótipo pode ser observada também ao citar somente as manifestações da cultura popular que já haviam sido “selecionadas” como símbolos da brasilidade, tipo exportação, como o samba, maracatu e frevo (mesmo que só representem a expressão cultural de algumas localidades). Desse modo, a diversa cultura popular brasileira é estereotipada nessas expressões, num processo muito semelhante à do conceito de folclore destacado por Gil em seu discurso.

Uma outra expressão utilizada por Calero que chama a atenção é a “experiência civilizatória”, junto com “mais ricas da história da humanidade”, que dialoga com a política de Getúlio Vargas. Fundamentado em autores como Gilberto Freyre, o ex-ministro traz a ideia de enaltecimento da miscigenação e do processo de formação do país para a construção de uma identidade nacional, ignorando toda a violência desse processo que envolveu a colonização, a escravização de negros africanos e a dizimação dos povos originários. Processo histórico que tem reflexos até hoje na desigualdade social brasileira e de acesso de diversos grupos e manifestações culturais às políticas públicas culturais.

Na natureza, na nossa gente e, em particular, na alegria e pluralidade de nossas manifestações, tradições e costumes, está a marca da diversidade. Uma diversidade genuína, autêntica, fruto de uma experiência civilizatória que, sem ufanismo, seja talvez das mais ricas da história da humanidade.

(...)

O arcabouço cultural que fomos capazes de forjar constitui, de fato, ao lado da natureza que Deus nos legou, nosso maior patrimônio (CALERO, 2016, s/p).

26 Fonte: Dicionário Priberam – disponível em: <https://dicionario.priberam.org/genu%C3%ADno>, acessado em 23/10/2020.

Assim, o discurso de Calero usa elementos que, numa estrutura semântica de superfície, poderiam ser associados a uma continuidade de conceitos da gestão anterior pela valorização da diversidade cultural brasileira, mas, ao contrário, se fundamenta numa formação discursiva que gerou silenciamento e apagamento de etnias e de diversas manifestações culturais em prol de uma identidade nacional. Esse processo será desenvolvido mais detalhadamente no item nacionalismo.

Esse discurso, reproduzido por uma semântica discursiva, ou seja, de forma inconsciente, por fazer parte da formação discursiva do grupo social em que o ministro está inserido, pode até fazer crer que ele tinha por objetivo tratar da diversidade cultural brasileira, citando inclusive as diversas religiões, mas acaba reproduzindo um discurso que promove a hierarquização de manifestações culturais (o que ficará mais claro no item “Conceito de cultura restrito à cultura erudita”, adiante nesta dissertação).

No discurso de Roberto Freire, é possível identificar essa mesma tendência de ignorar as desigualdades e tensões existentes entre os grupos que compõem o território nacional quando ele afirma que:

Enquanto para alguns a Cultura é simples elemento de afirmação da diferença, para nós, é instrumento de integração de diversidades, em função de um humanismo que busca excluir a noção de “estrangeiro”, já que nenhum ser humano é estranho ao outro. Sendo assim, acreditamos que a criação cultural no seu mais amplo sentido e como maior expressão do humano poderá nos ajudar a atravessar essa névoa da mudança.

(...)

Nosso país é exemplo vivo desse processo de integração de etnias e culturas, as mais variadas, que marcam nossa especificidade enquanto Nação. Em grande medida, essa pluralidade cultural deve ser a base de nossa tolerância ao outro e ao diverso (FREIRE, 2016, s/p).

Ao tratar a integração de etnias e culturas como a base de uma tolerância que seria uma característica inerente ao brasileiro, ignora, assim como Marcelo Calero, todas as violências cometidas desde o processo de colonização e que repercutem e se reproduzem até hoje. Essa convivência de etnias e culturas foi e é marcada muitas vezes por violências, como apagamentos, invisibilidades e agressões físicas que se reproduzem até hoje²⁷.

Pregar a integração das culturas e uma tolerância inata ao brasileiro é um caminho diferente de reconhecer a diversidade cultural e as suas desigualdades. A integração de culturas é um processo que acaba por apagar e invisibilizar grupos em busca da construção de algo único e integrado. Esse processo tende a reforçar culturas hegemônicas, uma vez que as

27 Um exemplo disso são os incêndios e depredação dos terreiros de religiões de matrizes africanas e os ataques que acontecem às comunidades quilombolas e terras indígenas por fazendeiros.

subalternizadas não têm o mesmo poder de inserção e força política para disputar esse espaço. Com isso, esse item dialoga com o item que trata do nacionalismo, desenvolvido adiante, que tende a adotar uma cultura hegemônica. Essa característica dialoga com o conceito de cultura utilizado nas políticas culturais que propendem a hierarquizar as manifestações e a desconsiderar a diversidade.

Comparando com os discursos de Gilberto Gil, citados no capítulo anterior, pode-se classificar o uso dessas referências como um retrocesso no processo de reconhecimento das desigualdades sociais e de inclusão social nas políticas culturais. Pregar essa tolerância nata do brasileiro é uma escolha por manter essa desigualdade, a manutenção de uma cultura hegemônica e a invisibilidade de diversas manifestações culturais.

No discurso de Sérgio Sá Leitão, essa característica aparece de forma bem direta, ao dizer que é uma atividade que “apenas soma, jamais divide e sempre multiplica”, ignorando novamente a possibilidade do uso da cultura para sustentação de hegemônias e de estados autoritários.

Precisamos saber ressuscitar nossos sonhos. E a cultura é a melhor ferramenta para ressuscitar os sonhos dos brasileiros. Trata-se, afinal, da única atividade universal que apenas soma, jamais divide e sempre multiplica. Fazer e difundir cultura proporciona prazer, alegria e conhecimento (LEITÃO, 2017, s/p).

Ao contrário dessa afirmação de Sérgio Sá Leitão, o conceito de cultura que opera a política cultural pode contribuir para reafirmar uma cultura hegemônica e a exclusão de grupos das políticas culturais. Da mesma forma, o conceito de políticas culturais, como trata Albino Rubim (2019, p.10), dependendo do modo como é utilizado, pode ser emancipador ou ser utilizado a favor da exploração, do preconceito e de restrições de liberdades e direitos humanos.

2.2.3 Valorização do caráter econômico nas políticas culturais

O discurso de posse do ministro Sérgio Sá Leitão teve como traço mais marcante o aspecto econômico da cultura. O discurso que tem como título “As atividades culturais e criativas são vocações do Brasil”, no site do Ministério da Cultura, aborda o tema econômico em mais da metade das quatro páginas, reservando 4 parágrafos inteiros para tratar de números do setor (citando PIB, taxa de crescimento, faturamento, entre outros). Esse aspecto econômico fica marcado também pela linguagem utilizada - própria do mercado e que não era

utilizada nas políticas culturais - como *accountability*, *compliance*, *soft power*, *endowments*, etc. E dedica outros 2 parágrafos para defender a Lei de Incentivo à Cultura.

A palavra economia e seus derivados aparecem 13 vezes no texto, enquanto o termo “diversidade” aparece somente duas vezes e “identidade”, “direitos”, “participativo” e “pertencimento” somente uma cada uma.

As falas relativas aos campos simbólico e cidadão estão sempre acompanhados no discurso de questões econômicas. Por exemplo, quando cita ter participado da gestão do ministro Gilberto Gil, que foi marcada pela diversidade cultural e pela participação social, em seguida cita a Lei Sarney que foi a precursora da Lei Rouanet, representando o aspecto econômico da cultura por ser uma lei de incentivo fiscal que transfere ao mercado a decisão sobre onde será realizado o investimento. Quando diz que cultura é história e identidade, segue citando desenvolvimento, *soft power* e influência global. Quando trata de cidadania, em seguida fala de economia. Essas escolhas na construção do discurso já indicam que os demais aspectos da cultura não serão tratados separadamente da questão econômica, ou que esses outros aspectos não terão um espaço significativo na gestão, tal como terá o aspecto econômico.

Faço aqui uma pausa para destacar Gilberto Gil, com quem aprendi muito, e de cuja gestão sinto orgulho de ter participado. Importante neste momento citar também o ex-presidente e escritor José Sarney, a quem devemos a primeira lei federal de incentivo à cultura, em 1986. Seu primeiro projeto de lei neste sentido foi apresentado em 1972, em seu primeiro mandato como senador. Foram necessários 14 anos (e muita perseverança) para que a proposta finalmente se realizasse. Obrigado, presidente Sarney! A cultura brasileira deve ao senhor esta homenagem.

Cultura é história, é identidade, é desenvolvimento, é inovação, é soft power e influência global.

Produzir e acessar cultura são direitos dos cidadãos e integram o repertório básico da cidadania. É também uma atividade econômica importante, que pertence sobretudo à sociedade. Não cabe ao Estado produzir ou definir o que é e o que não é cultura (LEITÃO, 2017, s/p).

Esse tema de ênfase ao poder econômico acaba se confirmando, com a defesa de aporte de recursos privados nos espaços públicos por meio de parcerias público-privadas para museus e a teatros e crítica a modelos de gestão totalmente estatais, conforme discorrido no artigo de Domingues, de Paula e Silva (2019, p.188). Essa defesa se apresenta em diversos momentos da gestão, ao propor o formato de OS para o Teatro Brasileiro de Comédia e publicar a Medida Provisória de criação da ABRAM, com o objetivo de alterar o modelo de gestão de todos os museus do IBRAM. Essa medida provisória não foi aprovada pelo Congresso Nacional, perdendo sua validade. Esse mesmo formato de gestão havia sido

implementado por Leitão, quando era secretário da Secretaria Municipal de Cultura, no Museu do Amanhã e no Museu de Arte do Rio.

Essa valorização do aspecto econômico aparece também nos discursos de Marcelo Calero e de Roberto Freire em menor intensidade. No discurso de posse de Roberto Freire, pode-se observar essa mesma construção discursiva de associar as dimensões simbólica e cidadã da cultura com aspecto econômico.

Exatamente por ter uma compreensão da Cultura como elemento central de identidade, de reflexão e mesmo de entretenimento, buscaremos tornar a pasta elemento de inclusão social por meio do incentivo e da ampliação do acesso aos bens culturais. Isso fortalecerá a Cultura, importante elemento de desenvolvimento econômico, por conta de sua amplitude e ramificação em diferentes aspectos da economia nacional (FREIRE, 2016, s/p).

Além disso, o aspecto econômico aparece ao fazer uma defesa ao incentivo à “indústria cultural”. Esse termo estava sendo pouco usado pelo setor, já que a dimensão econômica da cultura vinha sendo discutida nos conceitos de economia da cultura ou economia criativa, dependendo da área que se pretende abarcar. Esse uso pode identificar uma falta de acompanhamento das discussões do setor, uma vez que ele não tem histórico de experiência na área de gestão cultural.

Já no discurso de Marcelo Calero, esse aspecto econômico está no desejo de transformação de atividades culturais em produtos para exportação. A relação da cultura com o ambiente internacional, para ele, passa pela criação de um produto cultural com características para competir internacionalmente, ou seja, passa necessariamente por um aspecto econômico. Essa característica de sua gestão ele mesmo associa à sua carreira no Ministério das Relações Exteriores e esse aspecto de fato ganha espaço na sua gestão ao criar uma secretaria dedicada a isso.

Os artistas são trabalhadores, que tecem entre contos, cantos, encenações, e tantos outros fazeres, os fios que desenvolvem a economia do nosso País e que nos sustentam enquanto nacionalidade.

(...)

Também da minha trajetória como diplomata, que muito me orgulha, trago a busca pela compreensão da cultura brasileira em sua dimensão internacional.

Queremos o desenvolvimento de um produtor cultural forte, capaz de competir em condições favoráveis. São muitas as oportunidades surgidas com a digitalização dos meios de comunicação e do acesso ao conteúdo cultural. No entanto, para aproveitá-las e conquistar novos mercados, o produtor brasileiro precisa contar com apoio que o posicione em condições à altura da qualidade do seu produto (CALERO, 2016, s/p).

Nos discursos, aparece diversas vezes o uso da cultura para o desenvolvimento, sempre associado a aspectos econômicos. Uma discussão interessante que Lia Calabre (2016) apresenta em *Escritos sobre políticas culturais* é que há diversas formas de desenvolvimento propostas para as políticas culturais. Como a autora identifica, o termo “desenvolvimento” pode ter vários significados e propostas. Para ela,

A concepção de desenvolvimento, com a qual as políticas culturais deveriam operar, não deveriam estar baseadas somente em elementos quantitativos. É fundamental considerar também as questões qualitativas, que dizem respeito ao bem-estar da sociedade e, no caso específico das políticas culturais, que estão intrinsecamente relacionadas ao exercício dos direitos culturais como previsto na Constituição de 1988 (CALABRE, 2019, p. 46).

Nesse artigo, a autora apresenta três conceitos de desenvolvimento, um deles, embora presente até hoje, remonta ao século XVII, relacionada a ideia de progresso e de aumento da produção material, gerando péssimas condições de trabalho e superexploração de recursos naturais. Dada a falência do modelo anterior, apareceu o modelo do bem-estar social, no qual o desenvolvimento econômico estaria associado a garantias de direitos pelo Estado e uma sociedade menos desigual. Um terceiro conceito apresentado é o do Amartya Sen, que sem negar a importância do crescimento econômico, define desenvolvimento como processo de expansão das liberdades das pessoas (CALABRE, 2019, p. 47-48).

Ainda segundo a autora, a aproximação desse último conceito, nas políticas culturais, aparece num primeiro momento nos discursos de Celso Furtado, quando ministro na década de 1980, e ressurgiu somente na gestão do ministro Gilberto Gil na década de 2000 (CALABRE, 2019, p. 52).

Nos discursos dos Ministros da Cultura do Governo Temer, o conceito de desenvolvimento está, na maioria das vezes, relacionado com números e crescimento econômico. Sérgio Sá Leitão dedica grande parte do discurso para falar de números e Marcelo Calero trata essa questão como desenvolvimento de produtos para exportação. Assim, o conceito está muito mais relacionado com aspectos quantitativos que qualitativos.

2.2.4 Nacionalismo

Essa característica expressa nos discursos dialoga muito com o contexto em que se insere o governo, uma vez que as manifestações a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff foram marcadas pelas pessoas vestidas de verde e amarelo da camisa da seleção

brasileira, com adereços com as cores da bandeira, enroladas na bandeira nacional e cantando hino nacional. O discurso nacionalista também fez parte também desse processo. Ou seja, fez parte da formação discursiva do grupo social que sustentava aquele governo e isso foi reproduzido nos discursos.

Segundo Pollak, para a constituição de uma memória coletiva, e conseqüentemente, uma identidade coletiva como uma identidade nacional, é necessário realizar o enquadramento da memória. Com isso, selecionam-se elementos e narrativas que irão compor a memória e os que serão esquecidos. E isso gera grupos excluídos e marginalizados, o que evidencia “o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p.5).

No discurso do Marcelo Calero, o nacionalismo aparece, logo no início do discurso, ao enaltecer a natureza, os brasileiros, a experiência civilizatória e as manifestações, tradições e costumes. O mesmo trecho analisado acima sobre a característica de valorar a cultura como algo bom, também é carregado de nacionalismo e ufanismo, mesmo que o autor tente negar isso.

O nacionalismo é uma marca muito forte do discurso de posse de Calero, aparecendo a palavra “nação” e suas variações sete vezes em seu discurso. Esse traço é tão importante para o ex-ministro a ponto de ele afirmar que a tarefa elementar da cultura é a de sustentação da nacionalidade. No texto, condiciona o financiamento público a essa função. Sendo assim, a cultura e os artistas estariam em função da nação.

Além disso, em dois momentos do discurso, essa relação da cultura com a nação vem associada ao sagrado e ao patrimônio. O sagrado é algo relacionado à veneração, a algo inviolável, puro e superior²⁸. O patrimônio também tem a conotação de ser algo a ser mantido sem alterações, já que por muito tempo eram somente reconhecidos como patrimônio cultural elementos arquitetônicos que deveriam ser conservados em seu formato original. Nesse contexto, ainda utiliza os verbos “guardar” e “preservar” e o substantivo “sagrado”, o que reafirma essa ideia de ser algo engessado.

O arcabouço cultural que fomos capazes de forjar constitui, de fato, ao lado da natureza que Deus nos legou, nosso maior patrimônio, e impõe-se como lastro de nossa identidade como nação, aquilo que nos faz únicos e nos leva a nos identificarmos como brasileiros.

Os artistas são trabalhadores, que tecem entre contos, cantos, encenações, e tantos outros fazeres, os fios que desenvolvem a economia do nosso País e que nos sustentam enquanto nacionalidade.

28 Fonte: Dicionário Priberam – disponível em <https://dicionario.priberam.org/sagrado>, acessado em 23/10/2020.

Guardamos e preservamos o que temos de mais sagrado, os elementos de memória e fazimento que compõem nossa identidade nacional. (...) O financiamento público é uma ferramenta imprescindível para que a cultura cumpra sua tarefa elementar de sustentação da nacionalidade, permeando, entre bens tangíveis e intangíveis, o cotidiano e o campo simbólico de nossa gente (CALERO, 2016, s/p).

Assim, a política cultural deixa de ser vista como algo que tem como objetivo tentar atender a um direito de todos para ser vista como algo utilitário, com o objetivo de sustentar a nacionalidade.

Pode-se relacionar essa construção de discurso com os proferidos na época da ditadura militar, como relatado no livro *Escritos sobre políticas culturais*, de Lia Calabre (2019), quando transcreve discursos do ex-ministro Ney Braga, que fala em “preservar as características regionais em busca do sincretismo nacional”.

Assim como no discurso de Ney Braga, o de Calero, ao invés de evocar a diversidade cultural de forma a construir um caminho a respeitar as diferenças que existem dentro do nosso território, evoca um sincretismo nacional. Algo que se pretende único e hegemônico.

Nos discursos de Roberto Freire e Sérgio Sá Leitão, o nacionalismo não aparece da mesma forma. No do Sérgio Sá Leitão, aparece associado à valorização do aspecto econômico da cultura, como um projeto de futuro, que ele está ajudando a construir ao fazer parte do governo. Um projeto que passa pelas reformas estruturais (em referência às reformas trabalhistas e previdenciária, que foram extremamente criticadas por retirar direitos e por possivelmente aumentarem as desigualdades sociais), pela superação da crise e pela contribuição da cultura para o desenvolvimento econômico do país.

Assim, a cultura estaria a serviço desse projeto do “Brasil do século 21”. Projeto que está relacionado com a valorização da economia e com avanços tecnológicos. Ao falar de um “novo país que precisamos erguer”, em alguma medida, nega a proposta que vinha sendo desenvolvida.

É interessante observar que muitos elementos do discurso para a construção desse novo Brasil parecem ser os mesmos da gestão anterior: cultura com um caráter estratégico, como um dos pilares do desenvolvimento e a importância econômica e social da cultura. Mas, como foi desenvolvido no item que trata de aspectos econômicos, o conceito de desenvolvimento que se está utilizando é outro, voltado para o caráter puramente econômico. Percebe-se que a importância do caráter social é inferior ao econômico.

A cultura, vocês sabem, tem um caráter estratégico. Deve ser um dos pilares do novo projeto de país que todos aqui desejam construir. O Brasil do século 21, da revolução digital, da economia de transformação, da igualdade de oportunidades, do império da lei, da democracia consolidada, do Estado eficiente e eficaz, do

protagonismo dos indivíduos, da mais profunda liberdade. Da arte de criar, empreender e viver.

(...)

As reformas estruturais que estão sendo feitas por este governo apontam para o novo Brasil que mencionei. Mas enfrentam uma reação descabida dos que rejeitam o bom senso e a contemporaneidade.

(...)

Precisamos sair logo da crise. Em todas as áreas. Precisamos construir um novo país. Isso se faz com trabalho, seriedade e reformas estruturais. Não com omissão.

Por isso aceitei o convite. Quero contribuir, a partir do Ministério da Cultura, para que o Brasil supere a crise o mais rapidamente possível; para a construção deste projeto tão necessário, do Brasil do século 21; para que a sociedade perceba a importância econômica e social da cultura e valorize o setor como ele merece; e para que as diversas atividades que formam o campo da economia criativa possam realizar (e maximizar) o seu potencial de desenvolvimento.

(...)

O objetivo central é fortalecer e valorizar o MinC, a cultura e as instituições culturais brasileiras, preparando o MinC e o setor para este novo Brasil que precisamos erguer, aqui e agora, no qual a cultura certamente terá um justo protagonismo. Cultura é história, é identidade, é desenvolvimento, é inovação, é soft power e influência global (LEITÃO, 2017, s/p).

Roberto Freire inicia o discurso criticando os nacionalismos excludentes e xenófobos de forma geral, mas, sobre o Brasil, o nacionalismo aparece junto com a lógica de que a cultura é essencialmente boa, como já analisado anteriormente, e na lógica de o país ser um grande exemplo de integração e tolerância, ignorando todas as tensões e violências desse processo de integração. Com isso, acaba dialogando com a proposta de criação de uma cultura hegemônica, uma identidade nacional única, que invisibiliza tudo que gera atritos e violências.

De acordo com Freire (2016), "Nosso país é exemplo vivo desse processo de integração de etnias e culturas, as mais variadas, que marcam nossa especificidade enquanto Nação. Em grande medida, essa pluralidade cultural deve ser a base de nossa tolerância ao outro e ao diverso".

2.2.5 Conceito de cultura restrito à cultura erudita

Outra característica que se encontra nos três discursos é a valorização das manifestações artísticas consagradas, de origem europeia, classificadas como teatro, cinema, música, literatura, arquitetura, artes plásticas, citando artistas consagrados e, principalmente, do Sudeste. Essa característica aproxima-se do conceito de cultura nas políticas culturais que hierarquizam as manifestações culturais. Essas manifestações foram muito relacionadas também ao potencial de retorno econômico, o que, em um contexto das leis de incentivo à cultura, tende para o conceito de política cultural formalista.

Roberto Freire, ao citar artistas, nomeia os que foram do partido comunista de que ele fez parte. Esses são renomados em manifestações artísticas como literatura, arquitetura, teatro e artes visuais. Ele não faz nenhuma referência às manifestações da cultura popular.

Sou legatário de uma tradição que tem base no trabalho intelectual e no trabalho de artistas da estatura de um Jorge Amado, Graciliano Ramos, Cândido Portinari, Oscar Niemeyer, Dias Gomes, Oduvaldo Viana Filho, Gianfrancesco Guarnieri, Ferreira Gullar, e outros tantos cujas obras fundaram em nosso país o período da modernidade sintonizada com as vanguardas mundiais. Tal tradição com vocação nacional, mas sem esquecer seu pertencimento à linhagem comum da humanidade, tem no respeito ao diverso sua contribuição decisiva para a construção do ser brasileiro (FREIRE, 2016, s/p).

Em seu discurso, Marcelo Calero cita diversas manifestações culturais, a grande maioria cariocas, com a exceção do sertanejo universitário, do frevo e do maracatu. Esses dois últimos, tal como o samba, são muito explorados para a exportação. Mas cita nominalmente somente artistas consagrados do Sudeste, músicos e escritores. Isso demonstra uma valoração maior desses tipos de manifestações e artistas. Essa restrição territorial ao citar os artistas, apesar de no discurso tratar da territorialização dos recursos, pode indicar uma tendência à valorização das produções culturais do Sudeste e um reforço à desigualdade existente.

É interessante observar que essa concentração territorial ocorre no parágrafo em que tenta tratar da diversidade cultural que compõe o nosso país. Começa citando os quilombos, as aldeias indígenas e as periferias e termina fazendo referência a diversas religiões. Essa construção pode indicar que essas características fazem parte da formação ideológica e discursiva do ministro, que mesmo tentando tratar da diversidade, acaba por reproduzir a visão do grupo em que está inserido, que, de alguma forma, reafirma as desigualdades territoriais e hierarquiza as manifestações culturais.

Meu coração hoje está com os quilombos, as aldeias indígenas, com as periferias. Ele bate ao ritmo do funk, do choro, da bossa nova, do samba, meu samba querido, dos maxixes de Chiquinha Gonzaga, da poesia de Vinicius, Drummond, da prosa de Lima Barreto, da alegria do sertanejo universitário. Ele pula entre um trapézio e outro, e ele se encanta com as experiências sensoriais de tantos palcos, lonas e telas. Ele se reúne nas rodas de rima e poesia e no maracatu. Meu coração dança ao ritmo do frevo e do passinho, se veste com a trama do artesão, fala e se colore em diversos sotaques, reza ao som dos atabaques, com um rosário nas mãos e um quipá na cabeça (CALERO, 2016, s/p).

No discurso de posse de Sérgio Sá Leitão, ao observar as ocorrências das manifestações culturais, no início, cita as manifestações para enumerar os setores que estavam

presentes na cerimônia de posse. Nesse momento, das manifestações culturais populares são somente citados o artesanato, carnaval e demais festas populares.

Há profissionais do teatro, da dança, do circo, da literatura, da música, das mostras e festivais, do patrimônio histórico e artístico, do carnaval e de outras festas populares, do audiovisual, do design, do artesanato, das artes visuais, de museus e centros culturais, de games, das HQs, da moda, da arquitetura, da arte digital e de outros segmentos que compõem a cultura brasileira. A vocês, minhas efusivas saudações, e o meu reconhecimento por tudo o que fazem pelo país (LEITÃO, 2017, s/p).

Mas o restante do discurso trata praticamente de aspectos econômicos das manifestações culturais e criativas, sem citar nenhuma manifestação da cultura popular. Cita três vezes o cinema, seja ao tratar dos números do setor, ao solicitar a aprovação da Medida Provisória e ao citar o cineasta Cacá Diegues. Nessa citação, fala de literatura, artes plásticas, teatro, cinema, TV e Beethoven. Todas são manifestações de herança europeia e que passam pelo mercado e pela indústria.

Sobre a centralidade no Sudeste, Leitão, num momento do texto, trata da diversidade brasileira, cita diversas etnias e quatro estados de quatro regiões do país como locais de origem dos avós para dar credibilidade a sua fala sobre esse tema. Afirma: “represento isso”, como se pode identificar na passagem: “Eu mesmo, de alguma forma, represento isso. Sou descendente de índios, negros, portugueses, alemães e libaneses; meus avôs e avós nasceram na Bahia, no Mato Grosso, no Ceará e no Rio Grande do Sul” (LEITÃO, 2017, s/p). Foi esse o único momento que cita alguma região do país, a partir dessa afirmação que pode ser questionada, uma vez que a ascendência não é o suficiente para representar alguma cultura, estado ou ainda a diversidade cultural brasileira.

Stuart Hall (2016), ao discorrer sobre os sistemas de representação, define o que seria pertencer a uma cultura, que pode ser resumido como compartilhar o mesmo universo conceitual e linguístico. Sendo assim, Sérgio Sá Leitão, homem que nasceu na cidade do Rio de Janeiro e que, pelo seu currículo, havia vivido até aquele momento entre Brasília e Rio de Janeiro, não poderia compartilhar com pessoas de tantos locais distintos o mesmo universo conceitual e linguístico.

Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto, como descobriremos a seguir (HALL, 2016, p.31).

Pertencer a uma cultura é pertencer, grosso modo, ao mesmo universo conceitual e linguístico, saber como conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens e como a linguagem pode ser interpretada para se referir ao mundo ou para servir de referência a ele. Compartilhar esses aspectos é enxergar o mundo pelo mesmo mapa conceitual e extrair sentido dele pelos mesmos sistemas de linguagem (HALL, 2016, p.45).

Esse processo de valorizar a miscigenação e tentar integrá-la num só ser é uma forma de tentar apagar diversos desses grupos que compõem o país, num projeto de construção de uma cultura hegemônica. Ainda mais tratando-se de um homem fenotipicamente branco, com poucos ou nenhum traço indígena ou africano. Sendo assim, esse trecho dialoga com o item que aborda o nacionalismo.

Mesmo identificando nos discursos essa concentração no Sudeste, pode-se observar também uma preocupação em dizer que não será o ministro de uma região, de um segmento e da necessidade de territorialização do investimento. Pode-se supor que essas falas compõem a estrutura de superfície dos discursos e que tratam de elementos do mundo pré-figurado para aproximação com o leitor, num processo de construção de um outro discurso. As estruturas profundas do discurso, nas quais se apreendem as formações discursivas e ideológicas, podem ser observadas na valoração das manifestações culturais de origem europeia, que se concentram em produção e recursos na região Sudeste, e isso indica o uso do conceito de cultura que hierarquiza as manifestações culturais.

Esse fato se confirma em uma outra característica que aparece no discurso de Roberto Freire, relativa a uma proposta de “dar acesso à cultura”, que está relacionada com essa lógica de que existe uma cultura superior e que esta deve ser acessível a todos. Essa ideia vem reforçar, de forma muito direta, se associada às outras características já desenvolvidas anteriormente, os conceitos de cultura e de política cultural que estão sendo propagados pelos discursos.

[...] busca incessante por garantir maior acessibilidade à produção cultural para usufruto do nosso povo.

(...)

Exatamente por ter uma compreensão da Cultura como elemento central de identidade, de reflexão e mesmo de entretenimento, buscaremos tornar a pasta elemento de inclusão social por meio do incentivo e da ampliação do acesso aos bens culturais (FREIRE, 2016, s/p).

Cabe observar que essa característica não aparece nos discursos de Marcelo Calero e Sérgio Sá Leitão de forma direta.

2.3 Conclusões sobre os discursos

Na análise das construções narrativas dos discursos de posse, foram identificados diversos elementos do mundo pré-figurado que, num primeiro momento, parecem contraditórios. Como exemplo, Calero trata dos direitos culturais dispostos pela Constituição Federal, da diversidade cultural e da luta contra discursos de ódio, o que parece bem contraditório quando observamos a importância que ele atribui à identidade nacional homogênea, chegando ao ponto de defender o financiamento público em cultura em função de sustentar a nacionalidade e o caráter econômico da cultura.

Sendo assim, somente foi possível fazer uma avaliação da ideologia que sustenta os discursos e, conseqüentemente, do grupo de que faz parte do governo, ao identificar o que é estrutura de superfície e o que é estrutura profunda nos discursos.

Identificou-se, então, a utilização de temas, na estrutura de superfície, de elementos pré-figurados da gestão da cultura do governo do Partido dos Trabalhadores, principalmente os termos que remetem à participação social e diversidade cultural. Isso se faz necessário para uma aproximação com o setor, que teve uma grande adesão àquela proposta de políticas culturais anteriores e que também representaram uma grande resistência ao governo Temer.

Ao mesmo tempo, dialogando com as formações discursivas e ideológicas dos ministros da gestão Temer, também foram utilizados elementos pré-figurados como o nacionalismo e o julgamento crítico ao governo anterior (com temas sobre corrupção e crise econômica), para dialogar com a base de sustentação do governo e com o grupo que apoiou o afastamento do Partido dos Trabalhadores.

Além desses elementos, através das análises das estruturas profundas dos discursos, podem-se identificar outras características que revelaram quais eram as formações discursivas e ideológicas nas quais os ex-ministros em questão estavam inseridos e qual o mundo re-figurado se desejava alcançar com os discursos.

Foram classificadas na análise cinco características desses discursos: crítica à gestão anterior e defesa da gestão; classificação da cultura como algo essencialmente bom e integrador; nacionalismo ufanista e excludente; valorização do caráter econômico da cultura e o conceito de cultura restrito às manifestações da cultura erudita. As características identificadas acima estão muitas vezes interligadas e relacionadas, de modo que diversas vezes foi necessário fazer referência a uma outra característica para a análise.

Nas análises, foram identificadas características que remetem à gestão do Ministério da Cultura do governo de Fernando Henrique Cardoso, como a valorização do mecenato da

Lei Rouanet, da dimensão econômica da cultura e do estado mínimo. Além do estado mínimo, outra característica do neoliberalismo que foi identificada foi a política de austeridade. Identificaram-se também características que remetem a períodos autoritários da história do Brasil, ao identificar nos discursos o nacionalismo ufanista, hegemônico e excludente e a valorização da miscigenação brasileira, ignorando as violências contidas nesse processo. Nesse nacionalismo, há a valorização de alguns elementos da cultura popular como o samba, frevo e maracatu, como símbolos da brasilidade.

Ocorre ainda um retorno da valorização da cultura erudita, que esteve presente em praticamente toda a história das políticas culturais do país, até a gestão do ex-ministro Gilberto Gil.

Além disso, há um distanciamento dos conceitos e valores da gestão imediatamente anterior, não só pelas críticas diretas, mas também pela ausência das políticas que vinham sendo desenvolvidas nos discursos.

A única referência é realizada por Sérgio Sá Leitão, que, apesar de ter feito parte da gestão anterior, dedica somente uma frase ao final do discurso para citar o Plano Nacional de Cultura: “Pretendo ainda, resgatar e aperfeiçoar os pontos de cultura e realizar de modo participativo um novo Plano Nacional de Cultura, que possa orientar as políticas nos próximos anos”. Após falar em grande parte do texto do aspecto econômico da cultura, fala em somente uma frase sobre as políticas vigentes, dando a entender que essas ações seriam algo secundário. Ele cita a criação de um novo Plano Nacional de Cultura para balizar as políticas dos anos seguintes, mas não trata das políticas e ações para atingir as metas do plano vigente à época, que tinha ainda 3 anos de validade.

Essas características nos direcionam para uma formação ideológica dos ministros que valorizam o conceito de cultura mais restritivo, hierarquizando as manifestações culturais, valorizando mais as manifestações hegemônicas em detrimento das demais. E esse conceito aparece associado a uma valorização de um conceito de política cultural mais formalista, que durante muito tempo excluiu das políticas públicas grande parte da diversidade cultural brasileira.

Desse modo, as construções narrativas identificadas na análise e as características apontadas acima indicam que o objetivo dos discursos era alcançar um mundo re-figurado (mimese III, segundo a teoria de Ricouer, 1994), em que se iria mudar a forma como se compreendem e se executam as políticas culturais do país, descontinuando as políticas que estavam sendo desenvolvidas, num retorno às políticas que valorizavam o mercado e uma cultura hegemônica. Mas o uso de elementos do mundo pré-figurado da formação discursiva

oposta demonstra que não pretendem fazer essa mudança de forma muito explícita e abrupta, para não piorar a crise que já existia entre o setor cultural e o governo.

Ou seja, apesar de os ex-ministros incluírem nos discursos os direitos culturais e a diversidade, que são valores que tinham um grande destaque na gestão anterior, tratam com maior ênfase de características que são excludentes. Todas as principais características dos discursos identificadas acima nos levam a essa conclusão, ao selecionar o que é representativo de uma nacionalidade, ao valorar o que é rentável economicamente e o que representa algo considerado superior. Isso tudo associado a um ufanismo e a uma visão romântica da cultura como algo essencialmente bom e livre de tensões.

Assim, há o retorno à gestão do Ministério da Cultura de representantes do grupo social que defende o conceito de cultura como sinônimo de civilização e o conceito de políticas culturais formalista.

Esses discursos indicavam que novamente grande parte da diversidade cultural do país seria novamente alijada das políticas culturais e que a construção participativa das políticas culturais seria descontinuada. No próximo capítulo desse trabalho, analisou-se como essas formações discursivas e ideológicas se refletiram nas ações do ministério.

O artigo *A Máscara* de Grada Kilomba (2010), nos ajuda a refletir sobre a escolha de um retorno a um contexto das políticas culturais que promovem a invisibilidade e o silenciamento de diversos grupos que compõem a nossa sociedade. Segundo Kilomba, o silenciamento é uma ferramenta, não só de manutenção de privilégios, mas uma forma de afastar da consciência as violências cometidas que possam gerar culpa ou vergonha aos opressores/privilegiados. Está relacionada às consequências de uma opressão de colonizadores sobre colonizados, de brancos sobre negros, relações que fizeram parte da constituição do nosso país.

Existe um medo apreensivo de que, se o(a) colonizado(a) falar, o(a) colonizador(a) terá que ouvir e seria forçado(a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do 'Outro'. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos. [...] O medo branco de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito Negro pode ser articulado com a noção de repressão de Sigmund Freud, uma vez que a "essência da repressão", escreve ele: "encontra-se simplesmente em afastar algo e mantê-lo à distância do consciente". (Freud 1923, p. 17). Este é aquele processo pelo qual as ideias desagradáveis – e verdades desagradáveis – tornam-se inconscientes, vão para fora da consciência devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam (KILOMBA, 2010, p.177).

Assim, considerando que os que foram incluídos na gestão anterior faziam parte do grupo social "colonizado", de manifestações culturais de origens não europeias, a exclusão deles das políticas culturais e das instâncias de participação social manteriam os privilégios

dos grupos dominantes ao acesso dos recursos públicos. Ao mesmo tempo, manteria o “outro” silenciado, sem acesso a instâncias de participação social e, assim, afastaria da “consciência” as violências e exclusões históricas que sustentam os privilégios que possuem.

Faz sentido que o grupo social que acredita na hierarquização das manifestações culturais, valorizando como superior as de origem europeias, queiram que esses grupos incluídos sejam novamente excluídos do direito a falar e das políticas públicas, por fazerem parte de uma “cultura inferior”. E assim observam-se alguns dos interesses na disputa pelos conceitos de cultura e políticas culturais que serão implementados: se buscam dar voz aos “colonizados”, democratizando o acesso às políticas públicas de cultura; ou se mantêm os privilégios dos colonizadores de forma velada. Esse privilégio se manifesta na valorização das suas manifestações culturais, na facilidade de lidar com as burocracias do estado e no acesso aos patrocinadores, isso tudo sendo maquiado numa suposta igualdade perante a lei e a administração.

Diferentemente de outros momentos históricos, a escolha por esses conceitos ocorre em um momento em que já se haviam desenvolvido políticas e trabalhos acadêmicos, como os citados no capítulo 1, que comprovavam que os conceitos adotados pela gestão anterior promoveram a inclusão de grupos sociais no grupo de beneficiados pelas políticas públicas, ao contrário desses outros conceitos que promovem a exclusão.

Segundo Konder (2002, 251-252),

[...] a ideologia conservadora atua de duas maneiras diversas: 1) em uma linha explicitamente antidemocrática, de oposição ao processo e 2) em uma linha que declara a sua adesão ao movimento de construção e aprimoramento da cidadania, porém de fato subordina o apoio à preservação do controle feito por setores de elite.

Nas análises realizadas dos discursos de posse, identificou-se a tendência da gestão Temer de atuar da segunda forma, de declarar adesão ao movimento de construção, não das formas desenvolvidas pelo autor nesse caso, mas utilizando termos que se referiam aos processos que vinham sendo construídos e com uma grande adesão (em superfície, usando a teoria desenvolvida por Fiorin, 1993), mas no próprio discurso podem-se observar elementos que indicam que os valores a serem conservados e defendidos serão os do mercado e de uma cultura hegemônica (em profundidade).

Assim como Fiorin (1993) problematiza sobre o nível de consciência dos autores do discurso sobre a ideologia que propagam, Leandro Konder afirma que os detentores do poder têm a capacidade de se autodiluir de forma a crer que os privilégios que possuem são direitos e isso facilitaria a argumentação para iludir os outros (KONDER, 2002, p. 250). Nessa

pesquisa, não se pretendeu avaliar o nível de consciência da ideologia que se propaga ou da autoilusão dos ministros, mas discorrer sobre os elementos que estão nos enunciados dos discursos de posse.

3. (DES)CONTINUIDADES DAS POLÍTICAS

Neste item, pretende-se fazer a análise sobre se houve ou não continuidade das políticas Cultura Viva (em especial, a ação estruturante Pontos de Cultura) e Sistema Nacional de Cultura (em especial o Conselho Nacional de Políticas Culturais, Conferência Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura). Essa análise será dividida em três partes.

Primeiro, faz-se uma análise comparativa das estruturas dedicadas a cada política no início do governo Temer e nas duas reformas administrativas que aconteceram nesse período (uma em 2016 e outra em 2018).

Em seguida observam-se, de forma quantitativa, as matérias publicadas no site do MinC, buscando identificar o espaço dedicado a cada uma dessas políticas e os temas de maior incidência, assim como verificar as prioridades da gestão.

E, por fim, a continuidade de cada programa é apontada com base nos dados sobre as reformas administrativas e através da análise qualitativa das matérias publicadas, verificando quais ações foram executadas e se novas ações foram propostas. Foram enumeradas as ações previstas tanto em normativas (nesse caso, obrigatórias) quanto em matérias publicadas pela gestão anterior nos primeiros meses de 2016 sobre as políticas SNC e Cultura Viva. Esse levantamento é fundamental para a avaliação da continuidade ou não das ações.

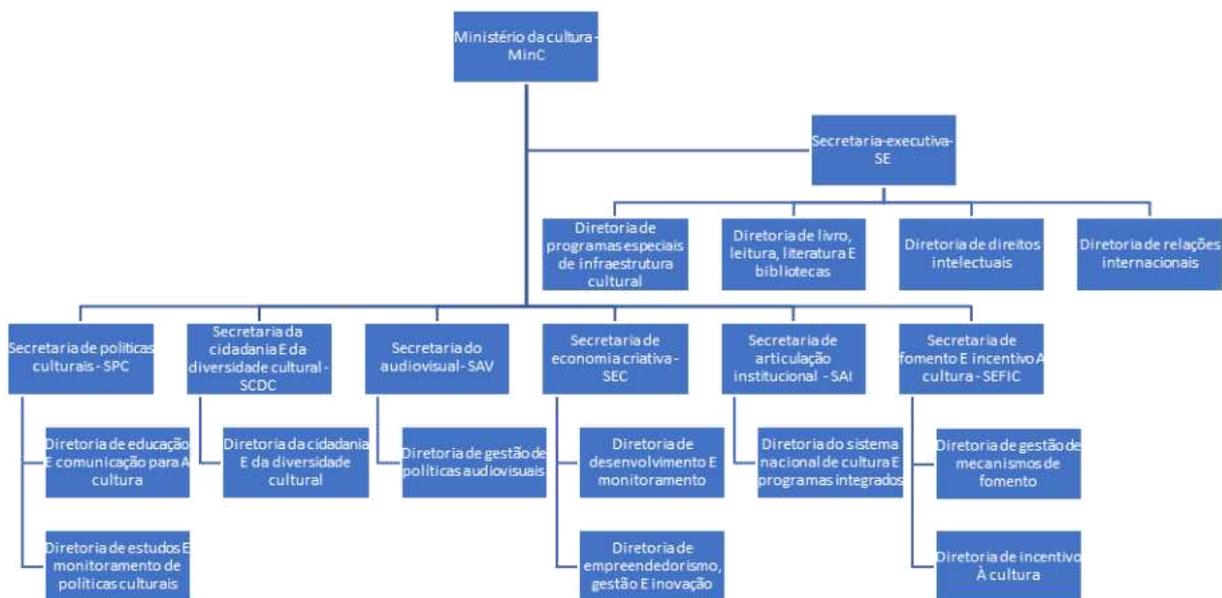
3.1 Reestruturações do MinC: qual espaço na estrutura para Cultura Viva e SNC?

Analisar a estrutura dedicada a cada política é uma forma de identificar o espaço que cada política tem e as prioridades da gestão. Sendo assim, realizou-se uma análise comparativa, entre a estrutura das secretarias do ministério em 2015 (definido pelo decreto nº 8.470/2015) com as reestruturações realizadas no período da Gestão Temer. Nesse período foram realizadas duas reestruturações: uma em 2016 pelo ex-ministro Marcelo Calero (através do Decreto nº 8.837/2016) e a segunda realizada pelo ex-ministro Sérgio Sá Leitão em 2018 (através do Decreto nº 9.411/2018). Importante observar que a análise realizada a seguir se concentra nas estruturas dedicadas às atividades finalísticas do ministério, sendo desconsideradas as estruturas de atividade meio concentradas principalmente no Gabinete do Ministro e Secretaria-Executiva.

Em 2016, antes do afastamento da presidente Dilma Rousseff, o Ministério da Cultura estava estruturado nas seguintes secretarias: de Políticas Culturais - SPC, da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC, do Audiovisual - SAV, de Economia Criativa - SEC, de Articulação Institucional – SAI e de Fomento e Incentivo à Cultura - SEFIC.

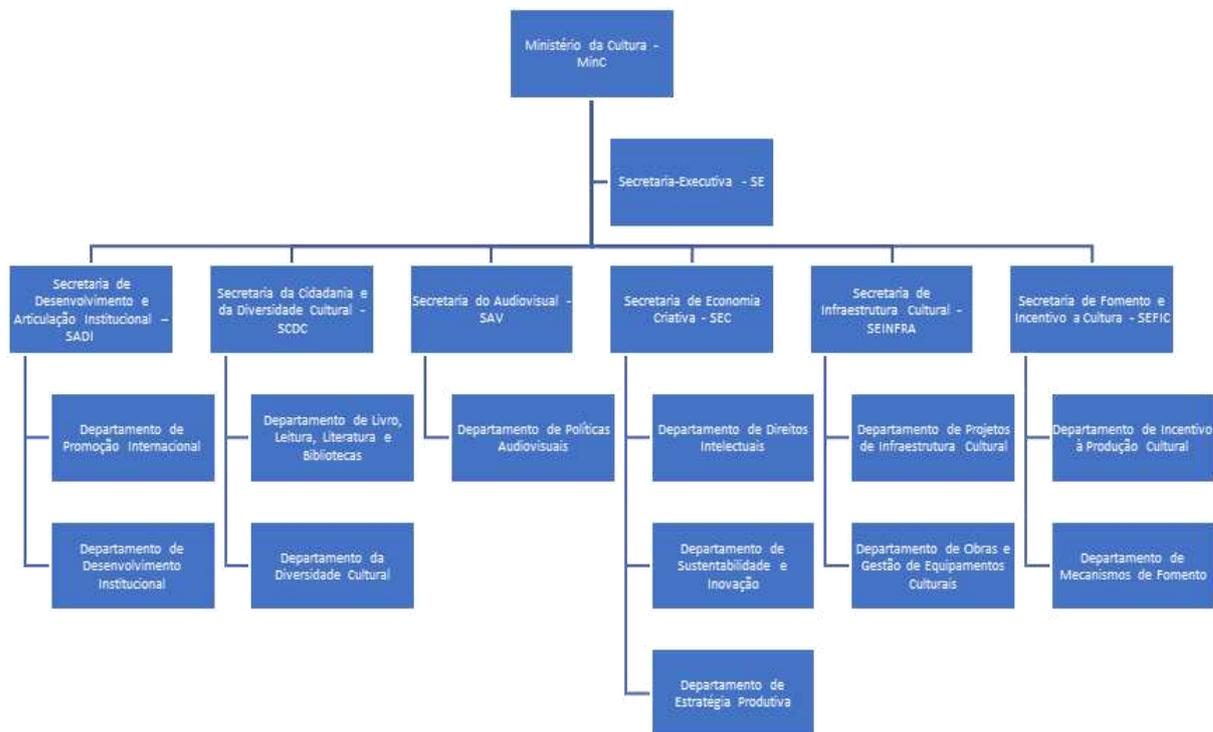
Para melhor visualizar as mudanças estruturais foram elaboradas, com base nos decretos, os organogramas das estruturas organizacionais destinadas às áreas finalísticas.

Figura 2: Organograma da área finalística do Ministério da Cultura – Decreto 8.470/2015.



Na reestruturação promovida pelo Marcelo Calero o ministério ficou estruturado nas seguintes secretarias: de Desenvolvimento e Articulação institucional - SADI, do Audiovisual - SAV, da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC, de Economia da Cultura - SEC, de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC e de Infraestrutura Cultural - SEINFRA.

Figura 3: Organograma da área finalística do Ministério da Cultura – Decreto 8.837/2016.



Num primeiro momento, podem-se observar duas mudanças, a troca da Secretaria de Articulação Institucional pela Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Institucional e a Secretaria de Políticas Culturais pela Secretaria de Infraestrutura Cultural.

Uma outra mudança realizada foi a transferência de quatro diretorias, que estavam na Secretaria-Executiva do Ministério para as secretarias finalísticas (no decreto são classificadas como órgãos específicos singulares). A Diretoria de Relações Internacionais foi transformada no Departamento de Promoção Internacional da Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional – SADI; a Diretoria de Direitos Intelectuais foi transformada em Departamento de mesmo nome na estrutura da Secretaria de Economia da Cultura; a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas foi transformada em departamento de mesmo nome na Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural e a Diretoria de Programas Especiais de Infraestrutura Cultural foi transformada em Secretaria de Infraestrutura Cultural. Essas mudanças indicam que os temas ganharam mais importância para a gestão.

O número total de cargos disponíveis para o ministério também reduziu sensivelmente nessa reestruturação. De um total de 431 cargos em comissão que estruturavam o ministério em 2015, sobraram somente 277 cargos em comissão na nova estrutura. Essa redução de 35% acabou motivando a exoneração em massa de mais de 80 pessoas. Os reflexos dessa reestruturação podem ser observados na mudança do quantitativo da força de trabalho do

Ministério da Cultura. Em abril de 2016 a pasta contava com uma força de trabalho de 913²⁹ pessoas. Em outubro, esse número reduziu para 747, ou seja, uma redução de 20% da força de trabalho.

É importante observar também que essa mudança da estrutura esteve associada a um discurso de contenção de gastos, de desaparelhamento da máquina pública e de valorização dos servidores. Nesse contexto, reduziu-se o número de cargos em comissão do ministério, acompanhado pela exoneração, em uma semana, de mais de 80 funcionários que ocupavam os cargos e um edital de seleção de servidores para ocupação dos cargos que vagaram.

Apesar de o programa ter tido adesão de parte dos servidores, essa reestruturação foi criticada por servidores do Ministério da Cultura em carta pública direcionada ao ministro Marcelo Calero, alertando sobre o impacto que essa redução teria no desenvolvimento das políticas culturais. Na carta, estes servidores demonstram preocupação na realização dessas mudanças num contexto em que a equipe da nova gestão do ministério ainda não estava formada.

A Frente Cultura pela Democracia, composta por servidores do sistema MinC, vê com muita preocupação as propostas de reestruturação apresentadas e as exonerações em massa que foram realizadas. Com a redução da força de trabalho, prevista em 20%, essas exonerações impactarão diretamente na execução e acompanhamento de muitas ações, inviabilizando as políticas culturais. (...) Essa redução, executada sem o planejamento necessário para garantir uma transição que possibilite a continuidade dos programas, vem aprofundar a crise de pessoal em que estamos inseridos, que conseqüentemente gera impactos no atendimento à sociedade. Atualmente temos somente oito dos cargos de diretores ou secretários nomeados de um total de 21, e das 911 vagas existentes no Ministério da Cultura para servidores efetivos, somente 550 estavam ocupadas em 2014. Esse número vem diminuindo ao longo do tempo, devido à evasão causada pelos baixos salários e pela falta de um plano de carreira.³⁰

A criação de uma Secretaria dedicada a Infraestrutura Cultural nessa nova estrutura, para coordenar e acompanhar a construção de equipamentos culturais, é um indicativo de mudanças das prioridades da gestão, uma vez que se tinha como prioridade o investimento de recursos para fortalecer as mais diversas instituições culturais do país e, com a criação dessa secretaria, parece haver uma priorização a ações de construção de equipamentos culturais.

A diretoria de Infraestrutura Cultural, na antiga estrutura, tinha como principal atividade o acompanhamento das obras dos CEUS das Artes (que antes da gestão de Marta

29 Informações retiradas dos Boletins estatísticos de Pessoal e Informações Organizacionais de maio/2016 e novembro/2016. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/outros/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/bep>. consultado em 18/05/2021.

30 Carta assinada por um coletivo de servidores chamado Frente Cultura pela Democracia. Disponível em: <http://frenteampdaspd.redelivre.org.br/2016/08/03/carta-aberta-ao-ministro-da-cultura-marcelo-calero-e-a-sociedade-brasileira/>, consultada em 18/05/2021.

Suplicy se chamavam Praças do PAC e depois, na gestão Temer, se transformou em Avançar), que faziam parte do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do governo Dilma. Esse programa era destinado às áreas mais pobres e tinha o objetivo de gerar emprego através de obras que melhoravam a infraestrutura social, urbana, logística e energética do país³¹. Os recursos para essas obras eram independentes do orçamento do Ministério.

A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, que tinha como principal atividade a Política Nacional de Cultura Viva, apesar de manter o nome e um número de cargos bem semelhante (reduziu de 33 para 27 cargos), acabou tendo uma redução da estrutura para as atividades das políticas de diversidade cultural porque acrescentou às suas atribuições as políticas de livro e leitura e a pauta da cultura, comunicação e educação.

Ou seja, até maio de 2016 as políticas para a diversidade cultural, entre elas a política Cultura Viva, tinha a estrutura de uma secretaria inteira dedicada a ela, com um total de 33 cargos em comissão. Na reestruturação de agosto de 2016, a estrutura dedicada ao tema se reduz para uma Coordenação-geral, com 8 cargos em comissão, uma redução de 69% dos cargos.

O Departamento onde foi alocada a coordenação-geral responsável pelo Cultura Viva, também ficou responsável pelas políticas que tratam relação da cultura com as pautas de comunicação e educação. Para esse tema houve também uma redução muito significativa da estrutura. Na gestão anterior, o tema era gerido por uma diretoria na Secretaria de Políticas Culturais e chegou a ser divulgado que a diretoria viraria a Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural - SEFAC³². Com a reestruturação, esta foi reduzida à Coordenação-geral com três cargos em comissão. Ou seja, uma redução de 57%.

Já a estrutura dedicada ao Sistema Nacional de Cultura, que antes estava distribuído em duas secretarias (na Secretaria de Articulação Institucional e em uma diretoria da Secretaria de Políticas Culturais), com um total de 28 cargos em comissão, é reduzida a um departamento com 8 cargos em comissão na Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional. Essa redução representa menos 57% do número de cargos.

Para uma melhor análise, elaborou-se a tabela abaixo, comparando o espaço dedicado a cada tema na estrutura (se secretaria, diretoria ou coordenação-geral) e o número de cargos destinados àquela temática. Um maior número de cargos indica uma maior estrutura e um maior quantitativo de pessoal destinado àquela ação.

31 Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>, consultada em 17/05/2021.

32 A secretaria chegou a funcionar de modo informal, com cerca de 20 cargos em comissão, mas não chegou a ser efetivada.

Quadro 1: Comparativo estrutura do Ministério da Cultura 2015 x 2016

Temas	Estrutura pelo Decreto nº 8.470 de 22 de junho de 2015		Reestruturação pelo Decreto nº 8.837 de 17 de agosto de 2016		%
	Espaço na estrutura do ministério	Cargos em comissão	Espaço na estrutura do ministério	Cargos em comissão	
Sistema Nacional de Cultura	Diretoria – SPC+ Secretaria (1 diretoria)	28	Diretoria – SADI	12	-57%
Relações Internacionais	Diretoria – SE	7	Diretoria – SADI	6	-14%
Audiovisual	Secretaria (1 diretoria)	40	Secretaria (1 diretoria)	23	-43%
Diversidade Cultural	Secretaria (1 diretoria)	33	Diretoria – SCDC	10	-69%
Cultura, Educação e Comunicação	Diretoria – SPC	7	Coordenação-geral – SCDC	3	-57%
Livro e Leitura	Diretoria – SE	16	Diretoria - SCDC	7	-56%
Economia Criativa	Secretaria (2 diretorias)	17	Secretaria (1 diretorias)	12	-29%
Direitos Autorais	Diretoria – SE	17	Diretoria – SEC	8	-53%
Incentivo Fiscal	Secretaria (2 diretorias)	51	Secretaria (2 diretorias)	32	-37%
Infraestrutura Cultural	Diretoria – SE	9	Secretaria (2 diretorias)	17	+89%

Fonte: Produção da autora.

Pelos dados da tabela acima, identificam-se áreas que tiveram uma redução proporcional à redução de cargos que ocorreu no Ministério da Cultura (35%), mas também áreas com redução de quase 80% e uma área com aumento de quase 90% dos cargos.

A única área finalística que teve aumento do número de cargos foi a de Infraestrutura Cultural, que, além do aumento da importância política dentro do ministério, pois passou a ter uma secretaria inteira dedicada a ela, teve também um aumento de 89% dos cargos em comissão.

Uma outra área que também foi valorizada, assim como prometido pelo ministro em seu discurso de posse, foi a de Relações Internacionais. Esta deixou de ter uma função mais de assessoria dentro da Secretaria-Executiva - SE para ser departamento dentro de uma secretaria finalística, indicando que teria mais espaço na formulação de políticas culturais. Além disso, houve uma redução de cargos em proporção inferior ao total, reduzindo somente 14% dos cargos.

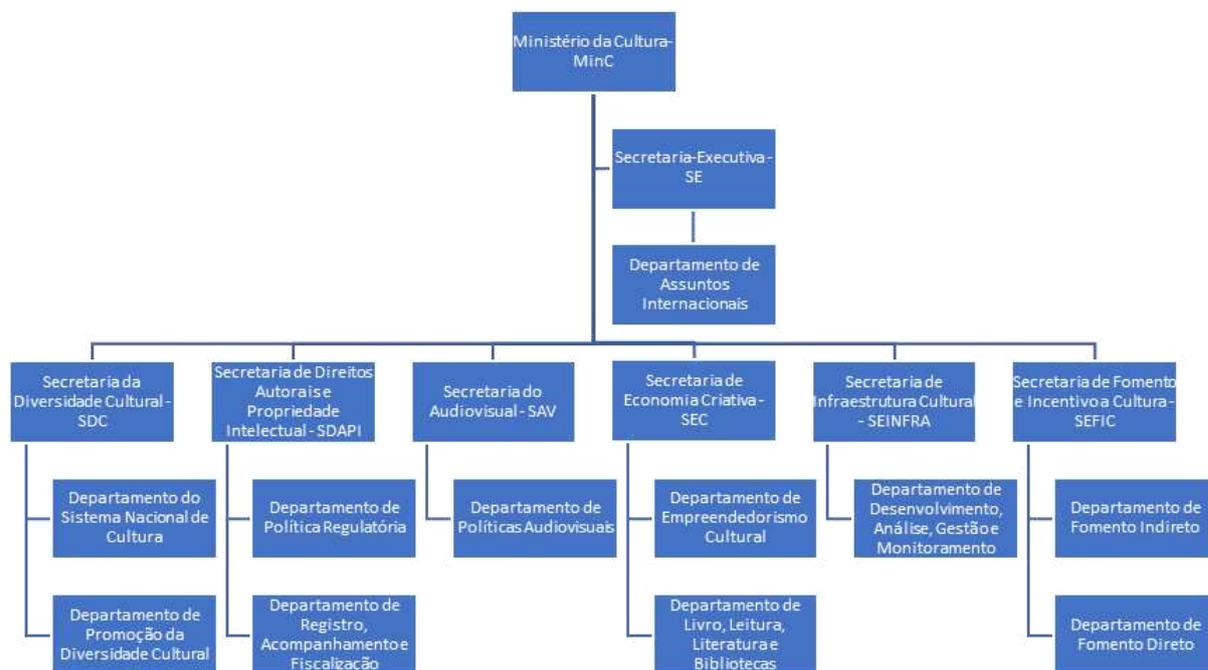
Os temas de incentivo fiscal e de economia criativa mantiveram tanto a estrutura como secretaria quanto os cargos com uma quantidade proporcional a redução global do ministério, tendo uma redução de 37% e 29% respectivamente. A área de economia criativa foi associada à área de direitos autorais o que indica que a pauta da propriedade intelectual passou a ser tratada sob a ótica da economia da cultura e não numa discussão mais ampla de direitos. As

pautas de Audiovisual e Livro e Leitura também tiveram reduções de, respectivamente, 43% e 56%.

Resumindo, a área que teve o maior corte de cargos foi a da Diversidade Cultural, com 69%, seguida das áreas do Sistema Nacional de Cultura e de Cultura, Educação e Comunicação, com 57% ambas, e pelas políticas de Livro e Leitura com redução de 56%. A única área que teve aumento, e teve um aumento expressivo, foi de infraestrutura cultural, com 89%, como desenvolvido anteriormente.

Já em junho de 2018, faltando menos de seis meses para encerrar a gestão, o ex-ministro Sérgio Sá Leitão realizou uma nova reformulação na estrutura do Ministério da Cultura, através do Decreto nº 9.411/2018. Este passa a ser composto pelas seguintes secretarias: da Diversidade Cultural - SDC, do Audiovisual - SAV, de Economia Criativa - SEC, de Fomento e Incentivo à Cultura - SEFIC, de Difusão e Infraestrutura Cultural – SEINFRA e de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual - SDAPI.

Figura 4: Organograma da área finalística do Ministério da Cultura – Decreto 9.411/2018.



Pelos nomes das secretarias, identificam-se algumas mudanças: a extinção da Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Institucional; a mudança do nome da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural para Secretaria da Diversidade Cultural; o retorno do uso do termo Economia Criativa; a inclusão da função de difusão na antiga Secretaria de Infraestrutura Cultural e a criação de uma secretaria dedicada ao tema de direitos autorais.

Ao contrário da primeira reestruturação do governo que teve por objetivo reduzir o número de cargos do ministério, nessa alteração da estrutura a quantidade de cargos se manteve, tendo um aumento de 3 cargos, num total de 280 cargos.

Com a extinção da SADI, a Secretaria de Diversidade Cultural passa ser responsável não só pelas políticas relativas à Diversidade Cultural, mas também pelo Sistema Nacional de Cultura e pela pauta de Cultura, Educação e Comunicação. A retirada do nome “cidadania” da secretaria chama a atenção considerando que a política que melhor representa essa característica, que é o Sistema Nacional de Cultura, passou a integrar as atribuições da secretaria.

Ao analisar a extinção da secretaria que tinha como função a condução do SNC, a mudança do nome da SCDC, junto com o fato de que a quantidade de cargos dedicados à política foi reduzida mais uma vez, dessa vez em 25%, parece indicar o interesse da gestão em reduzir ao máximo a presença da política no Ministério da Cultura. É importante ressaltar que como Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura integram o texto da Constituição, não é possível extinguir toda a estrutura dedicada à gestão dessas políticas apenas por decretos.

Nessa nova estrutura, a pauta de relações internacionais volta à estrutura da Secretaria-Executiva - SE, como Departamento de Assuntos Internacionais, novamente com uma função mais de assessoria que de desenvolvimento de políticas.

Para facilitar a análise, elaborou-se outro quadro comparativo, agora entre a reestruturação de 2016 e de 2018.

Quadro 2: Comparativo estrutura do Ministério da Cultura 2016 x 2018

Temas	Reestruturação pelo Decreto nº8.837 de 17 de agosto de 2016		Reestruturação pelo Decreto nº9.411 de 18 de junho de 2018		%
	Espaço na estrutura do ministério	Cargos em comissão	Espaço na estrutura do ministério	Cargos em comissão	
Sistema Nacional de Cultura	Diretoria – SADI	12	Diretoria – SDC	9	-25%
Relações Internacionais	Diretoria – SADI	6	Departamento – SE	6	0
Audiovisual	Secretaria (1 diretoria)	23	Secretaria (1 diretoria)	25	+9%
Diversidade Cultural	Diretoria – SCDC	10	Diretoria – SDC	5	-50%
Cultura, Educação e Comunicação	Coordenação-geral – SCDC	3	Parte de uma coordenação-geral – SDC		-100%
Livro e Leitura	Diretoria – SCDC	7	Diretoria – SEC	7	0
Economia Criativa	Secretaria (1 diretorias)	12	Secretaria (1 diretoria)	12	0
Direitos Autorais	Diretoria – SEC	8	Secretaria (2 diretorias)	15	+88%
Incentivo Fiscal	Secretaria (2 diretorias)	32	Secretaria (2 diretorias)	32	0
Infraestrutura Cultural	Secretaria (2 diretorias)	17	Secretaria (1 diretoria)	15	-12%

Fonte: Produção da autora.

Pelo quadro acima, as principais alterações foram: a redução dos cargos destinados à diversidade cultural e ao Sistema Nacional de Cultura em 50% e 25% respectivamente e o quase desaparecimento da pauta sobre Cultura, Educação e Comunicação da estrutura do Ministério da Cultura. Houve também o aumento de 88% dos cargos dedicados à pauta dos direitos autorais junto com a criação da secretaria.

A pauta de Cultura, Educação e Comunicação, que seria transformada em secretaria pela gestão anterior, passou a dividir uma coordenação-geral da Secretaria de Diversidade Cultural com a pauta de Acessibilidade Cultural. Desse modo, não foi possível computar a quantidade de cargos destinadas a cada estrutura.

Quadro3: Comparativo estrutura do Ministério da Cultura 2015 x 2018

Temas	Estrutura pelo Decreto nº 8.470 de 22 de junho de 2015		Reestruturação pelo Decreto nº9.411 de 18 de junho de 2018		%
	Espaço na estrutura do ministério	Cargos em comissão	Espaço na estrutura do ministério	Cargos em comissão	
Sistema Nacional de Cultura	Diretoria – SPC+ Secretaria (1 diretoria)	28	Diretoria – SDC	9	-68%
Relações Internacionais	Diretoria – SE	7	Departamento – SE	6	-29%
Audiovisual	Secretaria (1 diretoria)	40	Secretaria (1 diretoria)	25	-38%
Diversidade Cultural	Secretaria (1 diretoria)	33	Diretoria – SDC	5	-85%
Cultura, Educação e Comunicação	Diretoria – SPC	7	Pedago de uma coordenação-geral – SDC		-100%
Livro e Leitura	Diretoria – SE	16	Diretoria – SEC	7	-56%
Economia Criativa	Secretaria (2 diretorias)	17	Secretaria (1 diretoria)	12	-29%
Direitos Autorais	Diretoria – SE	17	Secretaria (2 diretorias)	15	-12%
Incentivo Fiscal	Secretaria (2 diretoria)	51	Secretaria (2 diretorias)	32	-37%
Infraestrutura Cultural	Diretoria – SE	9	Secretaria (1 diretoria)	15	67%

Fonte: Produção da autora.

Ao final da gestão do governo Temer, pode-se observar uma redução significativa da estrutura dedicada à Diversidade Cultural, que antes ocupava uma secretaria com um total de 33 cargos em comissão, e passou a ser um Departamento com uma estrutura de 5 cargos em comissão. Ou seja, uma redução de 85% dos cargos em comissão. Essa estrutura é incompatível com o trabalho que deveria ser desenvolvido para atingir a meta 24 do Plano Nacional de Cultura que determina a criação de 15 mil pontos de cultura.

Simbolicamente, manteve-se no nome da Secretaria o termo diversidade cultural, mas como abarcou as políticas SNC e Cultura e Educação, restou somente uma pequena parcela da

estrutura para as suas ações. Essa manutenção do nome da secretaria pode ter ocorrido pelo mesmo motivo que identificamos o uso de termos relacionados à política cultural de transformação social nos discursos de posse: para tentar manter uma relação aparente com conceitos que sustentaram as políticas culturais na gestão anterior, de modo a evitar atritos com o setor.

A estrutura dedicada ao Sistema Nacional de Cultura praticamente desapareceu. Antes da mudança de governo, a Secretaria de Articulação Institucional era inteiramente dedicada à implementação e monitoramento do SNC e a Diretoria de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais da Secretaria de Políticas Culturais era responsável pelo SNIIC e pelo Plano Nacional de Cultura, elementos integrantes do Sistema Nacional de Cultura. Toda essa estrutura que contava com 28 cargos em comissão foi reduzida a uma estrutura de um departamento com 9 cargos em comissão. Essa redução representou 68% dos cargos em comissão.

De modo geral, a cada reestruturação, a estrutura dedicada às políticas que são o *corpus* dessa pesquisa, o SNC e a PNCV, foi diminuindo de modo a restar duas estruturas, que antes ocupavam duas secretarias inteiras e ainda uma diretoria de uma terceira secretaria, uma única secretaria que além dessas pautas, agregou a pauta da interlocução da Cultura com a Educação.

As duas únicas estruturas que tiveram uma estabilidade, durante todo o período pesquisado, foram as relacionadas às leis de incentivo: Secretaria do Audiovisual e a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Ambas tiveram uma redução do número de cargos proporcional à redução do número total de cargos do ministério, de aproximadamente 35%. A Secretaria do Audiovisual existe na estrutura do ministério desde a gestão de Weffort. A SEFIC, criada na gestão do ministro Gilberto Gil, se manteve sem grandes alterações.

Resumindo, as mudanças realizadas na estrutura foram compatíveis com as mudanças de conceitos identificada nos discursos de posse: uma valorização das políticas relativas às relações internacionais na gestão do ministro Marcelo Calero; redução gradativa das políticas culturais dedicadas à diversidade cultural e à participação social; e um aumento de políticas relacionadas ao aspecto econômico da cultura, como Economia Criativa, Direitos Autorais e Audiovisual.

A criação de uma secretaria dedicada à infraestrutura cultural, que se manteve até o final da gestão, pode tanto ser explicada por uma mudança de conceito, como analisado acima, mas também pela valorização de ações que não demandariam orçamento do ministério. Os CEUs das Artes foram realizados em parceria com a Caixa Econômica Federal, que já

tinha garantido os recursos para executar as obras, sendo assim, não seriam necessários dispendir recursos financeiros do orçamento do ministério para que as obras fossem concluídas.

3.2 Análise das matérias publicadas no site do Ministério da Cultura

O *corpus* escolhido para análise das prioridades da gestão e da continuidade das políticas escolhidas (Cultura Viva e Sistema Nacional de Cultura) foram as matérias publicadas no site do Ministério da Cultura no período de maio de 2016 a dezembro de 2018. Nesse período, foram publicadas 2795 matérias, numa média de 3 matérias publicadas por dia. Considerando que as ações do ministério são tornadas públicas pelo site institucional, pode-se identificar quais ações foram executadas e quais políticas tiveram mais ações e, conseqüentemente, visibilidade, apontando assim as prioridades da gestão. Além disso, pode-se observar de que maneira as políticas que compõem o *corpus* desta pesquisa, Cultura Viva e Sistema Nacional de Cultura, são apresentadas pela gestão.

No dia 04 de janeiro de 2019, foram salvas em PDF todas as páginas com a listagem das matérias publicadas no site do Ministério da Cultura do período de janeiro de 2016 até o dia 21 de dezembro de 2018, quando foi lançado um novo site nos últimos dias da gestão do ministro Sérgio Sá Leitão. As matérias foram acessadas primeiramente no site antigo que estava disponível em www.antigo.cultura.gov.br, agora já não mais acessível.

O que foi publicado no período de 22 a 31 de dezembro de 2018 não foi incluído nesta pesquisa já que, no novo site, as matérias antigas se misturaram com as novas, não guardando a ordem cronológica, o que não permite identificar as matérias do período da análise. Como este intervalo de tempo representa uma pequena porcentagem das matérias, estas foram desconsideradas.

Para localizar o conteúdo das matérias da listagem obtida no site que saíra do ar, foi utilizado o dispositivo de pesquisa do google no site atual, www.cultura.gov.br, já que este não possui dispositivo de pesquisa próprio. Durante o período da pesquisa, em especial no ano de 2020, as matérias foram acessadas no site e classificadas em temas e subtemas. Ressalta-se que somente as matérias relativas às políticas tratadas por essa pesquisa ou citadas durante esse trabalho foram salvas em PDF tendo em vista a quantidade de matérias (2795) e o tempo curto disponível para a pesquisa (2 anos).

Para a análise listou-se todas as matérias em planilha de Excel, com título, subtítulo, data de publicação, em seguida, classificou-se as matérias em 7 grandes temas:

- Agenda – matérias dedicadas exclusivamente a relatar agendas das autoridades;
- Ministro – matérias relacionadas aos ministros, entre discursos, entrevistas, artigos, homenagens, etc;
- Gestão – matérias relacionadas a estrutura administrativa do ministério, entre nomeações, reestruturações, críticas à gestão anterior, entre outros;
- Ações do Ministério da Cultura – matérias que tratam das ações, políticas e programas executadas diretamente pelo ministério;
- Vinculadas – matérias sobre programas, ações, editais e programações dos espaços culturais das instituições vinculadas ao MinC (FBN, FCRB, IBRAM, IPHAN, FCP, ANCINE e Funarte);
- Olimpíadas – matérias publicadas sobre programação das Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio2016, Casa Brasil e Revezamento da Tocha;
- Outros – matérias que não se enquadraram nas classificações acima.

As classificações “Agenda” e “Ministro” foram criadas por observar que existia grande quantidade de matérias sobre os ministros. Foram publicadas diversas matérias sobre agendas que eles executaram dentro do cargo, classificadas como “Agenda”. Os artigos escritos por eles, entrevistas concedidas, homenagens, entre outros, foram classificados como “Ministro”.

Foi criada a classificação “Olimpíadas” devido ao número expressivo de matérias nos meses de maio a setembro de 2016 referentes ao tema que, se distribuídas pelos outros temas, prejudicariam a análise por seu caráter atípico, já que essas ações não foram exclusivamente executadas pelo Ministério como parte das suas políticas.

Foram divididas as ações do MinC (objeto dessa pesquisa) das ações das vinculadas por considerar que, apesar de fazerem parte do Sistema Federal de Cultura, cada órgão vinculado tem uma missão específica e autonomia administrativa.

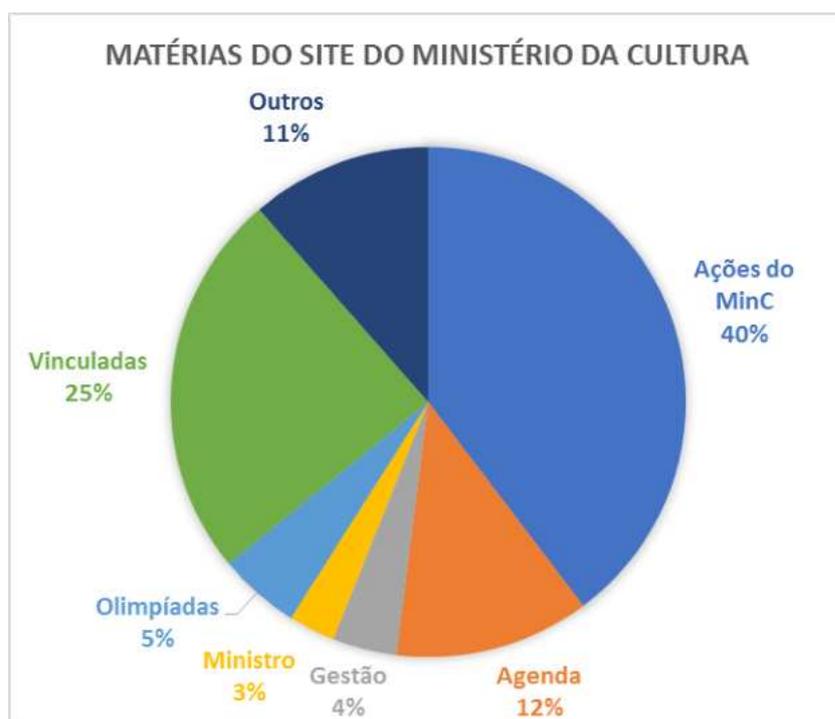
As matérias foram ainda classificadas em outras duas subcategorias, visando facilitar o detalhamento do conteúdo e a produção de gráficos e dados para análise. As matérias sobre ações do Ministério foram classificadas por políticas ou temas: Audiovisual, CEUs, Cultura e Educação, Cultura Viva, Direitos Autorais, Diversidade Cultural, Economia da Cultura, Lei Rouanet, Livro e Leitura, Prêmio Camões, Patrimônio, Relações Internacionais, Sistema Nacional de Cultura, entre outros. Os temas que tiveram uma incidência menor foram

agrupados nos gráficos como “Outros”. A Cultura Viva apesar de fazer parte das políticas de diversidade cultural, foi separada dessa classificação para uma melhor observação da presença do programa em relação ao todo e em relação às outras ações de diversidade cultural.

Como a organização do ministério mudou por duas vezes nesse período, as ações não foram classificadas por setor responsável, mas pela temática. Quando a ação podia ser classificada em duas temáticas, foi escolhida a que se avaliou como temática principal.

Sistematizando os dados de todo o período, nota-se que grande parte das matérias publicadas foram sobre as ações diretas do Ministério da Cultura (40% das publicações), seguida pelas postagens relativas às vinculadas (25% do total). Cerca de 15% das publicações foram relativas aos ministros, sendo 12% divulgação da agenda e 3% divulgação de entrevistas, discursos e artigos publicados por eles.

Gráfico 2: Matérias do site do Ministério da Cultura - Governo Michel Temer



Fonte: produção da autora

As matérias sobre as vinculadas tratam, em grande parte, de ações que fazem parte da rotina das instituições como: programação dos espaços de exposição e teatros, programação dos festivais internacionais de cinema que a ANCINE fornece suporte financeiro, obras de restauro do IPHAN, publicações, editais, seminários, processos de registro e salvaguarda de patrimônios materiais e imateriais, entre outros.

As matérias sobre os ministros, seja agenda ou entrevistas e artigos, tiveram diferenças de porcentagem e de características entre as gestões e serão tratadas mais detalhadamente adiante.

No item “Outros” constam as atividades culturais que não foram produzidas diretamente pelo MinC e vinculadas, notas de falecimento, notas de esclarecimento sobre questões que aconteceram durante o período, matérias sobre datas comemorativas (dia do folclore, do samba, do frevo, do escritor, do teatro, etc.), dados do setor, matérias sobre o centenário do samba, entre outros. As matérias sobre atividades culturais representaram 40% desse item, grande parte delas executadas com recursos da Lei Rouanet e de editais do MinC e vinculadas.

Das 128 matérias publicadas sobre as atividades culturais no item “Outros”, 38 (cerca de 30%) citavam a Lei Rouanet no título ou subtítulo. E a grande maioria dessas matérias foram publicadas no período da gestão do Sérgio Sá Leitão. Essa prática se apresenta como uma forma de defender a lei ao demonstrar os benefícios que ela traz num momento em que estava sendo duramente questionada por conta da fraude tornada pública pela operação Boca Livre da Polícia Federal que acabou gerando a CPI da Lei Rouanet. Essa defesa foi expressa também pelos ministros em entrevistas e em citações nas matérias publicadas no site do MinC.

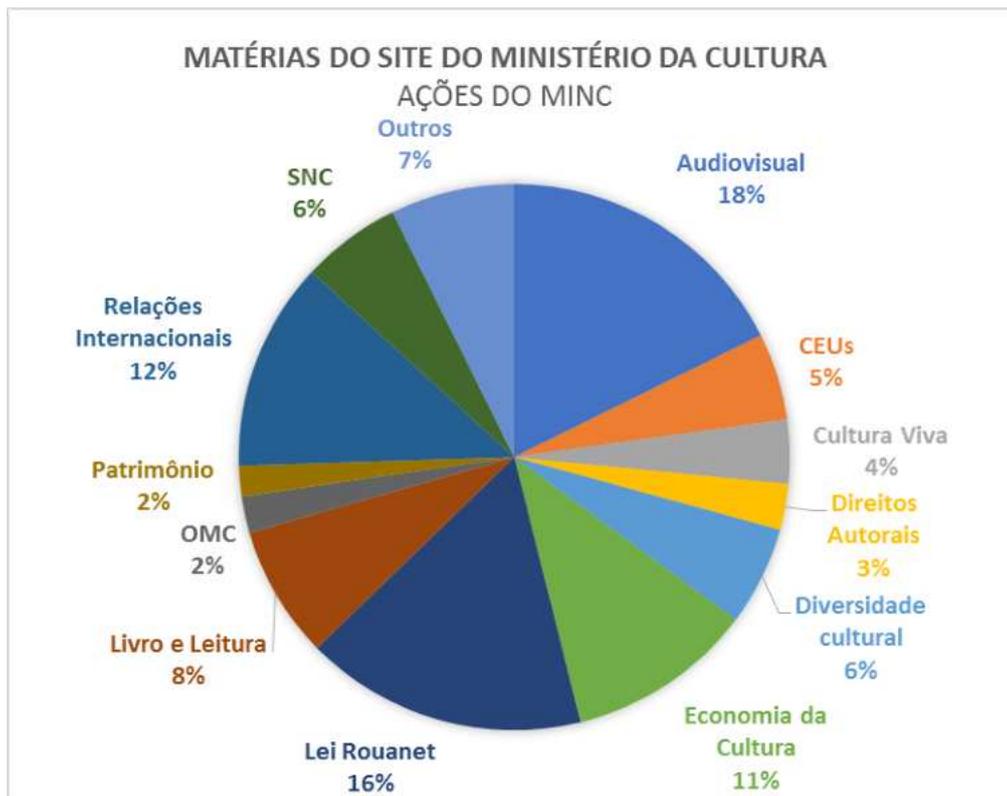
Esse destaque à Lei Rouanet também se apresenta nas matérias publicadas que foram classificadas como “Ações do MinC”, representando 16% de todas as matérias do tema, dividindo com o “Audiovisual”, com 18%, o tema mais recorrente. A Lei Rouanet teve destaque especialmente na gestão do Sérgio Sá Leitão e foi utilizada como ferramenta para as principais ações do período.

Identificou-se também que parte significativa das matérias publicadas no período foram de divulgação de programação cultural (festivais, atividades em espaços culturais, seminários, cursos, entre outros) e estão distribuídas não só nos temas “Outros” e “Vinculadas”, como descrito anteriormente, mas também no tema “Olimpíadas” e nas matérias classificadas como “Ações do MinC”, quando tratavam da Cinemateca.

Observando o detalhamento das matérias publicadas sobre as ações do Ministério da Cultura no gráfico abaixo, pode-se observar que a valorização da dimensão econômica presente nos discursos de posse se materializa nas ações do ministério. Essa dimensão econômica da Cultura esteve presente nas matérias publicadas: sobre a Lei Rouanet, que concede ao mercado o poder de decidir onde investir recursos públicos; sobre economia criativa; sobre o MicSul (Mercado das Indústrias Culturais do Sul) ou MicBr (nome dado ao

evento quando ocorreu no Brasil), que representaram metade das publicações classificadas como Relações Internacionais; e sobre as edições 2017 e 2018 da Ordem do Mérito Cultural que foram de temas relacionados a empreendedorismo. Isso representa cerca de 35% de todas as matérias publicadas no tema. E, como nos discursos, essa característica foi mais evidente na gestão do ministro Sérgio Sá Leitão como desenvolvido mais adiante, no item 3.2.3.

Gráfico 3: Matérias do site do Ministério da Cultura – Classificação: Ações do MinC



Fonte: Produção da autora

Como observado anteriormente e demonstrado no Gráfico 3 acima, o “Audiovisual” também teve um grande destaque nas publicações, sendo um dos temas mais tratados. Isso se dá provavelmente por dois fatores: (i) ter como fonte de recursos o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que tem arrecadação própria, o que possibilitou investimentos através de editais e (ii) o fato do ex-ministro Sérgio Sá Leitão, que ficou mais tempo à frente do ministério no período, ser do setor de audiovisual, tendo atuado tanto no setor público quanto no privado. No setor de audiovisual, observa-se uma política diferente que nas demais áreas, com investimento de recursos diretos, tanto por meio de editais quanto para a implantação dos Núcleos de Produção Digital por todo o país.

Apesar do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) fazer parte do Fundo Nacional de Cultura (FNC), as matérias sobre as reuniões e deliberações do FSA foram classificadas como “Audiovisual” uma vez que ele possui uma gestão independente que não passa pelo Comitê do Fundo Nacional de Cultura. Essas matérias não foram classificadas como “Vinculadas” porque apesar de a ANCINE ser a gestora dos recursos, o Comitê Gestor do FSA é presidido pelo ministro da cultura.

Em seguida, destaca-se o item “Relações Internacionais” com 12% das matérias publicadas. Isso se dá por causa da divulgação do MicSul e MicBr, como citado anteriormente, mas também pelo destaque dado ao tema pela gestão do Marcelo Calero, conforme ele havia indicado que faria no seu discurso de posse. Um terço das matérias publicadas sobre o tema foram durante o período da gestão dele, sendo que Marcelo Calero ficou à frente do ministério somente por 6 meses, ou seja 1/5 do período da gestão.

Destaca-se no gráfico também a porcentagem das matérias sobre diversidade cultural, o que representa 10% das matérias (somados os itens “Diversidade Cultural” e “Cultura Viva”). Ao analisar o conteúdo dessas matérias, observou-se que 23% das matérias foram sobre o IberCultura Viva³³ e 38% sobre os editais do Prêmio Culturas Populares. Os pontos de cultura, a principal ação de diversidade cultural, representa somente 13% desse montante, ou seja, 1,3% de todas as matérias sobre as ações diretas do Ministério da Cultura.

Em seguida, será realizada a análise das matérias separando o período da gestão de cada ministro, para tentar identificar as prioridades de cada gestão, uma vez que, como nos discursos de posse, apesar de ter características semelhantes, cada um possui mais ênfase em uma ou outra característica. Com isso, será possível fazer uma relação entre os discursos de posse e as práticas. Nessas análises serão identificados os principais temas tratados, os programas propostos e o conteúdo geral das matérias publicadas na página institucional do ministério.

Depois, será realizada uma análise das matérias publicadas sobre as políticas que compõem o *corpus* dessa pesquisa: Cultura Viva e SNC. Assim buscou-se identificar se as ações previstas foram executadas e como cada política era tratada pela gestão nesse período.

³³ O IberCultura Viva é um programa de cooperação intergovernamental ligado à Organização dos Estados Iberoamericanos – OEI, criado em 2013, que conta com 10 países participantes.

3.2.1 Gestão Marcelo Calero: foco na gestão?

Foram publicadas um total de 635 matérias no período de 23/05 a 19/11 de 2016, durante a gestão do ministro Marcelo Calero. Um total de 180 dias, com uma média de 3,5 matérias por dia.

No gráfico abaixo, identifica-se que 30% das matérias foram dedicadas a ações diretas do Ministério da Cultura, 24% dedicadas a ações das vinculadas, 23% sobre as Olimpíadas, 10% sobre o ministro (sendo a agenda, 3%, e entrevistas, artigos, etc, 7%), 4% sobre a gestão e 9% de outros assuntos.

Gráfico 4: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Marcelo Calero



Fonte: produção da autora

Como as Olimpíadas representam uma porcentagem significativa das postagens do período, não seria possível fazer um comparativo com o gráfico 2, sobre o total de matérias publicadas no governo Temer. Para que isso fosse possível, elaborou-se o gráfico abaixo com os dados das publicações do período que Marcelo Calero esteve à frente do Ministério da

Cultura, excluindo as matérias sobre os jogos Rio2016. Desse modo, observa-se que o Gráfico 5 ficou bem semelhante ao anterior, gráfico 2, com todas as matérias do período.

Gráfico 5: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Marcelo Calero – sem olimpíadas



Fonte: produção da autora

No entanto, o evento Olimpíadas tem importância significativa quando analisadas as prioridades e as mudanças de postura na gestão do Ministério da Cultura. As matérias sobre as Olimpíadas totalizam 144 inserções. Dessas, 66 sobre o revezamento da Tocha e 73 sobre a programação, em sua maioria, da Casa Brasil. O Revezamento da Tocha e a Casa Brasil foram ações executadas, respectivamente, pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio2016 e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX). O Ministério da Cultura, durante a gestão anterior ao período analisado, participou do planejamento dessas ações, inclusive contribuindo com recursos financeiros. Houve recursos do Ministério da Cultura tanto na Casa Brasil quanto nas atividades culturais nas cidades de Revezamento da Tocha.

A programação do Ministério da Cultura para o evento que havia sido planejado na gestão anterior foi, em grande parte, cancelada pelo ex-ministro Marcelo Calero e não foi executada nenhuma programação específica do ministério durante as Olimpíadas. O tema é tratado por Juliana Carneiro, no artigo *O programa de cultura nos jogos RIO2016: a disputa sobre o não feito*, em que analisa as disputas narrativas sobre o cancelamento das olimpíadas:

Com a mudança da gestão do Ministério da Cultura, essa programação sofreu uma série de modificações e, após um período inicial de silêncio sobre como a nova gestão trataria do tema, paulatinamente as ações foram sendo canceladas, enxugadas ou transferidas para o período dos Jogos Paralímpicos Rio2016. Em julho de 2016, às vésperas dos Jogos Rio2016, a crise estava instalada no campo artístico e cultural. Começava ali uma disputa de narrativas entre as gestões do Ministério da Cultura (antiga e nova) sobre os motivos que levaram a este cancelamento (CARNEIRO, 2019, p.16).

A programação executada na Fundação Progresso no período das Paraolimpíadas representou menos de 10 matérias publicadas no site. Além dessas, houve outras notícias sobre a programação cultural das olimpíadas desenvolvidas pelas vinculadas.

Em nota no site institucional, seguindo a característica do discurso de posse, há crítica aos contratos que haviam sido planejados e anunciados pela gestão da presidenta Dilma Rousseff, questionando a sua eficiência e os recursos dispendidos. Essa nota foi publicada após diversas matérias na imprensa sobre artistas que haviam assumido compromisso com o Ministério da Cultura de se apresentar durante as Olimpíadas e que não haviam sido contratados até aquele momento, próximo ao início do grande evento. A grande maioria, no final, não foi contratada e grande parte dos recursos destinados à programação oficial das Olimpíadas não foi executada.

As iniciativas que seriam contratadas por meio de inexigibilidade estão passando por adequações para que sejam respeitados os princípios da eficiência administrativa e dos gastos públicos. Havia casos de artistas estrangeiros que iriam receber dos cofres públicos mais de R\$ 500 mil para a realização de um único projeto e de duas iniciativas que, sozinhas, demandariam também dos cofres públicos quase 20% do valor total de R\$ 85 milhões destinados à programação (Nota “Programação cultural da Olimpíadas”, publicado em 22/07/2016).

A crítica à gestão anterior, identificada nos discursos de posse, pode ser observada não só no cancelamento de programação das Olimpíadas como também em matérias sobre restos a pagar e em outra específica publicada no site, que reproduz um editorial do Estado de São Paulo do dia 18/06/2019, intitulada “O MinC de Dilma”. Essa publicação teve por objetivo criticar a gestão de cultura do governo Dilma. Essas matérias representam cerca de 1/3 do tema “gestão” do gráfico acima.

Sobre a publicação do editorial do Estado de São Paulo, é interessante observar que o site institucional não tem como rotina compartilhar matérias publicadas na imprensa, salvo de entrevistas e artigos produzidos pelos ministros ou, mais raramente, divulgação das ações do ministério. A matéria baseia sua crítica na baixa execução dos programas PAC das Cidades Históricas e CEUs das Artes e classifica a gestão anterior como ineficiente, incompetente, entre outros.

A intensa mobilização de parte da classe artística contra o atual governo sugere que, antes, com os governos petistas, o Minc era bem gerido e seus projetos estavam bem encaminhados. Essa impressão, porém, não é verdadeira.

(...)

Os resultados na área cultural dos seis anos de governo Dilma são pífios, mas a parte da classe artística que agora arde em indignação contra Michel Temer parece ignorar essa realidade. Preferiu aceitar submissa e silenciosamente a incompetência petista. Fica evidente, assim, que nos atuais protestos a cultura é simples pretexto para o embate político-partidário. Mais respeito merece a cultura (“O MinC de Dilma”, publicado em 18/06/2016).

Foram publicadas diversas matérias criticando a gestão anterior pelo acúmulo de dívidas como “restos a pagar”³⁴ e anunciando a regularização dos pagamentos. Foram publicadas um total de 7 matérias sobre o assunto nesse período. A primeira matéria de 16 de junho de 2016, intitulada *Ministério quita primeira parcela de R\$236 milhões de restos a pagar*, lista os editais e compromissos assumidos que estavam pendentes e anuncia a liberação de 88 milhões para quitar os pagamentos. Além disso, anuncia o descontingenciamento dos recursos da pasta. A crítica à gestão é evidente na fala do Ministro citada na matéria: “‘Esse é o início de um processo que vai devolver a credibilidade à Funarte e a outras instituições federais que foram fortemente afetadas pela situação de descalabro que nos foi legada’, afirma o ministro Marcelo Calero” (acessada em 11 de março de 2019).

Essa crítica à gestão anterior ainda foi reiterada em entrevistas e artigos escritos pelo ex-ministro publicados na imprensa e divulgados pelo site institucional.

Nos últimos anos, o Ministério da Cultura passou por um processo de desmonte, com sensível redução de sua capacidade operacional. A gestão anterior, para além de ter ocupado mais da metade dos cargos de confiança por funcionários estranhos aos quadros, permitiu a redução do orçamento do MinC a míseros R\$ 400 milhões, além de ter legado dívida de mais de R\$1 bilhão.

(...)

Ao chegarmos ao MinC, apresentamos esse cenário caótico ao presidente Michel Temer, que, imediatamente, se sensibilizou (“Ministério da Cultura, reconstrução e reconexão”, publicado em 01/08/2016).

É interessante observar que, através dessas matérias, a gestão segue reproduzindo e reafirmando a formação discursiva dominante que já circulava no grupo de sustentação do governo, de que o governo anterior “quebrou o Brasil”. Esse assunto esteve no discurso de posse do ex-ministro e seguiu sendo reafirmado durante todo o período da gestão do Marcelo

³⁴ Restos a pagar é como é classificada toda despesa que foi empenhada, mas não conseguiu ser executada até o final do ano, quando todos os recursos são devolvidos e aguarda-se a aprovação de novo orçamento para que sejam disponibilizados recursos novamente no ano seguinte para quitação dos valores. Essa é uma situação habitual na pasta da cultura, considerando que os recursos são contingenciados ao longo do ano e somente liberados muito próximos ao final do ano, o que inviabiliza sua execução.

Calero nas matérias publicadas no site institucional, principalmente ao tratar dos “restos a pagar” e da questão financeira do ministério.

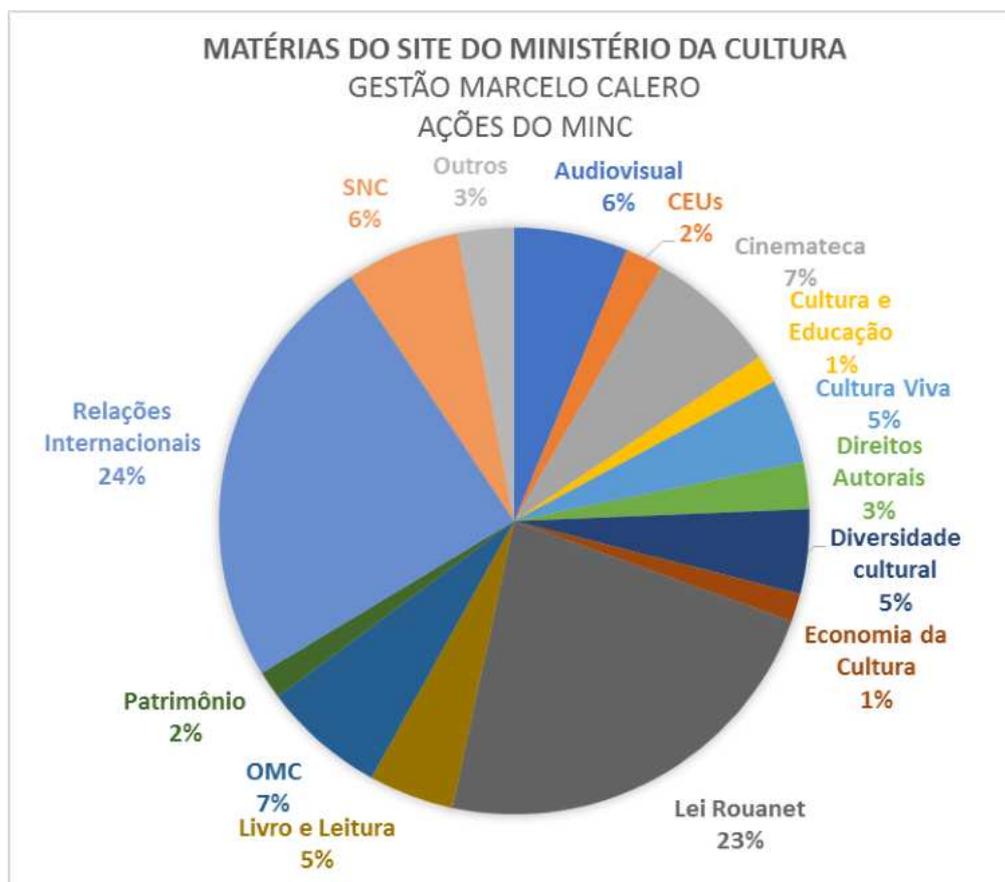
Ainda sobre o tema gestão, os outros 2/3 das matérias foram sobre a reestruturação do Ministério, nomeações para os cargos de segundo escalão do ministério e o programa de valorização de servidores. Sobre as reestruturações do período, o item 2.2.1 desta dissertação tratou sobre o tema.

Uma outra informação que se pode observar, ao classificar os dados na planilha, é a quantidade de matérias sobre programação de espaços e eventos culturais. Elas representam 221 matérias, ou seja, mais de um terço das publicações do período. Essas matérias estão distribuídas nos temas: vinculadas, ações do MinC (principalmente da Cinemateca), Olimpíadas (como detalhado acima) e outros (programações que não são executadas diretamente pelo Ministério da Cultura). Sobre as instituições vinculadas e a Cinemateca, as matérias tratam de ações que já vinham sendo desenvolvidas pelas instituições como Primavera de Museus, as programações dos espaços culturais das vinculadas, editais, processos de tombamento de patrimônio, continuidade das obras do PAC Cidades Históricas, seminários e pesquisas da Fundação Casa de Rui Barbosa e a programação de comemoração do mês da consciência negra pela Fundação Cultural Palmares.

Outra característica que chama atenção é uma grande quantidade de matérias sobre o ministro, que representam 10% das publicações, entre artigos escritos por ele, entrevistas e agendas. As agendas não possuem pautas recorrentes que indiquem o desenvolvimento de algum programa ou ação a ser desenvolvida pelo Ministério.

Ao detalhar os dados das ações do Ministério da Cultura, temos o gráfico abaixo em que a grande maioria das matérias tratam de ações das áreas de Relações Internacionais (24%) e Lei Rouanet (23%).

Gráfico 6: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Marcelo Calero – Classificação: Ações do MinC



Fonte: produção da autora

Em um primeiro momento, pode-se avaliar que as políticas de relações internacionais ganharam uma grande importância dentro da gestão, como o próprio ex-ministro destacou no seu discurso de posse e pelo espaço que ganhou na estrutura. Mas, 31 das 47 matérias sobre o tema tratam sobre a edição de 2016 do Mercado das Indústrias Criativas e Culturais do Sul (MicSul), que acontece anualmente em cooperação com outros países da América Latina e já estava previsto para acontecer. A quantidade de matérias sobre essa edição foi maior do que quando o evento ocorreu no Brasil em 2018, momento em que foram publicadas 23 matérias sobre o tema.

As outras matérias sobre o tema trataram de reuniões internacionais de que o ministro participou. A formação e o cargo na diplomacia do então ministro podem ter influenciado nesse destaque às matérias de participação em pautas internacionais, mas não indicaram o desenvolvimento de nenhuma política em relação a esse tema.

As matérias publicadas sobre o mecenato da Lei Rouanet trazem uma complexidade maior, já que, no período, houve uma CPI sobre a lei e a identificação de um esquema de fraude pela Polícia Federal. Cerca de metade das matérias publicadas (24 do total de 44

matérias), tratavam de reuniões ou de eleição de membros da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, atividades de rotina da pasta.

Outras 7 matérias trataram da operação “Boca Livre” da Polícia Federal e da CPI da Lei Rouanet na Câmara Federal. A operação identificou um esquema de fraude de uma produtora de São Paulo, que desviou milhões através de projetos que captaram recursos pela Lei Rouanet, mas que nunca foram executados. A CPI foi instaurada em decorrência dessa fraude e apoiada por denúncias de que os recursos da Lei eram utilizados pelo Partido dos Trabalhadores para dar dinheiro a apoiadores do meio artístico. Esse fato nunca foi comprovado. Essa crítica construiu-se depois de a imprensa publicar diversas matérias, ao longo de anos, criticando os valores milionários aprovados, conforme a legislação, para projetos como musicais internacionais e de alguns artistas renomados.

Nessas matérias, o ex-ministro defende a manutenção do mecanismo de mecenato e de uma reforma da lei. Essa defesa aparece como receio à queda significativa dos recursos para o setor, considerando que a Lei representa grande parte do orçamento do Ministério, e de gerar mais desgaste entre o ministério e o setor.

Para o ministro, mesmo diante de fraudes apuradas, é preciso ter a cautela de avaliar a Lei Rouanet de um modo isento. “Não pode nos levar ao equívoco de acreditar que o mecanismo de financiamento da Lei Rouanet, como um todo, não tem valor. Não podemos demonizar a Lei Rouanet pela ação de um grupo de bandidos, uma quadrilha, que se valeu desse instrumento para finalidades não previstas legalmente. (...)

Calero reconheceu que o mecanismo deve ser atualizado e corrigido porém enfatizou a sua importância. (“Em coletiva, Calero reitera colaboração do MinC em ação da PF”, publicado em 29/06/2016).

O ministro reforçou que a investigação não pode ser utilizada como um instrumento para “demonizar a legislação” e “criminalizar artistas”. “O problema não é a Lei Rouanet. O problema são aqueles bandidos, criminosos, que se organizaram em quadrilha, e se valeram deste mecanismo instituído por lei há 25 anos para fins inadequados, para desvios”, apontou (“Servidores foram essenciais para a investigações de fraudes na Rouanet, diz ministro”, publicado em 30/06/2016).

O senhor concorda com a continuidade da Lei Rouanet? O que mudaria nela? Há distorções evidentes, mas a Lei Rouanet virou a “geni” da vez. Não é por aí. Temos de lembrar que ela financia a Orquestra Sinfônica Brasileira, o MAR, no Rio de Janeiro, uma série de projetos. Não adianta dizer que é tudo porcária, que tem de ser substituída. Isso não existe. É um mecanismo que, aos trancos e barrancos, tem sustentado a cultura nacional. Quando há críticas, e elas são muito bem-vindas, é porque a população identifica nesse investimento acontecimentos que são, por si só, muito efêmeros. A lei Rouanet não pode ser satanizada (“Não haverá reintegração de posse das ocupações, afirma ministro da cultura”, publicado em 27/05/2016)³⁵.

35 Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1775458-nao-havera-reintegracao-de-posse-das-ocupacoes-afirma-ministro-da-cultura.shtml>, consultada em 25/05/2021.

Em resposta a essas situações, o MinC criou um grupo de trabalho para discutir uma revisão da Lei Rouanet, o que gerou mais algumas reportagens. A reforma da lei também foi uma pauta da gestão anterior, que foi proposta pelo projeto de lei Procultura (que até o momento não foi votado). As propostas de reforma da gestão do Marcelo Calero não passaram por esse projeto de lei ou pela mudança da lógica de funcionamento da mesma, mas pela proposta de adequações normativas e procedimentais, bem similar à opinião de Francisco Weffort exposta na entrevista da publicação “Produção Cultural no Brasil”, vol I (2010).

Começou-se também a divulgar os projetos que tiveram a prestação de contas reprovada ou aprovadas com ressalvas, com indicação de devolução de recursos. Essa medida parece querer demonstrar uma eficiência da gestão ao “punir” as pessoas que não usam corretamente os recursos públicos. É importante ressaltar que a prática de aprovar, reprovar e aprovar com ressalvas prestações de contas sempre fez parte da rotina da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura e que a indicação de devolução de recursos nem sempre está associada a fraudes ou à má-fé do proponente, podendo indicar somente que não teve a comprovação de um gasto (podendo ser uma nota fiscal antiga ilegível ou que foi extraviada) ou que um gasto foi realizado, mesmo que para cumprir o objeto do projeto, de forma diferente do que foi aprovado pelo MinC.

Pelas matérias, a prioridade do ministro era, além das agendas internacionais, questões sobre a gestão, como o programa de valorização dos servidores, fortalecimento da Funarte e pagamento de restos a pagar. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, ainda em maio, transcrita abaixo, o ministro justificou a ausência de um planejamento de políticas à grande dívida legada pela gestão anterior e à falta de organização da pasta. Apesar de ter anunciado um pacote de ações de 15 linhas programáticas em entrevista no jornal *O Globo* e reproduzido na página institucional, o programa nunca foi apresentado ou noticiado em matérias publicadas no site.

Apresentamos ao presidente Temer um pacote de ações intitulado “O Brasil é Cultura”, que, em cerca de 15 linhas programáticas, buscará responder a uma série de anseios da classe artística, reconfigurar modelos de gestão e, especialmente, produzir uma autêntica democratização da utilização dos recursos públicos da Cultura. Iremos aproveitar experiências exitosas de governos locais, além de reformar, em conjunto com as Casas Legislativas, os mecanismos de fomento. Daremos continuidade a projetos que tenham se mostrado bem-sucedidos e que tenham resultado de construção social verdadeiramente ampla (“Ministério da Cultura, reconstrução e reconexão”, publicado em 31/07/2016)

Qual a situação financeira da pasta?

Há uma desorganização muito grande. A situação é muito ruim em termos de gestão. Estamos elaborando uma política de cultura, mas o que mais precisamos nesse momento é foco na gestão. Não estou fazendo juízo de valor sobre a gestão anterior,

mas de fato há uma desorganização financeira. Temos que quitar dívidas e temos um panorama em que o ministério só sobreviveria regularmente até setembro. Depois teríamos que fechar museus e deixar de atender serviços básicos. A situação é muito ruim, inclusive na área finalística.

(...)

É possível fazer algo neste ano?

Há coisas que podem ser feitas sem dinheiro, como marcos regulatórios, por exemplo. É claro que, até o final do ano, nosso objetivo é uma grande reorganização. Seria leviano já apontar novos programas, com novos gastos, para esse ano. O momento é de fazer planejamento para o ano que vem. É um freio de arrumação. Temos que deixar claro que a culpa não é do [ex-ministro da cultura] Juca Ferreira. Não havia por parte do governo Dilma Rousseff, uma priorização da cultura (“Não haverá reintegração de posse das ocupações, afirma ministro da cultura”, publicado em 27/05/2016).

Sobre as políticas que fazem parte do *corpus* de pesquisa, pode-se observar no Gráfico 6 que a diversidade cultural (itens “Diversidade cultural” e “Cultura Viva”) representou apenas 10% das matérias classificadas como “Ações do MinC”, das quais 5% eram sobre o Cultura Viva. O Sistema Nacional de Cultura representou somente 6% das matérias.

Das 9 matérias classificadas no tema “Diversidade Cultural”, 4 tratavam da elaboração de um relatório para a UNESCO sobre a avaliação quadrienal da Convenção da Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, do qual o Brasil faz parte, e tinha por obrigação apresentar. Três outras matérias tratavam da pauta de acessibilidade e uma outra da data de comemoração do Dia do Folclore, termo criticado pelo ministro Gilberto Gil em seu discurso de posse.

Sobre o Cultura Viva foram publicadas também 9 matérias, dessas, 6 tratavam sobre a elaboração e divulgação dos editais IberCultura Viva, como informa a matéria *Comitê do Ibercultura Viva se reúne na Costa Rica* de 07/06/2016. O IberCultura Viva é, como dissemos, um programa de cooperação intergovernamental ligado à Organização dos Estados Iberoamericanos – OEI.

Das outras três matérias, uma tratou da certificação de 27 instituições como pontos de cultura e outras duas sobre pagamentos de valores atrasados a dois editais relacionados ao programa: Pontões de Cultura da cidade de São Paulo e do Prêmio Pontos de Cultura Indígenas.

Sendo assim, o que se tem de matérias sobre a temática dos Pontos de Cultura são de ações já executadas pela gestão anterior e reconhecimento de somente 27 instituições como pontos de cultura num período de 6 meses, o que contribui bem pouco para o desenvolvimento do programa e o atingimento da meta do Plano Nacional de Cultura.

Sobre o Sistema Nacional de Cultura, houve doze matérias publicadas ao todo, sendo: duas sobre novas adesões; três sobre cursos de formação de gestores; três sobre o Conselho

Nacional de Políticas Culturais; e três sobre o Fundo Nacional de Cultura. As três matérias do CNPC estão relacionadas à plenária que ocorreu em novembro/2016. As matérias do Fundo Nacional de Cultura estão relacionadas à reunião do Comitê Técnico do Fundo Nacional de Cultura, atividade de rotina do ministério.

A ausência de ações das políticas que tratam a diversidade cultural e participação social serão analisadas mais adiante. Mas essa ausência, associada a uma proposta de fortalecimento da Funarte, que tem como missão o desenvolvimento de políticas para as artes, está em sintonia com a valorização de uma cultura erudita em detrimento das políticas para a diversidade cultural identificada no discurso de posse. Isso reafirma uma adesão a um conceito de cultura mais restritivo.

As ações que foram efetivamente propostas e executadas nesse período foram relativas à gestão, como a reestruturação do ministério.

Nesse processo, o ex-ministro demitiu cerca de 80 pessoas ocupantes de cargo em comissão, de uma só vez, com a devolução de grande parte dos cargos para o Ministério do Planejamento. Essa ação gerou uma perda de memória institucional, uma vez que muitos desses funcionários estavam no ministério desde o governo do Fernando Henrique Cardoso. Essas demissões representaram também, como já tratado no item 3.1, uma perda significativa da força de trabalho em um órgão que já funcionava com carência de pessoal. Em 2014, dos 911 cargos destinados para servidores efetivos no Ministério da Cultura, somente 550 estavam ocupados, ou seja, tinha 40% dos cargos vagos. Sendo assim, os cargos em comissão eram utilizados para complementar a força de trabalho necessária para a execução das políticas.

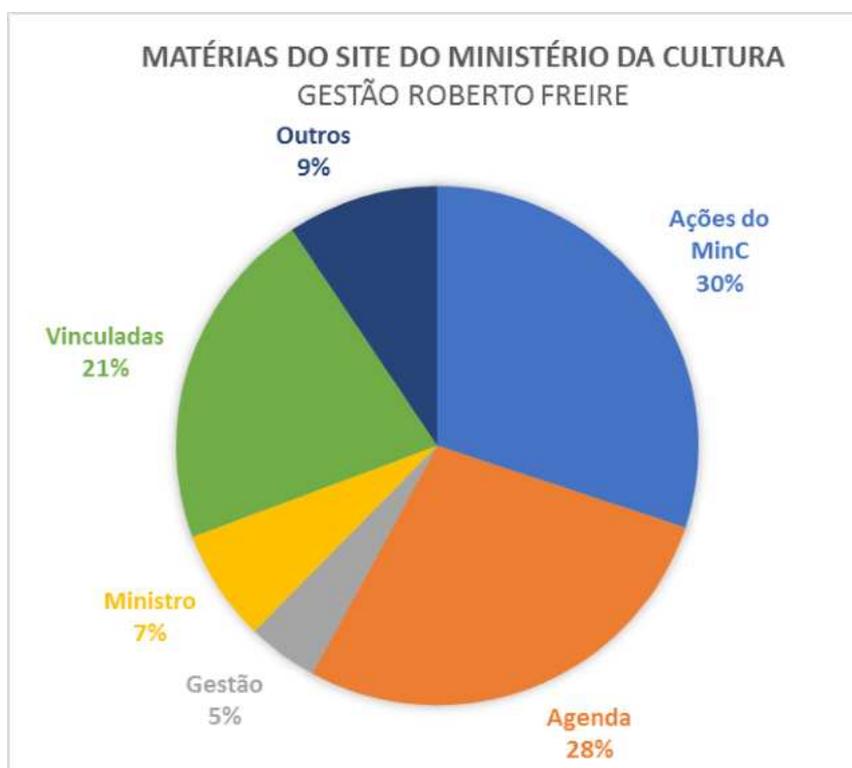
Somado a isso, foi realizado, como um programa de valorização de servidor, um processo seletivo para a nomeação de servidores para os cargos em comissão que ficaram vagos. Apesar da ocupação de cargos em comissão por servidores ser importante para tentar garantir a continuidade dos programas e políticas do ministério nas mudanças de gestão, essa iniciativa deslocou servidores para cargos em outras secretarias, em relação às quais não tinham experiência ou memória das ações construídas, causando mais prejuízos para a execução de programas.

Ofertar aos servidores os cargos em comissão impediu o aumento da força de trabalho do ministério com a nomeação de pessoas que não faziam parte do quadro de funcionários. Sendo assim, as ações dedicadas a melhorar a gestão, acabaram por desestruturar o ministério de forma muito abrupta.

3.2.2 Gestão Roberto Freire: o ministro parlamentar.

O ministro Roberto Freire esteve à frente da pasta no período de 22/11/2016 a 23/05/2017, um total de 182 dias. Houve 661 matérias publicadas no site do Ministério da Cultura, uma média de 3,6 matérias por dia. Considerando que o tempo de gestão foi muito semelhante ao do Marcelo Calero e que não ocorreram eventos como as Olimpíadas e Paralimpíadas, que geraram uma quantidade significativa de matérias, houve um aumento do número de matérias publicadas no site institucional.

Gráfico 7: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Roberto Freire



Fonte: produção da autora

Pode-se observar, nesse período, uma porcentagem muito maior de matérias publicadas sobre o ministro (aumento de 35%) em relação ao total das matérias publicadas (de 15%), considerando as agendas e as matérias com entrevistas, artigos e discursos. Houve uma redução de cerca de 10% de matérias sobre Ações do MinC e a manutenção das proporções dos demais itens. Com isso, constata-se que, nesse período, a prioridade era noticiar as ações do ministro.

A mudança de perfil do ministro para uma pessoa com histórico de cargos eletivos no legislativo e que não tinha nenhuma experiência na área de gestão cultural pode explicar esse

aumento nas notícias sobre o ministro e a redução das notícias sobre as ações do MinC. O perfil do ministro teve reflexos também no conteúdo das notícias publicadas com assuntos não relacionados com a pasta.

Uma diferença é que as notas de pesar que antes eram restritas a personalidades do setor, passam a incluir pessoas do meio político como Teori Zavascki, Marisa Letícia, ex-deputados, jornalistas, entre outros. Outra mudança identificada é uma quantidade grande de agendas com parlamentares, sejam visitas de cortesia ou com pautas de cidades específicas. Houve também matérias sobre agendas de ida a lançamento de livro do senador Cristóvão Buarque; visita de cortesia do presidente do partido do ministro; reuniões com prefeitos sobre manifestações culturais e eventos das cidades. As reuniões com parlamentares, prefeitos e governadores representaram 41% (77 de 184 matérias) das matérias sobre agenda do ministro, incluindo aqui a ida a eventos e reuniões.

Muitas dessas agendas foram sobre ações específicas como, criação de museu, digitalização de partituras, melhoria em equipamentos culturais, produção de filmes, restauro de imóveis, eventos culturais, entre outros. Essa característica dá indícios de um retorno a “política de balcão”, quando os projetos que recebiam verbas públicas não eram definidos por processos seletivos, mas pelo ministro sobre demandas individuais. Não se pode afirmar esse retorno efetivo sem analisar os recursos dedicados a esse tipo de ação de forma comparativa com outros períodos, análise que não cabe no escopo dessa pesquisa.

Uma quantidade significativa de notícias (7%) foi classificada como “ministro”, com 46 publicações. Dessas, 22 são sobre artigos que o ministro publicou na imprensa, em especial no Diário do Poder e no blog do Noblat, e 14 foram entrevistas concedidas pelo ministro à imprensa. Nessas publicações, pelos títulos e subtítulos, observa-se que muitas têm como tema principal, senão o único objetivo, a defesa do governo e não as políticas culturais.

É interessante observar o uso da página institucional para divulgar matérias não relacionadas com as pautas das políticas culturais como, em 12 de abril de 2017, a publicação de uma nota sobre a citação do nome do Ministro por um ministro do STF sobre investigações não relacionadas com a pasta e, em 23 de março de 2017, sobre a entrega de homenagem tanto ao ministro quanto a outros integrantes de cargos do ministério na Câmara dos Deputados pela atuação no partido político PPS. Os artigos de autoria do ministro também apresentam essa característica, ao tratar da defesa da gestão do Michel Temer e não de políticas da pasta, como os artigos “O início da retomada da economia brasileira”, publicado em 16 de fevereiro de 2017, “Artigo: Os sinais da recuperação”, publicado em 13 de abril de 2017 e “Artigo do ministro: o governo das reformas”, publicado em 12 de maio de 2017.

Sobre as matérias das “Ações do MinC” na gestão do Roberto Freire, como demonstra o gráfico abaixo, ainda há uma predominância da Lei Rouanet, com 26%, seguida de matérias das políticas de audiovisual com 18% e de Relações Internacionais com 14%. Diversidade Cultural aparecem com um total de 7%, sendo que o Cultura Viva ocupa 6% do total, e o Sistema Nacional de Cultura com 5%.

Gráfico 8: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Roberto Freire – Classificação: Ações do MinC



Fonte: produção da autora

Essa predominância da Lei Rouanet, nesse caso, indica uma prioridade do Ministério em relação à Lei. Das 51 matérias publicadas, 19 foi sobre reuniões da CNIC, ou seja, atividades de rotina relacionadas à Lei. Mas também foram publicadas 15 matérias sobre a publicação de uma nova Instrução Normativa, 4 sobre o novo sistema e 6 sobre análises de prestações de contas e solicitações de devolução de recursos.

A nova instrução normativa foi criada em reação à CPI da Lei Rouanet e se propunha a corrigir os problemas do mecenato, além disso, nesse contexto, foram realizados encontros pelo país para divulgação das mudanças provocadas pela nova IN. As matérias sobre as

reprovações das prestações de contas eram uma prática adotada pela gestão de Marcelo Calero, aparentemente para demonstrar austeridade e controle, como resposta à CPI, e que se manteve até o final de dezembro, quando foi descontinuada. Em artigos e entrevistas, o ministro também defende por diversas vezes a política de mecenato como nos trechos citados abaixo:

“Não precisa mudar a lei, que não pode ser demonizada. Ela tem uma característica importante, que é o incentivo à cultura”, afirmou Freire. “A Lei Rouanet é uma continuidade desse princípio que veio de Celso Furtado [ministro da Cultura entre 1986 e 1988], com o incentivo à cultura. A cultura é parte da nossa identidade nacional, então tem que ter [o incentivo].” (“Freire defende correção de rumos, mas diz que Lei Rouanet não deve ser demonizada”, publicado em 23/01/2017).

Ao final de sua participação no programa, Roberto Freire voltou a falar sobre a importância da Lei Rouanet. “É importante haver uma lei de incentivo à cultura. Não se deve demonizar a Lei Rouanet. Existem críticas que são sérias e contundentes, existem desvios, existem problemas. Estamos tentando algumas alternativas que podem ajudar, por exemplo, num aspecto muito criticado: que você tem uma concentração muito grande da Lei Rouanet no Sudeste e no Sul e quase nenhuma presença no Norte, Nordeste e Centro-Oeste”, ressaltou. (“Morte de Teori não vai impedir avanço da Lava Jato, diz Freire”, publicado em 21/01/2017).

Sobre as matérias publicadas sobre o Audiovisual, a grande maioria, 21 das 33 matérias tratavam de Editais (BO Ficção, BO Afirmativo, BO Infantil e da revista Filme e Cultura). Os três primeiros foram lançados ainda no governo de Dilma Rousseff e publicações tratavam dos resultados e dos recursos dos editais.

Outras matérias foram publicadas sobre a seleção e reuniões do Conselho Superior de Cinema e sobre a seleção do Oscar, atividades que fazem parte da rotina do ministério.

Das matérias sobre políticas classificadas como “Relações Internacionais”, metade foram motivadas pelo encontro dos ministros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa-CPLP no Brasil e pelo MicSul. Tanto nas matérias da CPLP quanto em matérias de reuniões com representantes de outros países, sempre havia a informação da construção de acordos e cooperações, o que indica o desenvolvimento de políticas internacionais para o setor, apesar de não ter sido noticiada nenhuma ação nesse sentido após as reuniões.

A quantidade de matérias sobre políticas de livro e leitura chamam atenção. Ocorreram matérias sobre ações desenvolvidas para a acessibilidade de pessoas com deficiência, incentivo a feiras de livros, editais e a criação do Grupo de Trabalho para discutir a reformulação do depósito legal. Essas matérias indicam que ações foram executadas no sentido de pensar políticas para a área. As políticas de livro e leitura foram citadas pelo ministro algumas vezes, como nos trechos das matérias publicadas no site transcritas abaixo.

O ministro também ressaltou que a preocupação com a Cultura brasileira não deve ter o viés apenas da produção artística e que uma série de outras atividades culturais que “mereceram muito pouco do MinC” precisam ser retomadas, como um maior incentivo à leitura. “O Brasil lê pouco e, para isso, não há Lei Rouanet que resolva. É inadmissível equipamentos culturais fechados sem estar cumprindo seu papel. Na Esplanada dos Ministérios, o Teatro Nacional está fechado há quatro anos. Isso é sinal de falência da administração da cultura”, destacou. (“Ministro Roberto Freire participa do programa Roda Viva”, publicado em 29/11/2016).

Durante a entrevista, Freire também falou sobre a atenção especial dada à leitura por sua gestão no Ministério da Cultura. “A preocupação [do MinC] tem de ser bem maior do que apenas patrocinar shows. Tem de fazer isso, mas também buscar novas linguagens e aquilo que foi um pouco relegado. O Brasil continua sendo um país que lê pouco. Incentivar a leitura é fundamental. Isso faz parte da cultura”, afirmou. (“Cultura terá um papel decisivo na recuperação da economia”, publicado em 07/02/2017).

Sobre as matérias publicadas no período sobre a política Cultura Viva, do total de 11 matérias, 6 trataram do programa IberCultura Viva, seja de editais ou ações do programa. Sobre pontos de cultura foram publicadas três matérias: duas sobre pagamentos de convênios que já haviam sido realizados e que estavam em atraso e uma sobre um encontro de Pontos de Cultura do DF. Foi publicada uma matéria com entrevista com a secretária da SCDC, afirmando que iria fortalecer o Cultura Viva, mas nenhuma ação concreta foi noticiada.

Sobre o Sistema Nacional de Cultura foram noticiadas 10 matérias: 4 sobre Formação de Gestores, 3 sobre sistemas de indicadores da cultura e duas sobre novas adesões ao sistema.

Nenhuma outra temática dentro das “Ações do MinC” teve um número de matérias expressivas que indicassem o desenvolvimento ou execução de políticas. Nesse período, como ações do ministério, destacou-se o Grupo de Trabalho de Depósito Legal, que foi extinto pelo ministro interino João Batista, e a publicação da nova instrução normativa da Lei Rouanet.

Ao observar o conteúdo das entrevistas concedidas e artigos escritos pelo ministro, a crítica à gestão anterior que se encontrava no discurso de posse, também se manteve nas publicações, muitas vezes não restritas ao âmbito das políticas culturais, aproveitando todas as oportunidades para falar da corrupção da gestão anterior, como nos exemplos a seguir:

Durante a entrevista, Roberto Freire falou sobre o aparelhamento do MinC promovido pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT). “Havia uma separação que atendia ao PT e ao PCdoB, além de outros interesses menores, todos eles dentro de um projeto de manipulação do ministério para o projeto de poder do governo que estava no comando da nação”, criticou. “Lamentavelmente, um ministério que teria muito a dar ao país ficou voltado para atender a interesses de facções políticas”. (“Freire defende correção de rumos, mas diz que Lei Rouanet não deve ser demonizada”, publicado em 23/01/2017).

Outra diferença que talvez não fique muito evidente é que a crise deflagrada no governo Collor, tanto econômica quanto no que se refere à corrupção, foi

incomparavelmente menor do que a que nos foi legada por Lula, Dilma e o PT. (“Não poderíamos ouvir uma afronta calados”, publicado em 24/02/2017).

Por que a imagem da Lei Rouanet foi tão maculada?

No Brasil está tudo maculado por causa do governo lulopetista. O que é no Brasil que você toca e não aparece podridão? Não foi pouco o tempo de Lula e Dilma. Fica difícil imaginar que teve um escândalo e ficou naquilo, que houve um desvio e foi só um desvio. Você começa a imaginar que o próprio mecanismo viabilizava esse desvio. No caso da Lei Rouanet, as pessoas ficaram achando, inclusive de forma um pouco equivocada, que ela existia para beneficiar com dinheiro artistas ligados ao governo. Podia até ter, mas não era bem isso. Se por ventura houve algum desvio, isso é irrelevante se você levar em consideração os benefícios que foram trazidos.

O que era então?

Havia uma desídia geral. O governo anterior não cuidava de analisar as prestações de conta. É grave. Temos quase 20.000 projetos acumulados, em sua maioria da Lei Rouanet, mas também de pontos de cultura e alguns audiovisuais. É grave. Alguém até comentou 'Nós não sabemos se existem outros Bellinis' (referência ao grupo Bellini Cultural, um dos principais alvos da Operação Boca Livre da Polícia Federal, que flagrou desvios de 30 milhões de reais na Lei Rouanet). Se não analisou, não se sabe o que foi feito em vários desses processos. Todo dia estou assinando para que as pessoas devolvam ao Tesouro recursos mal aplicados da Lei Rouanet.

(...)

O senhor apoiou o governo Lula no início.

E rompi não tendo muita clareza de tudo que viria, mas tendo certa desconfiança. Havia uma total despreocupação com o respeito que o cargo de um presidente da República tinha que inspirar. Ele tratava a política sem nenhum respeito a nada. Isso se via quando ele buscava aliança de qualquer jeito. Lula não tinha espírito republicano, não respeitou partido e isso foi um primeiro passo para a compra, a cooptação, a corrupção desenfreada. (“Contra os ludistas digitais”, entrevista à Revista Veja, publicada em 03/05/2017).

Em redes sociais, alguns artistas foram criticados por supostamente se beneficiarem da Lei Rouanet e, em troca, terem apoiado o governo anterior. Qual a sua opinião sobre isso?

O governo anterior manipulou o Ministério da Cultura de acordo com seus interesses político-partidários. E isso, infelizmente, ocorreu por conta de um projeto hegemônico de poder que aquele grupo tinha. Aquilo gerou distorções na Rouanet. Precisamos acabar com isso porque o Ministério da Cultura não pode ser orientado, não pode agir em função de problemas políticos ou ideológicos de quem quer que seja. Precisamos entender que a cultura é brasileira. Essas distorções aconteceram porque aquele governo se perdeu pelo desejo de se perpetuar no poder. Mas ressalto que os artistas devem ter plena liberdade, até porque costumo dizer que eu lutei para combater a ditadura e para que tivéssemos essa capacidade de afirmar nossas posições políticas.

(“Freire comenta gestão no MinC em entrevista ao Correio da Bahia”, publicado em 08/05/2017).

Em entrevistas, o ministro, aponta como prioridades da gestão a revisão da Instrução Normativa da Lei Rouanet e a reativação os programas Mambembão e Pixinguinha da Funarte. Nessas propostas, observa-se que o ministro confunde as atribuições do MinC e das vinculadas, atribuindo como projeto prioritário do MinC o retorno de dois projetos que foram executados pela Funarte. Assim, restaria ao MinC, basicamente a Lei Rouanet, como era no período do governo do Fernando Henrique Cardoso.

Nesse contexto de corte de despesas, quais os projetos prioritários para o MinC?

Além de manter funcionando o que é preciso, como os museus e as bibliotecas, nós vamos retomar dois projetos que haviam sido descontinuados: o Pixinguinha, de incentivo à música popular, e o Mambembão, voltado para as artes cênicas, o que contempla teatro, dança e circo (“Não poderíamos ouvir uma afronta calados”, publicado em 24/02/2017).

Como o senhor gostaria de ser lembrado como ministro da Cultura?

Como o governo é de transição, venho com espírito de reforma. Vamos retirar a Lei Rouanet desse enxovalhamento geral que foi legado ao Brasil, para que não se encerre na Cultura uma lei importante do mecenato, sobretudo, para aquilo que não tem um valor de mercado muito evidente. O resto será consequência, maior preocupação com coisas permanentes como museus e bibliotecas, incentivo à formação de criadores, aos festivais e às feiras do livro, não esquecendo as vanguardas. (“Contra os ludistas digitais”, entrevista à Revista Veja, publicada em 03/05/2017).

Essas prioridades da gestão reforça uma característica já observada no discurso de posse que é a compreensão da cultura, para as políticas culturais, como sinônimo de civilização, valorizando as manifestações culturais europeias em detrimento das demais. Em entrevista à Veja, em maio de 2017, também reproduzida no site institucional, o ministro reforça o seu alinhamento ao conceito formalista de política cultural ao defender um estado mínimo e de valorização do mercado no contexto das políticas culturais.

O governo vive em dificuldade orçamentária. Como defender que o Estado destine dinheiro de forma prioritária para produção cultural?

Não conheço nenhum país que não tenha feito isso. Ao governo cabe buscar mecenato na sociedade civil, incentivar e até fomentar, mas com a clareza de que tem que ser uma visão pluralista e democrática, sem ficar buscando que as definições sejam suas, não importa qual seja o governo. No fundo, você pode correr o risco de transformar em propaganda e não em Cultura. A intervenção direta do Estado é sempre perigosa no campo da Cultura. (“Contra os ludistas digitais”, entrevista à Revista Veja, publicada em 03/05/2017).

A hierarquização das manifestações culturais, com a valorização das manifestações culturais eruditas (de origem europeia) em detrimento às manifestações mais populares, se observa em uma entrevista do ministro quando é questionado sobre a política de João Doria de apagar grafites. Ele demonstra preconceito com as intervenções urbanas que ele considera pichação, apoiando que sejam apagadas. Sobre o que ele considera grafite, responde: “e eu até acho interessante”. A construção da frase com o “até acho” demonstra também um certo menosprezo à manifestação artística.

Seu partido faz parte da gestão do prefeito João Doria (PSDB) em São Paulo, que decidiu apagar pichação e murais de grafite.

A arte de rua ela não tem a permanência das artes plásticas visuais, dos quadros. Ela tem periodicidades. Ninguém pode imaginar que um grafite fica para toda a eternidade. Mas não me parece que ele tomou nenhuma atitude contra o grafite, mas contra a pichação. Ninguém quer a sua casa pichada. No quarto do meu neto, por

exemplo, tem um grafite e eu até acho interessante. Mas não tem nada rabiscado. ("Contra os ludistas digitais", entrevista à Revista Veja, publicada em 03/05/2017).

Em processo semelhante, na entrevista à Revista Istoé, de fevereiro de 2017, que foi publicada no site institucional, o ministro trata da aproximação do meio cultural através dos cineastas e de atores das linguagens artísticas, não citando os fazedores de cultura popular. Nessa mesma entrevista trata dos pontos de cultura, que tem uma boa representatividade da cultura popular, como exemplo de partidarização do poder público e desvio de recursos. Isso pode explicar a ausência de matérias e ações sobre o programa durante a gestão dele.

A classe artística tem demonstrado resistência ao governo Temer. O senhor vem procurando ampliar o diálogo?

Eu não generalizaria dessa maneira. Uma das coisas que nós aqui já conseguimos foi uma aproximação com os cineastas, que estavam muito afastados do Ministério da Cultura. No Conselho Superior de Cinema não havia um só cineasta. Hoje eles têm participação significativa e o Conselho deixou de ser um mero órgão homologatório da política oficial da Ancine (Agência Nacional do Cinema). No nosso governo, o Conselho delibera sobre a política do audiovisual e do cinema brasileiro, com representantes da sociedade e de pessoas atuantes nessa atividade cultural.

E nas outras áreas? Qual a estratégia de aproximação?

Isso está acontecendo não só com os cineastas, mas com todas as linguagens artísticas. Na Funarte (Fundação Nacional de Artes, órgão do Ministério da Cultura) temos como presidente o ator Stepan Nercessian, uma figura muito respeitada por suas atitudes no meio teatral, inclusive por seu programa de solidariedade como dirigente do Retiro dos Artistas.

(...)

Seu antecessor no Ministério da Cultura, Marcelo Calero, caiu após um atrito com outro ministro, Geddel Vieira Filho. Esse é um campo minado?

Eu não diria que seja um campo minado. Após o impeachment houve problemas em todos os ministérios. O partido que saiu do governo havia aparelhado todo o Estado brasileiro. O que acontece no Ministério da Cultura é que aqui você tem pessoas de grande expressão na sociedade, celebridades, e isso tem uma maior repercussão. Mas havia dentro do ministério áreas em que a partidarização foi mais evidente.

Por exemplo?

Os pontos de cultura, cujas prestações de conta eram desastrosas. Estamos regularizando, corrigindo distorções. Foram recursos para, vamos supor, 200, quando apenas 20 haviam sido construídos ou conveniados. Existem alguns que são importantes, que devem continuar, mas não vamos mais admitir essa frouxidão com os recursos transferidos, porque é dinheiro público, tem que ser bem fiscalizado. Estamos conversando sobre como vamos superar esses problemas. ("Não poderíamos ouvir uma afronta calados", publicado em 24/02/2017).

As pendências que ele apresenta sobre a prestação de contas dos pontos de cultura foi tratada por pesquisadores da área de políticas culturais, antes mesmo do início da gestão Temer de outra forma, como uma dificuldade dessas pessoas de lidarem com a burocracia do Estado e não como desvio de recursos. Essa questão da dificuldade de prestação de contas ainda chama a atenção para o fato de como os mecanismos do Estado são formulados para garantir que sempre o mesmo grupo de pessoas tenha acesso às políticas culturais. A questão foi solucionada em 2014 com publicação da Lei Cultura Viva que prevê que as prestações de contas serão realizadas de acordo com normas específicas.

O próprio Programa Cultura Viva, que por meio de seus pontos e pontões de cultura invadiu o Brasil com intensa e positiva repercussão nacional e internacional, não deixou de apresentar problemas. Em muitas discussões tais dificuldades foram intituladas de “problemas de gestão”, pois há uma fragilidade dos novos agentes – acolhidos na inovadora relação cultural com o Estado – em atender a determinadas normas administrativas, como aquelas relativas à prestação de contas. Em verdade, por trás das aparências, os problemas acontecidos, para além da dimensão de gestão, derivavam da inadequação dos procedimentos do Estado brasileiro em acolher de modo satisfatório os novos agentes culturais agora incluídos (RUBIM, 2015, p.17).

Ao falar da importância das políticas culturais em artigos e entrevistas, pode-se observar uma associação constante tanto com o nacionalismo quanto com o retorno econômico, mesmas características identificadas no discurso de posse. Em uma entrevista justifica que a cultura deveria ser incentivada, através da Lei Rouanet, por ser parte da identidade nacional. Em um artigo assinado pelo ministro fala da cultura como elemento fundamental da identidade nacional. Em um terceiro momento, em uma notícia sobre uma entrevista, diz que a cultura supera a importância da expressão da identidade nacional já que tem um papel fundamental para a economia.

“A Lei Rouanet é uma continuidade desse princípio que veio de Celso Furtado [ministro da Cultura entre 1986 e 1988], com o incentivo à cultura. A cultura é parte da nossa identidade nacional, então tem que ter [o incentivo].” (“Freire defende “correção de rumos”, mas Lei Rouanet não deve ser demonizada”, publicado em 23/01/2017).

Sabemos que a tarefa é árdua e as dificuldades que encontraremos pelo caminho não serão poucas. Mas temos confiança de que, com a colaboração de todos aqueles que trabalham na área e compreendem a cultura como elemento fundamental da identidade nacional, alcançaremos o objetivo de transformá-la, verdadeiramente, em uma ferramenta de inclusão social, integração e desenvolvimento econômico (“Os desafios da cultura”, publicado em 05/01/2017).

“A cultura tem uma dimensão muito maior do que a simples expressão de uma identidade nacional”, destacou Freire. “Essa experiência [à frente do ministério] me dá condição de entender hoje, mais do que nunca, que a cultura não é algo que pode ser considerado supérfluo. Cada vez mais, há uma participação de fundamental importância na economia. Temos uma discussão sobre a contribuição e o papel da economia da cultura no mundo”, afirmou. (“Cultura terá papel decisivo na recuperação da economia”, publicado em 07/02/2017).

A cultura tem um dos menores orçamentos da esplanada e o ministério quase foi extinto no início da gestão do presidente Michel Temer. O que isso diz sobre o país?

Não é quase extinção. Eu diria que é um problema, mas é um problema que não dá para reclamar só porque é cultura. Tem que reclamar de tudo porque pegamos um país dilapidado. Não adianta fugir disso, estamos vendo concretamente. Isso atinge a cultura. Há um certo senso comum de não quererem entender que cultura tem um impacto econômico importante. Um senso comum geral, da própria opinião pública. É um senso comum equivocado. Para termos saúde e educação é importante reativarmos a economia. O ajuste fiscal não é o ajuste pelo ajuste e a cultura não pode ser interpretada como se fosse algo que apenas trouxesse ônus quando pode significar um impacto na economia. Esse é um processo em discussão. Estive visitando estúdios de cinema e fica evidente que, no futuro, essas serão as grandes

linhas de montagem. Não será mais a linha de montagem do ABC ou de Detroit do Trump. Essa economia do futuro está demonstrando a importância do que é a cultura, o entretenimento, o lazer. (“Freire defende revisão de projeto de reforma do Teatro Nacional”, publicado em 19/04/2017).

No artigo “Pixinguinha e Mambembão de volta à estrada” publicado no site em 16/03/2017 essa relação da cultura com o nacionalismo ainda vem associada à noção de política cultural como dar acesso à uma cultura superior, uma vez que os projetos “levarão cultura de primeira qualidade aos rincões do Brasil”. Mais uma vez se aproximando do conceito de cultura como sinônimo de civilização, hierarquizando as manifestações culturais, selecionando o que seria a “cultura nacional”, e dando acesso a ela ao maior número de pessoas.

Ao fim e ao cabo, as caravanas do Pixinguinha e do Mambembão levarão cultura de primeira qualidade aos rincões do Brasil e, em uma via de mão dupla, farão com que talentosos artistas que se destacam em suas cidades passem a ser também reconhecidos nacionalmente, ganhando uma projeção que serve de impulso para o desenvolvimento de suas carreiras.

(...)

A cultura nacional se torna ainda mais rica e preciosa quando capaz de valorizar a própria história e o passado que fundou seus alicerces. Nossa missão é expandi-la para que o maior número possível de brasileiros tenha acesso às artes, à música, à dança, ao teatro, ao circo. Tudo isso transforma vidas, forma cidadãos, desperta vocações e fomenta novas gerações de artistas. Bem-vindos de volta à estrada, Pixinguinha e Mambembão! (“Pixinguinha e Mambembão de volta à estrada”, publicado em 16/03/2017).

Uma outra observação a se fazer da citação do artigo acima é sobre o enaltecimento de um período histórico ditatorial no Brasil. No trecho “valorizar a própria história e o passado que fundou seus alicerces”, o ministro provavelmente se refere à origem da Funarte, mas tanto a fundação quando os projetos Pixinguinha e Mambembão nasceram dentro da ditadura militar. E nenhuma ressalva a isso foi feita dentro do artigo.

Ao contrário do que foi identificado por essa pesquisa, no artigo intitulado “Artigo do Ministro: Tempos de mudança” publicado em 06/03/2017, o ex-ministro defende que haveria a manutenção das políticas que estavam sendo desenvolvidas, como os pontos de cultura, e que não havia sentido as denúncias que foram realizadas de que haveria retrocessos nas conquistas das últimas décadas.

Contrariando ainda essa afirmação, cita como exemplo dessa continuidade a Lei Rouanet, que representa uma política de estado mínimo representativa do período do FHC, e os projetos Mambembão e Pixinguinha da Funarte que foram criados pela Funarte, ainda em período militar, e tiveram o maior tempo de execução no período da ditadura militar e FHC, embora tenham sido resgatados em algum momento na gestão do PT.

Temos acompanhado protestos esporádicos de setores ligados ao meio cultural denunciando um suposto "golpe" parlamentar, midiático e jurídico, entre outros devaneios. É evidente que, por mais descabido que seja tal posicionamento, ele demonstra o pleno direito à livre manifestação que deve ser respeitado por todos nós.

No bojo dessas críticas, está evidenciada uma posição refratária à mudança política no país. Em geral, são ataques desprovidos de qualquer sentido, como acusações de que o atual governo pretende retirar direitos ou anular algumas das importantes conquistas da sociedade brasileira das últimas décadas. Nada disso ocorrerá. Na realidade, o que não haverá é um recuo nas mudanças levadas a cabo pelo MinC e pela administração federal. Ao contrário: continuaremos avançando em políticas que buscam recolocar o Brasil nos trilhos após os desmandos praticados pela gestão anterior.

Reiteramos a importância da Lei Rouanet, alvo de desconfiança de grande parte dos brasileiros em decorrência do dismantelo moral e das ilegalidades dos últimos 13 anos. Faremos as modificações necessárias por meio de uma instrução normativa, ampliando os mecanismos de controle e fiscalização, fixando tetos para os projetos culturais e definindo critérios para a tramitação e análise do incentivo fiscal, o que proporcionará maior transparência.

Incentivaremos a descentralização regional, democratizando o acesso da população de todos os rincões do Brasil aos bens culturais. Programas abandonados, como os Projetos Mambembão e Pixinguinha, serão retomados. Os Pontos de Cultura serão mantidos, mas apenas aqueles que estiverem devidamente regularizados e com as suas prestações de contas em dia, já que se trata de recurso público. Além disso, restabelecemos o contato com alguns setores que estavam relegados a segundo plano ou eram discriminados pelo governo anterior em função de posições político-partidárias. (Artigo do ministro intitulado "Tempos de mudança", publicado em 06/03/2017).

Pelas análises realizadas acima, constata-se que os principais objetivos do Roberto Freire à frente da pasta eram: defender a gestão do governo Michel Temer, argumentar que não houve ruptura democrática no afastamento da presidenta Dilma Rousseff, defender as reformas que estavam sendo propostas pelo governo e receber políticos com suas pautas.

A valorização de manifestações artísticas mais clássicas, como o livro, música, teatro e dança em detrimento das políticas de valorização da diversidade cultural somadas à priorização da Lei Rouanet, faz a gestão de Roberto Freire se assemelhar com a do período de Fernando Henrique Cardoso.

Ao final da gestão do ministro Roberto Freire, o então Secretário-Executivo do ministério, João Batista de Andrade, assume o ministério interinamente pelo período de 24/05/2017 a 20/07/2017. Como é um período curto e instável, não foi considerado esse período como uma gestão independente.

3.2.3 Gestão Sérgio Sá Leitão: o importante é a economia.

Foram publicadas 1326 matérias no período de 20/07/2017 a 21/12/2018, enquanto o ministro Sérgio Sá Leitão esteve à frente da pasta. Considerando que esse período compreendeu 519 dias, teve-se uma média de 2,5 matérias publicadas por dia.

Observando o gráfico abaixo, percebe-se que nesse período houve um aumento significativo de matérias sobre ações do próprio Ministério da Cultura, representando quase metade das matérias publicadas no período. As matérias sobre as instituições vinculadas tiveram um espaço proporcional bem semelhante que nas duas gestões anteriores, com 26%. Os temas “agenda” e “ministro” tiveram somente 8% e 1% respectivamente, totalizando 9% de matérias sobre o ministro. As matérias sobre a gestão representaram somente 3% do total das matérias publicadas. Esse aumento das matérias sobre as ações do ministério se deu pela proposta de ações pela gestão que foram executadas, o que não ocorreu nas duas gestões anteriores.

Gráfico 9: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Sérgio Sá Leitão



Fonte: produção da autora

Outra diferença bastante significativa foi a proporção e a temática das matérias sobre agendas do ministro, quando comparadas com a gestão de Roberto Freire e Marcelo Calero. Enquanto Calero fazia reuniões com pessoas do setor sem muito objetivo de formulação de políticas e Roberto Freire priorizava a agenda com parlamentares e prefeitos, Sá Leitão teve agendas para construir e divulgar as ações que estavam sendo planejadas. As reuniões e

eventos estavam relacionadas às políticas culturais que estavam sendo desenvolvidas pelo ministério, seja economia da cultura, aprovação da MP da Lei do Audiovisual, Lei Rouanet, etc. Essa diferença pode ser observada nos títulos das matérias, que se concentravam mais no tema tratado do que na identificação dos integrantes da reunião.

Chama a atenção também a existência de viagens internacionais sem que houvesse uma agenda de encontro de autoridades. Foram realizadas viagens para os Estados Unidos da América e para a Europa para agendas relacionadas a temática de jogos eletrônicos e de audiovisual.

Ao tratar das ações das vinculadas, observou-se uma redução da identificação da instituição promotora das ações no título e subtítulo da matéria. Isso demandou um pouco mais de trabalho para classificação das matérias por temas na planilha por demandar a leitura do conteúdo da matéria para identificar a instituição que desenvolveu a ação. Muitas das ações de vinculadas como a ANCINE e IPHAN foram tratadas como ações do MinC nos títulos das matérias. Isso ocorreu em cerca de 80 das 350 matérias publicadas no período. Essa prática também ocorreu nas gestões de Marcelo Calero (7 matérias) e Roberto Freire (13 matérias), mas isso se intensificou muito na gestão do Sérgio Sá Leitão, mesmo avaliando proporcionalmente ao período que estiveram à frente da pasta.

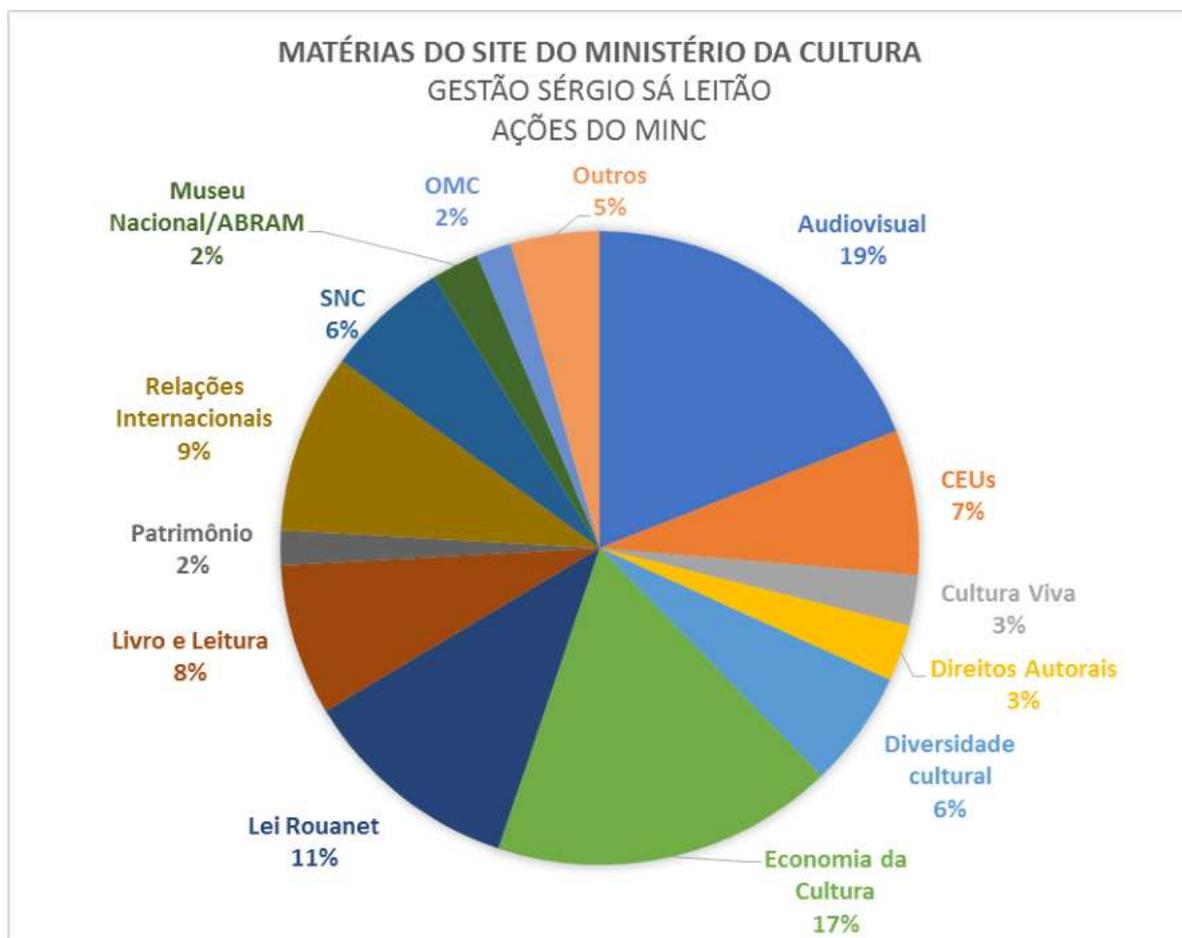
Essa situação identifica uma necessidade de apresentar resultados e eficiência conforme anunciado no discurso de posse, a ponto de precisar “pegar emprestado” as ações das vinculadas para divulgação. Ou ainda, representa uma incompreensão de como funciona a estrutura do Sistema Federal de Cultura, também conhecido como Sistema MinC. Apesar de fazerem parte da mesma estrutura coordenada pelo Ministério da Cultura, as instituições vinculadas (Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Nacional das Artes, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Cultural Palmares, Instituto Brasileiro de Museus, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Agência Nacional de Cinema) são instituições independentes, com autonomia administrativa e missão próprias. As ações são independentes, mas que se complementam nas execuções das políticas públicas de cultura do governo federal.

Em todo o período foram noticiados com frequência a inauguração de obras do PAC das Cidades Históricas, programa desenvolvido durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, no contexto das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. O programa teve o nome alterado para Avançar na gestão do Sérgio Sá Leitão. Considerando que são obras de restauro que demandam um tempo considerável para elaboração de projeto e execução, além do tempo que normalmente já se demora para tramitar um processo

administrativo de transferência de verbas, pode-se deduzir que grande parte desses projetos foram iniciados na gestão anterior. Nesse período, quem esteve como presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que coordenou essas obras, foi a Kátia Bogéa, indicada por Sarney, que concedeu respaldo político para a manutenção das atividades do órgão, conseguindo inclusive, autorização para realizar concurso público.

Na gestão do Sérgio Sá Leitão, as matérias sobre o IPHAN ocuparam grande parte das publicações das vinculadas, foram 97 publicações do total de 340 do tema. Isso representou o dobro das matérias publicadas em relação às outras vinculadas (Funarte com 54 matérias e a ANCINE com 50 matérias).

Gráfico 10: Matérias do site do Ministério da Cultura – Gestão Sérgio Sá Leitão – Classificação: Ações do MinC



Fonte: produção da autora

Ao observar as temáticas das ações do ministério da cultura no período, observa-se uma mudança relativa das prioridades da gestão.

O tema do Audiovisual ganha um maior destaque, com uma maior quantidade de matérias publicadas, com 19% das publicações. Enquanto nas outras gestões as matérias sobre

o tema eram de editais que já haviam sido publicados e sobre atividades cotidianas do ministério como a seleção do Oscar e a gestão e programação da Cinemateca, nessa gestão tiveram outras atividades que indicam o desenvolvimento efetivo de políticas para o setor como: mudança da forma de indicação para o Oscar, mudança do processo de definição da Cota de Tela, articulação política para a prorrogação da Lei do Audiovisual e do Recine, uso do Fundo Setorial do Audiovisual para editais para o setor, a articulação de edital com os países membros do CPLP e o ressurgimento do CTA_v com a oferta de cursos, empréstimos de equipamentos e a instalação dos Núcleos de Produção Digital pelo país.

A priorização do setor do audiovisual se dá tanto por ser a área de atuação do ministro, quanto pela existência do Fundo Setorial do Audiovisual, com renda própria, o que possibilita a realização de ações em período de contingenciamento de orçamento.

Em segundo lugar, com 17% das publicações, temos as ações de Economia da Cultura, reafirmando o que o ministro indicou no discurso de posse, de priorizar a vertente econômica da cultura. Em seguida, com 11% das publicações, temos a Lei Rouanet que também trata dessa relação com o mercado.

O que foi classificado como Lei Rouanet trata praticamente das atividades cotidianas, como as reuniões da CNIC e de matérias defendendo a lei. Ao final da gestão, em dezembro de 2018, chama a atenção o aumento de matérias de promoção e defesa da Lei Rouanet, seja sobre projetos apoiados por ela ou de números e benefícios que ela trouxe ao setor e a sociedade. Esse aumento ocorreu após a eleição do Bolsonaro e da expectativa de extinção do Ministério da Cultura pelo próximo governo.

Mas a Lei Rouanet não ficou restrita a esse item, ela foi um dos principais temas do período perpassando por várias ações: fez parte da estratégia de financiamento do programa Rio de Janeiro a Janeiro; foi uma das ações do Cultura Gera Futuro, com seminários de divulgação por todo país; tema das palestras e reuniões do ministro, entre outros. Com isso, pode-se dizer que houve a manutenção da tendência de valorização da Lei Rouanet em todo o período de gestão do governo Temer.

No tema da Economia da Cultura várias ações foram propostas por essa gestão como o Rio de Janeiro a Janeiro, o Cultura Gera Futuro e a inserção de forma mais definitiva dos jogos eletrônicos no âmbito das políticas culturais. Desde a gestão de Dilma Rousseff, com o desenvolvimento da discussão de economia criativa os jogos eletrônicos têm se inserido nas políticas culturais do governo federal, mas, na gestão do Sérgio Sá Leitão esse setor ganha um maior espaço nas políticas com a criação de linhas de investimentos, editais para desenvolver jogos eletrônicos com recursos do FSA, capacitação e realização de pesquisas sobre o setor.

A priorização da vertente econômica da cultura também se apresenta como tema da Ordem do Mérito Cultural de 2017 que foi “Cultura Inovação e Empreendedorismo”, no tema da Ordem do Mérito Cultural de 2018 “Cultura Gera Futuro”, na tentativa de ofertar o Teatro Brasileiro de Comédia à iniciativa privada, na defesa de Fundos Patrimoniais para os museus federais, na defesa da Lei Rouanet, nos programas Cultura Gera Futuro e Rio de Janeiro a Janeiro, na criação da ABRAM e na tentativa de mudar o modelo de gestão dos museus do IBRAM, entre outros.

Sobre as matérias publicadas sobre o SNC e Cultura Viva, houve a manutenção da proporção do espaço que essas matérias tiveram durante todo o período.

Com relação ao Sistema Nacional de Cultura, tiveram duas ações diferentes. Uma de defesa de que recursos das loterias federais fossem destinados para o Fundo Nacional de Cultura, sem contingenciamentos, e outra foi a decisão de descontinuar o CNPC, como estava estabelecido, e suspender as reuniões que estavam previstas. Nenhuma matéria foi publicada sobre a elaboração de um novo Plano Nacional de Cultura conforme ele se propôs a fazer no discurso de posse. A maioria das matérias do Sistema Nacional de Cultura foi sobre novas adesões de municípios.

A política cultural deve ser vista pela sociedade (e realizada pelos governos) também como cardápio de ações de promoção de desenvolvimento econômico, com o objetivo de estimular o crescimento de um setor que contribui imensamente ao país. E pode contribuir mais. Cultura gera renda, gera emprego, gera inclusão, gera desenvolvimento. Acima de tudo, gera futuro.

(...)

A gestão atual do MinC enxerga a cultura como setor estratégico da economia, sem esquecer a dimensão simbólica e o impacto na constituição da identidade nacional, na formação do capital humano e no estímulo à diversidade e à tolerância. E trata a Lei Rouanet como um meio de promoção do crescimento deste setor. Uma maneira vencedora de promover o desenvolvimento do país e o bem-estar da sociedade. (“Um novo olhar sobre a cultura”, publicado em 07/12/2017).

Sendo assim, uma grande diferença da gestão do Sérgio Sá Leitão em relação às duas anteriores é a existência de uma pauta concreta de políticas culturais que foi apresentada ao presidente Michel Temer um pouco mais de um mês depois de sua chegada à pasta.

Ele buscou apresentar propostas que não demandassem muito orçamento direto como projetos que seriam financiados pela Lei Rouanet em parceria com a iniciativa privada, como é o caso do Rio de Janeiro a Janeiro e o apoio às escolas de samba. Uma outra iniciativa nesse estilo foi a campanha “Cultura Gera Futuro” que foi uma campanha publicitária de divulgação de dados da economia da cultura e promoção da Lei Rouanet. Ele priorizou também programas e ações que usassem recursos do Fundo Setorial do Audiovisual, que tem receita própria.

3.3 Cultura Viva

Para realizar a análise sobre a continuidade das ações da Política Cultura Viva, fez-se um levantamento das ações que estavam previstas para acontecer. A política é regida pela Lei 13.018 de 2014, que não cria obrigações à gestão com relação a ações e prazos. A obrigação legal que existe em relação à política é a meta 23 do Plano Nacional de Cultura, instituída pela Portaria 123 de 2011, que tinha o prazo até 2020 para ser cumprida.

Meta 23) 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o governo federal, as Unidades da Federação (UF) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC): Esta meta refere-se à ampliação da rede de Pontos de Cultura. Os Pontos de Cultura são unidades de produção, recepção e disseminação cultural em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais e que desenvolvem ações de impacto sociocultural. São reconhecidos e apoiados pelo poder público (federal, estadual, distrital e/ou municipal). Com a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura (SNC), pretende-se ampliar a participação dos entes federados na gestão e execução desse programa. (Portaria nº 123 de 13 de dezembro de 2011 – DOU nº 239 Seção 1 – quarta-feira, 14 de dezembro de 2011).

Pelas matérias publicadas na gestão anterior, pode-se identificar as seguintes ações que estavam previstas ainda para 2016: (i) Criação do programa Cultura de Redes – definido como prioridade para a gestão no ano; (ii) Realização da Teia em todos os estados e municípios participantes do Cultura Viva e a realização da Teia Nacional, nos dias 6 a 12 novembro de 2016 em Salvador/BA;

Os ministros não trataram nos discursos de posse, em entrevistas e artigos sobre o planejamento de atividades da Política Nacional Cultura Viva. As duas únicas menções à política por um ministro nas matérias publicadas no site institucional foram para criticar e falar de partidização da gestão. Essas ausências e críticas já demonstram uma descontinuidade da política.

Valor: *Havia partidização da cultura?*

Freire: Não na Rouanet. Tinha [em] outros mecanismos e era muito, muito forte.

Valor: *Quais?*

Freire: Setores da diversidade. Era distribuído em função de partidos. Tanto é que é uma outra área onde também prestação de conta não existe. Estamos com sindicância.

Valor: *Qual é a sua política para essa área de diversidade? O senhor pretende manter?*

Freire: Aquilo que estiver funcionando dentro da normalidade, da legalidade, não tem problema. Quem não prestou conta, primeiro tem que prestar conta para nós liberarmos recurso. (“Um teto para a Lei Rouanet”, publicado em 17/02/2017).

Sendo assim, buscou-se nas falas das secretárias responsáveis pela pauta no ministério o planejamento para o setor.

Em matéria sobre o Dia do Folclore no dia 22/08/2016, observa-se que a então secretária de Cidadania e da Diversidade Cultural, Renata Bittencourt, faz um certa crítica ao conceito estereotipado de folclore e propõe uma nova conceituação que trate da diversidade e da dinâmica dessas manifestações. Essa proposta se aproxima da crítica feita por Gilberto Gil em seu discurso de posse. Não foram localizadas nas matérias nenhuma citação da secretária Renata sobre a Política Cultura Viva.

“Devemos cada vez mais adquirir consciência do imenso valor das criações culturais que são reinventadas por indivíduos e comunidades, as mais diversas, que assim encontram modos de expressar suas visões de mundo e suas identidades”, destacou.

(...)

“Por isso, é central a valorização de manifestações valiosas, como a arquitetura indígena, as narrativas expressas na cultura oral, os mitos encerrados na espiritualidade herdada da África, as variantes regionais da alimentação brasileira, assim como os múltiplos saberes que tornam vivas as festas tradicionais encontradas de norte a sul do País”, afirma Renata. “Dessa maneira, atualizamos os sentidos do termo folclore, fazendo com que nele caiba a capacidade de criação infinita e dinâmica dos povos”, destacou.

Na entrevista para o site institucional em março de 2017, ao assumir o cargo de Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, Débora Albuquerque segue a linha de austeridade e crítica à gestão anterior, características que faziam parte da formação discursiva da gestão que estava ingressando. Anuncia na entrevista que uma das primeiras providências na gestão foi solicitar uma auditoria nos convênios em execução e anunciando que assinou reprovação de contas. Critica também a gestão anterior, como nos trechos destacados abaixo, quando fala de passivo, que os convênios eram tratados sem critério definidos, entre outros.

O ministro (Roberto Freire) também está muito empenhando em resolver o passivo das antigas gestões para que possamos caminhar com mais tranquilidade, por isso fechou parceria com o (Ministério do) Planejamento para nos fornecer alguns servidores que ajudarão a destravar esse moroso processo.

(...)

Na minha avaliação, os convênios eram tratados sem critério muito bem definido, com particularidades e interesses próprios. Não havia, por exemplo, uma preocupação em como seria executado o plano de trabalho ou mesmo como seria feita a prestação de contas.

(...)

Qual a expectativa do MinC com a repactuação de convênios?

Dar celeridade à execução dos convênios e livrar os agentes culturais desse imbróglcio que foi criado na antiga gestão (“MinC irá fortalecer o Cultura Viva”, publicado em 13/03/2017).

Ao falar das ações para a secretaria, ela anuncia que pretende fortalecer a Política Nacional de Cultura Viva, investir nas repactuações dos convênios e que gostaria de realizar a Teia Nacional em 2017, mas que dependeria de recursos. Além de informar sobre o lançamento do Edital de Culturas Populares e da intenção de lançar outros editais para outros segmentos.

Após essa reorganização dos convênios, o Ministério pretende fortalecer a Política Nacional de Cultura Viva?

Sou muito sensível à política dos Pontos de Cultura, especialmente no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural do povo. Sabemos que boa parte da produção de cultura acontece na base, nas comunidades e nas periferias. Com a adoção dessas novas medidas, teremos condições de ampliar a Política Nacional de Cultura Viva e criar novos programas que incentivem a cultura de base periférica.

(...)

Como está a programação da Secretaria para a realização das Teias Culturais?

Gostaríamos muito de poder viabilizar tanto as Teias nos estados e municípios quanto a Teia Nacional em 2017. No entanto, por uma questão orçamentária, decidimos priorizar as áreas-fim em vez das áreas-meio. Esperamos que a devolução dos recursos para o Fundo Nacional da Cultura nos permita realizar os encontros estaduais e nacional para discutirmos as pautas que realmente importam (“MinC irá fortalecer o Cultura Viva”, publicado em 13/03/2017).

Em entrevista para o site sobre o prêmio Culturas Populares, a secretária volta a falar da Política Cultura Viva:

Ao assumir o comando da SCDC, a senhora se comprometeu a dar uma nova dinâmica ao Cultura Viva. Como tem sido esse processo?

Vamos estimular o maior número de ações que atinjam o Brasil mais profundo, contemplando aqueles agentes da cultura que estão cada vez mais, e de forma progressiva, alijados do acesso as principais ações promovidas pelo Ministério. E faremos isso premiando aquilo que enxergamos como potente, forte e apontando para o um futuro mais democrático e humano. Os editais de prêmios fazem parte desse processo, além do saneamento das antigas redes de pontos de cultura com estados e municípios, propondo repactuação para que aqueles pontos de cultura que estiverem aptos a receber suas parcelas pendentes não sejam prejudicados por quem ainda apresenta problemas nas suas prestações de contas. Afinal, os convênios são em rede. Enfim, há muito o que ser feito. Mas o caminho é sempre olharmos para a ponta, para o realizador. (“Um povo deve ser reconhecido pela sua cultura”, publicado em 05/06/2017).

É interessante observar que a Secretária, em nenhum momento trata do processo de Certificação previsto pela Lei Cultura Viva, regulamentado no ano anterior que permitiria o aumento do número dos pontos de cultura sem custo orçamentário. Em matéria sobre a rede de pontos de cultura de Maceió, a secretária fala novamente da Política Nacional de Cultura Viva, novamente ignorando o processo de Certificação. Ela reitera a prioridade de repactuar os instrumentos já firmados.

A secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) do MinC, Débora Albuquerque, explicou que essa ação dá continuidade à implementação da Política Nacional de Cultura Viva em 2017. “A SCDC vem batalhando durante este ano para conseguir movimentar essa Política de Estado que envolve o nosso principal alvo de trabalho, os Pontos de Cultura, ao priorizar novas redes de menor porte, mas exequíveis, e ao tentar resgatar instrumentos já firmados no passado e não cumpridos, fazendo com que a política aconteça”, declarou (“MinC e Prefeitura de Maceió lançam edital para Rede de Pontos de Cultura”, publicado em 12/09/2017).

Na reestruturação promovida pelo ministro Sérgio Sá Leitão, nomeia a servidora do ministério desde 2003, Magali Moura como Secretária da Diversidade Cultural, que já respondia interinamente pela Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional (SADI). Na matéria publicada sobre as nomeações, ela indica também a prioridade em sanar as pendências e na repactuação de convênios quando se trata da Política Nacional de Cultura Viva. Ela dá destaque também para o Prêmio de Culturas Populares.

Em outra matéria, com uma entrevista com a secretária da diversidade cultural, ela trata da repactuação dos convênios, mas também planeja a implementação do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, quando fala da Política Nacional Cultura Viva. É o único momento que o tema é tratado por um gestor, já no final da gestão, em matéria publicada em setembro de 2018.

Magali Moura - Secretária de Diversidade Cultural (SDC)

Servidora pública federal desde 1984, é formada em Letras e Direito e possui especialização em Gestão Pública (ENAP). Antes de assumir a nova SDC, respondia interinamente pelo comando da hoje extinta SADI. Seu desafio, indica Magali, é garantir que as ações já iniciadas sejam concluídas com êxito. "Temos que finalizar esta edição do Prêmio Culturas Populares, que teve o maior aporte de recursos da história em relação a outras edições. Dar sequência à reestruturação do Programa Cultura Viva, enfrentando o passivo e promovendo a repactuação dos convênios com estados e municípios. Além disso, dar continuidade às ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura, de reestruturação do CNPC e de preparação do Projeto do Bicentenário da Independência do Brasil." ("Após reestruturação de áreas, MinC nomeia novos secretários", publicado em 10/07/2018).

Como está a implementação da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), que repactua os convênios culturais com os estados e municípios brasileiros?

A repactuação visa ajustar a execução dos convênios à atual realidade das Redes de Pontos de Cultura, a fim de tornar possível que os pontos de cultura que se encontrem aptos a receber mais recursos possam concluir seus projetos. A repactuação é um alinhamento das atividades e ocorre por iniciativa de ambas as partes, sendo formalizando por um Termo Aditivo. Atualmente, temos repactuadas as redes nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul e no município do Rio de Janeiro. Em processo de repactuação estão o Distrito Federal, os estados de Alagoas e Bahia e o município de São Paulo. Outras ações importantes relacionadas a essa gestão da PNCV referem-se à implantação e implementação do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, que atualmente funciona de forma continuada na Plataforma Cultura Viva e é instrumento fundamental para criação de indicadores e acompanhamento das atividades dos Pontos de Cultura; e o mapeamento que está sendo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que entregará uma proposta contendo diretrizes de continuidade da gestão da Política Nacional de Cultura Viva com o resultado de uma pesquisa qualitativa que será realizada in loco em aproximadamente 50% dos Pontos e Pontões de Cultura certificados pelo Ministério. ("Não temos como trabalhar com cultura sem pensar em diversidade", destaca Magali Moura", publicado em 24/09/2018).

Nas entrevistas publicadas com as secretárias Renata Bittencourt e Magali Moura, as duas tratam da diversidade cultural de modo distinto da formação discursiva do governo, em especial a Magali que fala de "diversos Brasis", indo de encontro com a proposta da

existência de uma cultura nacional homogênea. Essa divergência com formação discursiva dos ministros, pode ter ocorrido por ela ter feito parte, por mais de dez anos, da gestão anterior e, com isso, ter uma formação discursiva e ideológica mais alinhada aos valores de diversidade cultural.

Analisando as matérias sobre o tema, poucas foram as publicadas sobre a política Cultura Viva e menos ainda sobre os pontos de cultura. No período de dois anos e meio, foram publicadas 43 matérias sobre o Cultura Viva (representa 1,5% de todas as matérias publicadas), sendo que, dessas, 25 foram do programa IberCultura Viva. Como informa a matéria *Comitê do Ibercultura Viva se reúne na Costa Rica* de 07/06/2016, o IberCultura Viva é um programa de cooperação intergovernamental ligado à Organização dos Estados Iberoamericanos-OEI, que tem 10 países participantes e foi criado em 2013. Isso significa que as ações desse programa não dependem exclusivamente da ação do ministério e se trata de um compromisso já assumido pelo país anteriormente. Ou seja, mais da metade das matérias do período tratam de ações que já iriam ocorrer independente da gestão que se encontrava no ministério. Sobre os Pontos de Cultura, foram publicadas somente 13 matérias, ou seja, uma média de 0,4 matérias por mês. Para melhor visualizar esses números, elaborou-se a tabela abaixo, indicando a quantidade de matérias publicadas por mês.

No período de 01 de janeiro a 13 de maio de 2016, na gestão da presidenta Dilma Rousseff e do ministro Juca Ferreira, foram publicadas 36 matérias sobre o Cultura Viva (o que representa 7,3% das matérias publicadas no período). Ou seja, em quatro meses e meio foi publicada quase a mesma quantidade de matérias que em dois anos e meio de gestão. Nesse período, também houve 22 matérias sobre os pontos de cultura, ou seja, quase o dobro de matérias que foram publicadas no período da gestão Temer.

Gráfico 11: Matérias sobre a Política Cultura Viva 2016-2018



Fonte: produção da autora

No gráfico acima, pode-se observar a queda brusca do número de matérias sobre a Política Cultura Viva e sobre a ação estruturante dos pontos de cultura. Como detalhado nas tabelas abaixo, nos primeiros meses de 2016, na gestão de Juca Ferreira, foram publicadas até 12 matérias por mês no site institucional sobre a política e, logo depois da mudança de gestão, houve uma queda abrupta, ficando o site vários meses sem nenhuma matéria sobre a política.

Na gestão de Juca Ferreira, foram publicadas matérias sobre diversas ações relacionadas à política como: oficinas sobre o processo de autodeclaração dos pontos para certificação; Edital Ponto de Cultura Indígena e Redes de Pontos de Cultura; sobre a influência do programa em outros países; editais de novas redes estaduais/municipais de pontos de cultura; divulgação de pontos de cultura existentes; a construção da Teia Nacional 2016; a certificação de 121 pontos de cultura. Todos esses processos pararam de ser noticiados após a mudança de gestão.

Tabela 4: Matérias sobre a Política Cultura Viva e sobre Pontos de Cultura – maio/2016 a dezembro/2018

GESTÃO JUCA FERREIRA					
	01/16	02/16	03/16	04/16	05/16
Cultura Viva	4	7	12	9	4
Pontos de Cultura	2	5	7	5	3

GESTÃO MARCELO CALERO / ROBERTO FREIRE								
	05/16	06/16	07/16	08/16	09/16	10/16	11/16	12/16
Cultura Viva	0	2	1	0	3	1	3	4
Pontos de Cultura	0	0	1	0	2	0	0	0

GESTÃO ROBERTO FREIRE / SÉRGIO SÁ LEITÃO												
	01/17	02/17	03/17	04/17	05/17	06/17	07/17	08/17	09/17	10/17	11/17	12/17
Cultura Viva	0	4	2	1	3	2	0	0	2	1	2	1
Pontos de Cultura	0	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0

GESTÃO SÉRGIO SÁ LEITÃO												
	01/18	02/18	03/18	04/18	05/18	06/18	07/18	08/18	09/18	10/18	11/18	12/18
Cultura Viva	0	1	1	1	0	0	1	3	0	2	0	1
Pontos de Cultura	0	0	1	1	0	0	0	2	0	1	0	0

Fonte: produção da autora

Ao detalhar os dados do gráfico nas tabelas acima, observa-se que, em 21 dos 32 meses de gestão, não houve sequer uma matéria sobre a ação Pontos de Cultura. Nos meses que surgiam matérias, foi publicada somente uma, na maioria das vezes.

Para melhor análise dos conteúdos das matérias no período da gestão Michel Temer publicadas sobre os pontos de cultura, segue abaixo as matérias por título, subtítulo e data.

Quadro 4: Matérias publicadas sobre Pontos de Cultura – Governo Temer

Título	Subtítulo	Data
MinC certifica 27 Pontos e Pontões de Cultura	Reconhecimento garante às entidades uma chancela institucional, facilitando a obtenção de parcerias e permite que elas se articulem com os outros pontos	15/07/2016
MinC repassará R\$ 3 milhões a Pontos de Cultura paulistanos	Aporte financeiro de R\$ 236 milhões, feito nos 100 primeiros dias de gestão de Calero à frente do Ministério, permitiu regularizar situação	05/09/2016
Para dar voz às mulheres indígenas do Xingu	Entre os selecionados no Prêmio Pontos de Cultura Indígenas, está o projeto Rodas de Conversa das Mulheres Xinguanas	14/09/2016
Freire assegura Pontos de Cultura após saneamento das contas	MinC mapeia entidades com pendências financeiras e de execução de plano de trabalho e dialoga com representantes para repactuar convênios	14/02/2017
MinC autoriza pagamento a Pontos de Cultura de São Luís	Pagamento no valor de R\$ 2,2 milhões será feito a Pontos que foram selecionados por edital de premiação em novembro de 2015	17/03/2017
Ministério participa de encontro de Pontos de Cultura do DF	Evento, que ocorre nos dias 13, 15 e 16 de abril, integra programação oficial do GDF para o 57º aniversário de Brasília	13/04/2017
Política Nacional de Cultura Viva é ampliada no Rio de Janeiro	Nesta quarta-feira, 34 Pontos de Cultura assinaram documentação para receber repasses do Ministério da Cultura e da Secretaria estadual de Cultura	22/06/2017
Niterói lança edital que destinará R\$ 450 mil para Pontos e Pontões de Cultura	O edital integra o Programa Cultura Viva, fruto de convênio firmado entre o MinC e a Prefeitura	30/06/2017
MinC e Prefeitura de Maceió lançam edital para Rede de Pontos de Cultura	Iniciativa selecionará 15 Pontos de Cultura, que receberão R\$ 60 mil – cada – para desenvolver atividades culturais complementares à formação de estudantes	12/09/2017
MinC e governo estadual investem R\$ 15 milhões em pontos de cultura de São Paulo	Novo edital, lançado em parceria, marca a retomada do Programa Cultura Viva, que foi reestruturado	29/03/2018
Pontos de Cultura Indígena documentam práticas culturais	Produzidos com apoio do MinC, vídeos registram tradições ligadas a culinária, música, cerâmica tradicional e artesanato, entre outras	23/04/2018
Pontos de cultura de todo o País serão mapeados	Diagnóstico da situação permitirá melhorias na gestão da Política Nacional de Cultura Viva	07/08/2018
Encontro reúne pontos de cultura indígena do Nordeste	Evento, que ocorre de 31 de agosto a 2 de setembro, em Salvador (BA), terá participação de indígenas de oito comunidades	31/08/2018
MinC e Rio Grande do Sul celebram repactuação da Rede de Pontos de Cultura	No total, 13,29 milhões foram liberados para 92 pontos; cada um receberá entre R\$ 50 mil e R\$ 150 mil	23/10/2018

Fonte: Site do Ministério da Cultura

As matérias listadas acima da ação Pontos de Cultura tratam das repactuações citadas pelas secretárias nas entrevistas ou da liberação de recursos contingenciados de convênios já firmados, como é o caso da rede do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e São Luís. As únicas redes que parecem ter sido criadas durante o período foram as redes de pontos de cultura municipais de Niterói e Maceió, sendo que essas redes já constavam no relatório do programa do ano de 2015³⁶, o que nos leva a crer que já haviam sido conveniadas, tendo o seu edital lançado posteriormente. Sendo assim, pode-se concluir que nenhuma rede de pontos de cultura foi conveniada no período.

Chama a atenção a ausência de matérias sobre a certificação dos pontos de cultura que passou a ser possível com a regulamentação da Lei nº 13.018 de 22 de julho de 2014 em abril de 2015. Foi publicada somente uma matéria, em julho de 2016 sobre a certificação de 27 pontos de cultura.

Pela tabela abaixo, disponível no site do Plano Nacional de Cultura³⁷, sobre a meta nº 23, citada anteriormente, foram realizadas em 2016 a certificação de 18 Pontões, 91 entidades e 32 coletivos. Os números ainda aumentaram em 2017 (49 pontões, 358 entidades e 174 coletivos) e 2018 (80 pontões, 715 entidades e 345 coletivos), totalizando a chancela de mais de mil pontos de cultura, que não foi noticiada pelo site institucional. É importante ressaltar que o site do Plano Nacional de Cultura não havia sido atualizado até o final da gestão, o que impedia o público de ter acesso a essa informação. Essas ausências de divulgação das ações do programa indicam que a Política Cultura Viva não estava entre as ações de interesse da gestão.

36 Relatório acessível pela matéria “Lei Cultura Viva marcou 2015 na diversidade cultural” publicada no site do Ministério da Cultura acessível no link <http://cultura.gov.br/lei-cultura-viva-marcou-2015-na-diversidade-cultural/>, acessado em 08/04/2021)

37 Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/23/>, acessado em 16/03/2021.

Tabela 5: Situação da Meta 23 do Plano Nacional de Cultura

Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Ponto da meta 2020
Número TOTAL de Pontos de Cultura que receberam apoio do Ministério da Cultura	3.064	3.200	3.204	3.288	3.288	3.342	3.487	3.397	3.956	15.000

Ação da Iniciativa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pontão de Bens	18	23	27	27	27	27	27	27	27
Pontão Direto	125	125	125	125	125	126	129	107	107
Ponto de Leitura	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Ponto Direto	601	601	601	601	601	602	603	400	400
Ponto Indígena	30	79	79	79	79	79	79	79	79
Rede Estadual - Ponto	1.790	1.872	1.872	1.877	1.877	1.908	1.908	1.707	1707
Rede Estadual - Pontão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rede Intermunicipal - Ponto	53	53	53	53	53	53	53	44	44
Rede Intermunicipal - Pontão	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Rede Municipal - Ponto	430	430	430	509	509	529	529	436	436
Rede Municipal - Pontão	6	6	6	6	6	7	7	5	5
Certificação Simplificada - Pontão	0	0	0	0	0	0	18	49	80
Certificação Simplificada - Ponto Entidade	0	0	0	0	0	0	91	358	715
Certificação Simplificada - Ponto Coletivo	0	0	0	0	0	0	32	174	345
Total geral	3.064	3.200	3.204	3.288	3.288	3.342	3.487	3.397	3.956

Fonte: Site do Plano Nacional de Cultura: www.pnc.cultura.gov.br

A tabela identifica também que o acréscimo do número de pontos no ano de 2018 foi o maior desde 2010, mas ainda pequeno considerando que foi regulamentada a ferramenta da certificação. Com essa ferramenta, o aumento do número de pontos de cultura não estaria mais dependente de orçamento do ministério e de processos administrativos longos com aprovação, acompanhamento e prestação de contas, como demandam os convênios. Sendo assim, seria possível concentrar esforços para atingir a meta de 15 mil pontos de cultura nesses anos, ou, pelo menos, aproximar-se dela.

Em contraste com a ausência de matérias sobre o processo de Certificação previsto na Lei Cultura Viva, ocorreu um engajamento diferente da área de comunicação social do ministério na divulgação dos editais de Culturas Populares. Das 65 matérias publicadas sobre as ações da temática da diversidade cultural (excluídas as matérias sobre o Cultura Viva), 40 foram sobre os editais Prêmio Culturas Populares de 2017 e 2018. Foram feitas entrevistas com antigos ganhadores, matérias sobre o homenageado da edição, lançamento do edital, oficinas de divulgação dos editais pelos estados pelas Representações Regionais, entre outros.

Desse modo, pode-se identificar que a prioridade da gestão não era a divulgação e o credenciamento de entidades e coletivos como pontos de cultura para atingir a meta do Plano Nacional de Cultura, uma vez que um esforço de divulgação semelhante ao que aconteceu nos editais Prêmio Culturas Populares poderia ter contribuído para o aumento do número de pontos de cultura.

Pelas matérias publicadas no site, as ações previstas para acontecer não foram executadas. Não foi publicada nenhuma matéria sobre Teia Nacional prevista para o final de 2016 ou sobre a ocorrência desta nos anos de 2017 e 2018. Sobre a meta 23 do PNC de criação de 15 mil pontos de cultura, existiram algumas matérias sobre repactuações e o lançamento de redes de pontos que já tinham assinado convênio. Não houve também a divulgação do processo de Certificação dos pontos de cultura, o que poderia contribuir para atingir a meta. Esse processo foi citado somente na divulgação do registro dos 27 pontos logo no início da gestão de Marcelo Calero, mas observando que se tratava de uma condição para efetivar a premiação dos selecionados pelo edital de Culturas Populares.

Além dos editais Prêmio Culturas Populares, somente a questão da acessibilidade, que ocupou mais 13 matérias, teve espaço nessa gestão. Mas sem ações concretas, somente a manutenção do curso de pós-graduação em acessibilidade cultural em parceria com a UFRJ.

Sendo assim, a Política Nacional de Cultura Viva, que trouxe a diversidade cultural para as políticas, ficou praticamente estagnada no período. Mesmo com a estagnação das políticas no âmbito nacional, as influências do programa no âmbito internacional e local seguiram, exemplo disso foram os editais do IberCultura Viva e a realização de dois encontros locais de Pontos de Cultura.

Um dos elementos principais da política Cultura Viva era a integração e a participação social através do incentivo das Teias locais e a realização das Teias Nacionais. A descontinuidade desse elemento, sem a oportunidade do encontro dos pontos de cultura, gera um enfraquecimento do programa porque dificulta a articulação e impossibilita o encontro para pressionar o poder público para o desenvolvimento de ações e fortalecimento da Política.

3.4 Sistema Nacional de Cultura

Diferentemente da Política Nacional Cultura Viva, o Sistema Nacional de Cultura e seus elementos foram criados e regulamentados por instrumentos legais e, nestes, havia diversas ações que estavam previstas para acontecer, conforme relacionado a seguir.

O Sistema Nacional de Cultura está previsto no art. 216-A da Constituição Federal Brasileira e, no §2º, determinam-se os elementos que constituem o Sistema, entre eles, os que aqui foram selecionados para objeto de estudo. No item II, define-se a existência de conselhos de política cultural; no item III, conferências de cultura; no item V, planos de cultura e, no item IX, sistemas setoriais de cultura. Ainda falta a regulamentação do Sistema Nacional de

Cultura em Lei, que ainda tramita na Câmara dos Deputados, mas o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, que está disposto no §3º do artigo 215 da Constituição Federal, já se encontra normatizado e com plano em vigência.

O Plano Nacional de Cultura foi regulamentado pela lei 12.343 de 02 de dezembro de 2010. Inicialmente a sua duração seria de 10 anos, com vigência até 02 de dezembro de 2020, mas no final de 2020 ele foi prorrogado por mais dois anos pela Medida Provisória nº 1.012 de 2020. As diretrizes previstas na lei foram transformadas em metas pela Portaria nº 123 de 13 de dezembro de 2011. Essas metas podem ser acompanhadas pelo site pnc.cultura.gov.br.

Essa lei prevê, no art. 3º, que compete ao poder público, entre outras coisas, formular e executar políticas públicas que conduzam à efetivação dos objetivos, metas e diretrizes do plano, à mensuração do seu desempenho e à organização de instâncias consultivas e de participação da sociedade para formulação e execução das políticas.

Ainda na Lei que institui o Plano Nacional de Cultura, no artigo 8º, determina-se que o processo de monitoramento compete ao Ministério da Cultura e que deverá contar com a participação do Conselho Nacional de Política Cultural-CNPC. O artigo 11, prevê a revisão periódica das metas, sendo que a primeira seria realizada após 4 anos da promulgação da lei, ou seja, a partir de 2014. Determina ainda que essa revisão deve ser realizada com a participação do CNPC e ampla participação do poder público e da sociedade, na forma do regulamento. O processo de revisão ainda inclui a criação de um Comitê Executivo com representantes do MinC, Congresso Nacional e CNPC. A revisão foi iniciada por um processo de consulta pública em 2015 que, em relatório, identificava os próximos passos para a efetiva revisão das metas que nunca ocorreram.

O artigo 14 prevê a realização da Conferência Nacional de Cultura, sob responsabilidade do Executivo Federal, como instância para debater estratégias para implementação do PNC.

Ainda na lei do Plano Nacional de Cultura, em suas diretrizes, existem algumas determinações em relação a esses elementos do Sistema Nacional de Cultura:

1.1.1 Consolidar a implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil e envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). A implementação do Sistema Nacional de Cultura - SNC deve promover, nessas esferas, a constituição ou fortalecimento de órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, fóruns, colegiados, sistemas setoriais de cultura, comissões intergestoras, sistemas de financiamento à cultura, planos e orçamentos participativos para a cultura, sistemas de informação e indicadores culturais e programas de formação na área da cultura. As diretrizes da gestão cultural serão definidas por meio das respectivas Conferências e Conselhos de

Política Cultural, compostos por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de membros da sociedade civil, eleitos democraticamente. Os Órgãos Gestores devem apresentar periodicamente relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

(...)

1.1.6 Estimular a criação e instalação de secretarias municipais e estaduais de cultura em todo o território nacional, garantindo o atendimento das demandas dos cidadãos e a proteção dos bens e valores culturais.

1.1.7 Estimular a constituição ou fortalecimento de órgãos gestores, conselhos consultivos, conferências, fóruns, colegiados e espaços de interlocução setorial, democráticos e transparentes, apoiando a ação dos fundos de fomento, acompanhando a implementação dos planos e, quando possível, criando gestão participativa dos orçamentos para a cultura.

(...)

5.1 Aprimorar mecanismos de participação social no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura.

(...)

5.3.1 Realizar a Conferência Nacional de Cultura pelo menos a cada 4 (quatro) anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e instituições culturais e os agentes artísticos e culturais.

5.4.1 Fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Política Cultural, bem como dos conselhos estaduais e municipais, como instâncias de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas de cultura

(...)

5.4.4 Aumentar a presença de representantes dos diversos setores artísticos e culturais nos conselhos e demais fóruns dedicados à discussão e avaliação das políticas públicas de cultura, setoriais e intersetoriais, assim como de especialistas, pesquisadores e técnicos que qualifiquem a discussão dessas instâncias consultivas (Lei 12.343 de 02 de dezembro de 2010).

Conforme determina o art. 12 da lei, as diretrizes da lei foram transformadas em 53 metas pela Portaria 123 de 13 de dezembro de 2011 e podem ser acompanhadas no site <http://pnc.cultura.gov.br/>. Existem as seguintes metas relacionadas aos elementos do Sistema Nacional de Cultura que estão sendo estudadas neste trabalho: Meta 1: Sistema Nacional de Cultura institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados; Meta 46: 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados; Meta 47: 100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude; e Meta 49: Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UF) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Segundo o *Relatório da 1ª fase da consulta pública de revisão de metas do PNC*, para a revisão das metas do Plano Nacional de Cultura, foi criado um GT em 2014, que apresentou ainda em 2014 ao CNPC a primeira versão de propostas de revisão das metas do PNC. Foi

realizada, entre final de 2015 e início de 2016, uma consulta pública de revisão das metas on-line para que a sociedade civil pudesse opinar.

Neste momento, ainda falta a regulamentação da lei por decreto para a composição do Comitê-Executivo para prosseguimento da revisão das metas. O último andamento dessa regulamentação descrita pelo relatório foi o encaminhamento da proposta de decreto realizada pelo MinC à Casa Civil em maio de 2016. Esse relatório ainda define os próximos passos para a efetivação da revisão conforme transcrito abaixo:

CAPÍTULO 5 – PRÓXIMOS PASSOS

Após a composição do Comitê Executivo, ele deverá se reunir para deliberar sobre o resultado das propostas de revisão do PNC.

É importante registrar que existe a possibilidade de que o Comitê proponha mudança nas propostas de revisão das metas do PNC.

Além disso, existe a previsão que haja uma segunda consulta pública, para consultar a sociedade sobre a versão proposta deliberada pelo Comitê Executivo. Após a consulta, será possível publicar a nova versão da portaria, já com as alterações nas metas do PNC (Relatório da 1ª fase da consulta pública de revisão das metas do PNC, maio/2016).

O Conselho Nacional de Políticas Culturais é regido pelo Decreto 5520 de 24 de agosto de 2005. O decreto instituiu o Sistema Federal de Cultura e dispôs sobre a composição e funcionamento do CNPC. Nesse decreto, determinava-se, nos artigos 14 e 15, que os mandatos dos representantes da sociedade civil teriam vigência por dois anos, podendo ser prorrogados por igual período, e que o plenário deveria se reunir ordinariamente uma vez por trimestre, permitindo reunião extraordinária convocada pelo seu presidente.

O Conselho Nacional de Políticas Culturais teve a última posse dos integrantes do plenário em dezembro de 2015, para o mandato de 2015-2017, a última posse dos colegiados setoriais em maio de 2016, na véspera do afastamento de Dilma Rousseff. A eleição do Conselho em 2015 teve uma participação expressiva da sociedade civil, com mais de 70 mil participantes. Desde então, ficou sem atividades regulares, descritas pelos regimentos e regulamentos. A última reunião foi em novembro de 2016.

Outro elemento do Sistema Nacional de Cultura que tem como principal característica a participação social foi a Conferência Nacional de Cultura. A primeira foi realizada em 2005, de onde saiu a base do que foi utilizado para a construção do Plano Nacional de Cultura. A segunda foi realizada em 2010 e a terceira realizada em 2013. Conforme transcrito acima, as conferências estavam previstas no item 5.3.1 da lei que instituiu o Plano Nacional de Cultura, numa periodicidade a cada 4 anos. Esse item foi transformado na meta 49 pela portaria, com a definição da realização das Conferências em 2013 e 2017. A Conferência de 2017 não

aconteceu em 2017 ou 2018 e nem tem previsão para acontecer, ou seja, há quase oito anos não se realiza uma Conferência Nacional de Cultura.

O acompanhamento público das metas no site parou em 2017, retornando a atualização dos dados até 2018 somente em 2020, não sendo mais atualizados o *status* de cada meta e as justificativas para que algumas estejam abaixo do que estava sendo previsto. O prazo para o cumprimento das metas se encerrava em 2020 e não foi realizada nesse período a avaliação pública do Plano vigente nem se iniciou a elaboração do próximo Plano Nacional de Cultura.

Buscando nas matérias de entrevistas e artigos dos ministros sobre o Sistema Nacional de Cultura, encontrou-se somente falas do ministro Roberto Freire sobre o Fundo Nacional de Cultura numa tentativa de tentar garantir que os recursos da loteria não sejam contingenciados. Mas observamos que a proposta dele para o Fundo é tão somente o repasse às prefeituras, de fundo a fundo e usar os recursos para ações diretas do ministério. Salvo Sérgio Sá Leitão, que citou o Plano Nacional de Cultura no discurso de posse, não foi identificada nas matérias nenhuma outra fala de ministro sobre os elementos do Sistema Nacional de Cultura.

Valor: *O elemento-chave para minimizar a regionalização e a concentração é o teto para o patrocinador. Há outro mecanismo?*

Freire: O Fundo Nacional de Cultura deve ser instrumento para você compensar. É a política pública para que você não exclua regiões, inclusive regiões que têm uma riqueza cultural. No Nordeste está, talvez, um dos Estados onde você tem uma produção cultural, uma tradição importantíssima: Pernambuco – não é porque é o meu. Não é um grande mercado – já foi. Mas, do ponto de vista cultural, talvez seja uma das maiores expressões da cultura brasileira.

Valor: *Como o senhor vai usar o Fundo Nacional de Cultura com um ajuste fiscal?*

Freire: Se houvesse um bom entendimento do governo, esse fundo não teria contingenciamento, porque não depende de arrecadação do governo. Depende de 3% da loteria. Não é um tributo que a sociedade paga. Não tinha que sofrer contingenciamento, mas [o contingenciamento] vem há muito tempo. Nesse momento de crise, a discussão é saber se vai continuar.

Valor: *Qual é o tamanho dos recursos do Fundo Nacional de Cultura?*

Freire: São contingenciados R\$ 280 milhões. O que vem para cá é aproximadamente uns 50 e poucos, R\$ 60 milhões.

Valor: *Qual é o bolo total da Cultura?*

Freire: Tudo? Para pagar custeio, tudo? R\$ 700 milhões. R\$ 1 bilhão e pouco é da Ancine. Uns R\$ 2 bilhões no total.

Valor: *Como o senhor vai aumentar o financiamento da cultura?*

Freire: Estou tentando mostrar a Temer que isso [o Fundo Nacional de Cultura] é uma distribuição de recursos públicos importante para os municípios brasileiros.

Valor: *O senhor pretende também apostar no fundo a fundo. Como ele vai funcionar?*

Freire: No Sistema Nacional de Cultura, os municípios e os Estados podem se integrar a ele, criando Conselhos Municipais ou Estaduais de Cultura. Automaticamente cria o Fundo Municipal ou Estadual de Cultura. A lei prevê transferências do Fundo Nacional para o dos Estados ou dos municípios, tentando facilitar a transferência. Posso ter um valor que seja pela expressão da população. O mínimo que pode transferir é R\$ 100 mil. Não pode aplicar sem a anuência do Conselho Municipal. Você chega no Nordeste, a coisa mais comum é o cara dizer: “O bumba meu boi daqui é diferente”. Por quê? Porque tem uma característica própria daquele município. Não sou eu, de Brasília, imaginando o grande espetáculo. Esse, a Lei Rouanet cuida. (“Um teto para a Lei Rouanet”, publicado em 17/02/2017).

Outro tema abordado na entrevista foi o fortalecimento do Fundo Nacional da Cultura (FNC). “Vou usar o fato de ter articulação política junto ao governo para saber quais recursos poderiam vir e não têm vindo para a Cultura, como os 3% da arrecadação da loteria federal”, afirmou Freire. Um dos mecanismos da Lei Rouanet, criada em 1991, o FNC é a parcela do orçamento da União, dentre outras fontes, aplicado diretamente pelo Ministério para o fomento de políticas públicas de cultura por meio de editais, prêmios, bolsas. (“Ministro Roberto Freire participa do programa Roda Viva”, publicado em 29/11/2016).

Buscou-se também, nas matérias, o planejamento dos gestores sobre a política. Numa entrevista ao site institucional, Adão Candido, então secretário de Articulação e Desenvolvimento Institucional, assim como Roberto Freire, coloca como prioridade a efetivação da transferência fundo a fundo. Além disso, trata de outros elementos do Sistema Nacional de Cultura, informando a necessidade de revisão do Plano Nacional de Cultura, da previsão da realização da Conferência Nacional de Cultura para o segundo semestre de 2017. Já na entrevista com a Magali Moura, em 2018, depois da reestruturação do ministro Sérgio Sá Leitão, há as informações de que a conclusão da reestruturação e a nova eleição de membros do CNPC ficaria para a próxima gestão e, além desse elemento do Sistema, falou-se apenas do Programa de Formação de Gestores.

Como responsável pela Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional (Sadi), como o senhor pretende atuar, especialmente com os entes federativos?

Nossa ideia é incrementar a relação entre o governo federal e estados e municípios, no que tange ao Sistema Nacional de Cultura, ao desenvolvimento do Plano Nacional de Cultura, à Conferência Nacional de Cultura e a todas as políticas inerentes a esse relacionamento.

(...)

Com quais ferramentas a secretaria conta pra promover esse trabalho?

O Sistema Nacional de Cultura, por exemplo, tem uma ideia generosa de integrar os entes federados de forma a dar coerência a ações públicas na área da Cultura. Mas ainda falta regulamentação de uma fase muito importante do processo, que é a transferência fundo a fundo. Os municípios e estados, ao se integrarem ao Sistema Nacional, esperam que, em contrapartida, o governo federal aporte recursos para o

desenvolvimento das atividades culturais e o consequente atingimento das metas do Plano Nacional. Mas, atualmente, isso não é muito fácil, porque a legislação que regulamenta o fundo a fundo não está pronta, apesar de estar prevista no SNC desde 2010. Então, nós preparamos em cerca de um mês um projeto que já foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República. Isso será uma grande transformação, vai pôr de pé o Sistema Nacional de Cultura. Isso porque a possibilidade real dessa política leva a comunidade cultural do município a se mobilizar para criar o Conselho, a Câmara Municipal a instituir o seu Fundo, a prefeitura a assinar o termo de adesão ao Plano Nacional. Acreditamos na volta de uma grande adesão ao Sistema Nacional de Cultura.

(...)

Essa medida pode colaborar para fortalecer o próprio Fundo Nacional da Cultura?

Sim. Atualmente temos o Fundo que vem das loterias. Ele não representa aumento de nenhuma verba, pois essa verba já está prevista – mas está contingenciada. Estamos trabalhando com a Presidência para que a gente recupere essa verba. No momento, a previsão desse recurso atenderia à nossa necessidade – ele gira em torno de R\$ 280 milhões, o que nos permitiria fazer uma boa descentralização de recursos para municípios e estados. É um valor expressivo, pronto para ser descentralizado de forma radical. Além disso, um dos problemas que temos, estruturalmente, é a baixa execução orçamentária. Com essa medida, nós também vamos enfrentar esse problema. Faremos a transferência e, nesse caso, a execução ficará sob a responsabilidade dos municípios. Essa também é uma forma de diminuir a grande necessidade de análise de projetos e de prestação de contas pelo MinC, ações que demandam grande mobilização de recursos humanos e materiais.

Em relação ao Plano Nacional de Cultura, a Sadi prevê alguma revisão de metas?

Iremos convocar uma conferência, no segundo semestre de 2017, para analisar o plano e adaptá-lo à nova realidade brasileira. Existem muitas metas exageradas, de um tempo de euforia. Como o plano prevê uma revisão no período de 10 anos (2010 a 2020), ele ainda não foi atualizado para estabelecer metas mais próximas do momento em que estamos vivendo. Então, uma das nossas metas é sim revisar e atualizar o Plano Nacional de Cultura. (“Descentralizar recursos é prioridade”, publicado em 23/01/2017).

Magali Moura - Secretária de Diversidade Cultural (SDC)

Servidora pública federal desde 1984, é formada em Letras e Direito e possui especialização em Gestão Pública (ENAP). Antes de assumir a nova SDC, respondia interinamente pelo comando da hoje extinta SADI. (...) Além disso, dar continuidade às ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura, de reestruturação do CNPC e de preparação do Projeto do Bicentenário da Independência do Brasil. (“Após reestruturação de áreas, MinC nomeia novos secretários”, publicado em 10/07/2018).

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) passa por uma reestruturação. Qual foi o papel do Grupo de Trabalho sobre o assunto e qual o atual status da recomposição do CNPC?

O ministro determinou, por meio de Nota Informativa, a criação do Grupo de Trabalho (GT) com o intuito de reestruturar o CNPC. O GT foi instalado e concluiu o trabalho em agosto. A proposta inicial era de dar prosseguimento a uma reestruturação. No entanto, devido ao prazo hábil da atual gestão, o debate realizado pelo GT será entregue para a equipe de transição do novo governo eleito, que pode avaliar da melhor forma essa reestruturação do Conselho.

(...)

Em outubro, está previsto um encontro sobre a avaliação do Programa Nacional de Formação de Gestores e Conselheiros Culturais. O que é esse projeto?

Esse Programa faz parte do Sistema Nacional de Cultura e tem como objetivo ministrar cursos de formação de gestores e conselheiros. É implementado por meio

de parcerias entre estados, municípios, universidades e institutos de educação. Entre 2010 a 2017, mais de 7.200 vagas foram oferecidas com esse propósito, com um investimento de R\$ 30 milhões. Com o intuito de monitorar e avaliar os resultados dos recursos aplicados em cursos e processos formativos voltados ao fortalecimento do SNC e à qualificação dos gestores e conselheiros de cultura, o MinC, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizou pesquisa de impacto e resultados na gestão cultural dos estados e municípios contemplados com as ações de formação. Nos dias 4 e 5 de outubro, nós faremos o encontro, para o qual foram convidados representantes de todas as instituições parceiras. Na ocasião, será apresentado os resultados desta pesquisa avaliativa. A intenção é extrair um documento para a transição de governo, o qual indicará os melhores formatos para esse tipo de capacitação. (“Não temos como trabalhar com cultura sem pensar em diversidade”, destaca a secretária Magali Moura”, publicado em 24/09/2018).

Sobre o Sistema Nacional de Cultura, foram publicadas um total de 65 matérias no período (o que representa 2,3% de todas as matérias publicadas), dessas, 30 sobre adesão de novos municípios/estados, 11 sobre Formação de Gestor, 10 sobre o FNC, 7 sobre o CNPC, 3 sobre o SNIIC e 2 sobre o PNC.

Fazendo a comparação com o período anterior, no ano de 2016, no período de 01 de janeiro a 13 de maio, foram publicadas 27 matérias sobre o Sistema Nacional de Cultura (o que representa 5,5% das matérias publicadas no período). Ou seja, proporcionalmente, foram realizadas muito mais publicações tanto em relação ao número de matérias quanto em relação ao total de matérias do período analisado.

No gráfico, nota-se a queda do número de publicações sobre o SNC, com um aumento pontual em alguns meses, como em novembro de 2016, quando ocorreu a reunião do CNPC; em outros meses, quando houve mais matérias sobre a adesão de municípios, e no final de 2018, quando estava em questão a Medida Provisória 846 que destinou parte dos recursos da loteria ao Fundo Nacional de Cultura.

Gráfico 12: Matérias sobre o Sistema Nacional de Cultura 2016-2018



Fonte: produção da autora

Além do maior número de postagens proporcionais, chama a atenção a diferença do tipo de postagens. Enquanto no período da gestão Temer existe uma grande quantidade de matérias sobre a adesão de municípios, que seria a primeira etapa para a implementação dos

seus sistemas de cultura, no momento anterior, nenhuma matéria foi publicada sobre essa temática, enquanto 6 matérias foram publicadas sobre a implementação do Sistema nos estados e municípios, seja pela realização de oficinas e reuniões, seja sobre o processo de implementação dos sistemas e planos nos estados e municípios. Isso ocorreu porque o número de estados e municípios que teriam feito a adesão já estava consideravelmente alta em 2015 (96% dos estados e 65% dos municípios) e o ministério já estaria trabalhando para que estes conseguissem efetivamente implementar os seus sistemas de cultura. Isso demonstra que, pelas matérias publicadas no Governo Temer, houve um retrocesso nas ações que estavam sendo desenvolvidas para atingir a meta 1 do Plano Nacional de Cultura.

Mas, observando a tabela de acompanhamento da meta 1 do Plano Nacional de Cultura, disponível no site pnc.cultura.gov.br, independentemente dessa atuação do Ministério da Cultura, o número de estados e municípios que criaram os seus Sistemas Estaduais/Municipais de Cultura aumentou no período, de 9 estados em 2015 para 17 em 2018 e de 361 municípios em 2015 para 512 em 2018.

Tabela 6: Situação da Meta 1 do Plano Nacional de Cultura

Indicador	Até 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 ****	Ponto da meta 2020
Número de estados e DF com Acordo de Cooperação Federativa	3,7% 1	63,0% 17	85,2% 23	96,3% 26	96,3% 26	96,3% 26	96,3% 26	96,3% 26	96,3% 26*	100% 27
Número de estados e DF com leis que criaram o Sistema Estadual/Distrital de Cultura**	7,4% 2	11,1% 3	14,8% 4	18,5% 5	25,9% 7	33,3% 9	40,7% 11	55,6% 15	63,0% 17	100% 27
Número de estados e DF com leis que institucionalizaram o sistema de cultura (leis do sistema, plano, conselho e fundo de cultura)***					7,4% 2	18,5% 5	22,2% 6	33,3% 9	40,7% 11	
Número de municípios com Acordo de Cooperação Federativa para desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura publicado			1,07% 36	38,15% 1.275	57,4% 1.920	65,0% 2.173	66,9% 2.238	76,2% 2.548	79,11% 2.644	60% 3.342
Número de municípios com leis que criaram o Sistema Municipal de Cultura**	0,53% 18	1,43% 48	2,57% 86	5,41% 181	8,37% 280	10,80% 361	12,44% 416	14,36% 480	15,32% 512	60% 3.342
Número de municípios com leis que institucionalizaram o sistema de cultura (leis do sistema, plano, conselho e fundo de cultura)***				0,68% 23	1,07% 36	1,73% 58	2,87% 96	3,29% 110	0,68% 128	

Fonte: Site do Plano Nacional de Cultura – www.pnc.cultura.gov.br

Esse aumento se justifica, conforme artigo apresentado no X Seminário Internacional de Políticas Culturais por Alexandre Barbalho, pela gestão anterior ter conseguido transformar o SNC em valor. Ou seja, independentemente do estímulo do Ministério, os estados e municípios continuaram a implementar os elementos do sistema por o modelo se encontrar minimamente consolidado pelos esforços que foram realizados na gestão PT.

A análise constatou que o MinC conseguiu construir em torno do SNC um processo de hegemonização, ou seja, torná-lo um valor, não apenas para os gestores da base aliada do governo e para os agentes do campo cultural, como também para os prefeitos e governadores da oposição (BARBALHO, 2019, p.67).

Em outras palavras, no primeiro ano do novo governo petista não foi possível identificar discursos antagônicos ao SNC. Ao contrário, reafirma-se esta política como fundamental para o fortalecimento da democracia cultural, para a

institucionalização das políticas voltadas ao setor e para o financiamento de tais políticas (BARBALHO, 2019, p.73).

No artigo, Barbalho (2019) cita também ações promovidas pelo Fórum de gestores de cultura, pela Associação Brasileira de Municípios e por um coletivo de artistas do Pará com o objeto de consolidar o Sistema Nacional de Cultura em 2015. Isso já demonstrava uma autonomia das gestões locais e da sociedade civil com relação às articulações para implementação do Sistema Nacional de Cultura.

Apesar do aumento, esses números ainda estão bem distantes dos que seriam necessários para atingir a meta 1 do PNC e, no site de acompanhamento, não foi relatada nenhuma outra ação da gestão para esse item, além de “realizar os procedimentos administrativos necessários à formalização dos acordos de cooperação federativa” (<http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/1/>).

As matérias publicadas sobre o CNPC na gestão Temer são as listadas no quadro abaixo.

Quadro 5: Matérias publicadas sobre o Conselho Nacional de Políticas Culturais – Governo Temer

Título	Subtítulo	Data
Plataforma do CNPC amplia transparência e participação social	Ferramenta entrou no ar nesta sexta-feira (10), apresentando-se como um revitalizado site do conselho, com mais interatividade e agilidade	10/06/2016
Comitê de Integração de Políticas Culturais se reúne em Brasília	O Cipoc definiu proposta de pauta para a próxima reunião do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e aprovou a composição do MinC no Pleno do CNPC	03/11/2016
MinC realiza plenária do Conselho Nacional de Política Cultural	O Ministério da Cultura realiza nesta quinta a abertura da 27ª reunião do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), em Brasília. Trata-se da primeira reunião ordinária de 2016...	11/11/2016
Colegiados Setoriais se reúnem em Brasília	Integrantes dos 18 Colegiados que compõem o Conselho Nacional de Política Cultural têm reuniões para definir temas da Conferência de 2017	21/11/2016
Ministério da Cultura quer aperfeiçoar o Conselho Nacional de Política Cultural	Grupo de trabalho vai propor mudanças para deixar o colegiado mais eficaz, ágil e transparente	15/12/2017
MinC instala Grupo de Trabalho para reestruturação do CNPC	GT vai encaminhar proposta de revisão dos instrumentos legais sobre composição e operação do Conselho Nacional de Políticas Culturais	02/08/2018
MinC abre consulta pública para reestruturar CNPC	Sociedade civil tem até 31 de janeiro para contribuir na elaboração de novo decreto do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)	17/12/2018

Fonte: Site do Ministério da Cultura

Foi publicada, em junho de 2016, uma matéria sobre o site do CNPC; em novembro de 2016, 3 matérias sobre a reunião do Conselho e seus setoriais. Depois disso, somente um ano

depois foi publicada uma matéria informando que seria criado um Grupo de Trabalho para a revisão do formato e composição do CNPC. Após quase 9 meses, em agosto de 2018, foi efetivamente criado esse grupo de trabalho. Nas vésperas do encerramento da gestão, em 17 de dezembro de 2018, foi aberta uma consulta pública sobre o novo formato do Conselho.

A falta de valoração do CNPC como instância de consulta, deliberação e de participação social pode ser observada tanto na ausência de matérias quanto em algumas matérias publicadas sobre outros temas no período da gestão de Sérgio Sá Leitão.

Um primeiro indício de que Sérgio Sá Leitão não usaria mais o CNPC como órgão consultivo foi a matéria publicada em 10/08/2017, intitulada “Ministro chama a CNIC a construir política cultural”. Ao invés de convocar a reunião do Conselho que teria a atribuição de elaboração de políticas culturais, o então ministro se reúne com o conselho que tem como atribuição as análises dos projetos de mecenato da Lei Rouanet, possuindo menos representatividade da sociedade civil e maior representatividade das instituições e empresas, para construir políticas culturais. Isso também ratifica o que foi identificado no discurso de posse do ministro, de dar mais importância ao mercado que à diversidade cultural.

Alguns meses depois, em 15 de dezembro de 2017, é publicada a matéria sobre a criação de um Grupo de Trabalho para aperfeiçoar o Conselho Nacional de Políticas Culturais. Nessa matéria, pode-se observar que o ministro chama a atenção para o alto custo de manutenção do Conselho e alega uma baixa eficiência e eficácia. Dá, portanto, a entender que no ano de 2018 o CNPC já estaria reformulado e atuante.

Com um CNPC reestruturado em 2018, o MinC pretende ampliar a democratização do acesso aos bens culturais e às políticas públicas do setor. Os custos operacionais do Conselho também devem ser readequados: estão hoje em R\$ 1,8 milhão por ano, além de R\$ 3,5 milhões a cada dois anos relativo ao processo eleitoral. Isso porque o MinC arca com as passagens e diárias dos membros, que se reúnem periodicamente em Brasília, além da logística dos encontros. “Queremos reduzir o custo e ampliar os resultados”, afirma o ministro.

(...)

É uma estrutura imensa, com baixo grau de eficiência e de eficácia, e um alto custo para os contribuintes (“Ministério da Cultura quer aperfeiçoar o Conselho Nacional de Políticas Culturais”, publicado em 15/12/2017).

Isso demonstra que o processo democrático que se construiu na última década não era prioridade ou importante para a gestão. Se a questão fosse tão somente o orçamento, poderia ter sido proposto outro formato de reunião, como a digital, o aumento do período dos mandatos para redução de custos com a eleição, entre outros. Além disso, mesmo com os cortes de orçamento, recursos foram utilizados pelo Ministério da Cultura para a execução do programa “Cultura Gera Futuro” desenvolvido pelo ex-ministro ou para as reuniões da CNIC

no ano. Esses fatos demonstram que não se tratava de falta de recursos, mas de prioridades da gestão.

Ainda em dia 15 de dezembro, foi publicada matéria no site do Ministério da Cultura informando que, antes da decisão sobre a Cota de Tela, foi consultado o setor de audiovisual. A matéria, que tem o título “Por consenso, setor do Audiovisual quer manter em 2018 mesma cota de 2017”, dá a entender que o setor, por meio de alguma instância de consulta, decidiu sobre a cota de tela. Ao ler a matéria, observa-se que o que ocorreu foi uma reunião com algumas pessoas do setor com o ministro Sérgio Sá Leitão. Os integrantes da reunião eram grandes produtores, distribuidores e exibidores, que são “regulados” pela lei de cota de tela.

A matéria ainda observa que o ex-ministro acreditava que esse grupo de pessoas é uma instância válida de consulta para definição das políticas culturais, como transcrito no trecho abaixo. Com isso, nota-se um certo retorno ao modelo de “conselho de notáveis”, uma vez que as pessoas que são consultadas são escolhidas pelo ministro e não pela sociedade civil.

Na avaliação do ministro, a reunião desta sexta-feira representou um avanço, especialmente no que se refere à diretriz do MinC de elaborar políticas culturais somente após diálogo com o setor. “Estou muito contente que a reunião tenha servido para a construção de um pacto envolvendo produtores, distribuidores e exibidores. Estaremos sempre ouvindo o mercado, buscando o entendimento possível”, destacou. (“Por consenso, setor do Audiovisual quer manter em 2018 mesma cota de 2017”, publicado em 15/12/2017).

Em dezembro de 2017, é publicada matéria no site do Ministério da Cultura informando que o então ministro da cultura, Sérgio Sá Leitão, criaria um grupo de trabalho para reformular o Conselho Nacional de Políticas Culturais com o objetivo de reduzir os custos das reuniões do plenário e dos colegiados em Brasília que era de cerca de 1,8 milhões ao ano. O grupo de trabalho só é efetivamente criado em agosto de 2018, quase nove meses depois da decisão de criação. Após essa matéria, o Conselho Nacional de Políticas Culturais só veio a ser noticiado novamente em dezembro de 2018, nos últimos dias da gestão, quando foi aberta uma consulta pública do texto do novo decreto que regulamentava o conselho, no qual não constariam mais os colegiados setoriais e se tiraria o caráter deliberativo do conselho.

Não ocorreram reuniões do CNPC nos anos de 2017 e 2018, como se pode observar no site do Conselho (plenario.cnpc.cultura.gov.br/reunioes/), o que vinha acontecendo com certa regularidade desde 2008. No ano de 2015 ocorreu somente uma reunião, em 2016 somente a reunião de novembro. Depois dessas, somente em dezembro de 2019 ocorreu novamente reunião do conselho, não tendo sido realizada, portanto, nenhuma reunião por três anos. A falta de atividade do conselho pode ser observada também no histórico de composição de

membros. Após a portaria nº 125 de dezembro de 2015, que nomeava os membros do mandato 2015-2017, que só se reuniu no final de 2015 e no final de 2016, ficou-se quase dois anos sem membros eleitos, sendo a portaria seguinte publicada somente em dezembro de 2019, já com a reformulação do CNPC.

Dessa forma, no período de dois anos e meio do governo Michel Temer, o Conselho Nacional de Políticas Culturais só se reuniu uma única vez, contrariando o regimento interno vigente, que determinava a reunião do plenário pelo menos uma vez por trimestre e de cada colegiado pelo menos uma vez por semestre. Além disso, não foi realizada a eleição para os novos membros, ficando o último ano de gestão sem membros eleitos.

“Nosso desejo é aprovar a proposta e, se possível, instalar a nova estrutura do conselho ainda neste exercício, mantida a finalidade precípua do CNPC, que é propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional”, esclarece a secretária da Diversidade Cultural do MinC, Magali Moura (“MinC instala Grupo de Trabalho para reestruturação do CNPC”, publicado em 02/08/2018)

Essa descontinuidade do CNPC afeta os outros dois elementos do Sistema Nacional de Cultura que iremos analisar: a Conferência Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura. Podemos observar isso pelo regimento interno do CNPC, publicado através da Portaria 28/2010, que estabelece várias competências ao CNPC nos processos de construção da Conferência e acompanhamento do Plano:

Art. 4º Compete ao Plenário do CNPC:

(...)

II – propor e aprovar, previamente ao encaminhamento à coordenação-geral do SFC as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura;

III – acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional de Cultura;

IV – fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos provenientes do sistema federal de financiamento da cultura e propor medidas que concorram para o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, estabelecendo inclusive as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no que concerne à sua distribuição regional e ao peso relativo dos setores e modalidades do fazer cultural;

(...)

IX – aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura;

(...)

Art. 14. A Conferência Nacional de Cultura será constituída por representantes da sociedade civil, indicados em Conferências Estaduais, na Conferência Distrital, em Conferências Municipais ou Intermunicipais de Cultura e em Pré-Conferências Setoriais de Cultura, e por representantes do Poder Público dos entes federados, em observância ao disposto no regimento próprio da Conferência, a ser aprovado pelo Plenário do CNPC.

Art. 15. Compete à Conferência Nacional de Cultura analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Nacional de Cultura e às respectivas revisões ou adequações.

Sobre a Conferência Nacional de Cultura, nenhuma matéria foi publicada no site institucional nesse período, tendo como tema central a organização ou o planejamento da Conferência que deveria ocorrer em 2017. As matérias que apresentam a Conferência como conteúdo, com exceção da entrevista com o secretário Adão Cândido que informava que a Conferência seria realizada no segundo semestre de 2017, são as publicadas no contexto das reuniões tanto do Conselho Nacional de Políticas Culturais quanto dos Colegiados setoriais no final de 2016. Nesse momento, foram iniciadas as definições temáticas sobre a IV Conferência Nacional de Cultura, que naquele momento estava prevista para o segundo semestre de 2017.

O Ministério da Cultura realiza nesta quinta a abertura da 27ª reunião do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), em Brasília. Trata-se da primeira reunião ordinária de 2016. O Plenário debaterá propostas de eixos temáticos para a IV Conferência Nacional de Cultura, de 2017 e apreciará as atas das últimas plenárias. Adicionalmente, receberá informações atualizadas sobre, entre outros, o processo de revisão do Plano Nacional de Cultura, a plataforma colaborativa do CNPC e o status de solicitações de encaminhamentos. (“MinC realiza plenária do Conselho nacional de Políticas Culturais”, publicado em 11/11/2016).

O Comitê de Integração de Políticas Culturais (Cipoc) do Ministério da Cultura (MinC) se reuniu, na manhã desta quinta-feira (3), em Brasília (DF), para aprovar a pauta que será debatida na 27ª reunião ordinária do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), prevista para ocorrer em 17 e 18 de novembro, na capital federal. Além disso, (...)e iniciou debates sobre temas da IV Conferência Nacional de Cultura (CNC), que será realizada em 2017.

Por fim, foi solicitado que cada secretaria, vinculada e fundação encaminhe, à Sadi, propostas de eixos temáticos para serem debatidos na IV Conferência Nacional de Cultura, para posterior consulta pública à sociedade civil. A conferência é responsável por analisar e aprovar proposições, além de avaliar a execução das metas do Plano Nacional de Cultura. (“Comitê de integração de Políticas Culturais se reúne em Brasília”, publicado em 03/11/2016)

Na primeira reunião ordinária do ano, os membros deverão definir as pautas prioritárias, o cronograma de trabalho e quais contribuições pretendem dar para a programação de debates da IV Conferência Nacional de Cultura, cuja etapa final ocorrerá no segundo semestre de 2017, em data a ser definida em coordenação com os estados e municípios.

(...)

Na semana passada, o Pleno do CNPC se reuniu e iniciou os debates sobre o tema da próxima conferência e seus respectivos eixos temáticos. O tema central da Conferência será A Cultura como vetor de desenvolvimento social e econômico no Brasil e os eixos temáticos propostos e debatidos foram: Economia da cultura e novas tecnologias Infraestrutura cultural, integração e desenvolvimento Cultura e sustentabilidade Democracia, cidadania e diversidade Política cultural, gestão e capacitação e Preservação e salvaguarda do patrimônio cultural. Durante as reuniões dos Colegiados, deverão ser preparadas algumas propostas relacionadas aos eixos temáticos do Conferência de 2017 (“Colegiados Setoriais se reúnem em Brasília”, publicado em 21/12/2016).

Após esse momento, não houve nas matérias publicadas no site institucional nenhuma indicação de que o Ministério da Cultura realizou nenhum outro procedimento ou

movimentação para a realização da IV Conferência Nacional de Cultura, que dependia do plenário do CNPC para aprovar o seu regimento interno.

O último elemento do SNC que será analisado é o Fundo Nacional de Cultura - FNC. Sobre ele, tivemos 10 matérias publicadas, listadas abaixo. Dessas, 8 foram sobre os recursos da Loteria que foram publicadas em três momentos: outubro/novembro 2016, junho/julho 2017 e novembro/dezembro 2018. Em um primeiro momento, em 2016/2017, o tema das matérias era uma defesa do descontingenciamento dos recursos provenientes das loterias para Fundo Nacional de Cultura, previstos na Lei 8.313/1991. Em 2018, uma Medida Provisória foi elaborada pelo governo para alterar o destino dos recursos das loterias, o que ameaçou reduzir os recursos já historicamente contingenciados do FNC. As matérias foram sobre a defesa do ex-ministro pela manutenção dos recursos.

Quadro 6: Matérias publicadas sobre o Fundo Nacional de Cultura – Governo Temer

Título	Subtítulo	Data
Secretarias do MinC indicam servidores para comitê técnico do FNC	Até esta terça-feira (18), áreas podem colaborar com o preenchimento do quadro técnico do comitê. Servidores farão monitoramento de beneficiados com recursos do fundo	17/10/2016
Arrecadação com jogos pode incrementar recursos para cultura	O governo federal estima que, com nova fonte de recursos, o Fundo Nacional de Cultura poderia receber R\$ 600 milhões em um período de três anos	10/11/2016
Em Brasília, comitê técnico do FNC se reúne pela primeira vez	Comitê irá subsidiar o FNC no monitoramento regular da execução de obras e do andamento de programas e projetos que recebem recursos do fundo	16/11/2016
MinC defende liberar recursos da loteria federal para FNC	Audiência nesta quinta-feira na Câmara dos Deputados debateu descontingenciamento de recursos para o Fundo Nacional da Cultura	13/07/2017
Ministro mantém empenho para que mais recursos das loterias sejam destinados à cultura	Ministro Sá Leitão vai trabalhar pelo projeto do MinC que efetivamente destina recursos de loterias federais que cabem à Cultura a projetos culturais	12/06/2018
Cultura comemora manutenção dos recursos para o setor em MP	O MinC manifesta sua satisfação com edição de nova MP sobre as loterias federais, de modo a que os valores que cabem ao FNC não sejam reduzidos	13/07/2018
Nova Medida Provisória garante manutenção de recursos das loterias para a cultura	MP prevê repasses de 2,91% das loterias para o Fundo Nacional de Cultura e, pela primeira vez, destina 0,5% dos recursos da Lotex para o setor cultural	13/07/2018
Nova MP das Loterias assegura recursos para a área cultural	Medida Provisória, assinada nesta terça-feira, garante nova distribuição de recursos entre segurança pública, esporte e cultura	31/07/2018
Senado aprova Medida Provisória que garante repasse das loterias para o Fundo Nacional de Cultura	Com aprovação da MP 846, o fundo que fomenta a cultura no Brasil pode receber cerca de R\$ 444 milhões das loterias em 2019	22/11/2018
Presidente sanciona MP 846, que garante repasse de recursos das loterias para Fundo Nacional de Cultura	Um total de R\$ 444 milhões será repassado para para a Cultura. Em 2019, vão para o FNC 2,91% da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos, 1% das loterias esportivas e 0,5% da Loteria Federal	12/12/2018

Fonte: Site do Ministério da Cultura

4. CONCLUSÃO: O RETORNO DAS TRÊS TRISTES TRADIÇÕES

Observar que os conceitos de cultura para as políticas culturais e o próprio conceito de políticas culturais se encontram em disputa por grupos sociais diversos foi a base das análises feitas nesse trabalho. Foram identificados dois conceitos utilizados nas políticas de cultura recentes do país, detalhados em artigos por Calabre (2013) e Rubim (2019), que foram utilizados como critérios para poder avaliar, pelos discursos e ações, qual conceito se aproximou a gestão do Michel Temer. Esta pesquisa identificou que ocorreu uma mudança de conceitos tanto de cultura quanto de políticas culturais quando houve mudança de gestão com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

Pode-se observar essa mudança de conceitos, amplamente fundamentada na literatura da área, na transição do governo do Fernando Henrique Cardoso para o de Luís Inácio Lula da Silva, como apresentados no primeiro capítulo. Nessas obras, essa mudança foi compreendida como uma evolução democrática do que seriam as políticas culturais, com a inclusão das diversidades culturais e da estruturação de políticas de estado como o Sistema Nacional de Cultura e a Política Nacional Cultura Viva, pelos grupos que defendem o conceito de política cultural como transformação social.

Mas houve também a manutenção de vozes dissidentes no setor da cultura e na academia, defendendo um outro conceito de políticas culturais. Para estes, as mudanças foram consideradas como retrocessos ou como inadequações. Esse outro grupo social seguiu questionando a legitimidade dessas políticas, como pode ser observado nas citações do primeiro capítulo do artigo de Teixeira Coelho (2011) e nas falas de Francisco Weffort (2010) sobre a reforma da lei Rouanet. Ou seja, essa mudança não foi um consenso e os conceitos ainda se encontravam em disputa, mesmo que o discurso hegemônico durante a gestão do PT fosse relacionado ao conceito de políticas culturais como transformação social.

Na mudança da gestão do governo do PT para o PMDB, com o afastamento da presidenta Dilma, essa mudança de conceitos, como desenvolvido por esse trabalho de pesquisa, se apresenta novamente. A alteração na condução das políticas culturais se apresenta, num primeiro momento, com a justificativa dos gestores da necessidade de uma política de austeridade e controle de gastos da gestão para a recuperação da economia do país por causa da crise econômica gerada pela gestão imediatamente anterior. Essa argumentação é

questionável, considerando a porcentagem que a pasta da Cultura representa no orçamento da União que, em 2015, era de 0,12% na Lei Orçamentária Anual³⁸.

Apesar de, na estrutura de superfície dos discursos dos ex-Ministros da Cultura do governo Temer, constarem alguns termos que remetem ao conceito antropológico de cultura e à política cultural com o objetivo de transformação social, pela análise dos discursos de posse e, depois, pela análise das ações, observam-se características que remetem ao conceito de cultura como sinônimo de civilização e à política cultural formalista.

Entre as características identificadas nos discursos de posse, foi verificado o retorno de um nacionalismo homogeneizador e excludente, ligado ao conceito de cultura que valoriza as culturas eruditas. Esse nacionalismo apresentado pela gestão carrega consigo a valorização da miscigenação sem uma análise crítica das violências cometidas nesse processo e uma visão romântica da cultura, como algo essencialmente bom. Essas características remetem inclusive a períodos autoritários da história do Brasil, quando as políticas culturais estavam em função da sustentação de uma identidade nacional.

A valorização do caráter econômico da cultura em detrimento do cidadão e do simbólico, a exemplo do que ocorreu na década de 90, provoca a concentração de recursos nas manifestações culturais de origem europeia e no Sudeste, onde se concentram as pessoas com o maior poder aquisitivo e recursos. Isso está associado à conceituação da cultura como civilização, que hierarquiza as manifestações culturais, classificando como superiores as manifestações de origem europeia, justificando a concentração de recursos. Essa característica exclui e invisibiliza toda uma diversidade cultural, que não se restringe às manifestações de origem europeia e ao estereótipo do samba, frevo e maracatu e ao retorno econômico dessas ações para o PIB.

Ao analisar as matérias publicadas no site do Ministério da Cultura no período de maio de 2016 a dezembro de 2018, comprova-se essa prioridade às ações voltadas para a dimensão econômica das políticas culturais (em detrimento da cidadã e da simbólica), priorizando o mecenato da Lei Rouanet como a principal política, além de desenvolver projetos como *Rio de Janeiro a Janeiro* e *Cultura Gera Futuro* que se fundamentavam, em grande parte, no mecenato da Lei.

Somado a isso, houve a descontinuidade de políticas que traziam na sua estrutura a marca da participação social e da diversidade cultural como o Sistema Nacional de Cultura e

38 Dado retirado de relatório do governo disponível no link: <http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos-loa/anexo-i-receitaorcamentofiscalseguridadesocialcategoriacaorigem.pdf>. Acessado em 08/04/2021.

Política Nacional Cultura Viva, o que também demonstra um afastamento do conceito antropológico da cultura e do conceito de política cultural como transformação social.

Nenhum dos instrumentos de participação social funcionou durante o período. O Conselho Nacional de Políticas Culturais se reuniu somente no final de 2016, ficando sem membros eleitos em 2018 e, no final do ano, foi proposta uma reformulação que retirou o caráter deliberativo do conselho e extinguiu os Colegiados Setoriais. A Conferência Nacional de Cultura simplesmente não foi realizada. As metas do Plano Nacional de Cultura não foram cumpridas e não foram realizadas ações que perseguissem o atingimento das metas. O acompanhamento pelo site do PNC também foi prejudicado, ficando sem atualização durante toda a gestão.

Essa descontinuidade é bem emblemática porque diversas ações, como a realização da Conferência Nacional da Cultura a cada 4 anos e a revisão das metas do Plano Nacional de Cultura, estavam previstas em lei e, por isso, deveriam ter sido executadas. Ou seja, a gestão optou por descumprir dispositivos legais a seguir com políticas que não representavam os conceitos de políticas culturais dos grupos sociais de sustentação do governo.

Pelas características enumeradas acima, identifica-se que, nessa gestão, as três tradições das políticas culturais (ausências, autoritarismos e instabilidades) elencadas por Albino Rubim (2015, p.11), que se tentou romper durante a gestão do ministro Gilberto Gil, retornaram.

A ausência se observa tanto nas ações quanto nos discursos, ao se propor novamente o estado mínimo na gestão das políticas culturais, com a redução significativa da estrutura do Ministério da Cultura e com o retorno da valorização da Lei Rouanet como principal política do Ministério da Cultura, mecanismo que delega ao mercado o poder de decidir onde serão investidos os recursos públicos. Essa ausência foi expressa de forma clara pelo ex-ministro Roberto Freire, quando declara que não cabe ao Estado investir recursos na cultura sob o risco de dirigismo cultural. Essa escolha acaba por representar uma ausência de políticas que garantam os direitos culturais de grande parte da população brasileira, uma vez que somente um grupo restrito, pertencente às classes média e alta, majoritariamente branca e de centros urbanos do Sudeste, tem acesso a esse mecanismo. Como esse mecanismo acaba por valorizar as manifestações culturais eruditas, as demais manifestações culturais passam a não ser atendidas pelas políticas públicas, o que nos conduz a concluir que há o retorno também do autoritarismo.

O autoritarismo descrito pelo autor não ocorre apenas em períodos ditatoriais, mas também como formas, mesmo em períodos democráticos, de aniquilamento de determinadas

culturas e de exclusão cultural. Ao descontinuar políticas que promoviam a participação social e a valorização da diversidade cultural, a gestão promoveu essa exclusão cultural. Essa segregação está também no retorno do conceito restrito de cultura para a formulação de políticas culturais. A diversidade cultural e as demais manifestações culturais ficaram restritas aos editais do Prêmio Culturas Populares.

A descontinuidade de ações como a Teia, Conselho Nacional de Políticas Culturais e a Conferência Nacional de Cultura, que garantiam a participação social na formulação de políticas e favoreciam a articulação do setor para apresentar demandas ao poder público, também é um traço de autoritarismo, uma vez que nega a prática da cidadania e não dialoga com a sociedade civil sobre as políticas culturais.

As instabilidades já iniciam na extinção do Ministério da Cultura no primeiro momento da gestão e segue com a mudança excessiva de ministros – quatro num período de dois anos e meio. Essa instabilidade já vinha sendo sentida na gestão da presidenta Dilma Rousseff, quando houve a passagem pela gestão de quatro ministros num período de um pouco mais de cinco anos, mas se intensificou com a substituição mais rápida de ministros e com o risco iminente da extinção da pasta, fato que não se cogitava na gestão anterior.

A instabilidade se apresenta também na gestão do governo Temer com a descontinuidade de políticas que estavam sendo desenvolvidas, mesmo as instituídas como políticas de Estado na Constituição Federal e em leis, e na falta de apresentação de novas políticas de estado. Cada ministro do período apresentou as suas demandas, de modo que nenhuma ação teve continuidade, salvo a defesa da Lei Rouanet. O Marcelo Calero se concentrou na reestruturação da pasta e na pauta internacional, mas sem propor nenhuma política concreta. Roberto Freire propôs o retorno de dois projetos da Funarte, não apresentando nenhuma proposta para ação direta do MinC. Sérgio Sá Leitão apresentou ações que sempre dialogavam com o caráter econômico da cultura, mas sem o desenvolvimento de políticas estruturantes.

Sendo assim, compreende-se que esse período foi, na verdade, o início do fim das políticas culturais como estavam sendo conduzidas anteriormente, com uma mudança de conceitos, descontinuidade das políticas que estavam sendo desenvolvidas e um retorno da ausência de propostas de políticas.

Pelos gráficos elaborados na análise dos discursos e das ações do ministério, nota-se que o distanciamento do conceito antropológico de cultura e do conceito de políticas culturais para a transformação social foi feita gradativamente. Na gestão do ministro Marcelo Calero, observa-se ainda uma quantidade considerável de termos usados no discurso que remetem a

esses conceitos, que foram diminuindo até chegar 15% no discurso do Sérgio Sá Leitão. Nas ações de participação social, foi realizada uma reunião do Conselho Nacional de Políticas Culturais no final de 2016, na gestão do Marcelo Calero, mas depois disso o número de ações sobre as políticas de diversidade e participação social foi diminuindo também.

Na gestão seguinte, a do presidente Jair Bolsonaro, podem-se observar indícios de um agravamento desse processo com a efetiva extinção do Ministério da Cultura, com a pasta sendo absorvida pelo Ministério da Cidadania e posteriormente transferida ao Ministério do Turismo, vivendo nos últimos dois anos um eterno processo de transição. Não se realizaram ainda as ações que estavam previstas, enumeradas no capítulo 3 e não foi apresentada também nenhuma proposta de política de estado.

Mas, apesar desse cenário no governo federal, há também indícios que os grupos sociais que defendem o conceito de políticas culturais como transformação social ainda estão na disputa por essa conceituação, quando constatamos um aumento nas adesões ao Sistema Nacional de Cultura, a continuidade dos processos de implementação dos sistemas estaduais e municipais de cultura e o processo de aprovação da Lei Aldir Blanc, que contou com a articulação de atores públicos estaduais e municipais e da sociedade civil de todo o país.

Isso demonstra que o Sistema Nacional de Cultura e o processo de construção participativo das políticas públicas que foi desenvolvido nos 13 anos das gestões Lula/Dilma ainda faz sentido para grupos da sociedade civil, secretários de cultura de entes da federação e parlamentares, que estão na disputa pelo conceito de cultura mais progressista e participativo.

Um questionamento que fica ao analisar esses dados é: quem são esses grupos sociais em disputa e quais são os interesses envolvidos nesses projetos e conceitos? Uma reflexão que propomos, ao nos valer dos autores que tratam como tema central o racismo para abordar representação e silenciamento, é questionar como o racismo estrutural em nossa sociedade, se apresenta nas políticas culturais? Será que não está diretamente relacionado com as escolhas dos conceitos de cultura e de políticas culturais que serão utilizadas pelas gestões? Será que a defesa de uma ou outra conceituação de políticas culturais não está relacionada aos grupos sociais de “colonizador” e “colonizado” como expresso por Grada Kilomba (2010)?

Quando os estudos das políticas culturais falam em concentração de recursos em um território (Sudeste) e em algumas manifestações culturais, fica o questionamento se essa concentração também não estaria voltada para algumas classes sociais e etnias ou, ainda, na interseção desses fatores: território, classe e etnia.

Como desenvolvido anteriormente, a inclusão de grupos sociais antes excluídos das políticas culturais faz um movimento de mudança nos discursos hegemônicos e favorece a

quebra de estereótipos. E, como afirmam, em seus textos, Djamila Ribeiro (2019) e Grada Kilomba (2010), esses processos não ocorrem sem desconfortos e atritos.

Quando se descontinuam as políticas que consideram e respeitam a nossa diversidade cultural e favorecem a participação social, tem-se uma tentativa de um retorno ao processo de exclusão e estereotipagem. Considerando que esse processo de exclusão e de construção de privilégios foi construído por centenas de anos no Brasil, é ingenuidade pensar que ações empreendidas durante treze anos de gestão iriam mudar essa forma de relacionamento com o “outro” e superar as desigualdades sociais que se refletiam no setor cultural. Mas o fato de uma gestão reconhecer as desigualdades e tentar promover a inclusão através das políticas públicas participativas propiciou uma articulação política e estrutural para que os grupos sociais que eram excluídos possam disputar o conceito de políticas culturais e desenvolver ações, como foi o caso do desenvolvimento e aprovação da Lei Aldir Blanc.

Talvez, na gestão do ex-ministro Gilberto Gil, ocorreu o primeiro momento quando a desigualdade social e o racismo foram nomeados nas políticas públicas de cultura e quando se assumiu um compromisso em mudar essa situação. Gil questionou as definições de cultura vigentes até então no Ministério da Cultura e a ausência de formulação de políticas culturais que refletiam essa realidade brasileira. No seu discurso de posse e no discurso de posse da presidência da Fundação Cultural Palmares em fevereiro de 2003, deixa claros as desigualdades e os problemas que foram gerados pela construção de mestiçagem como algo bom e pacífico.

O problema é que a mestiçagem recebeu entre nós, nas primeiras décadas do século 20, uma leitura algo fantasiosa. Construiu-se, a partir de dados reais, um mito de natureza senhorial, que se projetou afirmando a inexistência de preconceitos e discriminações em nosso País. E nós sabemos que isso não é verdade. (...) Temos que enfatizar, de sublinhar com cores vivas, que mestiçagem não é sinônimo de igualdade nem de harmonia (GIL, 2003, p. 39).

Mas a verdade é que ainda não somos uma nação por inteiro. Ainda não completamos a tarefa da construção nacional, no sentido maior que a expressão implica. O motivo, todos sabem. A cidadania não chegou para todos. As leis não vigoram para todos. (...) Porque a verdade é que um país que conta, em sua população, com cerca de 40 a 50% de “excluídos”, pode ser um país, mas ainda não é uma nação, em toda a sua inteireza civilizacional. A nação ainda está por completar a sua obra, eliminando as desigualdades, as discriminações o preconceito e a fome (GIL, 2003, p.47-48).

E, mesmo depois de um ministro levantar essas questões, que seguem ainda em pauta na nossa sociedade, os ministros do governo de Michel Temer voltaram a esse discurso de mestiçagem pacífica, que nega as violências e faz perpetuar as desigualdades sociais, como analisado no item 2.1.2 desta dissertação. É importante destacar que a exclusão social

provocada pelas políticas culturais desenvolvidas até o início da gestão de Gil e a inclusão promovida pelas políticas que foram desenvolvidas depois foram amplamente tratadas na bibliografia da área.

As pesquisas aqui desenvolvidas abrem desdobramentos que pretendemos desenvolver posteriormente, já que o escopo e dimensão desta dissertação de Mestrado impedem. Fica, assim, para um futuro trabalho:

- Realizar um estudo de caso sobre as consequências das discontinuidades das políticas do governo federal no período da gestão Temer no âmbito local, no caso, nas políticas públicas do estado do Ceará. O estado apresenta indícios de ter mantido uma política alinhada aos conceitos que já não sustentavam as políticas do governo federal. Essa proposta foi feita no projeto de pesquisa que apresentamos para a seleção do mestrado, mas essa segunda parte tornaria o trabalho muito grande para o tempo de uma dissertação de mestrado.
- aprofundar a relação entre as políticas culturais e a exclusão de grupos sociais, na sua interseccionalidade com classe social, raça e território, analisando as relações de poder nos processos de disputa dos conceitos de cultura e políticas culturais e no silenciamento e exclusão de diversas expressões culturais nas políticas culturais. Dessa forma, seria uma análise também das consequências desse processo de retrocesso com relação às políticas de participação social e de diversidade cultural.
- pesquisar historicamente sobre as políticas para as culturas populares ou folclore do Ministério da Cultura, sobre a base teórica da representação/representatividade, tendo ainda como referências os conceitos de cultura e políticas culturais. Observar também a maneira como foram tratadas historicamente as manifestações culturais que não são de origem europeia nas políticas culturais, considerando se se trata de forma hierarquizada com relação às outras políticas, qual o processo de formulação (se participativo ou não), entre outras questões.

Este último ano de pesquisa foi atravessado por uma pandemia de um vírus que, até hoje, já levou à morte mais de 400 mil pessoas no Brasil, entre elas conhecidos e um familiar. Nesse cenário, finalizar uma dissertação de Mestrado é um ato de resistência.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre. Apesar dos pesares: A adesão ao SNC no início do Governo Dilma. *In: CALABRE, Lia; ZIMBRÃO, Adélia; DOMINGUES, Adélia (org.). Anais do X Seminário Internacional de Políticas Culturais*. 2019. p. 64-75
- BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2017.
- BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 239-260, 2018.
- BARBALHO, Alexandre. Por um conceito de política cultural. *In: SCHMIDT, Cristina; VALENTE, Heloisa; PRADOS, Rosália Maria. Mídia e Políticas Culturais*. São Paulo: Ícone, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 mai. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 mai. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005**. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520compilado.htm. Acesso em: 06 abr. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 6.177 de 1º de agosto de 2007**. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6177. Acesso em: 13. abr.2021
- BRASIL. **Decreto nº 8.470, de 22 de junho de 2015**. Altera o Anexo II ao Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e remaneja cargos em comissão. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Decreto/D8470impresao.htm.

Acesso em: 15 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8837impresao.htm. Acesso em: 15 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.411, de 18 de junho de 2018. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remaneja cargos em comissão e funções de confiança para o Ministério da Cultura e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9411impresao.htm. Acesso em: 15 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instrução Normativa Minc Nº 1, de 7 de abril de 2015. Regulamenta a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a PNCV e dá outras providências.. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/atos-normativos-secult/2015/instrucao-normativa-minc-no-1-de-7-de-abril-de-](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/atos-normativos-secult/2015/instrucao-normativa-minc-no-1-de-7-de-abril-de-2015#:~:text=XX%20%2D%20Sistema%20Nacional%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es,Lei%20n%C2%BA%2012.343%2C%20de%202010)

[2015#:~:text=XX%20%2D%20Sistema%20Nacional%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es,Lei%20n%C2%BA%2012.343%2C%20de%202010](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/atos-normativos-secult/2015/instrucao-normativa-minc-no-1-de-7-de-abril-de-2015#:~:text=XX%20%2D%20Sistema%20Nacional%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es,Lei%20n%C2%BA%2012.343%2C%20de%202010). Acesso em: 23 mai. 2021

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional De Cultura: Relatório Da 1ª Fase Da Consulta Pública De Revisão Das Metas Do PNC. Brasília, DF: Ministério da Cultura,

maio/2016. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/06/relat%C3%B3rio-da-consulta-p%C3%BAblica-final.pdf>.

Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria 123, de 13 de dezembro de 2011**. Estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura – PNC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 239, p. 12-20, 14 dez. 2011. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2017/09/Metas-do-PNC.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria 125, de 16 de dezembro de 2015**. Diário Oficial da União: seção 2, Brasília, DF, n. 241, p. 8-9, 17 dez. 2015 Disponível em: <http://cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2019/08/PORTARIA-N%C2%BA-125-DE-16-DEZEMBRO-DE-2015.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria 156, de 6 de julho de 2004**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 129, p. 13, 07 jul. 2004 Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=13&data=07/07/2004&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria 28, de 19 de março de 2010**. Publica Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://plenario.cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/26/2016/05/Portaria-n%C2%BA-28_19032010-Regimento-Interno.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRITTO, Geo. Por uma avaliação dialógico-estética contra o tecnicismo da Lei 8.666/1993. *In: CALABRE, Lia (org.). Políticas Culturais: olhares e contextos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ São Paulo: Itaú Cultural, 2015.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. p. 87-108.

CALABRE, Lia. **Diversidade cultural**: propostas de ações políticas. *In: LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia.(org.) Diversidade Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CALABRE, Lia. **Escritos sobre políticas culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. **Revista Escritos**, Ano 7, n. 7. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

- CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello. Do do-in antropológico à política de base comunitária – 10 anos do programa cultura viva: uma trajetória da relação entre Estado e sociedade. In: **Políticas Culturais em Revista: Dossiê – Programa Cultura Viva**, v. 7 n. 2, p. 6-25, 2014.
- CARNEIRO, Juliana da Silva Pinto. O programa de cultura dos jogos RIO2016: a disputa sobre o não feito. *Recorde - Revista de História do Esporte*, v. 12, p. 1-22, 2019.
- COELHO, Teixeira. Direito Cultural no Século XXI: expectativa e complexidade. In: **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC** – n. 11 (jan./abr. 2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.
- COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. A imaginação a serviço do Brasil: Programa de políticas públicas de cultura, 2002.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FRANCO, Luiza; URIBE, Gustavo. Não haverá reintegração de posse das ocupações, afirma ministro da cultura. Folha de São Paulo. Brasília. 27/05/2016. Disponível em? <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1775458-nao-havera-reintegracao-de-posse-das-ocupacoes-afirma-ministro-da-cultura.shtml>. Acesso em:20/11/2020.
- GIL, Gilberto. Apresentação. In: LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia.(org.) **Diversidade Cultural Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- GIL, Gilberto. **Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo**. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883. Acesso em: 18 jul.18.
- GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Cadernos do do-in antropológico nº 1. Brasília: MinC, 2003
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2016.
- KILOMBA, Grada. A máscara. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus do cap. 1 de KILOMBA, Grada. The Mask. In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2. ed. 2010.
- KONDER, Leandro. A questão da ideologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Introdução, p. 9-12; **Ideologia e política**, p. 248-256.
- LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia. **Diversidade Cultural Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

MAMBERTI, Sérgio. **Políticas públicas: cultura e diversidade**. In: LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia.(org.) *Diversidade Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

MIGUEZ, Paulo. **A Convenção da Unesco sobre diversidade cultural**. In: LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia.(org.) *Diversidade Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA Não poderíamos ouvir uma afronta calados. Brasília, 24 fev. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/nao-poderiamos-ouvir-uma-afronta-calados/. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Adesão ao SNC interessa a pequenos e grandes municípios. Ministério da Cultura. Brasília, 04 jul. 2016. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/adesao-ao-snc-interessa-a-pequenos-e-gra. Acesso em: 11 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. “Contra os ludistas digitais” – entrevista à Revista Veja. Brasília, 03 mai. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/contra-os-ludistas-digitais-entrevista-a-revista-veja/. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. “Cultura terá papel decisivo na recuperação da economia”. Brasília, 07 fev. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/cultura-tera-papel-decisivo-na-recuperacao-da-economia/. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. “Não temos como trabalhar com cultura sem pensar em diversidade”, destaca a secretária Magali Moura. Brasília, 29 set. 2018. Disponível em: cultura.gov.br/nao-temos-como-trabalhar-com-cultura-sem-pensar-em-diversidade-destaca-a-secretaria-magali-moura/. Acesso em: 08/04/2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Adesão expressiva: Sistema Nacional de Cultura integra 304 novos municípios em 2017. Brasília, 16 mar. 2018. Disponível em: . Acesso em: .

MINISTÉRIO DA CULTURA. Anais III Conferência Nacional de Cultura: Uma política de estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura. 2013

MINISTÉRIO DA CULTURA. Após reestruturação de áreas, MinC nomeia novos secretários. Brasília, 10 jul. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/apos-reestruturacao-de-areas-minc-nomeia%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Arrecadação com jogos pode incrementar recursos para cultura. Brasília, 10 nov. 2016. Disponível em: <http://cultura.gov.br/arrecadacao-com-jogos-pode-incrementar-recursos-para-cultura/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Artigo: Pixinguinha e Mambembão de volta à estrada. Brasília, 16 mar. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/artigo-pixinguinha-e-mambembao-de-volta-a-estrada/. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. As metas do Plano Nacional de Cultura. Junho/2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Colegiados Setoriais se reúnem em Brasília. Brasília, 21 nov. 2016. Disponível em: <http://cultura.gov.br/colégiados-setoriais-se-reunem-em-brasilia/>. Acesso em: 30/03/2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Comitê de Integração de Políticas Culturais se reúne em Brasília. Ministério da Cultura. Brasília, 03 nov. 2016. Disponível em: <http://cultura.gov.br/comite-de-integracao-de-politicas-culturais-se-reune-em-brasilia/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Cultura comemora manutenção dos recursos para o setor em MP. Brasília, 13 jul. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/cultura-comemora-manutencao-dos-recurs.... Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Cultura em três dimensões: Material informativo: as políticas do ministério da cultura de 2003 a 2010. 2010

MINISTÉRIO DA CULTURA. Curso capacita capixabas para gestão cultural. Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Curso do MinC ensinará a elaborar Planos Municipais de Cultura. Brasília, 06 abr. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Em Brasília, comitê técnico do FNC se reúne pela primeira vez. Brasília, 16 nov. 2016. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Em coletiva, Calero reitera colaboração do MinC em ação da PF. Brasília, 29 jun. 2016. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/em-coletiva-calero-reitera-colaboracao-do-. Acesso em: 11 mar. 2019

MINISTÉRIO DA CULTURA. Encontro reúne pontos de cultura indígena do Nordeste. Brasília, 31 ago. 2018. Disponível em: <http://cultura.gov.br/encontro-reune-pontos-de-cultura-indigena-do-nordeste/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Espírito Santo ganha mapa com atrações culturais. Brasília, 08 mar. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC. Dezembro/2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Formação oferecida pelo MinC desde 2009 aprimora capacidade de trabalho e renda na área cultural nos municípios, aponta UFRGS. Brasília, 05 out. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/formacao-oferecida-pelo-minc-desde-2009-%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Freire assegura Pontos de Cultura após saneamento das contas. Brasília, 14 fev. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Freire comenta gestão no MinC em entrevista ao Correio da Bahia. Brasília, 08 mai. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/freire-comenta-gestao-no-minc-em-entrevista-ao-correio-da-baia/. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Freire defende “correção de rumos”, mas diz que Lei Rouanet não deve ser demonizada. Brasília, 23 jan. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/freire-defende-correcao-de-rumos-mas-diz-que-lei-rouanet-nao-deve-ser-demonizada/. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Freire defende revisão de projeto de reforma do Teatro Nacional. Brasília, 19 abr. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/freire-defende-revisao-de-projeto-de-reforma-do-teatro-nacional/. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Indígenas e quilombolas recebem formação de gestores culturais. Brasília, 18 ago. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Inscrições abertas para curso de administração pública da cultura. Ministério da Cultura. Brasília, 20 set. 2016. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Itatiba do Sul (RS) adere ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 14 dez. 2018. Disponível em: <http://cultura.gov.br/221589-revision-v1/>. Acesso em: 02 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Itaueira, no Piauí, adere ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 04 jun. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/itaueira-no-piaui-adere-ao-sistema-naciona. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Mais dois municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 21 mai. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/mais-dois-municipios-aderem-ao-sistema-n%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Mais dois municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 21 ago. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/mais-dois-municipios-aderem-ao-sistema-n%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Mais doze municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 24 ago. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Mais doze municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 13 out. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Mais seis municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 08 dez. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Mais seis municípios fazem adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 26 dez. 2017. Disponível em: . Acesso em: .

MINISTÉRIO DA CULTURA. Mais três municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 14 mar. 2017. Disponível em: . Acesso em: .

MINISTÉRIO DA CULTURA. Mais três municípios passam a integrar o Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 10 mai. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/mais-tres-municipios-passam-a-integrar-o-. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC abre consulta pública para reestruturar CNPC. Brasília, 17 dez. 2018. Disponível em: <http://cultura.gov.br/minc-abre-consulta-publica-para-reestruturar-cnpc/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC autoriza pagamento a Pontos de Cultura de São Luís. Brasília, 17 mar. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC avalia metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília, 05 nov. 2018. Disponível em: <http://cultura.gov.br/minc-avalia-metas-do-plano-nacional-de-cultura/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC certifica 27 Pontos e Pontões de Cultura. Ministério da Cultura. Brasília, 15 jul. 2016. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/mais-dois-municipios-aderem-ao-sistema-n%E2%80%A6

dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/minc-certifica-27-pontos-e-pontos-de-cult%E2%80%A6. Acesso em: 12 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC defende liberar recursos da loteria federal para FNC. Brasília, 13 jul. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC e governo estadual investem R\$ 15 milhões em pontos de cultura de São Paulo. Brasília, 29 mar. 2018. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC e IFES ofertarão 200 vagas para curso em Gestão Pública da Cultura. Brasília, 21 nov. 2016. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC e Prefeitura de Maceió lançam edital para Rede de Pontos de Cultura. Brasília, 12 set. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC e Prefeitura de Maceió lançam edital para Rede de Pontos de Cultura. Brasília, 12 set. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC e Rio Grande do Sul celebram repactuação da Rede de Pontos de Cultura. Brasília, 23 out. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/minc-e-rio-grande-do-sul-celebram-repactu%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC e UFT formam gestores para desenvolver política cultural. Brasília, 18 jan. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/minc-e-uft-formam-gestores-para-desenvolver-politica-cultural/. Acesso em: 08 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC instala Grupo de Trabalho para reestruturação do CNPC. Brasília, 02 ago. 2018. Disponível em: <http://cultura.gov.br/minc-instala-grupo-de-trabalho-para-reestruturacao-do-cnpc/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC irá fortalecer o Cultura Viva. Brasília, 13 mar. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC participa de aula inaugural de capacitação para gestores públicos. Ministério da Cultura. Brasília, 15 jul. 2016. Disponível em: cultura.gov.br/minc-participa-de-aula-inaugural-de-capacitacao-para-gestores-publicos/. Acesso em: 08 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC participa de seminário sobre políticas públicas em SE. Brasília, 13 mar. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC realiza plenária do Conselho Nacional de Política Cultural. Disponível em: <http://cultura.gov.br/minc-realiza-plenaria-do-conselho-nacional-de-politica-cultural/>. Brasília, 11 nov. 2016. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. MinC repassará R\$ 3 milhões a Pontos de Cultura paulistanos. Ministério da Cultura. Brasília, 05 set. 2016. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministério da Cultura e UFRGS promovem curso em administração pública da cultura. Brasília, 12 mai. 2017. Disponível em: . Acesso em: .

MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministério da Cultura libera recursos para o projeto Observa SNC. Ministério da Cultura. Brasília, 10 ago. 2016. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/ministerio-da-cultura-libera-recursos-para-o%E2%80%A6. Acesso em: 13 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministério da Cultura quer aperfeiçoar o Conselho Nacional de Política Cultural. Brasília, 15 dez. 2017. Disponível em: <http://cultura.gov.br/ministerio-da-cultura-quer-aperfeicoar-o-conselho-nacional-de-politica-cultural/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministério da Cultura, reconstrução e reconexão. Brasília, 01 ago. 2016. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/ministerio-da-cultura-reconstrucao-e-recon. Acesso em: 12 mar. 2019

MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministério participa de encontro de Pontos de Cultura do DF. Brasília, 13 abr. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministério quita primeira parcela de R\$236 milhões de restos a pagar. Brasília, 16 jun. 2016. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/ministerio-quita-primeira-parcela-de-r-236-%E2%80%A6. Acesso em: 11 mar. 2019

MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministro mantém empenho para que mais recursos das loterias sejam destinados à cultura. Brasília, 12 jun. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/ministro-mantem-empenho-para-que-mais-. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Ministro Roberto Freire participa do programa Roda Viva. Brasília, 29 nov. 2016. Disponível em: cultura.gov.br/ministro-roberto-freire-participa-do-programa-roda-viva/. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Morte de Teori não vai impedir avanço da Lava Jato, diz Freire. Brasília, 21 jan. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/morte-de-teori-nao-vai-impedir-avanco-da-lava-jato-diz-freire/. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Niterói lança edital que destinará R\$ 450 mil para Pontos e Pontões de Cultura. Brasília, 30 de jun 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Nota - Programação cultural da Olimpíada. Ministério da Cultura. Brasília, 27 jul. 2016. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/nota-programacao-cultural-da-olimpiada/10. Acesso em: 12 mar. 2019

MINISTÉRIO DA CULTURA. Nova Medida Provisória garante manutenção de recursos das loterias para a cultura. Brasília, 13 jul. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/nova-medida-provisoria-garante-manutenc. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Nova MP das Loterias assegura recursos para a área cultural. Brasília, 31 jul. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/nova-mp-das-loterias-assegura-recursos-p. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Novas adesões ampliam alcance do Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 06 out. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Nove municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 13 jun. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. O MinC de Dilma. Brasília, 18 jun. 2016. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/o-minc-de-dilma/10883?redirect=http%3A%2F%80%A6. Acesso em: 11 mar. 2019

MINISTÉRIO DA CULTURA. Para dar voz às mulheres indígenas do Xingu. Ministério da Cultura. Brasília, 14 set. 2016. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura ganha nova plataforma interativa. Brasília, 13 dez. 2017. Disponível em: <http://cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-ganha-nova-plataforma-interativa/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Plataforma digital do MinC reúne indicadores culturais. Brasília, 23 dez. 2016. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Plataforma do CNPC amplia transparência e participação social. Ministério da Cultura. Brasília, 10 jun. 2016. Disponível em: <http://cultura.gov.br/plataforma-do-cnpc-amplia-transparencia-e-participacao-social/>. Acesso em: 30/03/2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Cultura Viva é ampliada no Rio de Janeiro. Brasília, 22 jun. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Pontos de cultura de todo o País serão mapeados. Brasília, 07 ago. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/pontos-de-cultura-de-todo-o-pais-serao-mapeados. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Pontos de Cultura Indígena documentam práticas culturais. Brasília, 23 abr. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/pontos-de-cultura-indigena-documentam-praticas-culturais. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Presidente sanciona MP 846, que garante repasse de recursos das loterias para Fundo Nacional de Cultura. Brasília, 12 dez. 2018. Disponível em: [http://cultura.gov.br/presidente-sanciona-mp-846-que-garante-repasse-de-recursos-das-loterias-para-fundo-nacional-de-cultura/#:~:text=Apoio%20a%20projetos-,Presidente%20sanciona%20MP%20846%2C%20que%20garante%20repasse%20de%20recursos%20das,para%20Fundo%20Nacional%20de%20Cultura&text=Em%20cerim%C3%B4nia%20no%20Pal%C3%A1cio%20do%20Planalto%2C%20nesta%20quarta%20feira%20\(,\) %200846%2C%20aprovada%20pelo%20Senado](http://cultura.gov.br/presidente-sanciona-mp-846-que-garante-repasse-de-recursos-das-loterias-para-fundo-nacional-de-cultura/#:~:text=Apoio%20a%20projetos-,Presidente%20sanciona%20MP%20846%2C%20que%20garante%20repasse%20de%20recursos%20das,para%20Fundo%20Nacional%20de%20Cultura&text=Em%20cerim%C3%B4nia%20no%20Pal%C3%A1cio%20do%20Planalto%2C%20nesta%20quarta%20feira%20(,) %200846%2C%20aprovada%20pelo%20Senado). Acesso em: 30 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. 2ª Edição. Julho/2007

MINISTÉRIO DA CULTURA. Quilombolas de Tocantins são capacitados em gestão cultural. Brasília, 26 out. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. SAI realiza pesquisa qualitativa sobre cursos de capacitação do MinC. Ministério da Cultura. Brasília, 09 ago. 2016. Disponível em: cultura.gov.br/sai-realiza-pesquisa-qualitativa-sobre-cursos-de-capitacao-do-minc/. Acesso em: 08 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretarias do MinC indicam servidores para comitê técnico do FNC. Ministério da Cultura. Brasília, 17 out. 2016. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretário-executivo participa de evento sobre Mapas Culturais. Brasília, 29 mar. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Senado aprova Medida Provisória que garante repasse das loterias para o Fundo Nacional de Cultura. Brasília, 22 nov. 2018. Disponível em: <http://cultura.gov.br/senado-aprova-medida-provisoria-que-garante-repasse-das-loterias-para-o-fundo-nacional-de-cultura-3/>. Acesso em: 30 mar.2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Servidores foram essenciais para investigações de

MINISTÉRIO DA CULTURA. Servidores foram essenciais para investigações de

MINISTÉRIO DA CULTURA. Sistema Nacional de Cultura chega a 44,45% dos municípios. Brasília, 03 out. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Sistema Nacional de Cultura conta com novos municípios. Ministério da Cultura. Brasília, 07 jun. 2016. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/sistema-nacional-de-cultura-conta-com-nov. Acesso em: 11 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Sistema Nacional de Cultura ganha cinco novos municípios. Brasília, 24 jan. 2018. Disponível em: . Acesso em: .

MINISTÉRIO DA CULTURA. Sistema Nacional de Cultura recebe novas adesões. Brasília, 12 set. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Sistema Nacional de Cultura tem doze novas adesões. Brasília, 23 nov. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Sistema Nacional de Cultura tem seis novas adesões. Brasília, 29 ago. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Sistema Nacional de Cultura ultrapassa 45% dos municípios. Brasília, 07 nov. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. SNC ganha adesão de 11 novos municípios. Brasília, 13 ago. 2017. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/snc-ganha-adesao-de-11-novos-municipios%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. SNC ganha adesão de cinco novos municípios. Brasília, 24 set. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/snc-ganha-adesao-de-cinco-novos-municip%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. SNC ganha adesão de mais dois municípios. Brasília, 04 out. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/snc-ganha-adesao-de-mais-dois-municipio%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. SNC ganha adesão de mais quatro municípios. Brasília, 30 nov. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/snc-ganha-adesao-de-mais-quatro-municip%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. SNC ganha adesão de seis novos municípios. Brasília, 30 abr. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/snc-ganha-adesao-de-seis-novos-municipi. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Três novos municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 23 ago. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/tres-novos-municipios-aderem-ao-sistema-%E2%80%A6. Acesso em: 04 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Três novos municípios entram no Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 16 dez. 2017. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/web/guest/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/mais-tres-municipios-passam-a-integrar-o-. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Treze novos municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 03 mai. 2017. Disponível em: . Acesso em: .

MINISTÉRIO DA CULTURA. Um teto para a Lei Rouanet. Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: cultura.gov.br/um-teto-para-a-lei-rouanet/. Acesso em: 03 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Uruguai implantará política de Pontos de Cultura. Brasília, 30 mai. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Vinte e seis municípios aderem ao Sistema Nacional de Cultura. Brasília, 20 abr. 2017. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em: 07 jan. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

- RICOEUR, Paul. Cap. 3 Tempo e narrativa. A Tríplice mimese. *In: Tempo e narrativa, tomo I*. Campinas, SP: Papirus, 1994, p.85-132
- RODRIGUES, Luiz Augusto; LIMA, Deborah Rebello. Mário de Andrade, Aloísio Magalhães e Gilberto Gil: três Macunaímas na política cultural. *In: Corima, Revista de Investigación em Gestión Cultural*. Universidad de Guadalajara: Año 5, número 9, julio-diciembre 2020.
- RODRIGUES, Luiz Augusto; RODRIGUES, Alexandre Santini. Cultura Viva: novos atores na cena política brasileira. *In: Políticas Culturais em Revista: Dossiê – Programa Cultura Viva*, v. 7 n. 2, p. 84-102, 2014.
- ROTTA, Vera; COELHO, Maria José (org.). Conferindo os conformes: *Anais [da] II Conferência Nacional de Cultura*. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2010.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil**: desafios contemporâneos. *In: CALABRE, Lia (org.)*. Políticas Culturais: olhares e contextos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ São Paulo: Itaú Cultural, 2015.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no primeiro governo Dilma**: patamar rebaixado. *In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia (org.)*. Políticas Culturais no Governo Dilma. Salvador: EDUFBA, 2015. Coleção Cult.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina . *In: Anais do X Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.)*. **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.
- VICH, Victor. **Desculturizar la cultura**: la gestión cultural como forma de acción política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2014.
- WEFFORT, Francisco. Francisco Weffort: Ministro da Cultura – 1995-2002. *In: FERRON, Fábio Maleronka (org.)*. **Produção Cultural no Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

Anexo A – Discurso de posse do ministro Gilberto Gil – 2003

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloqüente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança. Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país. O ministro da Cultura entende assim o recado enviado pelos brasileiros, através da consagração popular do nome de um trabalhador, do nome de um brasileiro profundo, simples e direto, de um brasileiro identificado por cada um de nós como um seu igual, como um companheiro.

É também nesse horizonte que entendo o desejo do presidente Lula de que eu assumo o Ministério da Cultura. Escolha prática, mas também simbólica, de um homem do povo como ele. De um homem que se engajou num sonho geracional de transformação do país, de um negromestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular e que, como o seu povo, jamais abriu mão da aventura, do fascínio e do desafio do novo. E é por isso mesmo que assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia-a-dia dos brasileiros.

Que quero o Ministério presente em todos os cantos e recantos de nosso País. Que quero que esta aqui seja a casa de todos os que pensam e fazem o Brasil. Que seja, realmente, a casa da cultura brasileira.

E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra "folclore". Os vínculos entre o conceito erudito de "folclore" e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. "Folclore" é tudo aquilo que não se enquadrando, por sua antigüidade, no panorama da cultura de massa é produzido por gente inculta, por "primitivos contemporâneos", como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe "folclore" o que existe é cultura.

Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.

Desta perspectiva, as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada. O Ministério deve ser como uma luz que revela, no passado e no presente, as coisas e os signos que fizeram e fazem, do Brasil, o Brasil. Assim, o selo da cultura, o foco da cultura, será colocado em todos os aspectos que a revelem e expressem, para que possamos tecer o fio que os unem.

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de conseqüências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira.

É preciso ter humildade, portanto. Mas, ao mesmo tempo, o Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado. É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca. Sabemos muito bem que em matéria de cultura, assim como em saúde e educação, é preciso examinar e corrigir distorções inerentes à lógica do mercado que é sempre regida, em última análise, pela lei do mais forte. Sabemos que é preciso, em muitos casos, ir além do imediatismo, da visão de curto alcance, da estreiteza, das insuficiências e mesmo da ignorância dos agentes mercadológicos. Sabemos que é preciso suprir as nossas grandes e fundamentais carências.

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo.

Mas, também, no sentido de que é preciso intervir não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta.

Logo, não se trata somente de expressar, refletir, espelhar. As políticas públicas para a cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. Em suma, como intervenções criativas no campo do real histórico e social. Daí que a política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos.

Penso, aliás, que o presidente Lula está certo quando diz que a onda atual de violência, que ameaça destruir valores essenciais da formação de nosso povo, não deve ser creditada automaticamente na conta da pobreza. Sempre tivemos pobreza no Brasil, mas nunca a violência foi tanta como hoje. E esta violência vem das desigualdades sociais. Mesmo porque sabemos que o que aumentou no Brasil, nessas últimas décadas, não foi exatamente a pobreza ou a miséria. A pobreza até que diminuiu um pouco, como as estatísticas mostram. Mas, ao mesmo tempo, o Brasil se tornou um dos países mais desiguais do mundo. Um país que possui talvez a pior distribuição de renda de todo o planeta. E é esse escândalo social que explica, basicamente, o caráter que a violência urbana assumiu recentemente entre nós, subvertendo, inclusive, os antigos valores da bandidagem brasileira.

Ou o Brasil acaba com a violência, ou a violência acaba com o Brasil. O Brasil não pode continuar sendo sinônimo de uma aventura generosa, mas sempre interrompida. Ou de uma aventura só nominalmente solidária. Não pode continuar sendo, como dizia Oswald de Andrade, um país de escravos que teimam em ser homens livres. Temos de completar a construção da nação. De incorporar os segmentos excluídos. De reduzir as desigualdades que nos atormentam. Ou não teremos como recuperar a nossa dignidade interna, nem como nos afirmar plenamente no mundo. Como sustentar a mensagem que temos a dar ao planeta, enquanto nação que se prometeu o ideal mais alto que uma coletividade pode propor a si mesma: o ideal da convivência e da tolerância, da coexistência de seres e linguagens múltiplos e diversos, do convívio com a diferença e mesmo com o contraditório. E o papel da cultura, nesse processo, não é apenas tático ou estratégico é central: o papel de contribuir objetivamente para a superação dos desníveis sociais, mas apostando sempre na realização plena do humano.

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é una: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa.

E não por acaso me referi, antes, ao plano internacional. Tenho para mim que a política cultural deve permear todo o Governo, como uma espécie de argamassa de nosso novo projeto nacional. Desse modo, teremos de atuar transversalmente, em sintonia e em sincronia com os demais ministérios. Alguns dessas parcerias se desenham de forma quase automática, imediata, em casos como os dos ministérios da Educação, do Turismo, do Meio Ambiente, do Trabalho, dos Esportes, da Integração Nacional. Mas nem todos se lembram logo de uma parceria lógica e natural, no contexto que estamos vivendo e em função do projeto que temos em mãos: a parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Se há duas coisas que hoje atraem irresistivelmente a atenção, a inteligência e a sensibilidade internacionais para o Brasil, uma é a Amazônia, com a sua biodiversidade e a outra é a cultura

brasileira, com a sua semiodiversidade. O Brasil aparece aqui, com as suas diásporas e as suas misturas, como um emissor de mensagens novas, no contexto da globalização.

Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, temos de pensar, modelar e inserir a imagem do Brasil no mundo. Temos de nos posicionar estrategicamente no campo magnético do Governo Lula, com a sua ênfase na afirmação soberana do Brasil no cenário internacional. E sobretudo temos de saber que recado o Brasil enquanto exemplo de convivência de opostos e de paciência com o diferente deve dar ao mundo, num momento em que discursos ferozes e estandartes bélicos se ouriçam planetariamente. Sabemos que as guerras são movidas, quase sempre, por interesses econômicos. Mas não só. Elas se desenham, também, nas esferas da intolerância e do fanatismo. E, aqui, o Brasil tem lições a dar apesar do que querem dizer certos representantes de instituições internacionais e seus porta-vozes internos que, a fim de tentar expiar suas culpas raciais, esforçam-se para nos enquadrar numa moldura de hipocrisia e discórdia, compondo de nossa gente um retrato interessado e interesseiro, capaz de convencer apenas a eles mesmos. Sim: o Brasil tem lições a dar, no campo da paz e em outros, com as suas disposições permanentemente sincréticas e transculturativas. E não vamos abrir mão disso.

Em resumo, é com esta compreensão de nossas necessidades internas e da procura de uma nova inserção do Brasil no mundo que o Ministério da Cultura vai atuar, dentro dos princípios, dos roteiros e das balizas do projeto de mudança de que o presidente Lula é, hoje, a encarnação mais verdadeira e mais profunda. Aqui será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço da disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção.

Muito

obrigado.

Anexo B – Discurso de posse do ministro Marcelo Calero – 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Michel Temer

Excelentíssimo Presidente José Sarney

Excelentíssimo Senhor Ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Mendonça Filho, e demais

Ministros presentes

Excelentíssimo Ministro Luis Roberto Barroso

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo

Membros do corpo diplomático e consular

Senhores parlamentares

Colegas da Secretaria de Cultura do Rio, do Itamaraty e do Ministério da Cultura e vinculadas

Artistas, produtores culturais e realizadores de cultura

Demais autoridades

Minha querida mãe, Maria Teresa Calero

Senhoras e Senhores

A verde e branco da Serrinha, joia do subúrbio carioca, deu aos brasileiros, pelas mãos do Mestre Silas de Oliveira, o mais emblemático dos sambas-enredo. O imortal Aquarela Brasileira canta essa maravilha de cenário, desse episódio relicário, nosso Brasil de verdes matas, cachoeiras e cascatas de colorido sutil. E que colorido, Senhor Presidente. Na natureza, na nossa gente e, em particular, na alegria e pluralidade de nossas manifestações, tradições e costumes, está a marca da diversidade. Uma diversidade genuína, autêntica, fruto de uma experiência civilizatória que, sem ufanismo, seja talvez das mais ricas da história da humanidade.

Fazer a gestão pública da cultura, missão que hoje o Presidente Temer, a quem muito agradeço, me confia, é ter presente, antes de mais nada, a pluralidade brasileira. E, sem dúvida alguma, valorizar essa pluralidade é a principal missão e desafio que temos pela frente.

O arcabouço cultural que fomos capazes de forjar constitui, de fato, ao lado da natureza que Deus nos legou, nosso maior patrimônio, e impõe-se como lastro de nossa

identidade como nação, aquilo que nos faz únicos e nos leva a nos identificarmos como brasileiros.

Reconhecer a importância da cultura é reconhecer o papel de todos aqueles que, como resultado de nossa singular trajetória de povo, criam e produzem representações. Os artistas são trabalhadores, que tecem entre contos, cantos, encenações, e tantos outros fazeres, os fios que desenvolvem a economia do nosso País e que nos sustentam enquanto nacionalidade.

Cabe ao Estado brasileiro criar condições que democratizem o acesso aos bens, serviços, difusão, fruição e à produção de cultura, os chamados direitos culturais, que o constituinte de 1988 colocou em elevado patamar, ao lado da saúde e da educação. Em minha gestão à frente da Secretaria de Cultura do Rio, com o apoio fundamental do Prefeito Eduardo Paes, fomos capazes de ampliar o acesso ao financiamento público da cultura, contemplando iniciativas que, a despeito de sua relevância e impacto, permaneciam na precariedade, sem o reconhecimento que mereciam. Esses mecanismos de financiamento devem ser aprimorados, observadas as necessidades de regionalização e territorialização dos investimentos.

Os programas da Prefeitura do Rio são um vivo exemplo de uma gestão republicana e eficiente dos recursos aplicados na cultura, modelo que, na minha gestão à frente do Ministério, será observado com o máximo rigor. O partido da cultura é a cultura, não qualquer outro.

Guardamos e preservamos o que temos de mais sagrado, os elementos de memória e fazimento que compõem nossa identidade nacional. Estaremos sujeitos sempre, portanto, àquilo que a sociedade brasileira demanda, nunca a serviço de um projeto de poder. O financiamento público é uma ferramenta imprescindível para que a cultura cumpra sua tarefa elementar de sustentação da nacionalidade, permeando, entre bens tangíveis e intangíveis, o cotidiano e o campo simbólico de nossa gente.

Ainda hoje me lembro com carinho das lições sobre os princípios constitucionais da administração pública, que entre tantas outras me proporcionou o Mestre Luis Roberto Barroso, cujo nome identifica minha turma da Faculdade de Direito da UERJ, onde tive um ensino de excelência. Posso lhe afirmar, Ministro Barroso, que em meu trabalho diário honrarei todas essas lições. O serviço público, como ensina o Professor, é, antes de tudo, um exercício prático de garantia da efetividade das normas. E assim procederei.

Para essa tarefa, conto com a colaboração imprescindível dos Servidores do MinC, que serão respeitados e valorizados. Juntos, formularemos uma política pública consistente, democrática, progressista, que seja capaz de dar abrangência e capilaridade às ações do nosso Ministério.

Nesse contexto, também zelaremos pelo fortalecimento institucional do Ministério e de todas as suas vinculadas. Vivemos um dos momentos de maior fragilidade desse sistema em toda a história recente do País, gerada pela situação de grande dificuldade financeira a que esteve sujeito o MinC nos últimos anos. Agradeço o compromisso do Presidente Temer em reverter esse quadro e devolver à Cultura espaço à altura de suas elevadas funções e atribuições.

Da mesma forma que atuamos na Prefeitura do Rio, quero marcar minha gestão no MinC por um amplo, franco e produtivo diálogo com os mais diversos segmentos que estão no campo da cultura. Um diálogo que não seja um fim em si mesmo, mas que resulte em melhorias efetivas. O diálogo sempre esteve na base de minha formação acadêmica. No Instituto Rio Branco e na minha vivência profissional como diplomata, aprendi a ter na busca pela conciliação mais do que uma tarefa, mas um verdadeiro propósito de vida. Serei o Ministro, portanto, do diálogo, da ampliação da participação social, da busca de soluções que sejam fruto do debate e do entendimento, sempre respeitados os contornos do convívio democrático e, novamente, de uma gestão republicana e eficiente. Vamos construir um caminho de verdade, competência e transparência.

Também da minha trajetória como diplomata, que muito me orgulha, trago a busca pela compreensão da cultura brasileira em sua dimensão internacional.

Queremos o desenvolvimento de um produtor cultural forte, capaz de competir em condições favoráveis. São muitas as oportunidades surgidas com a digitalização dos meios de comunicação e do acesso ao conteúdo cultural. No entanto, para aproveitá-las e conquistar novos mercados, o produtor brasileiro precisa contar com apoio que o posicione em condições à altura da qualidade do seu produto.

Filmes, séries de televisão, livros, espetáculos teatrais e videogames são ativos intangíveis, cujo valor reside, principalmente, no conjunto dos direitos adquiridos ao longo de sua cadeia de produção. Um ativo estratégico não apenas para o setor cultural, mas para o País e seu futuro em um contexto internacional caracterizado pelo protagonismo dos bens simbólicos e do “soft power”.

A valorização do produto cultural brasileiro é matéria que se relaciona de forma intrínseca à inserção internacional do País e, nesse contexto, a ação do MinC passa por uma estreita parceria e sinergia com a agenda de outros ministérios, em especial o Itamaraty e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O que buscamos, portanto, é que a cultura seja compreendida como eixo estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

Durante os jogos Olímpicos que se aproximam, teremos uma oportunidade única de mostrar ao mundo toda a diversidade e riqueza de nosso campo simbólico e de todas as linguagens que compõem nosso acervo artístico-cultural. As ações da programação cultural das Olimpíadas estarão integradas em todas as esferas de governo e mostrarão ao mundo um Brasil que se orgulha e exalta sua identidade.

As Paralimpíadas, por sua vez, reforçam a necessidade de uma agenda consistente para a acessibilidade nas artes. Novamente aqui trago a experiência do Rio, onde, de forma pioneira no Brasil, formulamos editais específicos para companhias e grupos que tenham em sua composição pessoas com deficiência. Queremos que essa iniciativa possa ser replicada em todo o País, em parceria com estados e municípios.

De fato, é papel do Ministério da Cultura estabelecer a interlocução entre a sociedade e o governo para os avanços necessários ao fortalecimento da cultura no âmbito federal, por meio de ação articulada com os demais entes federativos. O Ministério da Cultura precisa, ainda, reforçar sua interface com o Ministério da Educação, aproveitando potencialidades e agendas comuns, que são múltiplas. No dizer do Professor Carlos Alberto Serpa, precisamos criar a ambiência cultural necessária para que nossos alunos amadureçam e sejam agentes efetivos de transformação social e de liberdade. Nesse particular, devo agradecer vivamente ao Ministro Mendonça Filho, que, confiando em minha trajetória profissional, convidou-me para sair da Guanabara rumo ao Planalto Central. Muito obrigado.

É tempo, igualmente, senhores, de avançar em marcos legais que possam estar mais adequados ao fomento cultural, especialmente no que se refere a aspectos de ordem tributária, trabalhista e administrativa. O tratamento jurídico impróprio gera insegurança, fragilidades ou mesmo oneração excessiva, impedindo o pleno aproveitamento do potencial produtivo do setor.

Minha gestão pretende preservar conquistas, aprofundar políticas exitosas, garantindo a continuidade das ações reconhecidas e pautadas pelo Plano Nacional de Cultura e criar novos programas.

É vital entendermos a cultura como dimensão humana, permeando a vida social, os vários campos do conhecimento e do saber, o respeito às diferenças, vislumbrando igualdade de oportunidade para todos. Isso a coloca na pauta das políticas públicas. Uma nação democrática não pode ignorar as tradições e saberes culturais de seu povo. Apenas por meio da cultura é que seremos capazes de nos livrarmos dos discursos e práticas abomináveis de ódio, racismo, machismo, homofobia, xenofobia e outras tantas formas de segregação.

É pela defesa de nossa cultura, Senhor Presidente, das realizações e dos realizadores que recebo a nobre tarefa de conduzir este Ministério.

Hoje, senhoras e senhores, meu coração está com os funcionários da Secretaria Municipal de Cultura do Rio, meus queridos amigos, de quem me despedi, com muita emoção, nesta semana. Desejo muito sucesso ao querido amigo Junior Perim, que em boa hora o Prefeito Eduardo Paes escolheu para continuar o trabalho.

Meu coração hoje está com os meninos do Teatro da Laje, que, liderados pelo Professor Veríssimo Júnior, vencem o medo para criarem uma das mais inovadoras e vivas experiências estéticas das artes cênicas nacionais.

Meu coração hoje está com o Mestre Amir Haddad, com quem tantas vezes tive a honra de compartilhar lágrimas, angústias, sorrisos e sonhos.

Meu coração hoje está na Tijuca, Senhor Presidente, o bairro carioca que me viu nascer e crescer, onde me encantei com a vermelho e branco do Morro do Salgueiro, e onde vive, do alto dos seus 94 anos, Dona Carmen Calero, minha querida avó, que me legou a coragem de uma gente que, destemida, abandonou sua Espanha natal e veio recomeçar a vida em país distante, porém promissor.

Meu coração hoje está com os quilombos, as aldeias indígenas, com as periferias. Ele bate ao ritmo do funk, do choro, da bossa nova, do samba, meu samba querido, dos maxixes de Chiquinha Gonzaga, da poesia de Vinicius, Drummond, da prosa de Lima Barreto, da alegria do sertanejo universitário. Ele pula entre um trapézio e outro, e ele se encanta com as experiências sensoriais de tantos palcos, lonas e telas. Ele se reúne nas rodas de rima e poesia e no maracatu. Meu coração dança ao ritmo do frevo e do passinho, se veste com a trama do artesão, fala e se colore em diversos sotaques, reza ao som dos atabaques, com um rosário nas mãos e um quipá na cabeça.

Meu coração hoje, Senhor Presidente, está com todos aqueles que entendem a cultura como o lugar da esperança, da esperança em um país mais justo, onde as pessoas possam ter assegurado, em plenitude, seu engrandecimento intelectual, sua liberdade, seu espírito crítico e toda a potencialidade de uma gente inventiva e criativa, da brava gente brasileira.

Muito

obrigado.

Anexo C – Discurso de posse do ministro Roberto Freire – 2016

Excelentíssimo senhor presidente Michel Temer

Excelentíssimos senhoras e senhores ministros

Excelentíssimos senhoras e senhores parlamentares

Senhoras e senhores,

Vivemos em um tempo marcado por processos antagônicos que ampliam os desafios que a humanidade enfrenta. De um lado, o processo objetivo de globalização de pessoas e capitais impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico que modificou a própria estrutura de produção de manufaturas e serviços, buscando a integração incessante de países e culturas. De outro, o impulso à regressão de um nacionalismo cada vez mais excludente, com seu rosário de preconceitos e intolerâncias, marcando uma posição com perigosas características xenófobas e avessas aos processos de integração em curso.

Nesse cenário, a Cultura assume novas dimensões, para além dos hábitos, crenças e costumes comuns compartilhados e transmitidos por uma língua específica. Enquanto para alguns a Cultura é simples elemento de afirmação da diferença, para nós, é instrumento de integração de diversidades, em função de um humanismo que busca excluir a noção de “estrangeiro”, já que nenhum ser humano é estranho ao outro. Sendo assim, acreditamos que a criação cultural no seu mais amplo sentido e como maior expressão do humano poderá nos ajudar a atravessar essa névoa da mudança.

Nosso país é exemplo vivo desse processo de integração de etnias e culturas, as mais variadas, que marcam nossa especificidade enquanto Nação. Em grande medida, essa pluralidade cultural deve ser a base de nossa tolerância ao outro e ao diverso.

Temos clareza das dificuldades que atravessamos em nosso país. Uma profunda crise econômica e ética de governos que não cuidaram dos fundamentos macroeconômicos com a necessária responsabilidade, produziram um ambiente nefasto para nossa economia e para a política, que requer temperança e ousadia, e de apoio à Lava- Jato para superá-la.

Como parlamentar com quase 40 anos de exercício de mandatos, sei da necessidade do diálogo como forma privilegiada para enfrentarmos as divergências, elemento fundamental para o fortalecimento da democracia. Para superarmos os dissensos, sem nenhum tipo de “revanchismo”, é fundamental trabalharmos na construção de consensos, privilegiando a discussão coletiva dos órgãos colegiados que compõem a pasta. O diálogo vai ser essencial

para integrarmos todos os agentes culturais, qualquer que seja sua contribuição específica, no processo permanente da ação cultural, tendo como vetor fundamental o respeito à nossa diversidade como povo e Nação.

Sou legatário de uma tradição que tem base no trabalho intelectual e no trabalho de artistas da estatura de um Jorge Amado, Graciliano Ramos, Cândido Portinari, Oscar Niemeyer, Dias Gomes, Oduvaldo Viana Filho, Gianfrancesco Guarnieri, Ferreira Gullar, e outros tantos cujas obras fundaram em nosso país o período da modernidade sintonizada com as vanguardas mundiais. Tal tradição com vocação nacional, mas sem esquecer seu pertencimento à linhagem comum da humanidade, tem no respeito ao diverso sua contribuição decisiva para a construção do ser brasileiro.

Venho juntar-me aos ministros que me antecederam e notabilizaram com suas ideias e equipes contribuições fundamentais para a modernização da pasta, incentivo à nossa indústria cultural, integração das várias regiões que formam o país, e a busca incessante por garantir maior acessibilidade à produção cultural para usufruto do nosso povo.

Nosso compromisso é com o contínuo processo de reforma do Ministério, de seus instrumentos e políticas para tornar mais eficiente e transparente nossas ações. Racionalidade na gestão para integrar os trabalhos da pasta, tendo com fim a satisfação da demanda de bens culturais da sociedade. Exatamente por ter uma compreensão da Cultura como elemento central de identidade, de reflexão e mesmo de entretenimento, buscaremos tornar a pasta elemento de inclusão social por meio do incentivo e da ampliação do acesso aos bens culturais. Isso fortalecerá a Cultura, importante elemento de desenvolvimento econômico, por conta de sua amplitude e ramificação em diferentes aspectos da economia nacional.

Finalmente, sinto-me honrado com a confiança do presidente Michel Temer em designar-me como dirigente de pasta tão sensível, justamente por trabalhar a sensibilidade como matéria- prima da arte e elemento distintivo da Cultura, seja em sua produção, como em sua transmissão também.

Sabemos da importância e das dificuldades da tarefa posta. Mas tenho a certeza de que contarei com a boa vontade de todos os que trabalham na área, pois todos nós temos um objetivo comum, a Cultura como móvel fundamental da formação do ser e da nossa nação, para avançarmos o processo democrático e sermos contemporâneos do futuro.

Muito

obrigado!

Anexo D – Discurso de posse do ministro Sérgio Sá Leitão - 2017

Saudações.

Bom dia a todos.

Senhor presidente Michel Temer: A seu convite, muito honrado, assumo hoje o Ministério da Cultura de seu governo, numa hora tão difícil para o Brasil, tendo em mente a frase de André Malraux, então ministro da cultura da França, quando visitou o presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, em plena construção de Brasília:

“Ainda não sabemos ressuscitar corpos, mas precisamos saber ressuscitar sonhos.”

Repito aqui a frase. Precisamos saber ressuscitar nossos sonhos. E a cultura é a melhor ferramenta para ressuscitar os sonhos dos brasileiros. Trata-se, afinal, da única atividade universal que apenas soma, jamais divide e sempre multiplica. Fazer e difundir cultura proporciona prazer, alegria e conhecimento. A cultura está no cerne da economia criativa. Gera empregos, aumenta a renda, melhora a qualidade de vida. E faz ressuscitar sonhos.

Meus amigos e amigas: É uma honra estar aqui com vocês nesta manhã ensolarada. Muito obrigado pela presença. Sinto-me profundamente honrado. Estão aqui criadores, artistas, realizadores, técnicos, executivos e empreendedores de todos os segmentos da cultura brasileira e de todas as regiões deste vasto, plural e potente país. Fico feliz por vê-los neste raro (mas absolutamente oportuno) encontro entre o poder público e o setor cultural do Brasil.

Há profissionais do teatro, da dança, do circo, da literatura, da música, das mostras e festivais, do patrimônio histórico e artístico, do carnaval e de outras festas populares, do audiovisual, do design, do artesanato, das artes visuais, de museus e centros culturais, de games, das HQs, da moda, da arquitetura, da arte digital e de outros segmentos que compõem a cultura brasileira. A vocês, minhas efusivas saudações, e o meu reconhecimento por tudo o que fazem pelo país.

Trata-se de uma aproximação fundamental. Juntos, somos fortes. Podemos enfrentar desafios e superar obstáculos. Separados, nos enfraquecemos. A cultura, vocês sabem, tem um caráter estratégico. Deve ser um dos pilares do novo projeto de país que todos aqui desejam construir. O Brasil do século 21, da revolução digital, da economia de transformação, da igualdade de oportunidades, do império da lei, da democracia consolidada, do Estado eficiente e eficaz, do protagonismo dos indivíduos, da mais profunda liberdade. Da arte de criar, empreender e viver.

Fico muito feliz também por ver, entre vocês, muitos servidores públicos do Ministério da Cultura e de suas instituições vinculadas. Refiro-me ao Iphan, ao Ibram, à Casa de Rui Barbosa, à Fundação Palmares, à Funarte, à Biblioteca Nacional e também à Ancine, onde estive nos últimos dois meses e fui muito bem recebido. Os servidores são a alma de qualquer instituição pública. Saibam que vocês têm em mim um admirador e um incentivador.

Agradeço de coração ao presidente Michel Temer pelo convite para exercer a função de ministro de Estado da Cultura do meu país. É mesmo uma honra. Espero estar à altura do desafio. Farei o que estiver ao meu alcance para corresponder à sua confiança e expectativa, presidente. Assim como à confiança e à expectativa de todos que estão aqui. Com dedicação, responsabilidade, transparência, integridade, diálogo, discrição e foco em resultados.

Tenho pautado a minha atuação na administração pública por esses princípios e valores. Foram 12 anos seguidos, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2015, em que procurei contribuir para o país e para a cultura brasileira como chefe de gabinete do ministro Gilberto Gil, no MinC, como assessor da presidência do BNDES, como diretor da Ancine, como diretor-presidente da RioFilme e como secretário Municipal de Cultura da minha cidade, o Rio de Janeiro. Faço aqui uma pausa para destacar Gilberto Gil, com quem aprendi muito, e de cuja gestão sinto orgulho de ter participado. Importante neste momento citar também o ex-presidente e escritor José Sarney, a quem devemos a primeira lei federal de incentivo à cultura, em 1986. Seu primeiro projeto de lei neste sentido foi apresentado em 1972, em seu primeiro mandato como senador. Foram necessários 14 anos (e muita perseverança) para que a proposta finalmente se realizasse. Obrigado, presidente Sarney! A cultura brasileira deve ao senhor esta homenagem.

Voltei recentemente à Ancine após cerca de dois anos na iniciativa privada, tendo sido convocado pelo presidente Michel Temer e pelo ex-ministro Roberto Freire; e agora fui brindado com este inesperado convite para o MinC, que me deixou entusiasmado. Sei que as condições são adversas. O Brasil está começando a sair da maior recessão de sua história. O déficit público atingiu um patamar recorde, que reduziu drasticamente a capacidade de investimento do Estado. O próprio MinC passou por um período de incerteza e de instabilidade. As reformas estruturais que estão sendo feitas por este governo apontam para o novo Brasil que mencionei. Mas enfrentam uma reação descabida dos que rejeitam o bom senso e a contemporaneidade.

É justamente nos momentos de crise que os seres humanos são testados; e precisam mostrar mais coragem, mais determinação e mais vontade. O Brasil de hoje exige que mais brasileiros sérios, capazes e íntegros agarrem as rédeas do seu, do nosso destino, e se provem

à altura das circunstâncias. Precisamos sair logo da crise. Em todas as áreas. Precisamos construir um novo país. Isso se faz com trabalho, seriedade e reformas estruturais. Não com omissão.

Por isso aceitei o convite. Quero contribuir, a partir do Ministério da Cultura, para que o Brasil supere a crise o mais rapidamente possível; para a construção deste projeto tão necessário, do Brasil do século 21; para que a sociedade perceba a importância econômica e social da cultura e valorize o setor como ele merece; e para que as diversas atividades que formam o campo da economia criativa possam realizar (e maximizar) o seu potencial de desenvolvimento.

Quero ser, senhor presidente, um ministro de toda a cultura brasileira, considerando sua imensa diversidade, e não apenas um ou outro segmento, uma ou outra região. Somos um país híbrido e miscigenado. Assim é a nossa cultura. Esta é a nossa força. Eu mesmo, de alguma forma, represento isso. Sou descendente de índios, negros, portugueses, alemães e italianos; meus avôs e avós nasceram na Bahia, no Mato Grosso, no Ceará e no Rio Grande do Sul.

Quero também estabelecer um diálogo transversal com todas as áreas governamentais, para que a política de cultura seja não apenas do MinC, mas do conjunto do governo. A parceria com a Educação, ministro Mendonça Filho, é fundamental. Idem com o Turismo. Quero estabelecer um diálogo pleno com o Poder Legislativo e os estados e municípios, pois compreendo a importância do sistema federativo e do poder local. Quero, finalmente, dialogar abertamente com o conjunto da cultura brasileira, para entender seus anseios e necessidades.

As atividades culturais e criativas são vocações do Brasil e constituem uma economia forte e dinâmica, com elevada capacidade de geração de renda e emprego e de contribuição para o desenvolvimento do país e de suas cidades e estados. Estimulam o senso de pertencimento e impactam a formação do capital humano, o turismo e outras áreas. A potência da cultura brasileira é incomparável e pode (e deve) ser incentivada e promovida pelo poder público.

O Brasil merece uma política cultural à altura da excelência de seus artistas e de seu patrimônio histórico e artístico, que deve ser preservado. Do lugar central que a cultura ocupa na vida dos brasileiros. Produzir e acessar cultura são direitos dos cidadãos e integram o repertório básico da cidadania. É também uma atividade econômica importante, que pertence sobretudo à sociedade. Não cabe ao Estado produzir ou definir o que é e o que não é cultura.

As atividades culturais e criativas respondem por 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, empregam 900 mil profissionais e reúnem 251 mil empresas, com uma média salarial

e uma taxa de crescimento que, nos últimos anos, correspondem ao dobro da média da economia do país, segundo estudo recente da Firjan. A Lei Federal de Incentivo à Cultura, tão atacada e injustiçada, é um dos fatores por trás de números tão significativos. Mas há inúmeros outros.

Trata-se de uma área com PIB maior do que o das indústrias têxtil, farmacêutica e de eletro-eletrônicos, para mencionar três setores tradicionais da economia brasileira que também são impulsionados por incentivos fiscais, sem que se reclame do apoio governamental. Vale dizer que a Lei Federal de Incentivo à Cultura representa apenas 0,66% da renúncia fiscal em nível federal, estimada em R\$ 271 bilhões em 2016. Este setor, senhor presidente, retorna ao Estado, na forma de impostos, bem mais do que o Estado aporta nele por meio de incentivos.

Segundo levantamento da PriceWaterhouseCoopers, o conjunto do mercado brasileiro de mídia e entretenimento, que integra o universo da cultura, deve crescer nos próximos anos a uma taxa média anual de 4,6%, para uma média global de 4,2%, atingindo um faturamento de US\$ 43,7 bilhões em 2021. No mundo, trata-se de uma economia que deve chegar a US\$ 2,23 trilhões em 2021. É um dos vetores mais relevantes da economia global, para o qual o Brasil tem evidente vocação. São números muito expressivos, mas nem sempre reconhecidos.

Estudo realizado pela Ancine mostra que o valor adicionado do setor audiovisual, por exemplo, chegou a R\$ 22,2 bilhões em 2013, ou 0,78% do valor adicionado total dos serviços e 0,58% do valor adicionado total da economia brasileira. O impacto no PIB foi de 0,46%. A cultura tem, como se vê, elevada capacidade de contribuição para o desenvolvimento do país, e pode crescer ainda mais. É um antídoto poderoso para a crise que ainda nos deprime. Mas há barreiras ao pleno acesso à cultura, ao crescimento do setor e sua internacionalização.

Senhor presidente: Conto com o seu apoio para que possamos manter as instituições federais de cultura funcionando adequadamente. Para isso, será fundamental a recomposição orçamentária. Do meu lado, farei o possível para reduzir custos e aumentar receitas, por meio de um choque de gestão e do absoluto respeito aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Pretendo também desburocratizar o MinC, aumentar sua eficiência e instituir mecanismos de compliance e de mensuração e avaliação de resultados, dentro das melhores práticas de accountability.

Peço também a sua ajuda, e a de todos os parlamentares presentes, para que possamos em agosto aprovar a MP 770/2017, que prorroga a Lei do Audiovisual e o Recine, hoje no Senado; assim como viabilizar alterações modernizadoras na Lei Federal de Incentivo à Cultura que permitam aperfeiçoamentos e a introdução de mecanismos inovadores como os fundos de investimento em projetos artísticos, os fundos patrimoniais permanentes

(endowments), o crowdfunding de pessoas físicas e outros, sem elevar, naturalmente, o teto da renúncia fiscal.

Precisamos também mobilizar o governo e a sociedade para combater de modo firme a pirataria crescente, que sangra brutalmente a cultura brasileira e seus criadores e empreendedores, afastando-os da tão desejada e necessária sustentabilidade financeira. Pretendo ainda resgatar e aperfeiçoar os pontos de cultura; e realizar de modo participativo um novo Plano Nacional de Cultura, que possa orientar a política cultural nos próximos anos.

Temos 17 meses de muito trabalho pela frente. Conto com as contribuições de todos. Críticas e sugestões serão sempre bem-vindas. O objetivo central é fortalecer e valorizar o MinC, a cultura e as instituições culturais brasileiras, preparando o MinC e o setor para este novo Brasil que precisamos erguer, aqui e agora, no qual a cultura certamente terá um justo protagonismo. Cultura é história, é identidade, é desenvolvimento, é inovação, é soft power e influência global. Contem comigo para levantar e tremular incondicionalmente a bandeira da cultura, da diversidade cultural e da produção cultural brasileira, em suas várias vertentes.

Meu mestre Cacá Diegues escreveu há alguns anos essas palavras de grande sabedoria:

“Como diz o poeta e filósofo Antonio Cícero, as vanguardas do século 20 serviram sobretudo para nos mostrar que as artes não têm limites, não há fronteiras que impeçam o artista de ir adiante. Nas galerias do Chelsea ou em parques como o Inhotim de Minas Gerais, todas as formas se dissolvem sem rumo certo, como se isso fosse necessário para se reencontrar o reinício de alguma coisa, nessa aurora do século 21. No mundo pós-industrial, à porta do qual nos encontramos, novos formatos culturais estão surgindo, novas artes e novos jogos que a humanidade não vai parar nunca de inventar. Assim como o teatro não acabou com a invenção do cinema, nem o cinema com a da TV, nem a TV com a da internet, as economias criativas da era industrial continuarão vivas como fornecedoras de ideias à criação pós-industrial. Assim como o Wikileaks precisou da imprensa de papel para virar escândalo produtor de progresso, os fascinantes games eletrônicos não acabarão com o futebol. A cada instante, seremos surpreendidos e encantados por novos formatos de novas eras, que nos revelarão mais do espírito humano e do estado do mundo. E nem por isso deixaremos de ouvir Beethoven.”

É nesta fascinante dinâmica que o MinC deve inserir-se, atento às transformações aceleradas que a sociedade vive atualmente. Cultura não é algo secundário ou ornamental, como não se cansava de dizer meu outro mestre, Gilberto Gil. Nem algo estático. É primordial. E está em permanente movimento. É a substância que nos forma, que nos faz transcender e que nos dignifica. Agradeço aos meus pais, que não estão mais entre nós, por

tudo o que fizeram por mim. E a meus filhos, Henrique e Miguel, por quem faço o que faço. Espero que eles possam viver num Brasil ainda melhor, mais fraterno, mais ético, mais livre e mais desenvolvido. Sem a sua ajuda, senhor presidente, dos meus colegas de governo e dos senhores deputados e senadores, e sem o apoio de todos vocês, homens e mulheres da cultura brasileira, pouco ou nada poderemos, eu e a equipe do MinC, realizar. Sugiro aproveitar este encontro para estabelecer um pacto pela reconstrução do MinC e pela valorização da cultura e das atividades criativas deste país, considerando sua relevância econômica e social. Seu caráter estratégico. Vamos ressuscitar nossos sonhos? Temos um forte aliado chamado tecnologia. Mas temos de fazer a nossa parte. Tomara que o esplendoroso sol desta manhã nos inspire.

Muito obrigado!